



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA

HILDON OLIVEIRA SANTIAGO CARADE

“INVASÕES SOLERTES”: DAS RELAÇÕES ENTRE A
FACULDADE DE FILOSOFIA E A SUA VIZINHANÇA

Salvador

2011

HILDON OLIVEIRA SANTIAGO CARADE

**“INVASÕES SOLERTES”: DAS RELAÇÕES ENTRE A
FACULDADE DE FILOSOFIA E A SUA VIZINHANÇA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Antropologia.

Orientadora: Dra. Núbia Bento Rodrigues

Salvador

2011

HILDON OLIVEIRA SANTIAGO CARADE

“INVASÕES SOLERTES”: DAS RELAÇÕES ENTRE A FACULDADE DE
FILOSOFIA E A SUA VIZINHANÇA

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Antropologia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia.

Aprovada em 16 de março de 2011

Banca Examinadora

Núbia Bento Rodrigues – Orientadora _____
Doutora em Saúde Pública pela Universidade Federal da Bahia, Brasil
Universidade Federal da Bahia

Débora de Lima Nunes Sales _____
Doutora em Urbanisme et Aménagement pela Université Paris XII
(Val-de-Marne), França
Universidade Salvador

Cíntia Beatriz Müller _____
Doutora em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Brasil
Universidade Federal da Bahia

A

Ivelise, mãe querida, por me afagar em todos os momentos em que me vi

desesperançado

Luís, pai zeloso, por sempre se preocupar com os rumos de minha vida

Igor, meu estimado irmão, uma pessoa com quem sempre posso contar

AGRADECIMENTOS

É chegada a hora do fechamento de um mais um ciclo em minha vida. Só agora percebo que poucas mudanças se operaram nesta jornada. Explico. As pessoas que por ora merecem os meus sentimentos de agradecimento também estavam comigo quando eu apenas era um estudante de graduação. Vamos a elas.

Primeiramente, queria agradecer a minha preceptora, a professora Núbia. Não uso o substantivo “preceptora” impunemente. De fato, Núbia é mais que uma “orientadora” para mim. Em quatro anos de convivência, posso dizer que seu zelo para com a minha pessoa não tem se limitado apenas à leitura dos meus escritos. Assim, tive a sorte de ter ao meu lado uma amiga, uma pessoa a quem espero algum dia poder me igualar em seu brilhantismo e generosidade.

Em seguida, quero agradecer a professora Lina. Ela foi uma das amizades verdadeiras que eu cultivei na Faculdade. E olha que nem fui aluno dela. Uma vez um adivinho, desses que andam nas sombras, disse que nosso encontro estava gravado nas estrelas, pois nossa amizade remetia a vidas passadas. Embora o meu cientificismo não me deixe entusiasmar demasiadamente com a doutrina espírita, em relação a Lina posso dizer que de fato nós somos almas gêmeas, principalmente no que diz respeito ao nosso jeito de viver a vida, nossa forma debochada de levar à sério as coisas.

Gostaria de agradecer também a professora Rosário. O ano que se findou foi repleto de provações que, contudo, não conseguiram modificar os sentimentos que lhe tenho de bem-querer e de afeição. Sei também que o mesmo ela deve sentir. Para mim, as minhas certezas me bastam. Entre elas, não há como negar a influência de Rosário na

minha formação pessoal.

Entre os meus amigos de fé e irmãos camaradas, tanto da UFBA, quanto de outros espaços sociais, quero agradecer a Moniele, a Deise, a Lucas, a Zaira, a Jaqueline e a João, simplesmente por estarem comigo para o que der e vier. Moniele, por exemplo, colocou o seu marido, o nobre Marcos, a minha disposição. Explico. Ele foi quem me ajudou a fazer os mapas do Google presentes nesta dissertação, por isso também o agradeço. Deise, por seu turno, desde que nos conhecemos não mais nos desgradamos. Somos realmente como a camisa e o botão; um como que definindo o outro. Lucas e Zaira, Jaqueline e João são dois casais de amigos que também não podem faltar em qualquer acontecimento da minha vida – “claro, se me cuidei” (piada interna).

Agradeço também, em nome dos funcionários da Faculdade, a Amós e a Vilma, duas pessoas que eu sei que me adoram, e cuja recíproca é totalmente verdadeira. Se eu passar um dia na instituição sem falar com eles é como se eu tivesse perdido o dia.

Quero agradecer a Faculdade de Filosofia, na figura de seu atual diretor, o professor João Carlos Salles, e os bairros que compõem o seu entorno geográfico, na figura do líder comunitário do Alto das Pombas, aqui denominado Benedito. Sem o apoio destas duas instâncias este trabalho não seria possível, por isso a ambos dedico esta dissertação.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia, na figura de sua atual coordenadora, a professora Fátima Tavares, pelo apoio institucional. Aproveito a oportunidade para agradecer também aos meus colegas de programa Breno Carvalho, Carolina Santana, Agrimária Matos, Bruna Zagatto e Natelson Oliveira pela companhia sempre estimulante em todo o curso. Entre eles, faço menção especial a Breno, uma pessoa sempre disposta a ajudar a todos, transmitindo o seu senso de organização por todas as esferas. Agradeço também a todos os professores do programa.

Por falar em professores, agradeço a Cíntia Müller e a Débora Nunes por terem topado a participação na banca de exame deste trabalho.

Por fim, agradeço a todas as pessoas que me concederam entrevistas e/ou me auxiliaram na coleta de dados para este trabalho. Aproveito o ensejo para agradecer a Fapesb pela concessão da bolsa, sem a qual este trabalho encontraria sérias restrições orçamentárias para ser desenvolvido.

Fábula de um arquiteto

A arquitetura como construir portas,
de abrir; ou como construir o aberto;
construir, não comoilhar e prender,
nem construir como fechar secretos;
construir portas abertas em portas;
casas exclusivamente portas e teto.
O arquiteto: o que abre para o homem
(tudo se sanearia desde casas abertas)
portas por-onde, jamais portas-contra;
por onde, livres: ar luz razão certa

2

Até que, tantos livres o amedrontando,
renegou dar a viver no claro e aberto.
Onde vão de abrir, ele foi amurando
opacos de fechar; onde vidro, concreto;
até refechar o homem: na capela útero,
com confortos de matriz, outra vez feto.

(João Cabral de Melo Neto, A educação pela pedra e depois)

solerte

so.ler.te

adj m+f (lat solerte) **1** Diz-se de pessoa dotada de solércia. **2** Diz-se de pessoa ardilosa, astuta, finória, manhosa, sagaz, velhaca. *s m+f* Pessoa dotada de solércia ou ardilosa, astuta, velhaca.

(Michaelis, Dicionário Online de Língua Portuguesa)

CARADE, Hildon Oliveira Santiago. “*Invasões solertes*”: das relações entre a Faculdade de Filosofia e a sua vizinhança. 164 f. il. 2011. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

RESUMO

A presente dissertação pretende discutir as relações entre uma instituição pública de ensino superior – a Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA, e um extrato da sociedade – os bairros que compõem a sua vizinhança. Para tanto, partirei da análise da presença de jovens beneficiários de um programa social – o Programa Agente Jovem (PAJ) – nas dependências da citada instituição. Tal presença foi interpretada como sendo uma “invasão solerte”. Porém, com este termo podemos entender tanto os padrões de urbanização da cidade de Salvador, quanto a emergência das classes mais baixas nos espaços universitários. Veremos também que, de um estado de invisibilidade, o grupo de jovens constituído pelo PAJ foi progressivamente emergindo para uma “visibilidade perversa”, por conta de episódios de violência urbana que eclodiram nas áreas interna e externa do *campus* universitário, no decorrer do ano de 2008. Estas ocorrências estimularam um debate no âmbito da UFBA acerca das relações entre a universidade e as comunidades populares. Nestas discussões, a chamada “extensão comunitária” foi apontada como uma solução para a diminuição da violência que emanava desses locais, criando-se assim uma espécie de *poder tutelar*, isto é, uma forma de constituição da autoridade dos universitários frente aos moradores das áreas pobres da cidade. Porém, da perspectiva destes, eram os universitários que precisavam ser disciplinados de acordo à lógica cultural que lhes era específica.

Palavras-chave: instituições públicas; comunidades populares; Faculdade de Filosofia.

CARADE, Hildon Oliveira Santiago. "*Cunning invasions*": of relations between the Faculty of Philosophy and its neighborhood. 164 pp. ill. 2011. Master Dissertation – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2011.

ABSTRACT

This essay discusses the relationship between a public institution of higher education - the School of Philosophy and Humanities of the UFBA, and an extract of society - the neighborhoods that make up your neighborhood. For this, leave the analysis of the presence of young beneficiaries of a social program – the Programa Agente Jovem (PAJ) - the premises of that institution. This presence was interpreted as an “cunning invasion”. However, with this term we understand both the patterns of urbanization in the city of Salvador, as the emergence of lower classes in the universities spaces. We will also see that in a state of invisibility, the youth group formed by the PAJ was gradually emerging for a “perverse visibility”, due to episodes of urban violence that erupted in the areas inside and outside the university *campus*, during the year 2008. These events prompted a debate within the UFBA about relations between the university and popular communities. In these discussions, the "continuing education" was cited as a solution to reducing the violence that emanated from these locations, thus creating a sort of *tutelary power*, that is, a form of constitution the authority of the university facing the residents of the areas urban poor. However, from the perspective of these were college students who needed to be disciplined according to the cultural logic that they were specific.

Keywords: public institutions, grassroots communities, Faculty of Philosophy.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 01: Largo do Campo Santo	62
Mapa 02: Trajeto do CEPARH à Faculdade de Filosofia.....	88
Mapa 03: Trajeto da Faculdade de Filosofia à Igreja de São Lázaro.....	108
Mapa 04: Trajeto do Alto das Pombas à Faculdade de Filosofia.....	114
Mapa 05: A área conhecida como “Pinga”	116

SUMÁRIO

Introdução:	13
O leitor.....	13
Arcabouço teórico e escopo deste trabalho	26
Aspectos metodológicos e éticos.....	31
Capítulo I – As “invasões solertes” e a urbanização da cidade da Baía	34
Longe da cidade.....	35
Em torno da <i>Cidade das mulheres</i>	39
As “invasões”: a indisciplina urbana dos pobres	46
<i>Viver Bahia</i> : os “exilados da opulência”	51
Por que querem calar o Calabar?.....	53
A “Soterópolis” segregada: a cidade da Baía no século XXI	57
Das relações entre a cidade dos mortos e a cidade dos vivos	61
Cemitério: um lugar para se morrer.....	69
Por que desenterrei esta história?	71
Capítulo II – Apresentando a Faculdade de Filosofia	72
Breve panorama histórico.....	72
Como era verde o nosso vale.....	75
O tempo presente.....	82
Ruy Simões à luz de Erwin Goffman	83
A vida íntima da Faculdade de Filosofia	86
Capítulo III – “Pacificando os universitários”: cosmologias do contato no entorno da Faculdade de Filosofia	111
A “comunidade” vai à Faculdade	112
A Faculdade de Filosofia: uma crônica policial	121
Da crônica policial à crônica política	127
Benedito: um bacharel sem diploma	136
Quando os “novos” personagens saem de cena	144
Considerações Finais.....	151
Referências.....	156

Introdução

O leitor

Michael segue com os olhos o seu professor de literatura, que caminhava displicentemente pela sala, quando este estava a proferir algumas sentenças sobre a Odisséia de Homero. Dizia ele ser o segredo uma questão fundamental na literatura ocidental. Pode-se afirmar, continua ele, que a citada trama se desenvolve a partir de personagens que detêm determinadas informações, as quais, por vários motivos, às vezes cruéis, às vezes nobres, eles decidiram não revelar. “Dizem que o tema de Homero é o regresso ao lar; e, na verdade, a Odisséia é a história de uma viagem” – concluiu o mestre. Neste exato momento eis que toca o telefone celular. Não o de Michael, mas o meu.

Estava no cinema, assistindo ao filme *O leitor* (2008), quando esta ligação telefônica me obrigou a tirar os olhos da película. Olhei o visor do aparelho, de modo a identificar quem estava a me incomodar. Era Benedito. Hesitei por alguns segundos em atender a chamada, pois, afinal de contas, tal atitude iria de encontro às regras tácitas de educação em “ambientes cinematográficos”. Todavia, como a minha curiosidade era maior que a polidez exigida pela situação e, como os outros espectadores não primavam pelo silêncio, optei por falar ao telefone.

Estávamos no dia 11 de fevereiro de 2009. Nos últimos suspiros matutinos, havia apresentado o meu trabalho de conclusão de curso, como requisito parcial para a obtenção do grau de bacharel em Ciências Sociais, com concentração em Antropologia, pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). A apresentação se deu na sala 29, do Programa de Pós-Graduação em Antropologia, localizada na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Contudo, o que estava programado para ser mais um rito acadêmico transformou-se em um espetáculo político. Senão, vejamos.

A monografia versava sobre um grupo de indivíduos participantes de um projeto de política pública, a saber, o Programa Agente Jovem (PAJ), hoje denominado ProJovem Adolescente. *Grosso modo*, o programa era voltado para jovens na faixa etária dos 15 aos 17 anos de idade, em estado de “vulnerabilidade social”. O núcleo por

mim investigado localizava-se no bairro do Alto das Pombas – em Salvador há mais de 50 núcleos do projeto –, abrigava cerca de vinte adolescentes e era coordenado por Benedito, liderança política do bairro, que, àquela época, ocupava o cargo de presidente da associação dos moradores local.

Neste trabalho havia atinado para o quanto o Programa Agente Jovem, doravante PAJ, corria ao sabor das aventuras e desventuras de Benedito. Alguns acontecimentos foram marcantes para que eu chegasse a esta conclusão. Eis um breve sumário. A despeito de o programa ter sido criado em plena segunda gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso (mais precisamente no ano de 2000), ele só veio surgir no Alto das Pombas em 2005 (penúltimo ano do primeiro mandato do presidente Luis Inácio Lula da Silva). Benedito é o personagem central para a existência desta trama. Estávamos no início do primeiro mandato do atual prefeito da cidade de Salvador, João Henrique Carneiro (PP-BA), e um dos partidos a compor, até então, a base de sustentação do governo municipal era o Partido dos Trabalhadores (PT), ao qual Benedito é filiado. Transitando pelos bastidores do mundo político partidário, o líder comunitário conseguiu estabelecer laços estreitos com o deputado Yulo Oiticica (PT-BA). O ápice de consolidação das alianças foi, justamente, a criação de mais um núcleo do PAJ em Salvador. “Eis aqui uma turma só para você” – teria dito o deputado, uma vez que Benedito, àquela altura, prestava serviços de informática para o núcleo do PAJ no bairro do Engenho Velho da Federação [Entrevista com Benedito, 11 de outubro de 2008].

Assim, desde a sua origem, este núcleo do programa esteve centrado na figura de seu orientador social. Era Benedito quem ministrava todos os conteúdos pedagógicos do PAJ; era ele quem detinha o “poder classificatório”, nos termos do sociólogo Pierre Bourdieu (1989), no tocante à seleção dos jovens a serem beneficiados pelo projeto, redefinindo a letra oficial do programa, retirando do rol de critérios de admissão a categoria “renda familiar”¹ para adotar o princípio, por assim dizer, mais subjetivo do “engajamento” dos adolescentes (“entram aqui os jovens mais interessados” – dizia ele); era ele, na qualidade de presidente da associação de moradores local, quem reorientava as ações dos adolescentes em prol da realização de atividades comunitárias; era ele, enfim, quem traçava os destinos do projeto. Tal “pessoalização” do programa fez com que fosse considerado pelos demais moradores do Alto das Pombas como o “curso de Benedito” (Carade, 2009).

1 Os adolescentes deveriam ser provenientes de famílias com renda familiar *per capita* de até meio salário mínimo (Brasil, 2000).

É importante neste momento narrar como cheguei até o tema de pesquisa que resultou nesta monografia de final de curso. Tudo começou na primavera do ano de 2007, quando tive conhecimento acerca da presença de um grupo de jovens oriundos de comunidades carentes a se reunir diariamente nas dependências da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, doravante apenas Faculdade de Filosofia. O fato me foi narrado pela diretora da instituição, à época, a professora Lina Aras (gestão 2005-2009). De acordo com ela, estas pessoas estavam engajadas em atividades de saúde e assistência social. Ao ouvir estas palavras, meus olhos como que brilharam. Explico. Em virtude de ter sido bolsista de iniciação científica em uma pesquisa sobre formação e aprendizado médico, eu havia cultivado certa afinidade com a literatura das ciências sociais no campo da saúde. Assim, o brilho dos meus olhos significava que, finalmente, eu havia encontrado um “objeto de pesquisa” palpável para a produção de um trabalho monográfico.

Desta forma, com o intuito de aproveitar os meus estudos pregressos, iniciei, em fevereiro de 2008, o meu trabalho de campo. Talvez, pelo afã de querer enquadrar rapidamente o “objeto” com os meus interesses de pesquisa, eu não havia me dado conta de uma gama de questões que com o tempo foram me demonstrando a sua pertinência, reorientando os próprios rumos do meu trabalho. Por exemplo, sequer havia me perguntado por que eu, assim como muitas outras pessoas, durante muito tempo estive na mais completa ignorância em relação a este grupo. Não havia me perguntado quais as circunstâncias que motivaram sua estadia nas instalações da Faculdade. Não havia percebido o quão estranho era a ocupação de salas de aulas locais por não integrantes da instituição. Não imaginava os diversos acontecimentos, em diversas esferas políticas, que possibilitaram a presença do PAJ na Faculdade de Filosofia. O primeiro deles, conforme me foi narrado por Benedito, foi a sua desavença com o pároco da Igreja do Alto das Pombas.

Em virtude da carência de espaços imobiliários, uma pequena sala da paróquia católica do Alto das Pombas se fazia de sede da associação de moradores do bairro. Todas as atividades da entidade, bem como aquelas concernentes ao PAJ, eram ali desenvolvidas. A harmonia entre as doutrinas eclesiásticas e o ativismo político foi esfacelada ante alguns desentendimentos entre Benedito e o pároco da freguesia local. Benedito nunca me explicou quais foram os motivos da discórdia entre eles. Quando indagado sobre as causas para a querela, ele se resumia a criticar certas posturas do padre, acusando-o de ser autoritário, de ser uma pessoa não afeita ao diálogo e de ser

refratário ao trabalho comunitário. Como consequência da contenda, o PAJ ficou ao “Deus dará”, sem espaço físico para a realização das atividades pedagógicas. Não podendo mais contar com o sacerdote, Benedito foi fazer-se a si mesmo.

Ele passou um bom tempo ministrando suas aulas ao ar livre; nas praias de Ondina, no Jardim Zoológico... Os locais não eram apropriados para as atividades diárias, especialmente as que exigiam concentração. Não raro, os jovens se dispersavam com os acontecimentos fortuitos que dão colorido à vida urbana. Como problema suplementar, o grupo estava sempre sujeito às intempéries. Por vezes as aulas eram interrompidas ou canceladas devido às condições meteorológicas. Por algum tempo, Benedito permanecera como um errante pelas ruas da cidade até que [explosão] uma lâmpada se lhe acendeu: “Por que não ter aulas na Faculdade de Filosofia”? – indagou-se. E assim ele trouxe o grupo de beneficiários do PAJ para a área conhecida entre os participantes da organização como “Mirante de São Lázaro”, uma espécie de varanda situada na borda lateral do antigo “casarão” que abriga as instalações administrativas da Faculdade. Era a segunda vez que Benedito criava um vínculo com a instituição.

A primeira vez foi no ano de 2001. Nesta oportunidade, Benedito, através do edital do Programa Capacitação Solidária², havia conseguido recursos financeiros para a implementação de um projeto de inclusão digital – o Fatumbi – direcionado aos jovens entre 15 e 22 anos de idade residentes nos bairros do Alto das Pombas e do Calabar (áreas limítrofes à Faculdade). Entre os itens financiáveis pelo programa constavam a contratação de recursos humanos, a aquisição de material pedagógico e de consumo, a alimentação, o transporte, a bolsa-auxílio para os adolescentes e uma taxa de administração destinada à organização capacitadora. Restava, pois, a disponibilização de um espaço físico. Benedito percorreria algumas instâncias da UFBA tais como a Escola Politécnica e o Centro de Processamento de Dados, sem obter o apoio pretendido. Foi quando o professor Paulo Lima, então Pró-Reitor de Extensão da UFBA, lhe sugeriu procurar o professor Antônio Guerreiro, na época, diretor da Faculdade de Filosofia (gestão 2001-2004). Este resolveu abraçar a ideia, argumentando ser o seu interesse (e, por conseguinte, o interesse da instituição) a manutenção de

2 O Programa Capacitação Solidária foi criado em 1996 pelo governo federal. Porém, uma organização não governamental, a saber, a Associação de Apoio ao Programa Capacitação Solidária, era responsável pela administração da iniciativa. O projeto era destinado a jovens de 16 a 22 anos de idade, provenientes de famílias de baixa renda e residentes nas periferias das regiões metropolitanas do país. O Capacitação Solidária trabalhava em parceria com organizações da sociedade civil através da viabilização de cursos de capacitação profissional. Para mais informações: <<http://www.pcs.org.br>>.

contatos sistemáticos com os bairros que compõem o seu entorno geográfico.

O Fatumbi durou três anos (triênio 2001-2003). Benedito ficou distante da Faculdade por quase dois anos. Em 2006 ele voltou à cena na pele de orientador social do PAJ, retorno este já de conhecimento do leitor.

Conhecendo muito bem as dependências da instituição, nosso personagem resolveu se instalar em uma de suas áreas mais visíveis: a varanda do “casarão” (no 2º capítulo há uma descrição acerca do espaço físico desta unidade universitária). Certo dia, a professora Lina Aras estacionava seu carro próximo à varanda e, surpresa com aquelas presenças, resolveu cumprimentá-los, buzinando amistosamente e acenando para o pessoal. No dia seguinte, ao encontrá-los novamente no mesmo lugar, ela resolveu estabelecer um diálogo. Uma vez sabendo serem pessoas moradoras do bairro do Alto das Pombas, participantes de um projeto de política social, ela lhes ofereceu uma sala de aula no turno vespertino, espaço mais adequado que uma varanda.

Na ótica de Benedito, a iniciativa da diretoria tinha sido uma conquista para o grupo. Pelo menos essa era a opinião que ele deixava transparecer em cerimônias públicas. Vejamos um exemplo. No dia 28 de abril de 2008, no anfiteatro da antiga sede da Faculdade de Medicina, no Terreiro de Jesus, ocorreu a solenidade de formatura de mais uma turma do PAJ. Estavam presentes políticos profissionais, representantes do poder municipal, os adolescentes e seus familiares e membros da comunidade (dos bairros do Alto das Pombas e do Calabar). Neste contexto, a instalação do PAJ em solo universitário foi por Benedito relatado como: “e então eu resolvi aprontar uma: vamos ter aulas na Faculdade”. Daí, ele prosseguiu a sua narrativa:

E então nós fomos incomodando e adquirindo o nosso espaço. Um dia nós incomodamos e uma professora reclamou da gente. No outro dia, a professora Lina buzinou para a gente. No dia seguinte, nós incomodamos mais ainda e a professora Lina apareceu e teve a sensibilidade de nos oferecer uma sala, dizendo que iria nos mostrar a Faculdade inteira. E conhecemos a Faculdade inteira porque nós vivíamos trocando de sala. Eu brinco dizendo que começamos na graduação, depois fomos para o mestrado, depois fomos para a pós-graduação em Filosofia. Esse ano começamos em Psicologia, mas tivemos de sair [de fato no início do semestre por conta própria eles ocuparam uma sala no pavilhão de aulas de Psicologia, mas uma funcionária da secretaria me pediu para lhes dizer que aquele não era um local adequado, pois o pessoal de Psicologia reclamava muito do barulho] e acabamos parando na graduação novamente [diário de campo, 28 de abril de 2008].

Desta fala de Benedito, eu cunhei o termo “relações incômodas” como uma forma de compreender o padrão de socialidade estimulado pela implementação de uma política pública, levando-se em consideração o fato de a implantação de um

determinado projeto social não implicar tão somente a incorporação de recursos materiais, mas, também, a assunção das relações sociais que o atravessam (Cravino e colaboradores, 2002). A troca constante de salas de aula, as reclamações motivadas pelo barulho produzido pelos jovens, os olhares desconfiados em torno daquelas presenças... Embora não se possa afirmar que a Faculdade seja, por natureza, um local silencioso (especialmente o antigo Pátio Raul Seixas), seriam estes, pois, os indícios de que algo estava provocando incômodos e estranhamentos no cotidiano da unidade.

Todavia, também a dinâmica interpessoal do grupo formado pelo PAJ estava permeada por “relações incômodas”. Ora eram os adolescentes em conflito com o orientador social do programa; ora eram eles em conflito consigo mesmos. Também no contexto do bairro do Alto das Pombas o surgimento de mais um grupo de jovens gerou alguns conflitos. Tais “relações incômodas” foram suscitadas pela própria trajetória política de Benedito. Tendo crescido no âmbito do ativismo social, nosso personagem colecionou amigos e inimigos em seu percurso. Entre os inimigos destacava-se a figura de Marcelo, líder político do grupo de jovens vinculado à igreja católica do bairro. A rivalidade entre eles transbordou para além da esfera das individualidades, atingindo os respectivos grupos. Desta feita, as duas agremiações passaram a disputar o protagonismo em torno da questão juvenil nos limites do Alto das Pombas.

Em suma, foram estas as “relações incômodas” por mim deslindadas na supracitada monografia de conclusão de curso. Dentre elas, apenas as relações motivadas pela presença dos jovens nas dependências da Faculdade de Filosofia careceram de uma análise mais consistente, na medida em que exigiam uma abordagem acerca das instituições. Este foi o estímulo para a construção desta dissertação.

Ao olhar em retrospecto, parece que a minha própria presença, enquanto pesquisador em campo, contribuiu para a dinamização dos conflitos entre a Faculdade e os moradores do seu entorno, na medida em que eu era uma espécie de canal de comunicação entre eles e a administração da instituição. Tal imagem foi possibilitada em virtude da diretora da unidade ter sido a principal “patrocinadora” desta pesquisa. Foi ela quem me ofereceu a ideia de pesquisar este grupo de pessoas, bem como me abriu as suas portas de acesso. Foi como uma espécie de obrigação, no sentido de retribuir à dádiva da presença no seio do ambiente universitário, que Benedito resolveu atender ao pedido da professora, quando ela demandou que me aceitasse entre eles.

De fato, como apontam os metodólogos Hammersley e Atkinson (1995), o “patrocínio” (“sponsorship”) baseado na mobilização de redes pessoais, de parentesco,

de afinidades e de relações ocupacionais pode contribuir (e, por vezes, atrapalhar) para o bom desenvolvimento da coleta de dados. Diante do “patrocínio” da diretora da instituição eu vivenciei estas duas facetas. Todas as vezes que Benedito e seus discípulos mais próximos me falavam de como eles eram mal tratados na Faculdade, de como as pessoas demonstravam preconceitos em relação a eles, de como eles eram uma presença “incômoda” naquele lugar, era na esperança de eu transmitir as boas novas à diretora da unidade. Esta, por sua vez, era simultaneamente uma “sponsor” e uma “gatekeeper” (uma “porteira”). Ainda segundo Hammersley e Atkinson (1995), um “porteiro” é aquele que pode abrir ou impedir a passagem para um determinado conhecimento. De acordo com eles, os “porteiros” são, por assim dizer, uma “pintura” das organizações que o etnógrafo futuramente elaborará uma descrição; logo, eles têm um interesse direto para com a pesquisa, no intuito de garantir uma imagem favorável da sua corporação. Assim, o fato de sermos amigos propiciava à referida professora a oportunidade de se defender das possíveis acusações, bem como informar a Benedito dos acontecimentos da Faculdade sob a ótica do cargo por ela ocupado.

Com isso, não quero dizer que as disputas se resumiam a esta esfera mais privada das relações, mas que estas relações publicizaram os conflitos. Nos preâmbulos do meu trabalho de campo, poucas pessoas – dentre estudantes, funcionários e professores da instituição – estavam cientes da presença de moradores do Alto das Pombas, e demais redondezas, desenvolvendo atividades no âmbito da Faculdade.

No transcorrer de quase um ano, esse assunto passou a ser discutido nas reuniões da Congregação, fórum máximo de deliberação de cada unidade de ensino da UFBA (mais adiante explicarei os sentidos e as prerrogativas desta entidade). Assim, o papel social da Faculdade de Filosofia foi colocado como pauta do dia. No plano político, como consequência da minha etnografia, a não defesa dos interesses da “comunidade” – neste caso, o não apoio ao PAJ – passou a ser uma “categoria de acusação”, no termos do antropólogo Gilberto Velho (2004), isto é, uma estratégia mais ou menos consciente de manipular poder e organizar emoções, delimitando fronteiras e exorcizando dificuldades.

Basicamente, a dinâmica dos conflitos tinha a sua temporalidade. Todo o início de semestre ela se intensificava face à questão da alocação de salas para o programa. Benedito se comportava como se não houvesse nenhuma garantia em relação à permanência do PAJ na unidade, haja vista que, no plano jurídico, não havia nenhum contrato entre ele e a instituição. Logo, ele não conseguia divisar até que ponto a estadia

do programa em solo universitário era uma benesse da diretoria ou um compromisso da organização. Era como se existisse um contrato implícito cuja cláusula correspondente à permanência do projeto nas dependências da Faculdade estivesse sempre em aberto para possíveis negociações e, por conseguinte, possíveis tensões.

A situação agravou-se em virtude de algumas mudanças no desenho institucional do PAJ. Em junho de 2008 o projeto mudou de nomenclatura, passando a se chamar ProJovem Adolescente. Dentre as modificações, uma foi de real importância para a intensificação das contendas, a saber: a abertura de uma turma matutina para o programa. Tal iniciativa entrou em choque com as demandas da Faculdade, pois o turno matutino é o de maior agitação das rotinas acadêmicas, tendo-se em vista a maior concentração das aulas da instituição neste período específico do dia. Assim, a direção da Faculdade ficou em maus lençóis no concernente à garantia de um espaço físico para o ProJovem Adolescente.

Do ponto de vista de Benedito, tudo não passava de má vontade da diretora. Ainda assim, não lhe era conveniente se indispor por demais com ela, pois em fins de 2008 a Faculdade começava a vivenciar os humores da sucessão ao cargo da direção, o que deixava Benedito profundamente exasperado, tendo-se em vista o fato de ninguém poder seriamente afirmar que o próximo a ostentar o cetro da instituição manteria a atitude de “cooperação” entre a Faculdade e a comunidade. Era a hora, pois, de angariar apoios; Benedito vislumbrou minha defesa de monografia como uma oportunidade para deles se apossar.

Assim, eu estava cercado de expectativas em relação a este *fabulous day*. No dia anterior, fui ao Colégio Tertuliano Góes, localizado no largo principal do Alto das Pombas, onde Benedito atendia em nome da associação de moradores, mostrar a monografia pronta e impressa para ele e os jovens beneficiários do programa que por lá estivessem. Aqui cabe uma explicação. Após a inviabilização dos laços políticos entre a igreja e a associação de moradores, Benedito encontrou na sala da diretoria de um prédio escolar do município um bom lugar para oferecer os despachos da entidade de classe do bairro. Tal alternativa tornou-se possível graças às relações de amizade estabelecidas entre ele e a professora Rutinha, diretora da instituição. Isto nos mostra o quanto Benedito tinha certa facilidade em estabelecer alianças com pessoas ocupantes de cargos de direção. Assim, todas as noites, no período entre as 18 e 22 horas, a sala da direção do Colégio Tertuliano Góes fazia-se de sede da Associação Recreativa São Salvador. Certa vez, perguntei a Benedito se não tinha como ele obter uma sala de aula

para a realização das atividades pedagógicas do PAJ. Ele respondeu: “Tem sim, mas claro que o nosso interesse está na manutenção dos laços entre a Faculdade e o bairro”.

Voltando à descrição dos acontecimentos, anteriormente, Benedito já ficara entusiasmado com o título do trabalho, a saber: *Relações incômodas*. Vendo-o materializado, seus olhos brilhavam, pois ele sabia que o dedo seria colocado na ferida. Ao folhear algumas páginas do texto, ele exclamou: “Olha eu fico até emocionado ao ver isso. É bom que a gente tenha esse registro, pois o PAJ daqui teve uma história que o PAJ em Salvador não teve”. Com esta frase, ele estava se referindo ao fato de o programa ter se constituído em uma espécie de “família” para seus participantes, principalmente para alguns dos jovens que se sentiam mais protegidos por ele do que pelos próprios pais.

Os instantes de contemplação foram breves. Imediatamente, Benedito partiu para a ação: começou a telefonar para seus contatos, de modo a se certificar da presença deles neste que, para ele, era um grande acontecimento político. Desse modo, compareceram ao evento o então coordenador de políticas para a juventude da cidade de Salvador, Antônio, dois integrantes do Diretório Central dos Estudantes (DCE), Emília e Gustavo, além de muitos dos participantes e ex-participantes do PAJ. Convidados por mim vieram três amigos, alguns dos meus colegas da Faculdade e dois professores da instituição. A sala estava lotada, despertando a admiração de um dos professores que fazia parte da banca de exame.

O espetáculo precisava de platéia farta e Benedito não poupou esforços para tanto. Ele sabia que ali era também um ritual de afirmação do grupo. Quando, por exemplo, no âmbito do Centro de Estudos Afro-Orientais da UFBA, um membro de algum terreiro de candomblé convida todo o povo de santo para participar da sua cerimônia de defesa de dissertação de mestrado, ou qualquer outro congênere, e esta presença se dá de uma maneira maciça, pode-se dizer que o grupo interpreta aquela realização individual como um momento de afirmação da coletividade.

No meu caso, mesmo não sendo um morador do Alto das Pombas, o fato de eu estar, de alguma forma, contando parte da história deles, me fazia ser este agente catalisador dos anseios coletivos. Era como se Benedito e os jovens do PAJ falassem através da minha boca; era como se eles escrevessem através das minhas mãos.

Assim, terminei sendo um coadjuvante do meu próprio trabalho. De fato, Benedito foi o grande protagonista do dia. Logo após o ritual acadêmico, de apresentação da monografia, da apreciação da banca de exame e da obtenção da

avaliação, Benedito pediu a palavra, de modo a deixar explícita a sua plataforma política, qual seja: a da institucionalização da presença deles em espaços universitários.

Diante dessa história, eu gostaria de pedir a vocês, professores que fazem parte da banca, que esse nove e meio [conceito obtido pelo trabalho] seja também uma possibilidade de uma discussão melhor com a universidade, para ela rever o que [se] passou. (...) *As coisas aqui são muito pessoais e eu odeio isso. Elas têm de ser institucionais.* Eu não estou pedindo à professora Lina Aras; eu estou pedindo à universidade. A crítica que eu faço aqui diz respeito ao fato de a diretoria ter de entender que as relações não podem ser pessoais. Eu trago um ofício, eu digo o horário que eu chego, eu digo o horário que eu saio, e a universidade nunca me deu nada por escrito. (...) Então, essa é a nossa maior briga. A universidade tem de cair na real; não dá para se discutir sociologia, antropologia e o diabo a quatro sem falar de povo, sem estar ali lidando com as pessoas. Logo, nós queremos que vocês sejam pessoas que carreguem a nossa bandeira. Já estamos com a documentação do Diretório Central dos Estudantes apoiando a nossa causa. Estamos chamando as pessoas, pois agora quem quer que as coisas sejam institucionais sou eu. Queremos que o próprio colegiado dos professores [ele estava se referindo à Congregação da Faculdade] decida isso e determine isso, pois não dá para fazer um trabalho com os meninos ficando um dia em uma sala, outro dia em outra, um dia aqui, outro dia acolá! [Defesa do meu trabalho de conclusão de curso, 12 de fevereiro de 2009, grifos meus].

Este trecho nos sugere um incômodo do nosso personagem frente ao mundo hierarquizado pelas relações pessoais que caracterizava a Faculdade. É como se uma instituição pública, órgão que deveria rezar pelo igualitarismo preconizado pela lei, estivesse por se utilizar do expediente do “você sabe com quem está falando?” (DaMatta, 1997), ou seja, do princípio da pessoalidade, como uma forma de definir as regras sociais que governam o seu ambiente. Este seria um daqueles conflitos cotidianos trabalhados pelo antropólogo Roberto DaMatta (1997) em seu livro *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*, publicado originalmente em 1979. Nele, o autor mostrou como o dualismo “indivíduo” *versus* “pessoa” perpassa todo o dia-a-dia dos brasileiros. Segundo o autor, no nosso país, o “indivíduo” não é visto como um sujeito de direitos e deveres, como, por exemplo, nos Estados Unidos, mas sim como um “joão-ninguém” das multidões, um não participante dos poderosos sistemas de relações pessoais (os laços de compadrio, de amizade, entre outros).

Quando Benedito diz que na Faculdade “as coisas são muito pessoais”, ele está justamente tentando contornar esta confusão entre o “público” (a esfera do “indivíduo”) e o “privado” (o lugar da “pessoa”) que, por assim dizer, define a cultura brasileira. Porém, poderá pensar o leitor, Benedito não é a pessoa mais indicada a fazer este tipo de crítica, pois, tanto o PAJ, quanto a conquista de um espaço físico para a lotação das atividades da associação de moradores do bairro do Alto das Pombas, só se tornaram

possíveis através dos seus contatos pessoais. Temos, pois, de entender a censura por ele endereçada à unidade universitária nos termos de uma “tática”, no sentido dado pelo filósofo Michel de Certeau (2003). De acordo com ele, a “tática” opera de um lugar subordinado; logo, cabe ao mais fraco agir taticamente nas sendas e fraquezas da estrutura social, cujas regras do jogo lhes são prejudiciais (Certeau, 2003). Neste sentido, Benedito se apoiou no princípio da “institucionalização” das relações sociais como uma forma de viver taticamente dentro da própria instituição, embora saiba que este mesmo princípio seja de pouca valia em outras esferas sociais.

Com estas críticas, Benedito encerrou a apresentação do meu trabalho de conclusão de curso. E aqui eu retorno ao telefonema no escurinho do cinema. Havia se passado algum tempo após o evento acima descrito. Benedito resolveu contatar-me, pois alguns mexericos chegaram aos seus ouvidos dando conta de uma possível irritação por parte da professora Lina Aras em relação ao seu discurso, parcialmente acima reproduzido. Como realmente eu nada sabia a respeito destes acontecimentos, pude tão somente ouvir os seus apelos: “a diretora tem de entender que não se trata de uma crítica pessoal; eu tenho de lutar por nossa causa e para isso eu preciso que a nossa presença seja institucionalmente reconhecida” – disse ele.

Como me limitei a apenas ouvi-lo, Benedito sugeriu que eu estaria por defender a diretora, face aos nossos laços de amizade. Esse tipo de acusação foi uma constante em todo o meu trabalho de campo. E aqui eu volto à aula do professor de literatura sobre a *Odisséia* de Homero, no filme *O leitor* (2008). Era como se eu mantivesse determinadas informações, as quais, por vários motivos, às vezes nobres, às vezes cruéis, decidi não revelar. Se, no plano mais geral de uma etnografia, o antropólogo aparece para seus interlocutores como alguém que possui um saber socialmente autorizado, tendo, pois, a capacidade de melhor os compreender, essa dinâmica das relações mais privadas fazia de mim um homem que, supostamente, sabia demais. Por este motivo, eu era visto como alguém a ter o poder de entender todas as nuances da trama.

Como bem apontou o antropólogo David Mosse (2006), quanto mais próximos estamos do campo, tanto em termos geográficos, quanto em termos afetivos, mais somos moldados por ele. A proximidade não apenas traz a lume os limites da etnografia, enquanto uma técnica de pesquisa; ela a torna mais socialmente visível. Como sou um estudante da instituição a ser, por assim dizer, meu “objeto de pesquisa”, tive de lidar com os paradoxos de ser um informante privilegiado do meu próprio

trabalho.

Em conversas no pátio ou nas instalações administrativas da Faculdade, com colegas ou professores, todos eram unânimes em relação à importância da minha pesquisa. A própria geografia humana da cidade configurava esta apreensão. A Faculdade de Filosofia mais parece um entreposto a mediar as relações entre as áreas nobres dos bairros de Ondina e da Federação e os arrabaldes humildes dos bairros do Alto das Pombas, do Calabar e de São Lázaro. Este último abriga as instalações da Faculdade e possui uma peculiaridade: o trajeto em direção à instituição – a rua Professor Aristides Novis (ou Estrada de São Lázaro) – abriga edifícios e moradas de alto padrão; logo após o *campus* da unidade, deparamo-nos com a Igreja de São Lázaro, envolta por casebres simplórios entrecortados por becos e vielas por onde trafegam uma população economicamente subalterna. Enfim, em uma mesma rua vislumbramos os dois lados da vida. A proximidade para com esses núcleos menos favorecidos da sociedade é invariavelmente apontada como a causa da violência urbana nesta região. A Faculdade de Filosofia não passa incólume a estes episódios de criminalidade e, ao mesmo tempo, tem de lidar com o papel social que se espera de uma universidade pública. Conflagra-se aí o terreno das “relações incômodas” a revestir a importância dada a este trabalho.

Porém, esta notoriedade é condicionada por certa visão a respeito da etnografia. Tudo se passa como se eu estivesse por escrever a “verdade” acerca das relações entre a Faculdade de Filosofia e o seu entorno e não apenas mais uma “versão” sobre ela. Muitas vezes, pondera o antropólogo Don Kulick (1995), o sucesso de uma etnografia é mensurado a partir da quantidade de segredos que o antropólogo conseguiu desvelar em campo, tais como, fórmulas mágicas, cultos fetichistas, mitos esotéricos, rituais secretos, experiências privadas, entre outros. Ora, comecei a perceber que as pessoas esperavam de mim justamente isto: a revelação dos segredos, das histórias dos bastidores, o lado oculto da peça, os segredos da coxia. Desta forma, fui encarado como um *leitor* privilegiado de uma determinada cultura. A etnografia sendo, pois, concebida como uma “hermenêutica da revelação”, isto é, comparando-se a cultura a um texto, a tarefa do antropólogo seria a de revelar os significados ocultos da obra.

Assim, a exemplo da etnografia de David Mosse (2006) sobre as políticas de desenvolvimento financiadas pelo governo britânico, no contexto da ajuda internacional às vilas tribais no ocidente da Índia, meu trabalho de campo não foi lido como um assunto geral – talvez uma antropologia das instituições públicas – mas como um

assunto particular. Também David Mosse era um *insider* – isto é, um participante da organização – em seu campo. Ele trabalhara cerca de onze anos como consultor no Departamento Britânico para Desenvolvimento Internacional (DFID), o que lhe propiciou o capital político necessário em relação à permissão para a execução da pesquisa. Quando os seus colegas tiveram acesso ao seu texto, eles não o vislumbraram como um produto de vários pontos de vista, mas como uma “declaração singular” (“singular statement”) sobre o projeto como ele é. Enfim, a etnografia tida como uma avaliação.

No meu caso, como o texto só agora vem a público, posso falar das expectativas. Se em conversas privadas os meus interlocutores se mostravam otimistas em relação ao meu trabalho, em eventos públicos tais como as reuniões da Congregação da Faculdade e os sucessivos debates por ocasião de eleições internas na universidade (como, por exemplo, o pleito para a escolha do diretor da Faculdade de Filosofia e a consulta para a ocupação dos postos no reitorado) o otimismo dava lugar ao receio e ao incômodo. O temor girava em torno da possibilidade de o trabalho de campo ser, em verdade, uma pedra lançada contra reputações individuais. Ou, na pior das hipóteses, o medo guardava a sua justificação na possibilidade de uma retomada dos escritos do intelectual francês Louis Althusser, ou seja, na possível demonstração de esta instituição de ensino superior ser, em verdade, um aparelho ideológico do Estado, braço intelectual dos projetos de dominação estatais (Althusser, 1985). Neste sentido, a etnografia seria vista, nos termos de David Mosse (2006), como um exercício de antropologia *anti-social*, porque colocaria em risco o bom convívio social, ou, nos dizeres de Gilberto Velho (2004), citado anteriormente, como uma “categoria de acusação”, pois ela teria o poder de revelar as dificuldades enfrentadas pela Faculdade, diante da abertura de suas portas para as comunidades de seu entorno.

Assim, as inquietações em relação ao trabalho de campo por mim levado a cabo não se resumem apenas à esfera da interpretação dos acontecimentos. Referem-se, também, ao próprio ato de narrar, à forma com a qual se manuseará as informações. Porém, como afirmam as antropólogas Ana Luíza Carvalho da Rocha e Cornélia Eckert (2005), o vigor da produção antropológica não está relacionado meramente ao conteúdo informativo, mas também à relação que o etnógrafo, como narrador, institui com a matéria do conhecimento, território onde se mesclam a sua experiência e as experiências dos outros com que convive, ambas entretecendo a sua arte de narrar. O arcabouço teórico e o escopo desta pesquisa são, pois, o tema do próximo tópico.

Arcabouço teórico e escopo deste trabalho

O objetivo desta pesquisa é analisar as relações entre a Faculdade de Filosofia e as comunidades circunvizinhas. Para tanto, a presença de jovens pertencentes a estas comunidades nas dependências da instituição será o fio condutor desta análise. Como vimos, em duas ocasiões, esta população pôde contar com a parceria da organização para a realização de determinados projetos, vale lembrar, o Fatumbi e o PAJ. Em ambos os casos, a iniciativa partiu desses moradores; em especial, a ação de Benedito foi deveras relevante para a concretização dos dois processos.

Essas duas situações pontuais precisam ser enquadradas no quadro mais geral do contato entre a instituição e as áreas de seu entorno. Os bairros do Alto das Pombas, do Calabar, da Roça da Sabina³ e demais localidades limítrofes à Faculdade já faziam certo uso privado das instalações da unidade. Dentre estes usos destacam-se as práticas de lazer e de mobilidade espacial. Assim, há que se compreender a organização dentro do espaço geográfico que a cerca, o que nos aponta para a necessidade de um entrelaçamento entre as perspectivas da antropologia urbana e da antropologia política, esta última particularmente direcionada ao âmbito das instituições.

No tocante à antropologia urbana, parte-se do pressuposto de que os vários elementos da vida social podem ser influenciados pelos territórios onde os sujeitos vivem e/ou desempenham suas atividades, ou seja, está em jogo o que o antropólogo uruguaio Rubén Kartzman (1999) chama de “efeito vizinhança”. Porém, a própria categoria “vizinhança” precisa ser matizada, na medida em que a quantidade dos contatos de vizinhança nada nos informa acerca da natureza dessas relações (Ruonavaara e Kuovo, 2009). Neste sentido, podem os vizinhos ocupar o mesmo espaço, sem, contudo, constituir uma vizinhança. Em outras palavras, a proximidade física não necessariamente acarreta um amalgamento entre as pessoas. Fatores como o grau de instrução, o acesso a determinados bens de consumo, dentre outros, podem contribuir para a construção de barreiras simbólicas, o que os sociólogos finlandeses Hannu Ruonavaara e Antti Kuovo chamam de “gerenciamento da inacessibilidade”

3 Área limítrofe ao Calabar, separada apenas por uma rua, situada nas elevações da Avenida Centenário. Sua denominação faz alusão à Mãe Sabina, mãe de santo que comandou um terreiro de culto caboclo naquela região, por volta dos anos 40.

(“managing inaccessibility”). Por este motivo, há que se distinguir “neighbouring” (vizinhos) de “neighbourliness” (vizinhança), pois só podemos falar nesta última quando verificamos a existência de relações positivas tais como a ajuda mútua, os laços de comunhão e de fraternidade etc. etc. (Ruonavaara e Kuovo, 2009).

Assim, de acordo com o sociólogo português João Arriscado Nunes (1995), as relações informais suscitadas pela proximidade geográfica informam um duplo padrão de socialidade, a saber: por um lado, podem reforçar mecanismos e/ou dispositivos humanizadores/emancipadores; por outro, podem contribuir para a geração de exclusões e desigualdades sociais. Ou seja, há um pólo de “interação” e outro de “evitação”. Foram estas as categorias utilizadas pelos pesquisadores Ronaldo Almeida, Tiarajú D'Andrea e Daniel De Lucca (2008) quando eles analisaram as relações de vizinhança estabelecidas entre os bairros paulistas de Paraisópolis (área favelizada) e do Morumbi (área nobre). A proximidade para com um dos núcleos mais afortunados da capital paulistana possibilitava aos moradores de Paraisópolis dois tipos de experiências: por um lado, a facilidade para a assunção de certos recursos materiais, principalmente no concernente à esfera do trabalho (a “interação”); por outro, a violência urbana que assolava a localidade incentivava a construção de edifícios providos de um forte esquema de segurança (a “evitação”). Tal situação, guardadas as suas possíveis distinções, assemelha-se à vivenciada pelos bairros do Alto das Pombas, do Calabar, da Roça da Sabina e de São Lázaro – vale lembrar, áreas favelizadas entre as cercanias da Federação, da Graça, da Barra e de Ondina, zonas nobres da cidade de Salvador –, localidades frequentemente relatadas como celeiros de traficantes e bandidos pela crônica policial da capital baiana.

Uma vez apresentado o arcabouço teórico pertinente à antropologia urbana, cabem algumas explicações acerca das instituições. Nas ciências sociais, o termo “instituição” tem um sentido bastante amplo, podendo englobar organizações (por exemplo, corporações e instâncias estatais), práticas sociais (tais como o casamento, o ato de fazer promessas, entre outras) e sistemas de regras (tais como os princípios capitalistas e comunistas de trocas econômicas) (Martin, 1995). Assim sendo, reconhece-se pelo menos cinco grupos de instituições a governar a vida societal, quais sejam:

“(1) instituições econômicas para a produção, distribuição e consumo de bens e serviços; (2) instituições políticas que regulam o acesso e o controle do poder; (3) instituições de estratificação social que regulam o acesso ao prestígio e ao status social; (4) parentesco, casamento e família, estas responsáveis pelo controle da reprodução; e finalmente (5) instituições

culturais concernentes às práticas religiosas, simbólicas e culturais” (Turner, 2006, p. 300, tradução minha⁴).

Vê-se, com esta tipologia, que as instituições são como pontes sociais entre comportamentos humanos e ambientes naturais (Turner, 2006). Logo, ela não se resume apenas a uma estrutura formal, a um aparato político ou administrativo; ela é, pois, um processo em ação. Assim, uma abordagem etnográfica das instituições deve estar ancorada na questão do exercício da política, seja qual for o tipo de organização em questão (Abélès, 1995).

Seguindo as sugestões do antropólogo Marc Abélès (1995), pode-se dizer que o esforço do antropólogo gira em torno de uma tarefa de desconstrução, qual seja: desconstruir a instituição concebida como autônoma em suas finalidades. Quando se analisa uma instituição tendo em vista as suas prerrogativas, os seus objetivos, tem-se uma imagem bastante fiel da organização tal como proposto por seus próprios idealizadores. Nesta perspectiva, o interesse está direcionado mais para como a instituição se comporta diante às finalidades *a priori* estipuladas e menos nos acontecimentos que se lhe irrompem, donde qualquer tipo de falha ou bloqueio é facilmente interpretado como indício de mal-entendido, de frustração e contradição entre a margem de iniciativa dos atores e as contenções do sistema. Então, o que significa “desconstruir” analiticamente uma instituição de ensino superior? Respondo: significa não analisá-la de acordo com os parâmetros que lhe são peculiares, quais sejam, o ensino, a pesquisa e a extensão.

Esta demarcação propõe que a instituição, ao invés de ser tratada como um bloco homogêneo, deve ser pensada como um espaço de confrontação de representações, espaço este onde trajetórias se cruzam em torno da busca do poder (Abélès, 1995). Assim,

(...) na instituição, a questão do poder como “a capacidade de influenciar a ação dos outros” está sempre presente. Neste sentido, a temática da instituição é uma parte integrante da antropologia política. A vantagem dessa abordagem consiste em sua atitude de explorar os poderes informais que proliferam sobre as hierarquias oficiais. Jean Monnet, grande mestre nessa matéria, gostava de realçar o papel dos homens-chave [“hommes clés”], aqueles que não ocupam o centro do palco, mas, devido a um tipo de competência específica e sua posição sobre as fronteiras das diferentes redes, mantêm as alavancas da ação (Abélès, 1995, p. 82, tradução minha⁵).

4 No original: “(1) economic institutions for the production, distribution, and consumption of goods and services; (2) political institutions that regulate and control access to power; (3) institutions of social stratification that regulate access to prestige and social status; (4) kinship, marriage, and family that control reproduction; and finally (5) cultural institutions that are concerned with religious, symbolic, and cultural practices”.

5 No original: “Dans l’institution, la question du pouvoir comme “capacité d’agir sur l’action des autres”

No tocante aos poderes informais, surge outro questionamento: como classificar as ações não oficiais que emergem sob as hierarquias oficiais? Sobre esta questão, a antropóloga Mary Douglas nos mostrou em seu clássico livro *How the institutions think* [*Como as instituições pensam* (1998)], publicado originalmente em 1986, que, embora o pensamento seja um ato individual, cabem aos processos sociais a tarefa de difusão, classificação e análise. Neste trajeto, as decisões coletivas são entregues às instituições, isto é, às regras de convivência preestabelecidas socialmente. De acordo com o seu biógrafo intelectual, Richard Fardon (1999), Douglas nos mostra que certos arranjos institucionais particulares podem concomitantemente partilhar uma ampla cultura classificatória (por exemplo, aquela que considera a favela como um *locus* do desregramento social) e apoiar distintas culturas de luta (por exemplo, a luta dos menos favorecidos por melhores condições de vida). Estas formulações de Douglas reconhecem explicitamente que certas organizações, particularmente nas sociedades de massas, podem ser opostamente definidas através da aliança e da reação (Fardon, 1999). Veremos que em relação ao seu entorno geográfico, a Faculdade de Filosofia como que oscila entre as duas posições, na medida em que reconhece a necessidade de se desenvolver ações naquelas áreas (aliança), mas também se sente desconfortável ante os episódios de violência que assolam o seu *campus* universitário (reação).

No concernente à classificação da população residente nas áreas limítrofes à instituição, encontrei em uma obra sobre a Faculdade uma categoria deveras interessante a servir como uma forma de enquadrar esse contingente populacional. Vejamos mais de perto.

Em 1989, provocado pelo professor Ubirajara Rebouças, então diretor da Faculdade de Filosofia, o docente lotado no Departamento de Filosofia e ex-diretor da unidade (gestão 1980-1984), Rui Simões (1990), escreveu um libelo de inspiração proustiana acerca da instituição. Nele, o autor buscou atar as duas pontas da vida da organização, procurando, por assim dizer, os elos de uma identidade perdida. Este inglório destino se deu em decorrência da falta de unidade institucional suscitada pela reforma universitária de 1968, que conflagrou o terreno para a “autonomização” dos

est toujours présente. En ce sens, la thématique de l'institution est partie intégrante de l'anthropologie politique. L'intérêt de cette approche consiste dans son aptitude à explorer les pouvoirs informels qui prolifèrent sous les hiérarchies officielles. Jean Monnet, grand praticien en la matière, aimait à souligner le rôle des “hommes clés”, ceux qui n'occupent pas le devant de la scène, mais qui, en raison d'un type de compétence spécifique et de par leur position aux confins de différents réseaux, détiennent les leviers de l'action”.

Departamentos, dos Colegiados, dos Núcleos de Pesquisa, dos Programas de Pós-Graduação e dos Órgãos Suplementares.

Após ressaltar as qualidades da nova sede (em 1974, a Faculdade passou a ocupar o espaço físico situado no bairro de São Lázaro), tais como, o seu clima bucólico, a sua vista deslumbrante para a orla da cidade, onde “céu e mar confundem-se no horizonte” (Simões, 1990, p. 61), a calma a incentivar a contemplação e o recolhimento, entre outras, Simões, entre comentários irônicos endereçados a seus colegas, listou alguns dos problemas cruciais da instituição. As críticas se dirigiam a certos impasses estruturais, tais como a falta de salas para abrigar uma grande demanda de alunos, as “anomalias” dos Departamentos, a evasão escolar e a inocuidade da Pós-Graduação. De forma sub-reptícia, Simões apontou um dos problemas internos da unidade de ensino, qual seja:

Coqueiros, cajueiros e, sobretudo, mangueiras, carregados de frutos, são irresistível tentação aos moradores das encostas e baixadas, limítrofes com o Alto das Pombas e o Calabar. A fome crônica determina *invasões solertes*, que geram ocorrências policiais; numa delas, felizmente única, houve morte de um invasor. Daí a proibição aos vigilantes portar armas (Simões, 1990, p. 62, grifos meus).

O título desta dissertação foi retirado deste comentário. Se fôssemos seguir o raciocínio do professor Ruy Simões, a presença de jovens residentes nas encostas e baixadas limítrofes com o Alto das Pombas e o Calabar seria uma “invasão solerte”, haja vista, cabe recordar, a forma arteira e astuta pela qual Benedito se impôs, juntamente com o seu grupo de adolescentes, nas dependências da Faculdade. Veremos no decorrer deste trabalho outras possíveis acepções para o termo “invasões solertes”.

E por falar em transcorrer do processo de escrita, eis aqui o escopo de cada capítulo desta dissertação. No *1º capítulo*, apresento ao leitor os bairros que compõem o entorno geográfico da Faculdade, mostrando as clivagens sociais características destes lugares. Especial relevo será dado às localidades mais humildes, a saber, o Alto das Pombas, o Calabar e a Roça da Sabina. Veremos que a crônica social da cidade concebeu estes locais como “invasões”, numa tentativa de classificar um contingente populacional que estava inserido entre as cercanias mais afortunadas da capital baiana. Ao final do capítulo, serão apresentados alguns dados etnográficos a respeito do cotidiano atual destes rincões.

No *2º capítulo*, o leitor conhecerá a Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA. O esquema da escrita será semelhante ao do capítulo anterior. Começo com dados históricos acerca da instituição e finalizo com uma descrição etnográfica sobre o

cotidiano da unidade. Como que mediando estes dois pólos da narrativa, há uma análise acerca da obra do professor Ruy Simões. Nela veremos outras acepções possíveis ao termo “invasões solertes”. Na parte correspondente ao relato antropológico, intitulada *A vida íntima da Faculdade de Filosofia*, mobilizo um acontecimento singular ocorrido nas altas esferas administrativas da instituição, qual seja: o julgamento referente aos assuntos informais da Faculdade. Tratando especificamente de um corpo de funcionários tidos como informais, a entidade se viu obrigada a resolver uma vertente do poder não oficial incrustado em suas hierarquias oficiais. Aqui surgirão alguns dos “homens-chave” de Jean Monnet (Abélès, 1995). Digamos que este caso nos oferece um padrão de inteligibilidade para a compreensão de outro vetor de informalidade que se agarrou fortemente à unidade, qual seja: a presença de moradores das áreas vizinhas nas dependências da instituição. Este é, pois, o assunto do 3º capítulo. Nele, começarei pela descrição da presença dos jovens beneficiários do PAJ em solo universitário, com o objetivo de mostrar as vicissitudes por eles vivenciadas no momento em que passaram a fazer parte do cotidiano da organização. Veremos que da invisibilidade o grupo foi progressivamente emergindo para uma “visibilidade perversa” (Sales, 2004), principalmente em virtude de alguns episódios de violência ocorridos na área do *campus* universitário. Também apresentarei a forma como o contato com as comunidades circunvizinhas foi discutido em diversos fóruns da casa. Por fim, demonstrarei, a partir da trajetória de Benedito, o amplo espectro das relações entre comunidades populares e instituições de ensino superior.

Por seu turno, as considerações finais retomarão os pontos mais importantes discutidos no decorrer desta dissertação. Todavia, recorrerei a um expediente inusitado, no tocante à conclusão de um trabalho acadêmico, qual seja: contarei mais uma história que nos servirá como uma síntese para a argumentação aqui levada a cabo. Para encerrar esta introdução, cabem algumas considerações de cunho metodológico.

Aspectos metodológicos e éticos

Esta pesquisa privilegiou a observação participante, em dias não consecutivos, e o recurso do diário de campo. Os dados foram coletados entre os anos de 2008 e 2011. Acompanhei a estadia dos jovens do PAJ nas instalações da Faculdade. Na qualidade de estudante da instituição, pude vivenciar o cotidiano da unidade. Observei como as

relações entre a entidade e as comunidades de seu entorno foram discutidas no âmbito de alguns eventos públicos aqui sediados, tais como as eleições para a diretoria da Faculdade e para o reitorado da universidade, as reuniões das organizações de representação estudantil e da Congregação, órgão máximo de deliberação da instituição. Cabe esclarecer a composição e as prerrogativas de uma Congregação, face à organização de uma unidade universitária.

De acordo com o Estatuto e Regimento Geral da UFBA (2010), as unidades universitárias estão organizadas conforme a seguinte estrutura básica: 1) Congregação; 2) Diretoria; 3) Colegiados; e 4) Outros órgãos definidos em seus respectivos regimentos internos tais como Departamentos, Coordenações ou Núcleos Acadêmicos. *Grosso modo*, compete à Congregação a jurisdição e o supervisionamento da atuação dos outros órgãos da unidade, bem como a definição do posicionamento oficial da entidade frente às políticas educacionais e de desenvolvimento de pessoal adotadas pela universidade.

Geralmente, a Congregação tem a seguinte composição:

1) Diretor, seu Presidente; 2) Vice-Diretor; 3) Representantes da Unidade Universitária nos Conselhos Acadêmicos; 4) Representação de Colegiado(s) do(s) curso(s) ministrado(s) pela Unidade Universitária; 5) Representação de Departamento(s), onde houver; 6) Representação do corpo docente, na forma do Regimento Interno de cada Unidade Universitária; 7) Representação do Corpo técnico-administrativo, na forma do Regimento Interno de cada Unidade Universitária; e 8) Representação do corpo discente, na forma da lei (Universidade Federal da Bahia, 2010, p. 38)⁶.

Pode-se dizer que a Congregação é o órgão mais importante de uma Unidade Universitária. Tive a oportunidade de acompanhar várias reuniões desta entidade no âmbito da Faculdade de Filosofia. Algumas foram gravadas; outras não. Também tive acesso às atas dessas reuniões no período 2008-2010. Cabe ainda informar que a entidade atualmente possui 31 conselheiros dentre as representações acima listadas.

Como uma forma de contextualização dos dados etnográficos, realizei cinco entrevistas com indivíduos por mim considerados informantes-chave, devido ao fato de ocuparem cargos e/ou posições estratégicas no bojo da instituição, quais sejam: uma, com o atual diretor da organização, o professor João Carlos Salles; outra, com um docente da Faculdade, que, além de morar nas proximidades da unidade, foi estudante da entidade nos anos de 1960 e 1970; em seguida, também foi ouvido um funcionário, a

6 Baseio-me no Estatuto e Regimento Geral da UFBA porque, até o presente momento, a Faculdade de Filosofia ainda não possui o seu Regimento Interno. Este, pois, está sendo discutido no âmbito da Congregação da unidade.

saber, o livreiro, que possuía vínculos empregatícios informais com a corporação; por seu turno, em relação a Benedito, tive a oportunidade de entrevistá-lo formalmente em duas ocasiões; e, por fim, foram entrevistados dois adolescentes beneficiários do PAJ.

Ainda no terreno da contextualização das informações, também foram utilizadas algumas matérias veiculadas pela imprensa, cuja pauta girava em torno do cotidiano da Faculdade de Filosofia. Por fim, tive acesso a fontes não canônicas de pesquisa, quais sejam, *blogs* e páginas dedicadas aos relacionamentos e as redes sociais – notadamente, o *Orkut*⁷ e o *Skyscrapercity*⁸ –, veiculadas na Internet (rede mundial de computadores), formidáveis fontes de declarações espontâneas, haja a vista o fato de a própria explicitação dos meus interesses nesta pesquisa enviesar as respostas obtidas para as perguntas sobre as relações entre as instituições de ensino superior e as comunidades populares.

Por fim, no que diz respeito aos princípios éticos, a regra de anonimato por mim adotada, conforme os preceitos da antropóloga Ana Cláudia Cruz da Silva (2004), vale apenas para as pessoas, e, ainda assim, para as não muito públicas. Desta forma, optei por manter o verdadeiro nome dos ocupantes de cargos públicos, das pessoas mencionadas em materiais de cunho jornalístico e dos sujeitos cujos nomes conferem sentidos a uma série de lugares.

7 O Orkut é uma rede social que tem por objetivo ajudar seus membros a conhecer pessoas e manter relacionamentos. Nele, é possível publicar fotos e vídeos pessoais, criar comunidades em formato de fóruns de discussão, enviar e ler novidades de sua rede de contatos.

8 O Skyscrapercity é um portal responsável por organizar fóruns dedicados à discussão de temas relacionados à arquitetura, construção civil e desenvolvimento urbano. Neles, os participantes podem postar fotos de quaisquer cidades que tenham fotografado, permitindo, pois, a apreciação e os comentários dos demais participantes.

Capítulo I

As “invasões solertes” e a urbanização da cidade da Baía

São Lázaro, Alto das Pombas, Calabar, Roça da Sabina... Localidades do grande bairro da Federação. Neste capítulo apresentarei ao leitor as áreas que compõem a vizinhança da Faculdade de Filosofia. Se, nos dias de hoje, os moradores destes lugarejos se regozijam por estarem vivendo próximos ao centro da cidade, veremos que, antigamente, as noções de distância geográfica vigentes consideravam estes lugares como um “mundo distante”. Esta narrativa começará no século XIX, tendo como enredo uma revolta popular. Meu primeiro guia será o historiador João José Reis. Adiante, passarei ao século XX, para deslindar o processo de constituição das chamadas “invasões”, termo pelo qual foram qualificadas as áreas que são o objeto desta análise. Neste trajeto surgem meus próximos guias, a saber, os intelectuais americanos Donald Pierson, Robert Park e Ruth Landes que, no final da década de 30, desembarcaram na provinciana cidade da Baía. Mais adiante, concentrar-me-ei nas décadas de 70 e 80, com o intuito de descrever as turbulências e as tensões vivenciadas por uma cidade que crescia virulentamente e que observava apreensiva a luta de um contingente populacional tido como subalterno pela posse da terra, ou melhor, pelo direito inalienável da habitação. Surge aqui um novo guia, qual seja, o jornalista Fernando Conceição. Por fim, retornarei ao cenário inicial, com o intuito de descrever as suas condições atuais. O palco da revolta popular do século XIX transforma-se no cenário do assassinato de um jovem rapaz. Aqui, além das minhas próprias observações etnográficas, conto com a prestimosa ajuda da ex-estudante do curso de Ciências Sociais da UFBA, Lucia Manisco. Cabe esclarecer ao leitor que todo este relato terá como pano de fundo o processo de desenvolvimento da cidade de Salvador – e do estado da Bahia, de uma maneira geral. Para esta visão panorâmica, conto com o auxílio do antropólogo Antônio Risério.

Longe da cidade

25 de outubro de 1836. Uma revolta pluriclassista e multirracial eclodia na cidade de Salvador. O recém inaugurado Cemitério do Campo Santo era destruído antes mesmo de ter o privilégio de sepultar sua primeira alma. Reside aí, no ato do sepultamento dos mortos, o motivo para tal sangria. Até então, conta-nos João José Reis (1991), os defuntos eram enterrados nas igrejas em rituais festivos e afeitos ao espetáculo, pois se acreditava que o espírito deveria chegar alegre ao outro mundo. Tais festividades passaram a entrar em choque com as concepções modernas de medicalização da morte. De acordo com estas, o corpo morto era um *locus* de doenças e moléstias; logo, eles deveriam ser enterrados *o mais longe possível* dos locais de sociabilidade humana, de modo a evitar o contágio e a propagação das enfermidades. Foi contra estes pressupostos que a população soteropolitana se insurgiu, na tentativa de manter a sua cultura funerária tradicional.

Ao adotar as medidas de higienização urbana, o governo provincial resolveu construir o Cemitério em uma área afastada da cidade. Para tanto, conta-nos o engenheiro Paulo Segundo da Costa (2003), desapropriara a Fazenda São Gonçalo, pertencente à empresa José Augusto de Matos & Cia (dos sócios José Augusto Pereira Matos, José Antônio de Araújo e Caetano Silvestre da Silva), entregando-a, em regime de concessão, à Santa Casa de Misericórdia da Bahia. O acordo previa para a entidade cristã o privilégio exclusivo de efetuar sepultamentos pelo prazo de 30 anos (Costa, 2003). O Campo Santo localizava-se a cerca de 3 km do então centro nevrálgico da cidade da Baía, a saber, a área portuária (hoje, bairro do Comércio); era tido, pois, como uma espécie de periferia rural de Salvador, a exemplo dos bairros da Vitória e da Barra. Cabe uma melhor explicação das divisões administrativas e do padrão de urbanização da então cidade de Salvador.

De acordo com o já citado João José Reis (1991) e Ana Amélia Vieira Nascimento (2007), também historiadora, um relevo acidentado dividia Salvador, ou simplesmente a Bahia, como era apelidada pelos moradores mais antigos, em Cidade Alta e Cidade Baixa, tal como Lisboa, a capital portuguesa. Imagine-se, leitor, no lugar de um viajante qualquer, tendo por destino a cidade da Baía. Do navio, a paisagem desenhada pela Baía de Todos os Santos deixa-o comovido diante a tamanha beleza. Casas, igrejas e conventos pintados de branco, no alto das elevações montanhosas,

contrastavam harmoniosamente com uma exuberante vegetação a desembocar, preguiçosamente, nas águas da baía. Era doce admirar o mar, as ondas verdes do mar... Era suave a brisa, era suave o vento que fazia cantiga nas folhas... O navio aporta e o seu coração palpita de ansiedade. Um novo mundo por desbravar; novas belezas para te fazer suspirar. Mas eis que, inadvertidamente, vem a decepção. A cidade era mal urbanizada. “As ruas eram estreitas, irregulares, mal calçadas, sujas, com esgotos abertos, dentro dos quais se lançava todo tipo de dejetos. Eram também mal iluminadas, por lampiões de azeite de baleia que frequentemente apagavam, deixando os habitantes na escuridão nas noites sem lua” (Reis, 1991, p. 27-28).

Administrativamente, a cidade era dividida em dez freguesias, quais sejam: Sé ou São Salvador; Nossa Senhora da Vitória; Nossa Senhora da Conceição da Praia; Santo Antônio Além do Carmo; São Pedro Velho; Santana do Sacramento; Santíssimo Sacramento da Rua do Passo; Nossa Senhora de Brotas; Santíssimo Sacramento do Pilar; e Nossa Senhora da Penha. De acordo com Nascimento (2007), freguesia, no sentido lato, denota o conjunto de paroquianos, um clientela, do ponto de vista eclesiástico. Especificamente, freguesia é “(...) um espaço material limitado, divisão administrativa e religiosa da cidade, onde estavam localizados os habitantes da cidade, ligados à sua igreja matriz” (Nascimento, 2007, p. 44). Nestes termos, as demarcações eclesiásticas se confundiam com as jurisdições temporais.

“O comércio se concentrava nas freguesias de Nossa Senhora do Pilar e principalmente Nossa Senhora da Conceição da Praia. O bairro da Praia, como se chamava a área do porto, era o coração do distrito comercial” (Reis, 1991, p. 28). Nele, aportavam navios estrangeiros, saveiros do interior; vendia-se fumo, bebidas, algodão, açúcar, jóias e pedras preciosas. As imagens de negros *seminus* sendo comercializados nesta região portuária feriam a sensibilidade dos viajantes estrangeiros, principalmente os ingleses. O comércio também era o lugar dos trabalhadores livres. Barbeiros, santeiros, alfaiates, trançadores de cestos e chapéus de palha eram as típicas figuras humanas a colorir o local.

As freguesias do Pilar e da Conceição da Praia também possuíam seus estabelecimentos residenciais. Tratava-se de grandes sobrados, povoados notadamente por famílias de comerciantes e caixeiros portugueses, acompanhados de seus muitos escravos. João José Reis faz uma importante observação: “(...) em ambas as freguesias, como de resto em todo o perímetro urbano de Salvador, *residências de ricos e pobres se misturavam*” (Reis, 1991, p. 30, grifos meus).

No concernente ao convívio de classes sociais distintas, a freguesia da Sé, na Cidade Alta, era a Meca de tudo isso. Famílias de ricos senhores de engenho, padres e autoridades eclesiásticas dividiam os mesmos traçados com negros escravos e alforriados. Estes, porém, se apinhavam nos chamados subsolos, as lojas dos grandes sobrados cujos andares superiores resguardavam as famílias brancas. Na Sé, bem como em outras freguesias do centro – freguesias do Passo, do Santo Antônio Além do Carmo, Santana e São Pedro –, havia moradas mais humildes, feitas de material barato, constituídas apenas por portas e janelas, sem divisórias internas, ocupadas por famílias negras pobres, escravos libertos, então dedicados aos trabalhos manuais tais como o artesanato, a lavagem de roupa, o transporte de cadeiras e o comércio informal. “Essa população humilde, quase indigente, já começava a afugentar os mais privilegiados para outras freguesias, principalmente para a Vitória, ao sul da cidade, onde belas casas cercadas de jardins eram ocupadas por ricos comerciantes brasileiros e estrangeiros, ingleses principalmente” (Reis, 1991, p. 30).

Segundo Reis (1991), a Vitória dessa época era uma periferia de luxo, cercada por grandes chácaras, onde praticamente não haviam relações comerciais. Havia outras periferias. Na própria fronteira entre a Vitória e o mar, encontravam-se o povoado da Barra e, continuando o traçado da orla, o povoado do Rio Vermelho, cujos moradores viviam do mar e para o mar, até aproximadamente a década de 30 do século XX, quando são enxotados para dar lugar a uma elite que descobria os prazeres do banho salgado. Aqui encontro uma ponte para falar sobre os passatempos da população soteropolitana no século XIX.

De acordo com Antônio Risério (2004), a praia como um espaço de sociabilidade é um empreendimento do século XX. Antes disso, muitas de suas funções (diversão, entrelaçamento grupal, saída do rotineiro, exibição narcísica, paquera e namoro, contato sensual com a natureza) se desenvolviam em práticas como o piquenique, o passeio, a jornada. Risério faz uma ressalva geralmente esquecida pelos estudiosos: “Não é que a beira do mar não fosse povoada, percorrida ou visitada desde os primeiros dias coloniais. Era. A diferença é que nossas elites, que construía seus sobrados de costas para o mar, não frequentavam a orla para banhar. Os pobres é que iam à maré” (Risério, 2004, p. 475).

Na cidade da Baía não seria diferente. Risério (2004) encontra no romance *O feiticeiro*, de Xavier Marques, cuja ação se passa no século XIX, um bom retrato dos costumes da época. Nele, no atinente aos divertimentos, não há espaço para o litoral;

nem no verão. Nos dias de estio, os passeios ao subúrbio campestre era um prazer salutar cultivado pela mediania da população local. Eram excursões ao Cabula, ao Matatu de Brotas, às colinas de São Lázaro, ao Garcia, às margens do Dique. Segundo Xavier, conta-nos Risério, “só desaproveitavam as idas àqueles sítios a gente mais pobre, que 'tinha muitos filhos e nenhum feriado, e as famílias mais ricas, 'vítimas da meia aristocracia de últimas modas e lautos almoços a hora certa” (Risério, 2004, p. 478).

Em verdade, os divertimentos da população pobre e negra eram socialmente condenados. Os batuques e os atabaques dos negros, considerados pela elite branca como “divertimentos estrondosos” (Santos, 1997), eram violentamente perseguidos; daí a importância das freguesias longínquas de Brotas e de Nossa Senhora da Penha, localizada na Península de Itapagipe. Nestas, a situação de fronteira e a presença de uma densa vegetação ainda inexplorada favorecia à formação de quilombos e terreiros de candomblé (Reis, 1991).

Mas, concentremo-nos nas colinas de São Lázaro. Próximas do Cemitério destruído em 1836, era um dos lugares preferidos pela elite estrangeira para passeios a cavalo (Reis, 1991). Também naquelas cercanias uma população economicamente carente foi se estabelecendo ao redor da Igreja de São Lázaro. A construção desta capela data do século XVII. De estilo rural, com corredor e tribunas superpostas, sua fachada era formada por um frontão clássico, uma única porta e duas janelas no nível do coro. Em 27 de agosto de 1762, o governador D. Rodrigo José de Menezes concedeu a provisão para a construção de um hospital de isolamento junto à capela de São Lázaro, para o recolhimento dos doentes emigrados da Costa d'África. Era o famoso Lazareto. Tal nome vinha dos lázaros – pessoas que tinham hanseníase, vulgarmente conhecida como lepra. O local foi escolhido em virtude de seu isolamento e distância da área central da cidade e, possivelmente, pela proximidade com a Igreja de São Lázaro. Como é sabido, São Lázaro (para os católicos) e Omolu (na tradição afro-religiosa) é vinculado à cura de doenças epidêmicas e rituais de limpeza corporal (Caprara, 1998). Como geralmente a hanseníase atingia o contingente populacional mais pobre, a população que passou a ser acolhida em quarentena e que depois fincou raízes no local era eminentemente constituída por escravos. No início do século XIX, o Lazareto foi transformado em um hospital pela irmandade de São Lázaro, ganhando um prédio, tendo funcionado regularmente até o começo do século XX (IPAC, 1986).

Enfim, uma Igreja e um Cemitério, a doença e a morte, foram os primeiros

elementos que possibilitaram a vida por estes arrabaldes rurais. Veremos, a seguir, que a entrada no século XX não altera profundamente este quadro. Depois da revolta popular, graças às doenças epidêmicas que ceifaram um grande contingente populacional, o Cemitério do Campo Santo foi reconstruído e pôde cumprir os seus intentos. A morte deixava de ser uma festa para se tornar um tormento (Reis, 1991). Na primeira metade do século XX, a área próxima ao Cemitério Campo Santo volta a aparecer na crônica social. Agora, não mais vinculado à doença dos pobres ou aos passeios dos ricos, mas à fé e à religiosidade afro-baiana. Surgem Mãe Menininha do Gantois e Mãe Sabina. É hora, pois, de nos atermos ao século vindouro.

Em torno da *Cidade das Mulheres*

Chegamos, enfim, ao nosso presente. Mas o século XX baiano parece partido ao meio. Até a década de 50, a cidade da Baía e o seu Recôncavo permanecem compondo um espaço coeso, essencialmente tradicional. Ainda é a Bahia do saveiro, do terno branco, da vegetação exuberante, das ruas que se espreguiçam sob o sol. Tempos do chamado “enigma baiano”. Mas, a partir da década de 60, tudo muda. Surgem estradas e distritos industriais. Avenidas, trevos e túneis. A cidade da Baía explode para todos os lados, experimentando problemas e tensões até então inéditos. (Risério, 2004, p. 455).

Ao atingir o seu quarto século de outono, a cidade da Baía encontrava-se em uma espécie de letargia. A sua história parecia ter esfriado. Risério (2004), apoiando-se em intelectuais de diferentes estirpes tais como o sociólogo Francisco de Oliveira, o economista José Sérgio Gabrielli e o historiador Luís Henrique Dias Tavares, aponta as causas desta paralisia, quais sejam: a economia agromercantil baiana, que havia atravessado toda a história colonial, passando pela imperial até desembocar na era republicana, parecia dar sinais de falência múltipla de suas funções. Por um lado, diferentemente da lavoura cafeeira, na região Sudeste do país, a produção açucareira e as culturas complementares (o fumo, o algodão e o cacau) não conseguiu produzir excedentes financeiros que tornassem possível o processo de industrialização do estado. Por outro lado, nossas terras não conheceram uma política imigrantista tal como a que fora estabelecida na região meridional do país.

De outra ponta, as oscilações da esfera política condenavam a Bahia a uma situação deveras problemática. No plano interno, o poder central via-se debilitado frente ao poderio dos coronéis do interior do estado. No plano externo, a situação também não

era favorável. Era, pois, a época da chamada aliança “café-com-leite”, isto é, o revezamento entre políticos dos estados de São Paulo (os cafeicultores) e Minas Gerais (os pecuaristas) no poder federal. Embora um exame mais acurado nos aponte, como sustenta Eul-Soo Pang (1979), uma verdadeira dinâmica do “café contra o leite”, pois os estados mais competiam do que colaboravam pelo papel supremo de árbitro da política nacional, o certo é que tal casamento, ainda que repleto de desentendimentos, teve como resultado a atualização do ostracismo do estado da Bahia, ostracismo este que remota ao século XVIII, quando Salvador perdeu o posto de capital (e, conseqüentemente, de eixo econômico do país) para a cidade do Rio de Janeiro (Risério, 2004).

A partir dos anos 20, alguns intelectuais e lideranças políticas baianas procuraram compreender essa situação de estagnação econômica. Era o chamado “enigma baiano”. O advento da revolução de 30 acelerou essa conscientização. Nosso estado foi contra esta revolução, responsável pela ascensão do gaúcho Getúlio Vargas ao poder, pois Vital Soares, então governador da Bahia, renunciou para ser vice-candidato na chapa de Júlio Prestes (candidato paulista lançado pelo igualmente paulista Washington Luís, o que provocou a ruptura final entre o café e o leite). A centralização política adotada pelo regime varguista mais uma vez colocou a oligarquia baiana em uma situação pouco prestigiosa. Lembremos que a ideologia da Revolução de 30 rezava por uma constitucionalização das relações políticas do país. Neste quadro, a política baiana, dominada pelos coronéis do interior do estado e centrada nas relações pessoais e de compadrio, era um mal a ser extirpado. Por isto, a escolha do cearense Juracy Magalhães, um estranho no ninho, alheio às intrigas políticas locais, para a interventoria do estado no período de consolidação revolucionária, pois esta política das interventorias visava justamente à desarticulação das oligarquias locais, especialmente as do Nordeste do país (Fausto, 1997).

Tal letargia contaminou o processo de urbanização de Salvador. Com a palavra, o economista Paulo Henrique de Almeida (2008, p, 18):

A população da capital, que atingiu a marca dos 170 mil habitantes em 1890, cresceu vegetativamente em todo o período 1890-1920. Nesse último ano, a cidade alcançou a marca, já então modesta para os padrões do eixo Rio-São Paulo, dos 280 mil habitantes. Mais grave: suas taxas de expansão demográfica anual, que havia se situado entre 1,6% e 1,7%, entre 1872 e 1920, despencaram para apenas 0,2%, entre 1920 e 1940, do que resultou uma população estável, de 290 mil habitantes em 1940.

Difícil era mesmo dizer onde acabava a cidade e começava o campo. Apoiando-se na historiadora Kátia Mattoso, o também historiador Iraneidson Santos Costa (1997)

afirma que, ao fim do século XIX, apenas 7% da população baiana moravam em Salvador. Como a capital e as suas terras interiores (o Recôncavo Baiano) formavam um conjunto homogêneo, as fronteiras entre o mundo rural e o mundo urbano eram por demais borradas. Esse perfil manteve-se praticamente inalterado em toda a primeira metade do século XX (Costa, 1997).

Esta aparente calma não se refletia nos serviços de saúde e justiça entregues à população. De acordo com Iraneidson Costa (1997), em que pese a fragilidade das estatísticas criminais, os dados referentes ao período 1920-1933 apontam inequivocamente para uma acentuação da criminalidade em Salvador, não obstante o patamar reduzido de menos de dois assassinatos mensais, em média. Costa (1997) não hesita em frisar que mais significativos são os índices carcerários locais. A Bahia apresentava a terceira maior população carcerária do país, atrás apenas de São Paulo e Minas Gerais (estados mais populosos).

Por seu turno, o quadro sanitário, prossegue Costa (1997), não era dos mais auspiciosos. A capital baiana bem poderia ser descrita como a cidade das epidemias. Estas se apresentavam numa série de rodízios: a peste bubônica (1904-1914), a varíola (1919), a febre tifóide (1924) e a tuberculose, “cuja incidência proporcionou a Salvador (quarta maior cidade do país) a mui pouco nobre honraria de ostentar um dos maiores coeficientes de óbitos por esta doença no mundo” (Costa, 1997, p. 97).

Outras turbulências foram suscitadas pela chamada “ideologia do progresso”. A partir do governo estadual de J. J. Seabra (1912-1916), Salvador, se espelhando na reforma urbana carioca, começa a fazer a sua própria reforma. “O Rio [de Janeiro] funcionava assim não apenas como palco ou vitrine dos tempos modernos no Brasil, mas também como centro irradiador de informações, generalizando práticas e disseminando valores” (Risério, 2004, p. 492). Neste contexto, o centro da cidade passa a ser considerado obsoleto; os seus edifícios, a sua arquitetura, o traçado de suas ruas seriam como que vestígios medievais a serem demolidos para dar lugar a uma “Nova Bahia”. Predatória, eis o caráter dessa reforma urbana, sustenta Risério (2004). Tal predação ganha termo com a demolição da velha e venerável Sé da Bahia no alvorecer da década de 30.

Mesmo com os balanços predatórios disparados pela “ideologia do progresso”, a cidade da Baía apresentava uma existência social integrada. Pelo menos foi esta a visão dos intelectuais estrangeiros (principalmente, americanos) que aqui desembarcaram em fins da década de 30.

Em 1935 chegava em Salvador o sociólogo americano Donald Pierson, juntamente com sua esposa, com o objetivo de estudar as relações entre brancos e pretos na Bahia. Tal pesquisa se materializou na tese *Negroes in Brazil: a study of a race contact at Bahia*, publicada em 1942, pela University of Chicago Press e traduzida para o português em 1945, com o título *Branços e pretos na Bahia*.

No tocante aos estudos das relações sócio-raciais no Brasil, a década de 30 se processou sob o signo do chamado “integracionismo”. Neste sentido, a “integração” do negro (ou do negromestiço) na sociedade brasileira passava pelo “embranquecimento” cultural, ou seja, a educação e os bons modos seriam uma forma de “civilizar” os negros, integrando-os, assim, à sociedade abrangente (Risério, 2004).

Durante os 16 meses de sua estadia na capital baiana, Donald Pierson residiu na Vitória, na Barra e nas Mercês (bairros à época de classe alta e média) e no Rio Vermelho (segundo Pierson, um bairro pobre cercado de candomblés por todos os lados). De acordo com ele, até a chegada da década de 40, Salvador era uma

(...) cidade velha, bem consciente e orgulhosa de suas antigas tradições, com o comportamento costumeiro, que originalmente desenvolvera em respostas às necessidades da vida colonial, ainda persistia orientando a vida, quase pelos mesmos e familiares caminhos. (...) Salvador tinha sido, há muito tempo, uma cidade relativamente isolada; o isolamento intensificou as relações pessoais e, assim, promoveu o desenvolvimento de costumes locais, em resposta às circunstâncias e condições particulares. (Pierson, 1945, p. 94).

Segundo o geógrafo Pedro de Almeida Vasconcelos (2006), Pierson teria realizado uma primeira “topografia social” da cidade, em fins da década de 30, com a indicação das predominâncias de habitantes por cor: os bairros de Mata Escura, Engenho Velho, Federação, Garcia, Quintas da Barra, Retiro, Alto do Abacaxi, Alto das Pombas, Estrada da Liberdade, Estrada da Rodagem, Cabrito, Cruz do Cosme, Matatu Pequeno eram povoados, majoritariamente, por negros e mestiços escuros; Santo Antônio, Barbalho, Barris, Tororó e Itapagipe por mestiços; e Vitória, Canela, Graça e Barra por brancos.

Em 1937, com o intuito de supervisionar o trabalho de campo de Pierson, o já conhecido professor Robert Park, seu orientador pela Universidade de Chicago, desembarcava na cidade da Baía. Tendo a cidade de Chicago – já uma grande metrópole americana – como ponto de referência, caracterizada por ele e seus discípulos como um *melting pot*, ou seja, um caldeirão onde conviviam diferentes comunidades oriundas de diversas nacionalidades, mas que não se misturavam, Park percebeu que, embora a miscigenação fosse um padrão na sociedade soteropolitana, a cidade de Salvador se

encontrava dividida em diferentes espaços étnicos que, por sua vez, refletiam a divisão entre espaços ricos e espaços pobres (Valladares, 2010). Nas palavras do próprio Park (Pierson apud Valladares, 2010, p. 41):

(...) para o estrangeiro que na Bahia percorra uma das elevações onde *moram os ricos*, é uma experiência um tanto bizarra, ouvir, vindo dentre as palmeiras dos vales vizinhos, onde os *pobres moram*, o insistente rufar dos tambores africanos. Tão estreitas são as distâncias espaciais que separam a Europa, *situada nas elevações*, da África, *situada nos vales*, que é difícil perceber a amplitude das distâncias sociais que as separam (grifos da autora).

Também foi este, entre os anos 30 e 40, o padrão de povoamento do bairro da Federação, seguindo, assim, o modelo tradicional de Salvador: “a ocupação pelas classes médias das cumeadas e a formação dos redutos populares na 'rua detrás', ou seja, nos locais menos visíveis, tais como as descidas, as baixadas e, no caso específico da Federação, em um outeiro [pequena elevação de terreno] atrás do cemitério [Campo Santo], o Alto das Pombas” (Araújo, 1999, p. 53).

Esta expansão, afirma o historiador Ubiratan Castro de Araújo (1999), se deu a partir do Cemitério Campo Santo, indo inicialmente até o Gantois, posteriormente ligando-se a outra elevação onde atualmente está uma emissora de televisão (a TV Itapoã), e daí prosseguindo pela cumeada até o Alto de São Gonçalo (hoje, Avenida Cardeal da Silva) e chegar, por fim, ao Largo da Paciência no Rio Vermelho.

O historiador Cid Teixeira, que residiu na casa onde hoje funciona o Diretório Central dos Estudantes da UFBA, nos relembra um fato pitoresco a demonstrar o quanto a Federação era tido como um bairro longínquo:

A linha de bonde [que era a número sete], ela só ia até o Campo Santo, mas isso não é do meu tempo. O bonde, eu conheci indo até o topo da ladeira que hoje é a ladeira que vai chegar lá no viaduto [paralelo à Avenida Anita Garibaldi], que era naquela altura o Segundo Arco [construção do século XIX, feita pelo engenheiro polonês André Pesevedowsky, para facilitar o trânsito pela Estrada do Rio Vermelho]. O bonde ia até a porta donde hoje é a Faculdade de Arquitetura, isso eu me lembro. Até há um episódio: um dia, um determinado morador da rua achou que os pontos de bonde estavam mal colocados. Os pontos eram uma faixa branca num poste; e num belo domingo saiu o cidadão, com uma lata de tinta preta e com uma lata de tinta branca, e redistribuiu os pontos, botando na porta quem ele queria e tirando da porta de quem ele achava que não devia ter ponto de bonde. Como aquilo era lugar muito distante, a Companhia Linha Circular não foi lá, nem a prefeitura e, até acabarem os bondes, os pontos vigorantes foram aqueles que num domingo um cidadão resolveu fazer, que por acaso era meu pai: os pontos de bonde foram colocados aleatoriamente, ou pelo gosto dele, do Campo Santo até o fim de linha (Teixeira apud Araújo, 1999, p. 54-55).

A Federação da infância de Cid Teixeira era um lugar de sítios, árvores, regatos, cavalos, galinhas, porcos, vacas... Senão, vejamos. Na área antiga da Fazenda Preta estão hoje o *campus* da UFBA e parte do bairro de Ondina. O famoso terreiro de Mãe

Menininha do Gantois tinha esse nome em alusão às terras do traficante de escravos, de origem francesa, François Gantois. O prédio da Escola Politécnica, por sua vez, foi construído em um quinhão de terra pertencente a Odorico Dórea, um dos notáveis fornecedores de leite da cidade (Teixeira apud Machado, 1988). Foi neste bairro rural, e nas suas adjacências, que a antropóloga americana Ruth Landes encontrou a *Cidade das Mulheres*.

Ruth Landes aportou em Salvador logo após a estadia de Donald Pierson e Robert Park, em 1938. Aqui chegara com o objetivo de estudar as relações raciais no Brasil, mas sua pesquisa, como a própria antropóloga percebeu, tomou um rumo completamente diverso do pretendido inicialmente. Seu “périplo” baiano está descrito em *The city of women*, publicado originalmente nos Estados Unidos em 1947.

Uma vez na cidade da Baía, Landes teve a sorte de encontrar em seu caminho o etnólogo, formado em Direito, Édison Carneiro. Ele a introduziu nos terreiros, nos rituais e nas festas populares, tornando possível a realização de seu trabalho de campo, diferindo-se do método de estudiosos do negro, como, Artur Ramos, Hosannah de Oliveira, entre outros, que colhiam material chamando os negros aos seus escritórios para entrevistá-los (Landes, 2002).

O ingresso no mundo dos negros se dá por meio de uma visita formal a um “mago” e “vidente”, Martiniano do Bonfim, considerado uma “verdadeira instituição na Bahia”, tendo a sua fama propalada aos sete ventos pelo maior cientista social do país na época, o médico maranhense, radicado na Bahia, Nina Rodrigues.

Um dos pontos altos do relato de Landes é a descrição de seu encontro com a Mãe Menininha do Gantois. Especialmente interessada na questão de gênero, Landes encontra em Mãe Menininha uma mulher independente, admirada, dona de si. O candomblé e especialmente o lugar das mães de santo na sociedade baiana impressionaram Ruth Landes. A antropóloga fez um relato sensível sobre o poder dessas mulheres no contexto em que viviam:

Durante a minha permanência na Bahia pasmava-me a liberdade com que as mães tomavam com o tempo. Menininha não voltou à sala aquele dia [o dia de seu primeiro encontro com a sacerdotisa] e como soube, subsequentemente, sempre se atrasava, sempre demorava. Era um privilégio da sua posição, aceito numa terra de aristocracia e escravidão. Que era o tempo? O tempo era o que se faz com ele – e ela estava ocupada. Exigia pontualidade dos seus subordinados, mas para ela, pessoalmente, bastava aproximar-se do horário” (Landes, 2002, p. 129).

Como pano de fundo da narrativa de Landes, temos a luta das mães nagô – tendo Mãe Menininha como uma das principais baluartes – para imprimir um padrão cultural

de religiosidade afro-baiana em contraposição à contaminação que elas viam representada nos chamados cultos caboclos. Estes últimos tinham como principal representante a Mãe Sabina. Landes nos oferece o que talvez seja um dos primeiros relatos sobre a área que posteriormente seria conhecida como Roça da Sabina:

Bem cedo, no domingo seguinte, um magnífico dia de setembro, Augusta [uma das três camareiras do hotel onde Landes estava hospedada] nos indicou o caminho do templo. Era também a casa de Sabina e ficava por trás dos quintais do distrito residencial da Barra [ou Quintas da Barra, como era conhecida à época], construído na encantadora linha da praia por negociantes estrangeiros. Vencemos ruelas enlameadas e sinuosas e de repente vimos, de frente para o mar, a nova construção branca de barro e estuque, trepada numa íngreme colina (Landes, 2002, p. 214).

Ao chegar no terreiro de Mãe Sabina, Landes percebeu, ao ver as roupas lavadas no varal, o quanto a sacerdotisa era asseada, luxuosa, o extremo oposto de Mãe Menininha que, em sua simplicidade, não se incomodava em estar vestida com roupas sujas. Devido a sua vaidade, a seu narcisismo, muitos diziam que ela não tinha cara de mãe de santo. A personalidade exibida de Sabina deixou a antropóloga intrigada, por ser, segundo ela, tão diferente da conduta das mulheres nagô. Ela resolve, então, fazer uma outra excursão ao templo da sacerdotisa:

Na sexta-feira seguinte, pois, dirigi-me às Quintas da Barra, à busca do caminho para a casa de Sabina. *Era muito dela, pensei, morar no bairro mais fechado da Bahia, ainda que por trás das casas ricas.* Senti-me bem nas avenidas claras e amplas – onde não se via valmalha – regalei a vista com as espaçosas residências de fachada de pedras brancas e coloridas construídas em estilo colonial espanhol e português. Com o correr dos anos, funcionários governamentais e comerciantes americanos e ingleses, não somente vieram morar ali com as respectivas famílias, mas haviam organizado um clube americano, um clube britânico, um iate-clube e um jôquei-clube, em que admitiam os brasileiros e alemães que preferiam; e assim tinham convertido o bairro num posto de vanguarda anglo-americano. *Dentro daquele espaço, e dentro daquelas paredes, as mesmas trinta e tantas famílias se encontravam todos os dias, até que a encantadora área se tornara uma sombria prisão para elas.* (...) Mais adiante das belas avenidas, localizei ruas e caminhos toscos que levavam aos casebres de palha e barro dos pretos e os segui até a porta de Sabina. A casa dela era inconfundível, nova e grande, elevando-se acima das outras, como as igrejas dos tempos coloniais, na colina varrida pelo vento (Landes, 2002, p. 226-227, grifos meus).

Com base em Robert Park (Valladares, 2010), citado anteriormente, peço licença a Landes para dizer que “morar no bairro mais fechado da cidade, ainda que por trás das casas ricas”, não era uma excentricidade de Mãe Sabina. Era, isto sim, o padrão mesmo de povoamento da capital baiana, que aproximava geograficamente a Europa e a África, não ocultando, contudo, as enormes distâncias sociais que as separavam. Estão aí as trinta e tantas famílias das Quintas da Barra, exiladas em sua opulência, para não me desmentir. Aos poucos, a proximidade para com esta “presença africana” foi se

tornando algo incômodo para o lado europeu da cidade da Baía. No apagar das luzes dos anos 40 entra em cena uma “nova pobreza”. De acordo com Ubiratan C. de Araújo (1999, p. 111, grifos meus), “a cidade de 400 mil habitantes estava acostumada com um tipo de pobreza integrada no tecido urbano, que mantinha relações de complementaridade e de subordinação aos mais abastados. Eram os *velhos pobres* de Salvador”.

Segundo Hildegardes Vianna, famosa cronista social, antigamente, os pobres sabiam que quem não trabalhava, não ganhava, não comia, não tinha como viver. A gente pobre, quando se empregava em uma casa, quando tinha filho ou filha, falava para a patroa: “*olha, deixa essa menina aqui para ir tomando jeito de gente*” (Vianna in Araújo, 1999, p. 112, grifos do autor). Ubiratan C. de Araújo é mais enfático: “Mais do que integrados, os pobres estavam civilizados dentro dos padrões republicanos”. Lamento apenas o fato de o historiador não ter explicado os seus conceitos de “civilização” e de “padrões de republicanismo”.

Levando-se em consideração as lembranças desses intelectuais, após 1945, essa pobreza quase que idílica teria seus dias contados. A intensificação progressiva do êxodo rural, das migrações campo-cidade, motivadas pelo regime de concentração de terras, faz surgir um novo tipo de pobreza não integrada, segregada e socialmente marginalizada. Surgem, então, as “invasões” dos terrenos urbanos para a formação de bairros populares (Araújo, 1999). A passagem para a segunda metade do século XX traz consigo uma “nova” cidade da Baía.

As “invasões”: a indisciplina urbana dos pobres

Houve muita mudança e talvez muita mágoa pela diferença. Naquele tempo não existia, havia muita compreensão, cada um também tinha a sua casa, vivia com a sua família, não havia aquela promiscuidade que você hoje vê numa favela; quer dizer, havia casas muito bem mais separadas. Tinham as galinhas, tinham um porquinho, quer dizer, uma pobreza, eu diria mais rural, talvez. No meu entender, era muito melhor do que como se vive hoje nessas favelas, *acho que era uma pobreza naquela época, por que não dizer, com certa dignidade, o que eu hoje acho que não existe nessas favelas, nessas promiscuidades, nesses vícios* (Odebrecht, Norberto in Araújo, 1999, p. 112, grifos meus).

A partir da década de 50, Salvador começa a se despedir de quase um século de letargia. Temos a expansão nordestina do movimento industrial brasileiro, basicamente por dois caminhos: a criação de um setor petrolífero em nossa economia e a política de

isenção tributária do Governo Federal, via SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste) – às quais se aliam, de resto, nossos primeiros gestos de planejamento econômico estadual (Risério, 2004).

No tocante à produção energética do país, temos, no regime estadonovista, os primeiros esforços para o desenvolvimento deste setor. Com a política de nacionalização do petróleo, implantada por Getúlio Vargas, nasce uma gigante estatal – a Petrobras –, com o exclusivo direito de exploração deste combustível fóssil. O Recôncavo baiano foi o primeiro lugar onde se encontraram poços de petróleo a serem perfurados. A presença da Petrobrás produziu um impacto significativo na paisagem local: operários de capacete, parafernálias tecnológicas, salários nunca antes pagos em terras da Bahia, modificaram os padrões de vida da população (Risério, 2004).

A SUDENE, por sua vez, foi concretizada a partir do Plano de Metas de Juscelino Kubitschek. Nessa época, o economista Celso Furtado apresentou a Kubitschek as conclusões do GTDN – Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento e, em seguida, o estudo *Uma Política para o Desenvolvimento do Nordeste*. Uma certeza era esboçada no horizonte desses estudos: o principal problema econômico do país é o da disparidade regional dos ritmos de crescimento (Risério, 2004).

Assim, de mãos dadas com o executivo federal, a Bahia tentava se igualar aos níveis de desenvolvimento dos estados do Centro-Sul. Nas palavras de Risério temos uma pequena síntese dos impactos desta política modernizante na cidade da Baía:

Na região de Salvador, ocorreu um notável aumento da oferta de emprego nos setores industrial e terciário. Foram criados por aqui cerca de 260 mil empregos, segundo os especialistas na matéria. E é por isso, também, que esses mesmos especialistas falam de uma des-ruralização, nessa época, daquilo que então se convencionou definir como a Área Metropolitana de Salvador. A região deixa para trás, arquivada, a sua secular disposição agrícola” (Risério, 2004, p. 517-518).

Todavia, como vários estudiosos apontaram – dentre eles destaque Milton Santos (1959) e Francisco de Oliveira (1980) –, nossos primeiros espasmos de industrialização não significaram uma ruptura total com o modelo agromercantil. Por um lado, a implantação da Petrobrás, igualzinho a um enclave, não mudou substancialmente a estrutura produtiva local, mas influenciou poderosamente na concentração de renda, na distribuição e no fomento de alguns serviços que atrairiam os contingentes desempregados. Por outro, a política de incentivos fiscais, capitaneada pela SUDENE, significou a importação da estrutura oligopolística (forma pela qual se deu a constituição do pólo industrial brasileiro) do Centro-Sul para locais onde previamente já

havia uma perversa concentração de renda e da riqueza (Oliveira, 1980).

Desta forma, não foi a cidade de Salvador, mas o seu entorno, quem sentiu os primeiros impactos desta incipiente industrialização. Milton Santos (1959) nos oferece alguns dados comparativos bons para pensar a situação da capital baiana na década de 50. Segundo ele, “em 1954, enquanto a indústria de São Paulo representava uma produção de 100 bilhões de cruzeiros, empregando 440.000 operários, as cifras relativas a Salvador eram 2 bilhões e 400 milhões de cruzeiros e 15.000 operários” (Santos, 1959, p. 51).

De outra ponta, a entrada na década de 50 vem acompanhada de uma estabilização da cultura do cacau e de uma elevação de seus preços no mercado internacional. Outras culturas, a saber, o sisal, a mamona, a carnaúba e o ouricuri, eram introduzidas ou estimuladas na região Nordeste da Bahia. Tal progresso agrícola, contudo, não daria conta do excedente de mão de obra nas áreas do semi-árido e da caatinga baiana. Assim, este “exército de reserva”, pronto para ocupar os postos de trabalho disponíveis, dirigiu-se para Salvador, única cidade capaz de absorver este contingente populacional (Santos, 1959).

O trabalho da especialista em demografia Guaraci Adeodato Alves de Souza (1980) nos informa o impacto deste processo de êxodo rural. Desde as décadas de 40 e 50, o coeficiente de imigrantes que se dirigiram à Salvador vinha apresentando uma curva decrescente: de 71,4%, no período 1940/1950, para 47,2%, no intervalo de 1970/1975. Esta queda do índice de imigrantes na população total da capital baiana pode induzir a pensar em queda absoluta; ao contrário, os volumes oriundos da zona rural eram muito maiores. Independentemente das condições de expansão da estrutura produtiva da cidade da Baía, a estagnação das forças produtivas do campo (provocada pela capitalização da economia agrária, com a mecanização do campo e a consequente mudança das relações de trabalho) acentuam, a partir da década de 40, a expulsão rural (Souza, 1980).

Este declínio do mundo rural, aliado à elevação dos índices de natalidade e ao decréscimo das taxas de mortalidade, explicam o incremento populacional que começa a ser verificado em Salvador a partir dos anos 50. Os setores secundário (as indústrias) e terciário (os serviços), ainda que apresentando um aumento no número de postos de trabalho, como nos informou Risério (2004), no trecho citado mais acima, eram inelásticos em demasia, gerando, assim, um grande esquadrão de desempregados e de trabalhadores informais. A organização do espaço urbano, como não poderia deixar de

ser, refletiria a composição social da população (Santos, 1959).

Os banqueiros, os grandes exportadores e importadores, as pessoas enriquecidas pelo comércio ou pela indústria, os agricultores mais abastados, os especuladores imobiliários fazem construir palacetes ou belos e luxuosos imóveis de apartamentos nos bairros ricos da Graça e da Barra ou ocupam a fachada marítima com construções modernas em estilo funcional. *Os marginais aproveitam os espaços vazios sem mesmo indagar quem é o proprietário e aí constroem verdadeiros 'bidonvilles'*⁹, bairros inumanos onde vivem seja como for; esses bairros são chamados 'invasões'; o mais impressionante de todos é aquele construído sobre os manguezais aterrados com lixo, na península de Itapagipe” (p. 49-50, grifos meus).

Outro exemplo de “invasão” bastante citado nesta época é o conjunto habitacional do Corta Braço, hoje bairro de Pero Vaz (Carvalho e Pereira, 2008; Araújo, 1999). Abdon Rosado, famoso livreiro da Praça da Sé, recorda-se muito bem como era a visão da sociedade abrangente acerca dos moradores do Corta Braço:

Lembro-me bem que Corta Braço sempre foi tido como uma zona de crime. Uma zona onde os criminosos eram chamados de marginais. Costumaram haver aí crimes de difícil solução: era Corta Braço. Para falar de qualquer coisa difícil de acesso, difícil de localizar alguém, falava-se: lá para o lado do Corta Braço (Rosado in Araújo, 1999, p. 113).

Curiosamente, o incremento do segmento populacional de origem humilde nas cercanias do bairro da Federação – que, como vimos, já eram áreas esparsamente ocupadas – passou também a ser tratado como “invasões”. Assim, na já citada obra do engenheiro Paulo Segundo da Costa (2003), cuja pretensão é narrar a “história oficial” do Cemitério Campo Santo, as habitações construídas no entorno da necrópole, terrenos outrora de propriedade da Fazenda São Gonçalo, são interpretadas como “invasões”. As primeiras, afirma o autor, teriam ocorrido por volta de 1940. Costa (2003) cita uma matéria do jornal *A Tarde*, de 16 de novembro de 1981, que nos oferece uma breve descrição desses acontecimentos: “Os mais antigos contam que a ocupação do bairro teve início há mais de 40 anos, quando começaram a surgir as primeiras habitações, construídas inicialmente por funcionários do Cemitério Campo Santo. De lá para cá, o bairro foi crescendo e recebendo melhoramentos” (apud Costa, 2003, p. 79).

Estamos a falar, pois, da gênese do bairro do Alto das Pombas. Mas, não teria ele surgido a partir de um “natural” desenvolvimento urbano de Salvador, que brindava os mais ricos com as porções mais visíveis da cidade, restando aos mais pobres os

9 Conjuntos de barracos construídos por imigrantes na periferia urbana da França, a partir de materiais diversos, disponíveis ou a baixo custo, onde se concentrou uma grande parcela da população argelina na periferia parisiense (notadamente em Nanterre) entre as décadas de 50 e 60. Naquela época havia a distinção entre *ville* e *bidonville*. O termo *bidonville* foi usado pela primeira vez em 1953, em relação às condições precárias de habitação da cidade de Casablanca (Marrocos). Significa, literalmente, 'casas em latas' – *bidon* significa lata na língua francesa –, ou seja, habitações construídas pelos trabalhadores da cidade a partir de materiais recuperados (Sayad, 1995).

lugares mais obscuros? Aqui cabe outra pergunta: o que seriam, enfim, as “invasões”?

Com a palavra, os urbanistas Inaiá Maria M. de Carvalho e Gilberto Corso Pereira:

(...) áreas de habitação popular que se formaram ou cresceram por “ocupação espontânea” direta e, sobretudo, de forma coletiva, iniciadas por famílias sem recursos e sem moradia, à revelia do proprietário fundiário, portanto, sem consentimento, intermediação ou comercialização. Depois da invasão do Corta Braço [datada, pelos autores, em 1946] *esse procedimento tornou-se comum e sua própria denominação terminou por ser absorvida pelos moradores da cidade em geral*, sem a conotação pejorativa que possui em outros lugares, com o reconhecimento de que isto respondia a uma necessidade básica de quem não tinha outra alternativa (Carvalho e Pereira, 2008, p. 85, grifos meus).

Analisando as “invasões” sob o prisma da alternativa habitacional, a doutora em Planejamento Territorial, Maria Raquel Mattoso Mattedi (1979), coloca em filigrana o papel da estrutura fundiária urbana na confecção desta realidade. Embora as “invasões” estejam vinculadas com o crescimento periférico, relacionando-se, pois, com a explosão demográfica e a redefinição da zona central da cidade, o regime de propriedade privada do solo teria vedado para grandes parcelas da população o usufruto das áreas mais bem equipadas pela pequena rede de infra-estrutura urbana existente (Mattoso Mattedi, 1979).

Do ponto de vista antropológico, sinto-me tentado a dizer que houve um uso generalizado da expressão “invasões”, sem ao menos perceber o que estava por detrás deste ato classificatório. Tudo se passa como se os intelectuais estivessem por utilizar como categoria analítica um conceito nativo, isto é, um termo produto das experiências sociais tais como elas foram vividas. Como bem mostrou o cientista político Philippe Sassier (1990), do século XVI ao século XX, as narrativas acerca da pobreza têm sido um reflexo não das condições e do estado dos próprios pobres, mas das principais desordens políticas tal como percebidas pelas elites políticas e intelectuais. Logo, a definição “invasões”, em verdade, responde justamente a isto: ao crescimento desordenado da cidade da Baía e às exigências de uma classificação, por parte das elites, de uma parcela da população até então desconhecida, posteriormente enquadrada como “indisciplinada”, “marginalizada” e “incivilizada”. Neste sentido, aos olhos de hoje, mesmo um intelectual da envergadura de Milton Santos, oriundo, como é sabido, das classes menos abastadas da sociedade, não escaparia de uma visão preconceituosa ao classificar esta população de “marginais [que] aproveitam os espaços vazios sem mesmo indagar quem é o proprietário” (Santos, 1959, p. 50). Assim, discordando do que pensam Carvalho e Pereira (2008), há sim, por parte do segmento populacional mais abastado da cidade, uma visão negativa a respeito da constituição destas

“invasões”.

Voltando a nossa narrativa, o século XX continuava a sua marcha e não demoraria muito para estas “invasões” se rebelarem. Estamos chegando aos anos de 1970.

Viver Bahia: “os exilados da opulência”

Se, no período entre 1950 e 1960, a agricultura ainda não havia sido destronada pela indústria, tudo iria mudar no decorrer dos anos 70, com a implantação de um parque petroquímico na Bahia. De acordo com Risério (2004), a criação do Copec – Complexo Petroquímico de Camaçari – foi um feito de engenharia política, que demorou cerca de duas décadas para se concretizar, face ao *lobby* dos paulistas contra a instalação de um pólo petrolífero em terras baianas. Na ótica deles, o governo federal deveria investir na ampliação do parque industrial de São Paulo, pois, como dizia um ditado da época, “o buraco é mais ao sul, e espera-se que o baiano não vatapá” (Wanderley, 2009). Coube ao general Ernesto Geisel a tarefa de distender, lenta e gradualmente, a nossa política de industrialização. Em 1978, pois, temos a inauguração do Copec. Com ele, acalentava-se as nossas esperanças por um futuro econômico aquecido em um gerador de estrelas. Só não poderia aparecer um cientista louco e dizer que o maior poço de petróleo do mundo estava ali, debaixo da Praça Castro Alves, pois a praça é para dez pular. Cito esta composição de Pepeu Gomes e Galvão (1977) – trata-se da música *O petróleo é nosso*, gravada pelo grupo *Novos Baianos* – para lembrar que a carnavalização e a industrialização da Bahia eram dois processos que caminhavam paralelamente. O primeiro inventava as nossas tradições (Hobsbawn, 1977); o segundo se incubia da nossa modernização.

No que diz respeito ao segundo processo, a implantação do Copec trouxe consigo uma série de transformação. Com a palavra, mais uma vez, Risério:

[O Copec] influiu no crescimento das indústrias metal-mecânicas e elétricas. Provocou a ampliação de nosso leque de serviços de apoio à produção. Incrementou a mil a construção civil. Agitou o mercado imobiliário. Dinamizou o comércio – o que conduziu à aparição, em nosso meio, das figuras do supermercado e do shopping center. Engrossou o movimento migratório (de baixa e alta rendas). Deu corpo, de repente à Pituba (com seu correspondente culinário no disparate do acarajé com salada). Contribuiu para a formação de novos bairros, como o Itaigara e o desarvorado Caminho das Árvores. Etc. Fala-se agora, aliás, não mais de Cidade da Bahia (sic), mas de um lugar onde ninguém mora – a RMS, Região Metropolitana de

Salvador. Em suma, o Copec modificou substancialmente a nossa realidade. Colocou em xeque até mesmo, graças ao desempenho de seus trabalhadores, o velho mito da preguiça baiana. No dizer de um dos seus diretores, o Pólo mudou 'qualitativamente' o processo de nossa industrialização (Risério, 2004, p. 545).

Enfim, chegava a hora da nossa gente bronzeada mostrar o seu valor. E esse valor não deveria ficar apenas em nosso perímetro. Era preciso divulgá-lo, espalhá-lo pelos quatro cantos do país. Nessa época, o governo estadual de Antônio Carlos Magalhães – que ascendeu ao poder com os auspícios do regime militar – lançava o periódico *Viver Bahia*, cujas matérias exploravam as belezas naturais e a riqueza cultural do nosso estado. Em fins da década de 1970, a Bahia que reluzia na vitrine nacional era uma terra festiva, de gente hospitaleira, com Deus no coração e o Diabo no quadril, dona de um dos maiores espetáculos ao ar livre do mundo – o carnaval. Já se vivia os tempos de profissionalização da invenção dos músicos Dodô e Osmar: o trio elétrico, com o seu equipamento visual e eletrônico, composto por cores berrantes e instrumentos musicais levados ao inimaginável da tecnologia do som, tornava-se um dos maiores símbolos da capital baiana, a demonstrar a quem quisesse ver (e ouvir) o quão éramos felizes (Ferreira, 2008).

A despeito das peripécias da publicidade oficial do estado, o quadro social baiano caminhava em direção oposta aos indicadores econômicos (Ferreira, 2008). A Bahia chegava aos anos 80 com o seu Produto Interno Bruto (PIB) – a soma de riquezas produzidas pelo estado – mantendo um ritmo de crescimento. Entre 1975 e 1980 ele havia crescido, em média, 8,8% ao ano; no decorrer de 1980 e 1990 dilatou-se cerca de 2,4% e 2,5% anuais, respectivamente (Kraychete, 2009). O inverso ocorria no restante do país (Risério, 2004). Entretanto, os velhos inimigos de sempre – a concentração de renda e a baixa remuneração do trabalhador – rondavam o nosso “espetáculo do crescimento”. Salvador surgia na aurora dos anos 80 como a capital do desemprego (Ferreira, 2008).

O espaço urbano da cidade da Baía, por seu turno, também navegaria nas ondas da modernização (juntamente com os seus contrastes). Já na década de 50, surgem as primeiras avenidas de vale, tais como a da Vasco da Gama e a Centenário (na década de 70 teríamos mais uma de grande impacto, a saber, o Vale do Canela). O centro perdia aos poucos o seu caráter residencial. No ano de 1963, o então governador da Bahia, em sua nova gestão, Juracy Magalhães, promoveu uma série de inaugurações em Salvador: a Estação Rodoviária, o Centro Social Feminino para Menores, a Avenida Contorno e o

conjunto arquitetônico Solar do Unhão (Borges, 2003).

Em torno destes feitos urbanísticos, a cidade assistia a uma explosão demográfica nunca antes vista na história da nossa província. Em 1980 a população de Salvador cravava a marca de 1,5 milhão de pessoas (Almeida, 2008). Segundo Risério (2004), o crescimento populacional da capital baiana, entre 1950 e 1980, foi da ordem de impressionantes 300%. O surto demográfico caminhou *pari passu* com a crescente “favelização” da periferia da cidade, a concentrar, nas palavras de Francisco de Oliveira (1980), “os exilados da opulência”. As “invasões” aumentaram em uma escala exponencial e com elas a rebelião em torno de melhores condições de vida, por parte das comunidades menos favorecidas economicamente, passa a ser o prato de cada dia. Por um lado, a presença da Petrobrás significou uma maior organização dos trabalhadores no estado, propiciando o surgimento de organizações sindicais e de outras entidades de classe (Borges, 2003). Por outro, os anos 70 e 80 assistiram à consolidação de uma classe média negra – as “novas elites de cor” nos dizeres de Angela Figueiredo (2002) – que queria se afirmar como tal, propalando enfaticamente a sua negritude (Risério, 2004). As lutas por melhores condições de vida e a assunção da identidade negra eclodiram em uma das periferias da cidade de Salvador em fins da década de 70. É hora, pois, de conhecermos esta luta. É a hora e a vez do povo do Calabar.

Por que querem calar o Calabar?

A partir dos anos 60, as “ocupações espontâneas” – termo veiculado pelos movimentos sociais, em detrimento da definição de “invasões”, tida por eles como pejorativa – passaram a ser encaradas, entre outros fatores, como um empecilho aos interesses do capital imobiliário, levando à intervenção estatal (Gordilho Souza, 1990). Por seu turno, o Estado adotou a política, digamos, do “morde e assopra”, para me utilizar do linguajar comum, consentindo e incentivando em determinadas áreas, e reprimindo e destruindo em outras (Mattoso Mattedi, 1979). O adensamento populacional verificado entre as décadas de 1970 e 1980 coincidiu com o período de maior fiscalização e repressão às “invasões”. A intolerância gerou um sentimento de mobilização em prol de uma política urbana mais justa e igualitária.

Vendo-se marginalizada pelo *boom* imobiliário, uma comunidade encravada entre bairros de classe média e alta – Federação, Barra, Ondina – resolveu se organizar

politicamente, tentando superar a sua condição deficitária. Era a comunidade do Calabar. O relato que se segue foi baseado na leitura da obra *Cala a boca Calabar*, escrita pelo jornalista Fernando Conceição (1986), ex-morador do bairro. Senão, vejamos.

A narrativa começa em tom kakfiano [referência ao livro *O processo* de Franz Kafka (1997)]. Um homem idoso, na casa dos oitenta anos, é preso sem saber quais teriam sido os seus crimes. A comunidade prostra-se em estado de impotência ante à brutalidade policial. O motivo da prisão permanece um mistério para o leitor.

Nos jornais de grande circulação da cidade, uma possível explicação. Neles, o bairro do Calabar, diz-nos Conceição, era apresentado como um antro de perdição. Urgia às autoridades extirpar este cancro maligno, que estava por espalhar toda a sorte de moléstias sociais – violência, medo, etc. etc. – ao redor do tecido urbano onde havia se alojado, habitado, como se sabe, por pessoas de bem. Mas, como surgiu a comunidade do Calabar?

Conta-nos Conceição que o bairro começou a florescer por volta da década de 40. Segundo ele, três moradores sexagenários – Dona Laura, Seu Eduardo e Seu Dudu – disputavam o feito de ter construído o primeiro barraco no local. No tocante à nomenclatura do lugar, há controvérsias. Uma versão sugere que Calabar se refere ao famoso traidor da coroa portuguesa, cuja ambição teria motivado a sua aliança com o conde Maurício de Nassau, na época da segunda invasão holandesa. A outra versão vai mais adiante na nossa história colonial. De acordo com esta, no século XVII, escravos fugidos teriam ocupado a área onde hoje está situado o bairro, denominado-a de “Quilombo dos Kalabari”, trazendo o nome de uma região ao norte da Nigéria. Esta última versão – que vinculava o bairro a um histórico de lutas – prevaleceu entre os moradores.

Nos últimos suspiros dos anos 60, houve um adensamento populacional no bairro, em virtude da chegada de pessoas cujas comunidades haviam sido exterminadas pela ação do executivo municipal. Nessa época, diversas “ocupações” próximas ao Calabar cederam lugar às ambições político-administrativas, concretizadas em edifícios e hotéis cinco estrelas. Conceição cita duas lendas desaparecidas, quais sejam: a “invasão” Bico de Ferro e o bairro do Mirante. A primeira foi soterrada por um conjunto de hotéis que foram erguidos na orla marítima do bairro de Ondina; o segundo, após um banho de luxo patrocinado pelas empresas imobiliárias, transformou-se no Jardim Apipema.

Na parede da memória do autor, o bairro do Mirante é o quadro que dói mais. Os ensaios do Abafa – escola de samba da localidade –, as folhas medicinais de Dona Benta, a reciprocidade entre os vizinhos, são lembranças que trazem um esplendor amargo para o autor.

Após este breve passeio pelo labirinto de suas memórias, o jornalista nos apresenta o preâmbulo das lutas sociais semeadas pelo bairro. Em 12 de setembro de 1977 surge o Juc – Grupo de Jovens Unidos do Calabar. Após dois meses de fundado, o grupo mais parecia um “clube do bolinha”, face à majoritária presença masculina na agremiação. As mães e os pais de família ficavam com receio de deixar as suas filhas participarem da entidade. Com o tempo, o descrédito foi sendo suplantado pela confiança. O Juc ganhou tamanha respeitabilidade, ao ponto de uma mãe de família suspirar de alívio quando soube que o rapaz com o qual a sua filha estava paquerando era integrante do grupo.

Os laços de confiança foram selados de uma vez por todas quando os jovens do Juc arregaçaram as mangas, dobraram as bainhas de suas calças e se puseram a consertar o único chafariz do local, responsável por abastecer toda a população com água potável. Porém, era necessário fazer outro trabalho: recuperar a auto-estima dos moradores. Em diversas reuniões do grupo, os jovens externaram um sentimento de inferioridade por pertencer a um lugar estigmatizado. “A gente sempre teve vergonha de dizer que mora no Calabar, quando pedem o nosso endereço – confessou muita gente” (Conceição, 1986, p. 35).

Ao final do ano de 1977 uma encenação do nascimento de Cristo, realizada na véspera do Natal, emocionou a comunidade. No primeiro semestre de 1978 a visita do cardeal-arcebispo primaz do Brasil, dom Avelar Brandão Vilela – uma autoridade num local onde “até a polícia tinha medo de entrar” – encheu os moradores de esperança.

A segunda autoridade a visitar o bairro, em mais de trinta anos de existência, foi o então prefeito de Salvador, Mário Kertész. Na ocasião de sua visita, uma dúvida pairava na mente dos residentes do Calabar: “lutar para continuar no mesmo local de sempre, ou sair do bairro para uma área de terra urbanizada, cedida gratuitamente pela Prefeitura”? (Conceição, 1986, p. 43).

Prevalecendo a primeira alternativa, a Secretaria Municipal de Serviços Públicos definiu algumas medidas a serem adotadas no lugarejo. O mutirão do lixo, a colocação de uma centena de gambiarras para iluminar o local, conserto e implantação de pontes de madeira a servir de acesso aos despenhadeiros e encostas, colocação de veneno

contra ratos, foram algumas das ações implementadas.

Com o crescimento do movimento social, em 1980 surge a associação de moradores do bairro, denominada Juc-Sobe – Sociedade Beneficente e Recreativa do Calabar. A propósito, a conjuntura dos anos 1980 – de recrudescimento da revolta popular em prol de uma maior abertura política por parte do regime militar – favoreceu o florescimento dos movimentos de bairro em Salvador, assim como no restante do país (Risério, 2004). Neste sentido, o Calabar não destoou dos ditames gerais.

Este despertar da consciência de classe colocou o Calabar e o poder municipal em um estado de litígio. Conceição cita três momentos nos quais os ânimos entre os dois lados acirraram: primeiro, houve a inauguração da “miniprefeitura” no bairro do Alto das Pombas, cuja placa também trazia o nome do Calabar, onde o prefeito Mário Kertész, irritado com as palavras de um morador do bairro, teria chamado a todos de mentirosos; segundo, houve a histórica *Passeata da Esperança*, em 11 de maio de 1981, evento pioneiro na cidade após o golpe militar, na qual os moradores do Calabar se dirigiram à sede do poder municipal – o Palácio Rio Branco – com o objetivo de reivindicar melhorias para a localidade; e, por fim, houve a *Passeata dos 25 bairros*, evento organizado pela FABS – Federação das Associações de Bairros de Salvador, em direção à sede da Renurb (Companhia de Renovação Urbana de Salvador), para uma reunião com o prefeito, onde Fernando Conceição termina por ser expulso do local, acusado de suposto desrespeito para com a autoridade municipal.

Paralelamente a esta sucessão de acontecimentos, a trajetória individual de Fernando Conceição interferiu sobremaneira na condução do movimento social no bairro do Calabar. Sua entrada para o quadro estudantil da Faculdade de Comunicação da UFBA e, posteriormente, os seus trabalhos como repórter para o diário *Correio da Bahia* lhe proveram um suporte cultural e político (através de contatos com políticos profissionais e intelectuais de esquerda) que redefiniu os termos da luta a ser travada por ele e seus companheiros de comunidade. Em uma carta endereçada ao poder municipal, escrita por Conceição, mas apresentada como um documento coletivo, vislumbramos as mudanças operadas por este mundo descortinado pelo jornalista:

O Calabar, situado numa das zonas imobiliárias das mais privilegiadas da cidade, era motivo de ambição por parte das empresas de construção civil. Baseados em parecer de uma conhecida socióloga de Salvador, professora Maria Azevedo Brandão, e de apreciação também da seccional baiana da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), propúnhamos que a regularização dos terrenos se desse não de forma individualizada, mas coletiva (Conceição, 1986, p. 76).

Enfim, o contato com a esfera acadêmica e política da universidade reorientou os rumos do movimento social no bairro do Calabar. A luta, agora, passa a girar em torno da legalização dos terrenos da localidade.

Veremos a seguir que com Benedito, vale lembrar, o líder comunitário do bairro do Alto das Pombas, aconteceu algo diverso, mas com resultados convergentes, em comparação a Fernando Conceição. Enquanto este entrou formalmente para as fileiras do ensino superior público, aquele se formou através da janela política e informal da universidade, a partir de alguns projetos de extensão patrocinados pela UFBA. Por hora, fiquemos com um pequeno relato sobre as transformações vivenciadas pela capital baiana nos últimos anos. É hora, pois, de falarmos do século XXI. É hora de falarmos sobre o nosso tempo.

A “Soterópolis” segregada: a cidade da Baía no século XXI

A cidade da Baía rompeu o século XXI com uma população estimada em 2,5 milhões de habitantes. Casarios de arquitetura colonial, igrejas barrocas, praias que se espreguiçam sob o sol... Tradicionalmente vinculados a Salvador, esses cenários não mais retratam toda a paisagem da antiga cidade e da sua região metropolitana, onde também se encontram algumas porções de modernidade e sofisticação e imensos grotões de precariedade, segregação e pobreza (Carvalho e Pereira, 2008).

A velha capital baiana cresceu em direção ao norte. Empreendimentos como a Avenida Paralela, o Centro Administrativo da Bahia, o Shopping Iguatemi, datados da década de 80 do século passado, suscitaram a criação de uma nova centralidade, direcionando a expansão urbana no sentido da orla norte, contribuindo para o esvaziamento do centro tradicional na área antiga da cidade.

Essas intervenções, associadas à realização de investimentos complementares, pesados e seletivos, centrados na infra-estrutura e no projeto industrial, interferiram decisivamente na conformação de um novo padrão de produção do espaço urbano, com a configuração de três vetores bem diferenciados de expansão da cidade: a Orla Marítima norte, o “Miolo” e o Subúrbio Ferroviário, no litoral da Baía de Todos os Santos. O primeiro constitui a “área nobre” da cidade, local de moradia, serviços e lazer, onde se encontram a riqueza, os investimentos públicos, os equipamentos urbanos e os interesses da produção imobiliária. O segundo, localizado no centro geográfico do município, começou a ser ocupado pela implantação de conjuntos residenciais para a “classe média baixa” na fase áurea da produção imobiliária através do Sistema Financeiro de Habitação, tendo a sua expansão continuada por loteamentos populares e sucessivas invasões coletivas, com uma disponibilidade de equipamentos e serviços bastante restrita. Finalmente,

o Subúrbio Ferroviário teve a sua ocupação impulsionada inicialmente pela implantação da linha férrea, em 1860, constituindo, a partir da década de 1940, a localização de muitos loteamentos populares, que foram ocupados nas décadas seguintes sem o devido controle urbanístico, com suas áreas livres também invadidas. Transformou-se em uma das áreas mais carentes e problemáticas da cidade, concentrando uma população extremamente pobre e sendo marcada pela precariedade habitacional, pelas deficiências de infraestrutura e serviços básicos e, mais recentemente, por altos índices de violência. Assim, a apropriação diferenciada do espaço urbano se consolidou e intensificou com o surgimento da Salvador moderna (Carvalho e Pereira, 2008, p. 85-86).

Esta Salvador moderna, sustenta Risério (2004), numa referência ao livro *A morte e a morte de Quincas Berro D'Água*, do escritor baiano Jorge Amado, pouco tinha a ver com os antigos “ritos de gentileza” do povo da Bahia. “Eram os nossos urbanistas repentinos, geralmente incapazes de distinguir entre um erê e um abebé” (Risério, 2004, p. 589). De acordo com o sociólogo, a partir de agora não se fala mais em “cidade da Baía”, mas em “Soterópolis”, numa clara afetação bacharelesca (Risério, 2004).

Esses “urbanistas repentinos” passaram a morar nos chamados “enclaves fortificados”¹⁰. Curiosamente, em um momento inicial, por volta dos anos de 1980 e 1990, essa “nova elite branca” não elegeu, para a sua moradia, os tradicionais bairros de classe alta da cidade, como a Barra, a Graça, ou o Rio Vermelho, para fincar alguns exemplos. Pelo contrário, preferiu superpovoar a Pituba e fez brotar novos bairros, como o Itaigara e o Caminho das Árvores. Eram lugares mais próximos do Centro Administrativo da Bahia (CAB) – construção feita nos idos dos anos de 1970, na recém criada Avenida Paralela, para onde foi transferido o centro de decisões do estado da Bahia (anteriormente, era o Palácio Rio Branco) –, bem como dos distritos industriais erguidos na chamada Região Metropolitana da cidade, notadamente nos municípios de Camaçari, Simões Filho, Lauro de Freitas e São Francisco do Conde (Risério, 2004).

No período mais recente, os extratos médio-superiores da cidade têm preferido constituir suas residências nos chamados “condomínios fechados”. Estes exaltam a ideia de tranquilidade, a vida mais próxima ao mar (ou à piscina), a homogeneidade social e a segurança suscitada pelo isolamento. De acordo com o cientista social Rafael Arantes e a já citada urbanista Inaiá Carvalho (2009), os condomínios residenciais fechados em

10 A antropóloga Teresa Caldeira (2001) definiu “enclaves fortificados” como “espaços privatizados, fechados e monitorados para residência, consumo, lazer e trabalho (Caldeira, 2001, p. 211). Assim, na medida em que valorizam a privacidade e a restrição, esses espaços se constituem como uma das formas mais recentes (e extremadas) de segregação. Cercados por um grande aparato de segurança – muros com cercas elétricas, grades e guardas armados –, suas demarcações impõem uma barreira física e simbólica de afastamento em relação ao seu entorno (Caldeira, 2001).

Salvador proliferaram no vetor de expansão norte da cidade, mais especificamente na sua orla atlântica. Originalmente, eles não foram idealizados a partir do conceito de “enclave fortificado”, embora tenham todas as ferramentas para tal [o loteamento Vilas do Atlântico, situado próximo ao centro de Lauro de Freitas, foi, afirmam Arantes e Carvalho (2009), o pioneiro na consolidação do vetor de crescimento da orla norte]. Entretanto, o medo da violência foi gradativamente se tornando mais significativo, a ponto de uma grande parte dos condomínios ter implantado formas bastante sofisticadas de controle do acesso, como, por exemplo, a utilização de cartões com código de barras ou o controle biométrico do acesso por meio de impressões digitais, como formas de fiscalização da entrada de funcionários e visitantes nos locais (Arantes e Carvalho, 2009). A violência, pois, tornou-se um dos principais problemas de sociabilidade nas metrópoles brasileiras, quiçá, das metrópoles mundiais.

De outra ponta, também os chamados bairros tradicionais da elite soteropolitana não são mais os mesmos. A Graça, a Barra, a Vitória, o Canela, entre outros, não mais apresentam casarões e mansões de arquitetura colonial. Estes também foram substituídos por condomínios verticais igualmente fechados e blindados. O incremento do número de ocorrências policiais nestas localidades, verificado nos últimos anos (Paim, 2008), invariavelmente é debitado na conta das comunidades pobres mais próximas, quais sejam, o Alto das Pombas, o Calabar, a Roça da Sabina, entre outros.

Em outras cercanias da cidade, o expediente é o mesmo: encontrar o bode expiatório mais próximo a quem culpar pelo estado de violência que assola a capital. Assim, na área da “cidade moderna”, para os bairros da Pituba, do Itaipara e de Amaralina, temos os bairros de classe baixa Nordeste de Amaralina e Santa Cruz apontados como os principais *locus* de perigo do local; para o entorno nobre da Avenida Paralela, temos o Bairro da Paz, densamente povoada por uma parcela desprivilegiada economicamente, como o principal algoz, uma mácula a ferir o lugar, entre outros exemplos.

Em verdade, pondera o urbanista Luiz César de Queiroz Ribeiro (2008), a ordem sócio-espacial das nossas metrópoles, caracteriza-se, simultaneamente, pela proximidade geográfica de grupos e classes, que ocupam posições distintas no espaço social, e por fortes distâncias sociais, separando de maneira hierárquica as relações entre elas. Do ponto de vista microssocial, como podemos interpretar o cotidiano das relações entre classe e grupos sociais distintos?

Bem, convido o leitor a um breve parêntese em relação aos assuntos baianos.

Iremos agora ao contexto paulistano, para melhor explicar as categorias que guiam esta análise. Ao ler uma etnografia sobre o bairro de Paraisópolis, favela localizada na zona sul de São Paulo, vizinha ao nobre bairro do Morumbi, encontrei duas categorias “boas para pensar” (Lévi-Strauss, 1976) o complexo destas relações. São elas: a “interação” e a “evitação”¹¹. Como explicam os antropólogos Ronaldo Almeida, Tiarajú D’Andrea e Daniel de Lucca (2008), tal “capricho” da geografia da cidade permitiu aos moradores de Paraisópolis uma dupla vivência: por um lado, a proximidade para com um bairro de classe alta favoreceu a disponibilização de recursos materiais (principalmente no tocante ao recrutamento de mão de obra para determinadas categorias profissionais tais como, empregada doméstica, vigilante, porteiro, pedreiro, *office boy*, entre outras). Este seria, pois, o pólo da “interação”. Por outro lado, os vizinhos ricos os responsabilizavam pela eclosão da violência e, recentemente, o tráfico de drogas nestas cercanias citadinas, o que incentivou a construção de prédios com um forte aparato de segurança, os denominados “enclaves fortificados”. Ademais, os moradores de Paraisópolis têm de conviver com as ações repressivas patrocinadas pela polícia e pelo poder municipal, face aos projetos de urbanização da região – cuja prioridade é a construção de ruas e avenidas para desafogar o trânsito do bairro do Morumbi –, baseada na desapropriação das residências locais¹². Este seria, pois, o pólo da “evitação”. Enfim, estas categorias seriam duas faces de uma mesma moeda, pois, como bem disse a antropóloga Mary Douglas (1998, p. 15), “escrever sobre cooperação e solidariedade significa escrever, ao mesmo tempo, sobre rejeição e desconfiança”.

Tal situação, guardadas as suas possíveis distinções, corresponde à vivenciada pelos moradores dos bairros do Alto das Pombas, do Calabar, da Roça da Sabina, vale lembrar, áreas favelizadas entre as cercanias da Federação, da Graça, da Barra e de Ondina, tidas como zonas nobres da cidade da Baía. Seriam, pois, “Davis” entre os “Golias”¹³.

Para encerrar este capítulo, vejamos como se dão estas relações de “interação” e

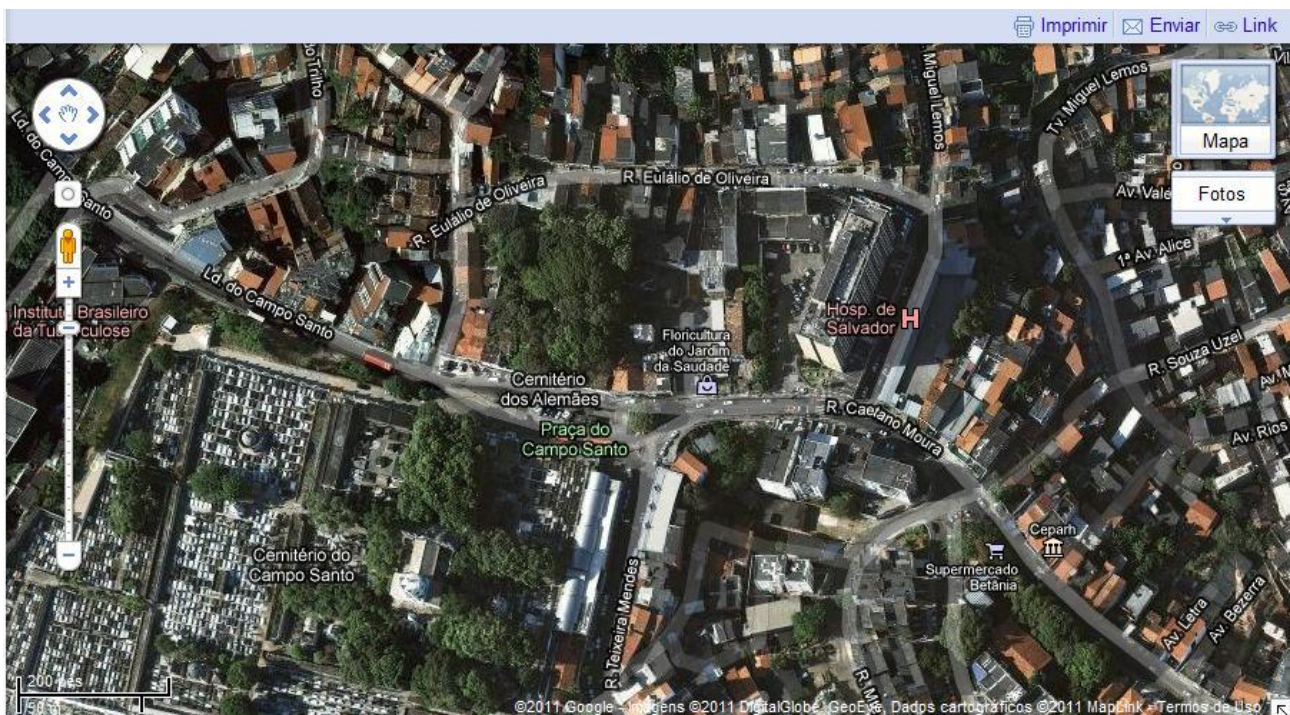
11 Não cheguei a este texto por acaso, como, à primeira vista, poder-se-ia pensar. No âmbito da 26ª Reunião Brasileira de Antropologia, assisti a mesa redonda nº 23, intitulada “Transformações teóricas e políticas da pobreza”, coordenada pela antropóloga Antonádia Borges (UnB). Naquela oportunidade, ao ouvir a intervenção do também antropólogo Ronaldo Almeida (UNICAMP), fiquei ciente das suas pesquisas, a saber, etnografias comparadas de pobrezas urbanas, nas quais ressaltavam-se os dados acerca de Paraisópolis.

12 Para fazer frente a estas ações repressivas, os moradores de Paraisópolis criaram o movimento *Paraisópolis exige respeito*. Ver o site: <<http://campanhaparaisopolis.wordpress.com/>>.

13 Expressão cunhada pelo jornalista Ivan de Almeida, editor do jornal *Pombo Correio*, espécie de jornal comunitário dedicado à valorização das áreas do Alto das Pombas, do Calabar, de São Lázaro e da Roça da Sabina.

“evitação” a partir do contato entre o Cemitério Campo Santo e as comunidades de seu entorno. Retornemos, pois, ao lugar onde começou a nossa narrativa. O palco da revolta popular do século XIX transformar-se-á no cenário do assassinato de um jovem inocente.

Das relações entre a cidade dos mortos e a cidade dos vivos



Mapa 01: Largo do Campo Santo

Retornando ao Cemitério do Campo Santo, percebemos que, assim como todas as coisas da vida, não passou incólume ao tempo (ver mapa 01, logo acima). Imagine-se, leitor, assistindo a um filme, tendo esta necrópole como cenário. Na película, um passante caminha displicentemente pelo Largo do Campo Santo. De um lado, temos o cemitério que determinou o nome do lugar; do outro, a construção erguida para o sepultamento dos estrangeiros de origem germânica. Ao centro, um posto da polícia militar, atualmente desativado. Aos poucos, a câmera vai ampliando o nosso olhar. Ao redor dos três ambientes citados, uma miríade de estabelecimentos e tipos humanos colore o lugar. Um hospital, uma casa lotérica, meia dúzia de floriculturas,

empreendimentos funerários, uma filial de uma empresa fabricante de colchões, barraquinhas de flores, uma lanchonete, um bar, um posto de gasolina, uma banca de revista, uma baiana de acarajé, um relojoeiro, vendedores de frutas, guardadores de carro, pedintes, homens, mulheres e crianças dão vida ao local, ao mesmo tempo em que cuidam de suas próprias vidas. O transeunte que abriu esta cena volta a aparecer em primeiro plano. Ao chegar na porta de entrada do cemitério, percebemos que ele trazia consigo um singelo ramalhete de crisântemos, provavelmente em homenagem a algum antepassado seu. De repente, um vento forte toma-lhe de assalto, fazendo com que uma das flores voe ao longe.

Se esse filme fosse gravado em fins do século XIX o ambiente seria completamente distinto. Primeiro veríamos um traçado férreo, rodeado de barro por todos os lados. Em seguida, a paisagem do local, coberta por uma densa vegetação, por um verde que dóia os olhos. Por fim, um portão enorme, a porta de entrada de um lugar, a entrada, pois, do Cemitério Campo Santo. A mata era o seu entorno; o traçado férreo era a linha de bonde – a número sete – destinada a estas paragens. A rua estaria completamente deserta. Teríamos, enfim, a visão de um lugar no limiar de sua urbanização. Todavia, no período atual, esta área urbanizou-se e a necrópole que era longe, ficou próxima, ou melhor, tornou-se a própria cidade.

Se o filme continuasse a explorar a vida desse lugar em seus dias atuais, nos mostraria que na rua paralela ao cemitério, a rua Teixeira Mendes – via principal do bairro do Alto das Pombas –, poucas são as reminiscências do seu passado rural. Os moradores mais antigos contam que essa área começou a ser povoada há cerca de setenta anos, pelos próprios funcionários do cemitério. Àquela época, a comunidade ainda se chamava São Gonçalo, em referência à antiga fazenda cujas terras foram doadas à instituição mantenedora do Campo Santo, a Santa Casa de Misericórdia. Com a vinda de um séquito de freiras missionárias, foi pregado um cruzeiro num dos pontos mais altos da fazenda. Nele pousavam pombas, originando, assim, a nova nomenclatura da localidade (Cavalcante, 2007).

O lugar onde se via o voo rasante das aves mudou radicalmente. A descrição que se segue está alicerçada em algumas observações etnográficas. Proponho ao leitor uma espécie de alegoria do tempo. Explico. Notas etnográficas que cobrem diversos dias de trabalho de campo serão transcritas como se um dia fosse. O intuito é mostrar a sociabilidade cotidiana, deveras movimentada, principalmente se tivermos como pólo de comparação o bairro de São Lázaro, situado a poucos metros de distância desta área.

Acompanhem-me.

Logo na entrada da Rua Teixeira Mendes, fico atordoado com a profusão de pessoas e de sons que preenchem o local. Estamos na hora do almoço. No Bar do Índio, situado em frente à portaria social do cemitério, os fregueses assistem a algum desses programas de gênero policial, famosos por explorar os acontecimentos dramáticos da vida na cidade grande (assassinatos, violência doméstica, denúncias dos moradores quanto ao descaso do poder público, entre outros), especialmente no contexto das áreas periféricas. No noticiário do dia, uma notícia trágica após a outra chamava a atenção dos presentes. Alguns rapazes se divertiam com os nomes dos bairros onde brotavam os casos. Mussurunga, Nova Aliança, Palestina... A cada nome, ouviam-se risadas e gracejos em relação à pobreza dos lugares.

Ao ver mais uma notícia cuja pauta envolvia o tema do tráfico de drogas, um dos consumidores exclamou: “Só passa traficante”! No mesmo diapasão, o dono do estabelecimento afirmou, em tom de resignação: “As drogas estão acabando com tudo. Antigamente, os bandidos daqui assaltavam os bancos, as joalherias e jogavam o dinheiro para cima nas ruas. Hoje só querem saber de drogas e de matar. Esse bairro era tranquilo. Hoje está parecendo o Rio de Janeiro” [diário de campo, 27 de julho de 2008].

Em frente ao bar, no passeio da portaria social do cemitério, há uma aglomeração de trabalhadores informais. Vendedores de cds e dvds pirateados, barraqueiros de frutas, consertadores de utensílios domésticos e chaveiros disputam o apertado terreno. No aparelho de som de uma das tendas, ouve-se alguma música do gênero pagode baiano. Alguns passos adiante, em outro estabelecimento dedicado ao comércio de bebidas alcoólicas, ouço o som de alguma música do gênero arrocha baiano. Outros passos além, em uma residência, onde também funciona uma mercearia, ouve-se os acordes eletrônicos do gênero *tecnobrega* paraense.

Em volta destes empreendimentos, algumas pessoas dedicam-se à deleitosos passatempos. Uma roda de idosos se diverte jogando dominó; uma roda de crianças se distrai pulando corda; uma roda de adolescentes do sexo feminino gasta as suas energias com coreografias de alguma música, cujo gênero não pude identificar, diante da tamanha confusão de sons. Mas, vamos adiante.

Tendo a rua como uma passarela – uma passarela precariamente pavimentada, é bem verdade –, desfila diante do nosso olhar uma multiplicidade de acanhados estabelecimentos comerciais. Um frigorífico, uma sorveteria, um açougue, lojas de

calçados e vestuário, salões de beleza, barbearias... Paro e entro em uma residência que funciona como ponto comercial, local onde estão abrigados dois empreendimentos. De um lado, temos uma *Lan House* (atualmente desativada); do outro, temos a Barbearia Tesoura de Ouro. Dirijo-me a esta última. Enquanto espero a ação das lâminas de barbear, ouço a conversa entre o barbeiro e seu cliente. No último domingo, um jovem fora assassinado por um grupo de traficantes. Provavelmente, asseveraram alguns moradores, ele teria algum envolvimento com o comércio de substâncias ilegais naquela região. Este era o tópico da conversação entre os personagens acima citados. O cliente residia no bairro vizinho – o Calabar –, mais precisamente na Estrada do Camarão, ladeira de acesso ao bairro de Ondina. Ele contava ao barbeiro algumas das regras de convivência estipuladas pelos “donos das ruas” (Paes Machado e Tapparelli, 1996) daquela área: “Os *traficantes* pediram para que eu desligasse o farol de minha moto, quando estiver voltando para a casa tarde da noite” – disse [diário de campo, 25 de agosto de 2009].

Barba feita, cabelo, ou o que ainda resta dele, devidamente cortado... Saio em direção ao Mercadinho Águia, localizado na esquina entre a Rua Teixeira Mendes e a Praça Nossa Senhora de Fátima. No percurso, passo por uma casa de construção e pelo Mercadinho Rodrigues, talvez, no tocante à venda de gêneros alimentícios, o grande rival do Mercadinho Águia. Não posso esquecer o Mercadinho Leme. Juntos, estes três empreendimentos dominam a cena do comércio varejista neste local, guardando entre si uma grande afinidade: todos eles são gerenciados por pessoas não residentes no Alto das Pombas. A dona do Mercadinho Rodrigues, por exemplo, mora no vizinho abastado, qual seja, o bairro da Graça [diário de campo, 04 de fevereiro de 2009].

Uma vez no Mercadinho Águia, dirijo-me à sessão dos laticínios. Encontro a caixa de leite desnatado que eu estava procurando; passo no balcão de pagamento e me retiro do local. O sol está se pondo. No largo desenhado pelo encontro entre a Rua Teixeira Mendes e a Praça Nossa Senhora de Fátima, batizado entre os moradores de Largo do Ribeiro, o lixo depositado o dia inteiro pela população começa a ser recolhido pelo caminhão da Limpurb (Empresa de Limpeza Urbana de Salvador). Sem a presença de caixas coletores no perímetro do bairro, o lixo fica ali acumulado à espera do serviço de recolhimento dos resíduos sólidos. Neste ínterim, ele torna-se uma festa para os cães de rua, bem como para os insetos transmissores de doenças, justamente no lugar onde está situado um posto médico, uma creche infantil, duas escolas públicas e a Igreja do Divino Espírito Santo [diário de campo, 07 de junho de 2009].

Retornando pelo mesmo caminho, percebo que a Rua Teixeira Mendes mais parece uma grande artéria que se ramifica em vários becos, ruelas e vielas sem saída, impossibilitadas de receber em suas vias o trânsito de veículos automotivos. Por este motivo, os carros ficam apinhados nos passeios da via principal, tornando o estacionamento de condutores um grande tormento para os moradores deste lugar. Nestas vielas e becos sem saída, observo os esgotos correndo a céu aberto em chão de terra batida.

Apesar de estes problemas estruturais, os moradores com quem tive contato consideram o Alto das Pombas um lugar bom para se viver. Para sustentar tal ponto de vista, eles argumentaram que o bairro possui facilidades no tocante aos deslocamentos urbanos, tais como linhas de ônibus disponíveis para os quatro cantos da cidade e a proximidade para com determinados equipamentos públicos – por exemplo, a praia, as quadras de esporte localizados na orla marítima, as praças (como a recém inaugurada na Avenida Centenário) –, o que oferece a possibilidade de o itinerário ser feito à pé (Carade, 2009).

Continuo a me despedir do bairro. Residências alternam-se com estabelecimentos comerciais, quando não se confundem com eles. Do passado rural, resta apenas o nome de algumas das ruelas, como, por exemplo, a Rua Chácara Santo Onofre. Chego ao portal de entrada do bairro. Antigamente, na época do início das “ocupações”, havia ali uma cancela, uma sobrevivência dos tempos da Fazenda São Gonçalo. O bairro cresceu e a cancela desapareceu.

Nesta alegoria do tempo, acabei de relatar um dia no bairro do Alto das Pombas. Nos arredores do Cemitério Campo Santo, nas sendas da cidade dos mortos, uma vida foi sendo construída e hoje nos mostra toda a sua nevrálgia. Algo diverso fora estabelecido pela práxis da medicalização da morte, na medida em que, para esta, o réquiem dos espíritos deveria ocorrer o mais afastado possível dos lugares de sociabilidade humana.

Após este breve relato, cabe uma pergunta. Como se comportou o interior do Cemitério Campo Santo no transcorrer do tempo? A resposta para tal inquirição nos levará ao encontro da história de um assassinato na cidade dos mortos. Para lhes contar esta narrativa, conto com o auxílio da outrora aluna do curso de Ciências Sociais da UFBA, Lucia Manisco, que me franqueou o acesso a um texto inacabado sobre as relações entre a necrópole e os bairros vizinhos. Tivesse sido concretizado os seus intentos, este texto seria o trabalho de conclusão de curso da estudante. Ofereço, pois,

ao leitor a exumação dos escritos de Lucia Manisco.

De uma maneira geral, a cidade dos mortos, afirma Manisco, reproduz a visão das classes dominantes em relação à estrutura sócio-econômica da cidade dos vivos. Desde o local do sepultamento, passando pela forma de acondicionamento dos corpos, até aos custos referentes à utilização dos serviços e dos espaços cemiteriais, há o reflexo da hierarquia fundada no princípio da distinção social.

Não cabe neste espaço uma descrição exaustiva sobre as diferentes tipologias dos lóculos abrigados pelo cemitério (jazigos perpétuos, mausoléus, covas simples, entre outros) e os serviços a eles subjacentes (os funerários e os pós-funerários). Concentrar-me-ei, pois, na disposição das sepulturas no interior da cidade dos mortos, com o objetivo de demonstrar a sua permeabilidade física e simbólica para com a cidade dos vivos.

A quem percorrer o trajeto entre o portão principal e a capela do Campo Santo, conta-nos Manisco, observará, de um lado a outro (quadras A e B), os túmulos da nova elite soteropolitana. Revestidos de granito preto, suas estruturas procuram dimensionar a vida pregressa dos indivíduos, ostentando o seu poder aquisitivo através de imagens a recapitular o que cada um foi um dia, de fotografias de mortos com vestimentas impecáveis e de figuras iconográficas da arquitetura moderna, com mausoléus de concreto, e pós-modernas, com resquícios neoclássicos concretizados em colunas romanas e traços retos.

Já na parte posterior (quadras 2, 3 e 4) e lateral (quadras 1 e 5) da capela, encontram-se os mausoléus da elite tradicional da cidade. Estas sepulturas são recobertas de mármore branco ou rosa, material que simbolizava o poder econômico daqueles que o utilizavam, mostrando, em comparação ao tom negro dos túmulos presentes nas quadras A e B, como o passar do tempo opera mudanças nos valores simbólicos no seio de uma mesma classe social.

A capela e todos os setores acima descritos, afirma Manisco, formam a área principal do cemitério. O perímetro a circundar parcialmente este setor, subdividido nas quadras 6, 7, 8 e 9, constitui-se em uma espécie de faixa intermediária onde a presença de mausoléus de famílias abastadas torna-se deveras rarefeita, para desaparecer totalmente nas quadras mais afastadas do centro (da 10 a 19).

Mas é somente para além do primeiro muro perimétrico, o qual encerra os setores descritos acima, que nos deparamos com a área reservada às covas simples. Chegamos na zona periférica do Campo Santo, na extremidade de sua borda mais

alongada para o fundo. Aqui, longe do paraíso esboçado nas outras alas, aplaina-se um terreno em declive, pontilhado por cruzeiros brancos, dispostos aleatoriamente e alheios à qualquer identificação, rodeado por uma cobertura vegetal formada por bambuzais, vegetação rasteira e árvores de médio porte.

Esta é a faixa limítrofe entre o Campo Santo e o bairro do Calabar, cujas residências chegam a ser grudadas ao muro externo do cemitério. Tal proximidade entre, por assim dizer, as duas periferias, a da cidade dos vivos e a da símile dos mortos, traz consigo algumas consequências para o domínio dos que ainda estão em vida. De acordo com Fernando Conceição (1986), nas épocas das torrentes chuvosas, a necrópole presenteia os seus vizinhos com flores de plástico, velas arrancadas das covas pela enxurrada e pedaços de esqueleto que terminam por boiar no grande rio em que se transforma o bairro nessas ocasiões.

De acordo com uma moradora, em entrevista concedida a Manisco em seu trabalho de campo¹⁴, há alguns anos, “quando ainda tinha aquelas covas aqui em baixo que você via, quando dava chuva, caixão, restos mortais... Crianças brincando com restos mortais”. A seu ver, sempre houve um desdém para com as condições físicas do “fundo” do cemitério, pois os moradores do Calabar “são pobres, são periferia, são invasão, deixar mesmo, sabe, eles conviverem com a realidade que eles pediram, que eles buscaram, e vamos fazer a fachada aqui na frente”. Com o passar do tempo houve algumas melhorias como, por exemplo, a ampliação do muro que delimita a borda traseira do estabelecimento, “mas ainda tinha restos mortais, os meninos brincando com cruz, é sinal que eles não tinham uma preocupação com esse fundo”. Em contraste, as bordas frontal e lateral do Campo Santo, suas faces visíveis para quem transita pelo bairro da Federação, possuem muros altos e bem cuidados. Conclui a moradora: “Que não é a mesma preocupação que eles têm com a frente, né. Que lá na frente você chega e é todo um ambiente diferente, diferenciado. Mas quando você passa para essa parte do fundo, que dá para o Calabar, você vê que eles não estão nem um pouco preocupados” (Manisco, 2005, inédito).

Refletindo sobre esta permeabilidade entre os dois espaços, Manisco pondera que, se por um lado, havia certo descaso do Campo Santo em relação ao seu próprio fechamento (construir muros mais altos de modo a impedir a passagem de pessoas), por outro, as comunidades vizinhas – o Alto das Pombas e o Calabar – se apropriaram do

14 Os dados foram coletados no ano de 2005.

espaço cemiterial, ressignificando-o em termos de área de trânsito, trabalho e lazer.

No tocante à dimensão do lazer, a permeabilidade para com o espaço sagrado dos mortos terminou por ofertar uma boa alternativa para passatempos tais como passeios, colher frutas, “arejar a mente”, “jogar conversa fora”, empinar pipas etc. etc. Além disso, do ponto de vista material, o espaço cemiterial também oferece suas potencialidades, na medida em que há uma vasta gama de trabalhadores informais a oferecer os seus serviços tais como a limpeza e o cuidado para com jazigos e mausoléus das famílias nobres, o comércio de flores e o trabalho de “guia turístico” do local.

No âmbito do meu trabalho de campo, conforme me foi relatado por um jovem residente no bairro do Alto das Pombas, pelo serviço de lavagem dos túmulos, “os barões pagam cerca de 25 reais”. A propósito, no dia dos finados, os moradores se utilizam de um ardil bastante curioso. Pegam as flores caídas ao chão, juntam e confeccionam um ramalhete, conseguindo vendê-lo por cerca de cinco reais. Ao fim do dia, terminam por reter uma boa quantia de dinheiro (Carade, 2009). Enfim, pergunta-se, o que é o trabalho e o lazer senão dois bens escassos para as comunidades de baixa renda?

Voltando à narrativa de Manisco, a esfera do trabalho não se limita ao interior do cemitério. Como a instituição possui um número bastante limitado de vagas próprias de estacionamento, muitos moradores se oferecem para guardar os carros dos visitantes em troca de algum “agrado”. Todavia, em ocasiões de sepultamento de pessoas notáveis, esta falta de estacionamento apropriado provoca uma série de transtornos para os moradores do Alto das Pombas, na medida em que o acesso ao local torna-se dificultoso, em virtude da aglomeração dos veículos automotivos.

Estas são as relações de “interação”. Cabe agora descrever o outro pólo, qual seja, o da “evitação”.

Alegando a ocorrência diuturna de furtos de monumentos e imagens das sepulturas, atos contra o patrimônio alheio e até assaltos a visitantes, a gerência do cemitério contratou a firma RBN Serviços Terceirizados para prover a segurança do local. Todavia, aponta Manisco, a empresa não atendia às exigências legais (Lei n° 7.102/83), no tocante ao oferecimento desta modalidade de serviço, em face de a inexistência de credenciamento junto à Polícia Federal para exercer tal encargo. Ademais, seus funcionários, de acordo com a própria RBN, deveriam estar apenas na companhia de cães de guarda, ao passo que alguns deles portavam armas de fogo no desempenho de suas funções, fato este de total conhecimento da esfera administrativa

do Campo Santo.

Sentindo-se defensores de um lugar importante, de um “palácio da nobreza” que precisa ser rigidamente protegido, os integrantes do corpo de guarda comportavam-se de uma maneira excessivamente rigorosa em suas relações com os “frequentadores” dos “fundos”. Na ótica deles, eles eram os “guardiões” do cemitério, ocupando uma posição superior na estrutura hierárquica cemiterial em relação aos jovens dos “fundos”, tidos como “invasores”.

E de que forma manifesta-se, pergunta Manisco, esta relação? De acordo com ela, as represálias iam desde à simples expulsão e às ameaças de violência até ao uso indevido de armas de fogo e outras formas de abuso. A autora resgatou a seguinte denúncia feita por uma moradora do Calabar, publicada em um diário da cidade (*Jornal A Tarde*, 25 ago. 2005): “Proibi meus pequenos de irem lá. Além de terem de correr dos cachorros dos vigias, eram espancados e obrigados a comer terra das covas” (Manisco, 2005, inédito).

Há, portanto, uma relação de antagonismo entre o corpo de guarda e os jovens carentes da região. Tal relação precipitará um acontecimento trágico, qual seja: a morte de Fábio, um rapaz de vinte anos, morador do bairro do Calabar. Continuemos, pois, com o relato de Lucia Manisco.

Cemitério: um lugar para se morrer¹⁵

22 de agosto de 2005. Era fim de tarde, conta-nos Manisco. As nuvens como que brincavam no crepúsculo pintado pelo pôr do sol. Um grupo de rapazes empinava pipas alheio ao entardecer do dia. Entre eles, estava o jovem Fábio.

O céu era o limite. Esta sentença valia tanto para as pipas quanto para a vida do próprio Fábio. O sonho que ele tanto acalentava estava prestes a se concretizar. Faltava pouco para ele entrar nas fileiras do Exército. Todavia, enquanto esperava pelo dia fabuloso, a morte o encontrou primeiro.

Na companhia de seu irmão e outros cinco amigos, Fábio resolvera cruzar a débil fronteira que separava o Calabar do Cemitério Campo Santo, com o intuito de empinar papagaios na área das covas rasas. Enquanto os rapazes se divertiam, surgiu em

15 Tal título eu tomo de empréstimo do texto da própria Lucia Manisco.

cena o vigia Romil S. – sargento reformado da Polícia Militar, contratado pela RBN Terceirização –, com uma arma em punho. “Esse policial... Ele já vinha ameaçando as crianças, já tinha dado tiro para cima, ele pegava os meninos pegando passarinho lá em cima e ele quebrava as gaiolas. O Campo Santo diz que não tinha conhecimento dessas coisas, mas as queixas eram a todo instante”, sustentou um morador do bairro, ouvido por Manisco.

Os rapazes não chegaram a ver a arma em riste. “Como ele já havia atirado antes na gente, saímos logo correndo”, disse o irmão de Fábio, em uma matéria publicada por um jornal da cidade, lida por Manisco (*Jornal A Tarde*, 24 ago. 2005). Ouviu-se o som de um tiro; logo em seguida, um corpo aparecia estendido ao chão. Era Fábio, atingido letalmente por um projétil na têmpora esquerda. Ele ainda chegou a ser encaminhado ao Hospital Geral do Estado, mas a sua vida já havia dado seus últimos suspiros em meio às covas rasas do cemitério.

A morte de Fábio gerou uma onda de protestos por parte da comunidade do Calabar e adjacências em prol de justiça. Em seu velório, faixas e cartazes a estampar a revolta da população disputaram espaço com coroas de flores enviadas em sinal de pêsames. Na manhã seguinte ao trágico acontecimento, os moradores do Calabar, numa ação abraçada pela Associação de Moradores do bairro, interromperam o trânsito nas imediações da Avenida Caetano Moura, em frente ao cemitério. A imprensa foi convocada. O protesto foi dirigido contra a injustiça e, no plano geral, contra o preconceito, contra a ideia tão enraizada na cabeça dos cidadãos soteropolitanos de que no Calabar não existem pessoas de bem.

Com a mobilização, a Santa Casa de Misericórdia foi obrigada a sepultar o corpo de Fábio nas dependências do cemitério. Tal atitude foi interpretada como um *mea culpa*, pois a instituição tinha feito todos os esforços para se eximir da responsabilidade em torno do assassinato, colocando todo o ônus na conta do ex-sargento. Por outro lado, afirma Manisco, a Santa Casa, na qualidade de instituição privada, reorganizou-se para fazer frente ao problema. Indenizar a família foi a primeira medida adotada pela empresa. De acordo com a autora, tal solução não enfrentou o conflito social implícito neste trágico evento. Tal conflito tendeu a ser novamente ocultado, pois a instituição não reconheceu a comunidade enquanto interlocutora.

Para evitar novos incidentes, a atitude tomada foi a construção de um novo muro. Assim, partiu-se da ideia de que a resolução do problema da permeabilidade colocaria um ponto final na teia dos conflitos. Ademais, a morte de Fábio precipitou o

questionamento da função social da Santa Casa, no que diz respeito à legalização das terras ocupadas pelas comunidades do Alto das Pombas e do Calabar. Como se sabe, esta população construiu suas casas em terras pertencentes à citada instituição. Quando percebeu que o cemitério estava sofrendo um processo de superlotação, a organização entrou na justiça com uma ação de reintegração de posse. A ação se arrastou pelos labirintos da legalidade durante anos até a assinatura de um acordo entre a Santa Casa e a Prefeitura Municipal de Salvador, qual seja: os cidadãos teriam seus títulos de posse em mãos em troca do perdão das dívidas da empresa para com os cofres públicos (Gordilho Souza, 2007). Enfim, foi preciso haver uma morte para ser trazida a lume uma série de conflitos que estavam, por assim dizer, em estado de latência.

Por que desenterrei esta história?

O leitor deve estar se perguntando: o que a história de um assassinato em dependências cemiteriais tem a dizer a uma dissertação que se propõe a discutir os padrões de sociabilidade entre uma instituição pública de ensino superior e uma parcela da sociedade civil? Apresso-me em dizer que não se trata apenas da similitude em relação ao espaço geográfico onde estas histórias se desenrolaram, embora este detalhe seja deveras importante. Por ora, cabe dizer que esta resposta será elucidada nas páginas seguintes.

Veremos que, tal como a Santa Casa de Misericórdia, a Faculdade de Filosofia foi obrigada a reconhecer a existência de uma série de conflitos, até então vigorando em estado de latência, no tocante ao contato com a sua vizinhança. Outro elemento que reaparecerá mais adiante é a permeabilidade dos espaços sociais, permitindo ora relações de “interação”, ora relações de “evitação”. Logo mais, também ressurgirão as figuras não pertencentes ao quadro formal de uma instituição. Em outras palavras, a exemplo do Cemitério Campo Santo, veremos certo padrão de informalidade que clamou pelos seus plenos direitos no âmbito da Faculdade de Filosofia. Por último, também veremos em relação ao órgão acadêmico o questionamento da sua função social.

Para encerrar este capítulo, cabe esclarecer que, propositalmente, das áreas que integram a vizinhança da Faculdade, apenas o bairro de São Lázaro ficou com um destino a ser elucidado. Isto será feito no próximo capítulo, juntamente com a descrição da própria instituição.

Capítulo II

Apresentando a Faculdade de Filosofia

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, FFCH, Faculdade de Filosofia ou simplesmente “São Lázaro”... Neste capítulo, apresentarei ao leitor a unidade universitária cujos vínculos com a Universidade Federal da Bahia datam dos anos de 1946. Aqui veremos as transformações vivenciadas pela instituição no decorrer do tempo. De uma filha pródiga da elite mercantil da cidade à entidade desprovida de identidade. Veremos que esta é uma verdade parcial. Para compreendê-la, me afiançarei das contribuições do sociólogo americano Erwin Goffman. Através destas contribuições, haverá o delineamento de uma descrição acerca da “vida íntima” da organização. Por sua vez, esta “vida íntima” não se resumirá apenas à unidade universitária, mas também extrapolará os seus muros, contemplando o endereço aonde ela está localizada, desde 1974, a saber: rua prof. Aristides Novis (ou Estrada de São Lázaro), nº 197, Federação, Salvador, BA – Brasil, CEP 40210-730.

Breve panorama histórico

13 de junho de 1941. Neste dia, às 15 horas, foi realizada a solenidade de fundação da “Sociedade Civil Faculdade de Filosofia”, no edifício da Associação Comercial da Bahia, no bairro do Comércio. Presidindo a sessão, o então secretário de Educação e Saúde do estado da Bahia, o sr. Isaías Alves, “declarou o motivo da reunião, explicando que a escolha da Associação Comercial para o empreendimento, foi, em virtude de ter sido ali o teatro de grandes movimentos de civismo e de economia, ainda presentes na memória de todos” (Diário de Notícias, 1941).

Estavam presentes na reunião “esclarecidos capitalistas baianos” tais como Carlos de Aguiar Costa Pinto (por si e pela S. A. Magalhães), Pánfilo D'Utra Freire de Carvalho (por si e pela Cia Aliança da Bahia), dr. Raul Schmidt (por si e pela Sociedade Anônima Dr. Raul Schmidt & Cia), Manoel E. F. Cintra Monteiro (por si e pela firma Eduardo Fernandes & Cia), Arnold Wildberg (por si e por Wildberg & Cia), Agnelo de

Carvalho Brito, entre outros. Os dois últimos nomes citados ocuparam, respectivamente, os cargos de secretário e tesoureiro da Junta Mantenedora, órgão criado para gerenciar as dotações orçamentárias do empreendimento (Diário de Notícias, 1941; O Estado da Bahia, 1941).

Também nesta solenidade foi escolhido o nome do sr. Isaías Alves para o cargo de diretor da instituição recém-criada. Era o esperado, na medida em que ele também estava à frente da Liga de Educação Cívica, entidade responsável pela instalação da Faculdade de Filosofia. De acordo com a antropóloga Maria Rosário de Carvalho (2008), tal agremiação havia sido criada em 1903, por Francisco José Rodrigues Pereira (presidente da Associação Comercial da Bahia em 1932) e Metódio Coelho, com o fito de promover, animar e propalar os ensinamentos da educação cívica. Suas atividades declinariam três anos depois, tendo sido retomadas, nos primórdios dos anos de 1940, por antigos sócios.

Assim, de mãos dadas com a burguesia mercantil local, a Faculdade de Filosofia dava os seus primeiros sopros vitais. De início, a entidade funcionou em um prédio localizado na Praça da Piedade, no centro da cidade (onde hoje está acomodada a Faculdade de Economia da UFBA). O prédio da Escola Normal – onde, hoje, o Ministério Público encontra abrigo –, situado na Avenida Joana Angélica (bairro de Nazaré), havia sido doado pelo interventor do estado, o sr. Landulfo Alves (estávamos, pois, em plena vigência do regime ditatorial estadonovista), que vem a ser irmão do sr. Isaías Alves, todavia, como ele estava emprestado às brigadas do Exército, as aulas foram ministradas, inicialmente, na Praça da Piedade, aí ficando até 1945. A partir desta data, a entidade passou a desempenhar as suas funções no bairro de Nazaré, estando ali resguardada até o ano de 1970. Em 1º de maio desse mesmo ano a instituição foi transferida para a antiga sede da Faculdade de Medicina no Terreiro de Jesus (Centro Histórico). Finalmente, em 12 de janeiro de 1974, com o aumento do número de estudantes, a Faculdade termina ganhando um novo endereço, qual seja, a rua prof. Aristides Novis, em São Lázaro, onde permanece até os dias de hoje (Magalhães, 2010).

A Faculdade de Filosofia foi criada com o objetivo de formar quadros para o magistério (médio, normal e técnico). Para serem admitidos na instituição, os indivíduos deveriam ter, no mínimo, o curso secundário completo. Ademais, no regulamento da entidade, havia certas disposições de caráter extraordinário, no tocante à matrícula de jovens oriundos das classes proletárias. Estes só teriam o acesso permitido caso comprovassem “excepcional capacidade intelectual, superiores qualidades de caráter e

todas as condições físicas de saúde” (O Estado da Bahia, 1941). Percebe-se, pois, que a instituição estava voltada a uma parcela privilegiada da sociedade. Tal postura foi saudada por alguns órgãos da imprensa local, como se pode observar nas seguintes palavras escritas pelo periódico *O Imparcial*: “Como observamos, apenas um claro notamos na feliz ideia do esclarecido secretário da Educação e Saúde [sr. Isaías Alves]: a de não fazer da Faculdade em questão um estabelecimento público” (O Imparcial, 1941).

De acordo com Vanessa Magalhães da Silva (2010), em sua dissertação de mestrado em História, a Faculdade de Filosofia surgiu em um contexto de articulação das oligarquias locais em torno de um projeto desenvolvimentista, traduzido em termos de um amalgamento entre conservadorismo e discurso regionalista (a recuperação econômica do estado da Bahia), que visava à promoção de um grupo específico e autocentrado.

Possivelmente, aponta Vanessa da Silva (2010), esta orientação elitista teria sido o principal motivo para uma contenda particular travada entre Isaías Alves e Anísio Teixeira, os dois maiores expoentes da educação baiana de então. Na medida em que o último tinha uma concepção mais universalizante acerca da educação, concebendo-a como um direito inalienável de todas as parcelas da sociedade, uma Faculdade como a de Filosofia, criada para o deleite de um grupo bastante limitado, só poderia desagradá-lo. Assim, Anísio Teixeira terminou não se envolvendo na iniciativa de Isaías Alves, embora dialogasse com vários de seus interlocutores.

Já em relação às matérias oferecidas, a Faculdade foi palco para disciplinas tais como Filosofia, Psicologia, Política, Análise Matemática, Análise Superior, Mecânica Racional e Celeste, Zoologia, Botânica, Geologia e Paleontologia, Mineralogia e Petrografia, Química Analítica, Economia Política e História das Doutrinas Econômicas, Física Teórica e Física Matemática, dentre outras. Tais componentes curriculares formavam o esqueleto dos seguintes cursos: Filosofia, Matemática, Química, História Natural, Geografia e História (nessa época formavam um curso só), Ciências Sociais, Letras Clássicas, Letras Neolatinas, Letras Anglogermânicas e Pedagogia (Silva, 2010).

De acordo com Vanessa Silva (2010), a entidade foi reduto de grandes intelectuais. Frederico Edelweiss, por exemplo, foi um dos precursores no estudo e no ensino da Língua Tupi no Brasil. Quando, em 1965, a instituição passou a oferecer essa disciplina, a Universidade de São Paulo era a única que a contemplava em seu

fluxograma. Outros fatos como que demonstravam a nossa grandeza. Dentre eles, Silva (2010) cita os seminários de Antropologia, ministrados pelo médico-antrópologo professor Thales de Azevedo, que eram assistidos por pessoas vindas dos estrangeiros; nossa biblioteca, uma referência não apenas em relação às co-irmãs do ensino superior, mas também em relação ao estado da Bahia, rivalizando, inclusive, com a Biblioteca Pública do Estado. Além disso, em termos de status social, a nossa Faculdade disputava espaço com as congêneres de Medicina e de Direito.

Parece, pois, que o intervalo entre os anos de 1940-1970 corresponde à época de apogeu da instituição (Silva, 2010). Quem fala em apogeu, logo tem em mente o declínio. Fica a pergunta: como compreender o declínio da Faculdade de Filosofia? Em outras palavras: como entender o quadro traçado pelo professor Ruy Simões, em seu livro sobre a entidade? Para tentar responder a este questionamento, passo a uma análise da citada obra.

Como era verde o nosso vale

Há 21 anos vinha a público o opúsculo *A Faculdade de Filosofia e sua identidade perdida*. Nele, seu autor, o supracitado filosofante Ruy Simões, percorreu os labirintos de sua memória, contrastando o passado com o presente, para revelar a imagem de uma instituição que desconhecia em qual espelho havia perdido a sua face. Entretanto, a leitura desta obra, mais que demonstrar as vicissitudes vivenciadas pela unidade universitária, revela os fantasmas e assombrações que atormentavam o seu autor. Nela, veremos que as “invasões solertes” não se resumiam apenas às ações praticadas pelos agentes externos ao ambiente acadêmico, como se poderia supor, se formos nos apegar ao significado vernacular do verbo “invadir”. Paradoxalmente, as “invasões solertes” tinham por epicentro algum lugar situado dentro das próprias dependências da Faculdade. Senão, vejamos.

Um personagem e seu universo. O mundo que ele tocava com seu corpo e sua mente estava apartado dele. Ele bem o sabia e sofria com isso. Consciência infeliz; psicologia de um vencido. No relato, o autor-personagem vai se revelando um estranho em seu próprio ninho. De um dos mais ilustres membros da instituição, transformara-se em uma espécie de troféu em meio da bugiganga. O tempo lhe reservara esta sorte ingrata.

Tendo servido a instituição desde 1960, Ruy Simões percorreu todas as instâncias acadêmicas imagináveis: chefia de Departamento, coordenação de Colegiado de Curso, Conselho Departamental, Congregação, Câmara de Ensino de Pós Graduação, Conselho Universitário, Diretoria da Faculdade (quadriênio 1980-1984) e o Reitorado da Universidade (nos três primeiros meses do ano de 1984). Ele era um “estabelecido”, ou seja, fazia parte de um seleto grupo que se autopercebia e que era reconhecido como uma “boa sociedade” (Elias e Scotson, 2000), podemos supor ao percorrer a lista de cargos por ele ocupados. Logo, logo, essa boa aventura nas altas rodas administrativas cederia lugar a um mundo em perigo.

Já no prólogo de sua narrativa encontramos indícios dos males que o consumiam. Em uma manhã qualquer de junho de 1989, nosso autor-personagem participava de uma reunião de professores, realizada no auditório da Faculdade. A deflagração de uma greve, e as consequências futuras que porventura poderia motivar, se constituíram como a pauta do dia. Ruy Simões se viu em meio a um turbilhão de palavrórios, de impropérios, de infundáveis questões de ordem, de desentendimentos suscitados por pessoas que queriam tudo, menos a compreensão mútua. O senso de pertencimento à instituição havia sido suplantado pelas individualidades e pelos egocentrismos. Os docentes não conseguiam ver, para me utilizar de uma frase cara ao abolicionista Joaquim Nabuco, que “acima de quaisquer partidos estava a boa sociedade” (Nabuco apud Alonso, 2007, p. 33). Seria este o perfil de nossa Faculdade, sua atual fisionomia?” – pergunta-se nosso professor. Ele mesmo responde: “Se perfil, mal traçado; se fisionomia, bastante alterada” (Simões, 1990, p. 17).

Temos, assim, o quadro de uma organização dilacerada, ou melhor, desfigurada. Ruy Simões se propõe, então, a nos contar as condicionantes históricas possibilitadoras desta desditosa sorte. Neste trajeto, adiante ao leitor, ficará esclarecida a enfermidade que acometia o nosso filosofante: a perda do espírito de corpo da Faculdade. Vejamos mais de perto.

Na medida em que apresenta alguns dados acerca dos primórdios da instituição – o período de fundação, a generosa dotação orçamentária concedida por capitalistas baianos para a materialização da empreitada, as articulações políticas em torno da disponibilização do espaço físico para sediar a Faculdade, sua composição pedagógica etc. etc. –, Simões nos informa o quanto eram verdes os nossos vales. A Faculdade de Filosofia havia enobrecido o estado da Bahia. Primeiro, a sua existência tornou possível a criação da Universidade da Bahia (hoje Universidade Federal da Bahia), em 1946,

tendo-se em vista que o decreto-lei nº 1.190/39 exigia, para a estruturação de qualquer universidade brasileira, uma Faculdade de Filosofia ou congênere. Segundo, ofertou à comunidade acadêmica noções mais bem elaboradas de didática e práticas de ensino. Terceiro, cumpriu com esmero a sua finalidade de preparar candidatos ao magistério secundário, normal e técnico. Ademais, mereceram destaque do nosso autor-personagem, os grandes ciclos de palestras, conferências, debates e seminários, a elevar a grandeza cultural da instituição, grandeza esta jamais alcançada, em suas palavras, por outra unidade universitária baiana. Tudo, enfim, parecia estar em seu perfeito lugar.

Entretanto, esse quadro iria se modificar radicalmente. Os anos de 1960 foram, aos olhos de Simões, os anos dos maus presságios. Em 1961, nos sete meses presidenciais de Jânio Quadros, dois decretos teriam ferido de morte a educação superior brasileira. Num, o médico Edgar Rêgo dos Santos, o primeiro reitor da Universidade da Bahia, embora primeiro nome da lista tríplice de então, foi preterido para a continuação no cargo. Noutro, criou-se a Universidade de Brasília, não como autarquia, mas como fundação, instituindo o primado do particular, em detrimento das coisas públicas.

Com a reforma universitária implantada em 1968 opera-se a queda final. A extinção do regime de cátedras em prol da estratégia da departamentalização, a criação de colegiados de cursos com atribuições usurpadas às diretorias e aos departamentos, a unificação do processo seletivo do corpo estudantil em torno do vestibular (tornado meramente classificatório), a estipulação de critérios avaliativos (e impessoais, cabe frisar) de excelência e desempenho da profissão acadêmica transformaram o ensino público em uma mera indústria. Por um lado, as novas regras de admissão de estudantes possibilitaram a entrada de indivíduos cujos escores classificatórios eram baixíssimos. De acordo com o nosso filosofante, “no vestibular de 1984 houve classificação para quem obtivera o escore global 1.36” (Simões, 1990, p. 40). Na sua ótica, era uma horda de despreparados e parcamente instruídos que estava por adentrar nas dependências universitárias. Por outro, a “inovação” da semestralidade encurtou sobremaneira o tempo dedicado à transmissão e sedimentação do conhecimento. Ademais, tivemos a quebra da hierarquia docente, pelo decreto-lei nº 5.882, facultando a qualquer professor o exercício da chefia departamental – “mal comparando, tenente a comandar capitães, majores e até coronéis” (Simões, 1990, p. 46). Enfim, se formos lembrar da geometria das figuras piramidais obteremos o quadro que tanto atemorizava Ruy Simões: a desordem hierárquica no topo da pirâmide (a parte que cabe ao professorado) e, em

contrapartida, o inchamento da base (a parte que cabe ao alunado).

Ora, tais mudanças colocaram a “identidade da Faculdade de Filosofia” em risco. Do ponto de vista estrutural, a instituição sofreu a amputação de dez cursos: Física, Química, Matemática, as três vertentes de Letras (esses quatro primeiros originaram seus respectivos institutos), História Natural (incorporado ao Instituto de Biologia), Geografia (migrado para o Instituto de Geociências), Pedagogia (proto-célula da Faculdade de Educação) e Jornalismo (primeira perda, antes mesmo da reforma universitária). Tal esfacelamento, segundo Simões, seria mal compensado com a multiplicação de finalidades: a extensão, a pós-graduação, o ensino profissionalizante não cumpririam a tarefa de ofertar certa densidade moral – no sentido sociológico do termo, significando o fortalecimento dos laços de coesão social (Durkheim, 1973) – à Faculdade. Mais uma vez torna-se mister recorrer à analogia geométrica das figuras piramidais.

No topo da pirâmide, teríamos docentes preocupados tão somente com a sua progressão funcional. Embora cerca de 80% do corpo professoral da Faculdade estivesse a ela subordinada em regime de dedicação exclusiva (40 horas semanais), muitos, por auto-adjucação, tinham cargas horárias semanais inferiores à mínima fixada em lei, enquanto uma honrosa minoria se encontrava demasiadamente onerada, ministrando mais aulas do que por direito lhe era obrigado. “Com certeza, idealistas, estes; hedonistas, pragmáticos ou fisiologistas aqueles”... (Simões, 1990, p. 80). De acordo com nosso autor-personagem, a carreira docente, antigamente caracterizada por uma estrutura piramidal, sofria um processo de deformidade: enquanto o vértice e a base (representados, respectivamente, pelas categorias de professores titulares e professores auxiliares) ver-se-iam reduzidos, no tocante ao número de integrantes, os lados (correspondentes às categorias de professores adjuntos e professores assistentes) encontrar-se-iam densamente povoados¹⁶. Assim, segundo Simões, tal desfiguração transformou a pirâmide em uma *cruz de Lorena*, fincada de cabeça para baixo, com pedras ao redor. As pedras seriam os professores eventualmente contratados – os chamados professores substitutos – para suprir eventuais demandas.

Ruy Simões despeja as maiores críticas à categoria dos professores assistentes. A seu ver, estes seriam “ávidos de doutorado – nutridos hematofagamente, isto é, às

16 Seriam estes os percentuais, para cada categoria, referentes à Faculdade de Filosofia, à época de publicação do livro: “1. Professores titulares: 1,9%; professores adjuntos: 61,5%; professores assistentes: 27,9%; e professores auxiliares: 5,65%” (Simões, 1990, p. 95).

custas dos colegas, que se sacrificam com sobrecargas horárias para possibilitar o êxodo pós graduativo”... (Simões, 1990, p. 96). Tal ânsia por títulos acadêmicos seria estimulada pelo regime de promoções subjacente à carreira do magistério superior. Concursos, sempre dispendiosos, no início e no fim da carreira; progressões por titulação nas classes intermediárias; “sistema *castense, ante-acadêmico, burrocrático*” (Simões, 1990, p. 96, grifos meus).

Ora, parafraseando Karl Marx (2006), se a música toca nas altas esferas do poder, o que espera-se do povo a não ser que dance? Bem, o “povo”, isto é, a base da pirâmide nas instituições de ensino superior é constituída pela categoria dos estudantes. Também estes se encontrariam em um estado de anomia social. Primeiramente, a grande maioria deles não possuía vínculo algum com a Faculdade de Filosofia. Segundo Simões, apenas 17,62% dos alunos eram da casa; a grande maioria, os 82,38% restantes, frequentavam as dependências da instituição por conta de uma ou outra disciplina ofertada pela unidade. Enquanto visitantes, eles não teriam nenhum compromisso para com os seus anfitriões.

[Eles] não pensam institucionalmente e se comportam cílios da fruição, impiedosos na crítica, descuidados nos usos, até cometendo abusos – cientes da impunidade, porque de outras unidades. Como visitantes ou inquilinos, nada se lhes obriga preservar. Não são daqui – são de fora, pintam os canecos aqui e vão embora... (Simões, 1990, p. 62).

Em segundo lugar, os próprios estudantes da casa não estariam aptos a cumprir com as suas responsabilidades. Os índices de evasão escolar eram muito altos, ao passo em que era baixíssimo o número de graduações regulares, isto é, no tempo médio de integralização do curso, obedecendo ao ritmo do fluxograma. Falando basicamente do curso de Filosofia, nosso autor-personagem aponta a razão da menor demanda de candidatos por vaga como um fator de atração para esta opção (que, para ele, deveria ser vocacional). Assim, disciplinas como Lógica Formal, Metafísica, entre outras, eram ministradas para os “menos medíocres, salvo poucas e honrosas exceções, decorrentes de escolha amadurecida” (Simões, 1990, p. 104).

Diante a tal quadro, em tom moralizante, Ruy Simões pontifica:

As instituições, mais do que os homens, envelhecem, mas, não devem envilecer. Nossa Faculdade, perdida sua identidade, também perdeu seu espírito de corpo – por que não intentar recuperá-los? Afinal, o vínculo dos docentes com a universidade não é mera *relação de emprego*. E a vinculação dos discentes com as Faculdades não pode reduzir-se a *simples empreitada*. (...) Como, porém, fazer prevalecer a consciência moral? É preciso tornar-se *pessoa*. Sem um boa estruturação pessoal faltará apoio firme para uma boa formação profissional (Simões, 1990, p. 93, grifos meus).

Corroborando com esta posição, em sua apresentação a este livro, o professor Ubirajara Dórea Rebouças, diretor da Faculdade de Filosofia à época, diagnosticou um quadro deveras aterrador. A ausência de unidade suscitada pela “autonomização” dos departamentos, colegiados, programas de pós-graduação, entre outras instâncias acadêmicas, com a consequente perda dos laços de coesão social imanentes à organização, se manifestaria ora pela redução do papel do diretor a mero administrador de massa combatida, ora pela falta de cumprimento, por parte dos docentes e discentes, das tarefas que lhes eram peculiares (dentre elas, a participação em reuniões departamentais foi bastante enfatizada pelo professor Rebouças). Um efeito desse processo seria a perda da responsabilidade social por parte dos professores e funcionários, enquanto funcionários públicos, tornando letra morta o reiterado discurso acerca de uma universidade pública, gratuita, democrática e competente (Simões, 1990).

No tocante ao corpo discente, tive a oportunidade de entrevistar um docente do Departamento de Antropologia, professor Alexandre Franco, que foi estudante da instituição nas décadas de 1960 e 1970. Nessa época, a entidade ainda funcionava em seu segundo endereço, o antigo prédio da Escola Normal, situado no bairro de Nazaré. Professor Alexandre, por seu turno, residia em um bairro popular da Orla Atlântica. De origem humilde, o docente confessou que se sentia um estranho no ninho acadêmico. Segundo ele, não havia algo que pudesse ser descrito como uma “classe trabalhadora” presente na instituição. O corpo discente era basicamente composto por indivíduos de classe média. Os menos afortunados, como ele, se sentiam deslocados. Lembrando-se desse período, ele explicou de uma maneira irreverente a divisão de classes então existente em sua turma: “olha, na frente sentava a turma da OP, 'ordem e pudor'; no meio, sentava a classe média oprimida, que eram pessoas sérias e compenetradas; e no fundo, sentava a turma da 'ociologia', da qual eu fazia parte, a turma da esculhambação, da cachaça” [Entrevista, 14 de setembro de 2010].

De acordo com ele, não havia “democracia” na entidade. Determinados docentes exerciam o papel de verdadeiros mandatários da instituição. Todavia, já no bairro de Nazaré, as relações hierárquicas estavam começando a ruir. Aqui cruzo o depoimento do professor Alexandre com algumas informações obtidas junto à professora Maysa (mais tarde ela reaparecerá nesta narrativa). Eles haviam sido colegas de turma e vivenciaram as mudanças pelas quais estava passando a unidade. Segundo a professora Maysa, havia um grupo de decanos da Faculdade que se auto-intitulava de “Senado”. Este grupo organizava vários eventos – tais como palestras, recitais de poesia,

lançamentos de livros – que adornavam o cotidiano acadêmico da época. A seu ver, houve uma perda de prestígio da instituição. “No fundo, o que Ruy Simões queria dizer era isso” – disse ela [diário de campo, novembro de 2009]. Segundo ela, a presença das classes tidas como subalternas começava a assustar os docentes mais antigos, especialmente aqueles oriundos das classes mais abastadas da Bahia. Ela se recordou de um episódio bastante indicativo dos “novos tempos”, a saber: na ceia de Natal alguém provou da perna do peru antes do diretor da unidade. Tal fato teria ocorrido no início da década de 1970, quando a Faculdade havia sido transferida para o antigo prédio da Faculdade de Medicina da Bahia (localizado no Terreiro de Jesus) [diário de campo, novembro de 2009]. Ora, pode-se dizer que, aos olhos de Ruy Simões, o professor Alexandre se enquadraria nesta horda de “indesejáveis” que estava tomando conta dos espaços universitários.

Ruy Simões e Ubirajara Rebouças foram testemunhas próceres das transformações vivenciadas pelo ensino público superior. Olhando pelo prisma destas modificações, ou melhor, olhando através da visão destes atores sobre este processo, posso dizer que as “invasões solertes” não se limitariam às ações dos moradores do Alto das Pombas, Calabar e demais áreas limítrofes à Faculdade, que, aproveitando-se da proximidade geográfica, tirariam um proveito individual das dependências acadêmicas, qual seja: a apropriação das safras das árvores frutíferas presentes no *campus*. Extrapolando o sentido metafórico do termo, podemos ver que as “invasões solertes” também seriam um processo endógeno, de dentro para fora, diagnosticado quando os agentes fazem um mal uso das dependências universitárias. O professor preocupado tão somente com a sua progressão funcional, o estudante que faz da sua inserção no ambiente universitário uma mera empreitada, comparando-se ao mais desarvorado dos aventureiros, seriam tão ou mais “solertes” do que aqueles desprovidos de qualquer laço formal para com a organização. A própria massificação do ensino superior poderia ser interpretada como uma “invasão solerte”, pois, se em 1959 o corpo discente da Faculdade era constituído apenas por 42 alunos, (Passos, 1999), em 1989 esse número saltou para impressionantes 1.674 estudantes. Definitivamente, o acesso à universidade não estava mais restrito às famílias tradicionais, reconhecidas em fotografias das colunas sociais dos jornais.

Em suma, as “invasões solertes” seriam toda uma cadeia de acontecimentos a entronizar o princípio da maximização dos prazeres individuais em detrimento do bem estar e do espírito de corpo da própria instituição. Mais adiante voltarei à obra de Ruy

Simões. Por ora, é preciso apresentar o quadro atual da Faculdade de Filosofia.

O tempo presente

Atualmente, a Faculdade de Filosofia abriga os cursos de História, Ciências Sociais, Museologia e Filosofia. Em 2008, a instituição sofreu a amputação do curso de Psicologia, com a aprovação, no âmbito da Congregação da unidade, do Instituto de Psicologia. Tal medida foi aprovada diante a concordância quanto à autonomia do conhecimento psicológico em relação às outras ciências humanas. Em 2009 o Instituto de Psicologia abre as suas portas, oferecendo, além do curso de Psicologia, o curso de Serviço Social. A independência administrativa não veio acompanhada de uma autodeterminação no tocante ao espaço físico. O Instituto de Psicologia e a Faculdade de Filosofia dividem o mesmo *campus* universitário.

No que se refere ao seu quadro institucional, de acordo com funcionários da administração da unidade, a entidade possui cerca de 1800 estudantes, 91 professores e 24 funcionários técnico-administrativos¹⁷. Ademais, possui quatro *órgãos complementares* – o Centro de Recursos Humanos; o Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, ambos localizados na área do campus; o Centro de Estudos Afro-Orientais (situado no Largo Dois de Julho); e o Museu de Arqueologia e Etnologia (localizado no Terreiro de Jesus); outros três *núcleos de pesquisa* – o Laboratório de Arqueologia; o Laboratório de Museologia; e o Núcleo de Digitalização de Documentos (todos sediados no endereço da rua prof. Aristides Novis); seis *programas de pós-graduação* – Antropologia; Ciências Sociais; História; Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo; Filosofia; e Estudos Étnico e Africanos (este último sediado no Largo Dois de Julho); e vinte e oito *grupos de pesquisa*. Por fim, a Faculdade dispõe das seguintes *publicações*: Afro-Ásia; Caderno CRH; O Olho da História; e Revista de História¹⁸.

Uma vez apresentadas as qualidades da nossa instituição, é hora, pois, de voltarmos aos escritos de Ruy Simões, na medida em que traz a lume dois requisitos básicos no concernente à participação em uma entidade social: o compromisso e a

17 Tais números são flutuantes, pois são influenciados pelos processos seletivos tanto em torno do corpo docente quanto no que se refere aos corpos docente e técnico-administrativo.

18 Dados obtidos na página oficial da Faculdade na Internet, qual seja: <<http://www.ffch.ufba.br>>. Acesso em: 21/01/2011.

adesão. Segundo a lição de Émile Durkheim, atrás de cada contrato existem suposições não contratuais a respeito do caráter dos participantes. Estas são as palavras do sociólogo americano Erwing Goffman, em sua obra *Manicômios, prisões e conventos*, publicada originalmente em 1961 (Goffman, 1999). A seguir, proponho ao leitor uma interpretação goffmaniana das contibiuições do professor Ruy Simões.

Ruy Simões à luz de Erwing Goffman

O livro acima citado se propõe a analisar o cotidiano das chamadas “instituições totais”. De acordo com Goffman (1999), toda instituição preenche o tempo e exige alguma espécie de engajamento de seus participantes, lhes oferecendo algo de um mundo; logo, toda instituição tem tendências de “fechamento”. O “fechamento” ou “caráter total” de uma instituição é simbolizado pelas diversas barreiras à manutenção de contatos com o mundo exterior e por proibições à saída através de obstáculos criados pelo esquema físico – por exemplo, portas fechadas, paredes altas, arames eletrificados etc. etc. O controle de muitas necessidades humanas pela organização burocrática de grupos completos de pessoas constitui-se como o fato básico deste tipo de estabelecimento. Grosso modo, são estas as características das “instituições totais”.

Obviamente, no concernente ao controle das necessidades humanas e à abertura ao mundo exterior, encontramos poucas similitudes entre as instituições públicas de ensino superior e organizações tais como manicômios, prisões e conventos. Enquanto estas se caracterizam pelo seu total fechamento (pelo menos em relação a uma dada categoria de pessoas, quais sejam, os presos e os internados), aquelas buscam justamente uma maior abertura para a sociedade abrangente. Todavia, para além desta peculiaridade, ambos os tipos de estabelecimento estipulam aquilo que os seus integrantes podem ou não fazer. Ao dizerem o que eu posso ou não fazer, elas implicitamente dizem o que eu posso ser ou não ser. As formas de ser e agir tidas como corretas por uma instituição são o nosso interesse neste tópico.

Segundo Goffman (1999), toda organização sobrevive por ser capaz de demonstrar o quão úteis são as contribuições advindas das atividades de seus participantes. Entretanto, para cumprir as suas finalidades, todas elas necessitam, por meio de suas administrações, reconhecer limites de confiança para a atividade adequada de cada integrante.

Em primeiro lugar, há um padrão mínimo de bem estar a ser garantido quando da realização de qualquer atividade. O participante tem de se sentir minimamente seguro e confortável para desempenhar as suas funções. Em segundo lugar, nossos valores sociais sugerem que os integrantes de uma organização podem voluntariamente cooperar por conta de “ideais comuns”, através dos quais há uma complementaridade, tanto intrínseca quanto estratégica, entre os seus interesses e os da organização. Em terceiro lugar, por vezes se reconhece a necessidade de ofertar certos “incentivos” – isto é, prêmios ou remunerações extraordinárias a motivar o bom desempenho dos indivíduos, principalmente nos casos em que os seus objetivos não se confundem com os da organização. Por fim, reconhece-se que em algumas ocasiões os participantes podem ser obrigados a cooperar por ameaças de castigo se não o fizerem.

Portanto, em nossa sociedade, e presumivelmente também em outras, uma organização não se limita a usar a atividade de seus participantes. (...) [Ela] também delinea quais devem ser os padrões oficialmente adequados de bem-estar, valores conjuntos, incentivos e castigos. Tais concepções ampliam um simples contrato de participação numa definição da natureza ou do ser social do participante. Tais imagens implícitas constituem um elemento importante dos valores que toda organização mantém, independentemente do grau de sua eficiência ou impessoalidade. Portanto, nas disposições sociais de uma organização, se inclui uma concepção completa do participante – e não apenas uma concepção dele como e enquanto participante – mas, além disso, uma concepção dele como ser humano (Goffman, 1999, p. 152-153).

De acordo com o autor, conhecer as suposições implícitas a respeito do usufruto adequado das instituições de um dado lugar nos permite compreender o caráter e os interesses atribuídos aos cidadãos e considerados legítimos para eles. Assim, por exemplo, uma biblioteca é um lugar apropriado para a leitura; uma escada de incêndio, um local para fugir de situações perigosas; um cinema, um lugar para assistir filmes. Desta forma, qualquer indivíduo que use tais locais como dormitório, para ficar apenas em uma possibilidade, não tem a constituição motivadora neles aceita. Desta forma, qualquer entidade social pode ser usada como um recurso, pode ser “abusada”, em suma, de uma forma que não combina com o que se espera de seus participantes.

Desta forma, prossegue Goffman, toda organização tem de conviver com a existência de “definições não previstas da situação”, ou seja, de certa margem de manobra individual frente ao que foi previamente estabelecido pelo aparato institucional. A previsibilidade, isto é, a realização da atividade esperada na organização nos sugere que ela pode ser vista como um local para criar suposições acerca da identidade de seus membros. Todavia, sempre há ocasiões em que os atores são flagrados não agindo numa posição e num mundo que foi programado para ele. Enfim,

existem formas especiais de absenteísmo, uma deficiência que atinge, não a atividade prescrita, mas o ser prescrito. Entretanto, o que estes aportes de Goffman nos sugerem para a análise da obra do professor Ruy Simões?

Ao operar do ponto de vista do “ser prescrito”, ou seja, do servidor público – seja ele professor, estudante ou funcionário técnico-administrativo – disciplinado dentro do mundo acadêmico, Ruy Simões não teve outra saída a não ser vislumbrar a degenerescência e a degradação da Faculdade de Filosofia. Tudo se passa como se a margem de manobra individual concernente a cada indivíduo tivesse se estendido por demais, ao ponto de suplantar a “identidade” da instituição. Todavia, atentando à narrativa do nosso filosofante, a desagregação do espírito de corpo da Faculdade foi um processo estimulado pelo próprio aparato jurídico normativo das organizações de ensino superior. Assim, a existência de docentes preocupados tão somente com as suas progressões funcionais, de discentes pouco habilitados ao ofício universitário, dentre outras deturpações, só foi possível com o advento da reforma universitária implantada em 1968 e as mudanças por ela estipuladas. Ora, é como se o regimento interno de uma instituição contribuísse para a sua própria falência, um efeito, talvez, não vislumbrado por Goffman, tendo-se em vista que, para o autor, as regras jurídicas que governam as organizações são fontes de estabilidade.

Em verdade, o sociólogo americano estava interessado na análise do hiato entre as prerrogativas institucionais e as disposições individuais. Para tanto, ele cunhou os termos “ajustamentos primários” e “ajustamentos secundários”. Os primeiros ocorrem quando os indivíduos agem conforme o que foi programado, o que foi interiorizado para eles; os últimos, quando os agentes se isolam do papel e do eu que a instituição admite para eles. Os termos “informal” ou “não oficial” poderiam ser utilizados em referência aos “ajustamentos secundários”, mas Goffman queria evitar qualquer conotação moral no tocante a este conceito, tendo-se em vista o fato de que, em muitas organizações, as regras semi-oficiais são tão ou mais potentes que as regras oficiais. Logo, as organizações tendem a se adaptar aos “ajustamentos secundários”.

Assim, poder-se-ia dizer que, na ótica de Ruy Simões, a “identidade” da Faculdade de Filosofia foi ceifada, em virtude da demasiada complacência para com os “ajustamentos secundários” de seus participantes. Entretanto, se olharmos a situação sem o véu moralizante tecido por nosso professor, podemos compreender que a defesa das instituições como estando acima das individualidades e dos egocentrismos é uma posição nem sempre assumida por todos os atores, ainda que ela seja a mais desejável.

Através da análise dos “ajustamentos secundários” podemos observar não apenas os padrões de interação entre os indivíduos e as organizações das quais participam, mas também o relacionamento entre estas organizações e a sociedade abrangente, na medida em que tais ajustamentos podem surgir e surgem com relação à subordinação do indivíduo a outros tipos de entidades sociais (por exemplo, cita Goffman, os casos amorosos em referência à vida conjugal). O conjunto destes “ajustamentos secundários” forma *a vida íntima de uma instituição*, correspondendo, no estabelecimento social, ao que o submundo é para a cidade (Goffman, 1999).

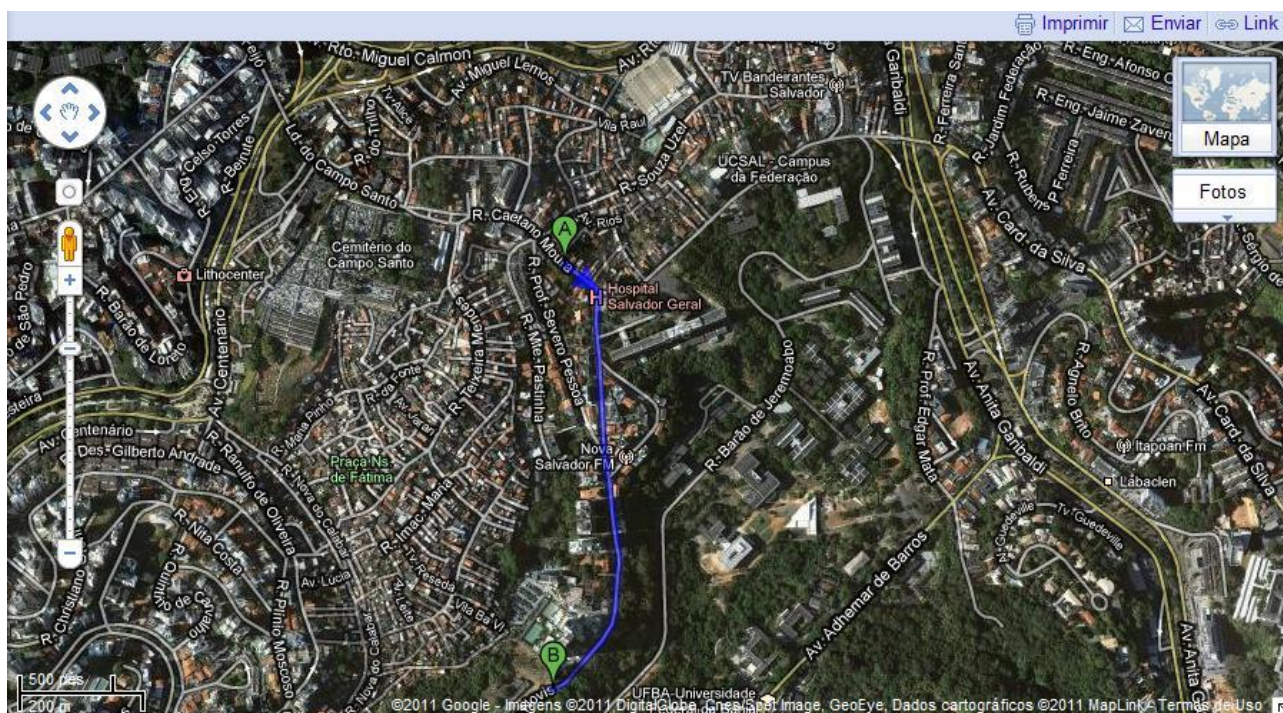
A partir destas contribuições de Erwing Goffman, o próximo item deste capítulo tem por objetivo uma descrição da vida privada da Faculdade de Filosofia. Para tanto, utilizarei uma abordagem etnográfica, mesclando os dados presentes em meus diários de campo com a minha própria experiência de estudante da instituição.

A vida íntima da Faculdade de Filosofia

Começamos por descrever o trajeto em direção à Faculdade, afinal de contas, do capítulo anterior, fiquei devendo ao leitor uma descrição acerca do bairro de São Lázaro. Encontro, agora, a oportunidade para concretizar esta promessa.

O ônibus pára. Estou em frente ao Centro de Pesquisa e Assistência em Reprodução Humana (CEPARH) (ver mapa 02). Alguns passos adiante, tomo à direita e avisto, de um lado, a Escola Politécnica, do outro, uma igreja de confissão luterana. Estou na rua prof. Aristides Novis, também conhecida por Estada de São Lázaro. Ladeando a escadaria da unidade universitária, temos uma banca de revistas, cujo dono tem, por companhia, uma quituteira que ali se instalou com o objetivo de tirar uns trocados comercializando bolos, doces, sucos, doses de café, com leite ou sem leite, com açúcar ou sem açúcar...

Mapa 02: Trajeto do CEPARH à Faculdade de Filosofia



Continuando a jornada, encontro um restaurante – possivelmente, no tocante aos preços, o mais salgado do local – acoplado a uma copiadora; mais adiante, de um lado, o Centro de Referência Loreta Valadares (uma das gerências administradas pela Superintendência de Políticas para as Mulheres), do outro, uma unidade da polícia militar; prosseguindo, chego em uma barraca que negocia lanches a preços populares. Ali, no turno matutino, podemos saborear coxinhas, enroladinhos, pastéis, bananas-reais, sonhos, entre outras guloseimas. No final da tarde, ainda temos a opção do cachorro-quente, quando, invariavelmente, não resta mais nenhuma das peças acima arroladas para contar a história. Notadamente, o público-alvo desta lanchonete constitui-se de estudantes, ou da Escola Politécnica, ou da Faculdade de Filosofia.

Depois destes estabelecimentos, começo a percorrer uma fileira de prédios e edifícios sofisticados, onde moram pessoas economicamente abastadas, erguidos no interstício de uma das poucas áreas verdes conservadas da cidade, a demonstrar a principal característica do lugar, qual seja: o seu caráter residencial. Edifício Pedra do Bosque, Edifício Bosque Suíço, Edifício Vale do Bosque... Certamente, a nomenclatura dessas moradas faz referência ao perímetro arborizado onde elas estão situadas. Numa dessas nobres construções reside Beatriz, nome fictício dado pelo jornal *A Tarde* a uma advogada, cujo imóvel está avaliado em 650 mil reais; e a taxa de condomínio, na casa

dos 1.100 reais (Santana e colaboradores, 2008). A quase inexistência de empreendimentos comerciais (lojas, supermercados, padarias, entre outros) e o movimento relativamente pequeno de pessoas torna este local o avesso, por exemplo, do largo do Alto das Pombas, situado a poucos metros de distância, que, como vimos no capítulo anterior, revolve-se em meio à nevrurgia da vida urbana. Sigamos em frente.

Intercaladas entre os empreendimentos residenciais encontram-se as dependências de um instituto de beleza (Via Mídia), de um SPA Urbano (San Lazzaro – Dermatologia Avançada) e de uma emissora de televisão (TV Bahia). Após as instalações da rede televisiva, temos aquela que talvez seja a construção mais imponente deste lugar: a Mansão Duque de Orleans. Com 25 pavimentos e apartamentos de 295 metros quadrados¹⁹, a morada possui entre os seus afortunados residentes o atual governador da Bahia, sr. Jacques Wagner. Quase que desembocando na calçada do prédio, há uma ladeira de acesso a uma instituição de ensino superior. Chegamos à Faculdade de Filosofia.

A Faculdade está situada no cume de uma colina. No sopé temos edificações de caráter escolar (três pavilhões de aula, dois órgãos complementares à Faculdade e um centro de pesquisas), enquanto que no alto da elevação encontram-se uma construção de caráter conventual – o “casarão” da instituição, construção edificada nos anos de 1920, então sede de um convento das irmãs ursulinas (Simões, 1990), que abriga as instalações administrativas da unidade –, um pavilhão de aulas destinado ao curso de Psicologia, uma barraquinha (que vem a ser a lanchonete deste lugar) e o prédio onde funciona a biblioteca. É hora, pois, de entrarmos na Faculdade de Filosofia.

Seguindo o meu trajeto (sentido Federação-São Lázaro), entro em um grande portão, um acesso limitado aos pedestres. Antigamente, também era permitido o trânsito e o estacionamento de veículos, mas, desde 2008, por motivos de segurança, tal movimentação foi proibida pela administração da Faculdade. Esta área era circundada por um cercado de arame. Com o tempo, ele cedeu e foi substituído por um gradil. Este, por sua vez, foi instalado em todo o perímetro da instituição, atitude tomada em todas as unidades da UFBA, por conta das políticas de segurança adotadas pela universidade.

Neste primeiro rol de entrada, nos deparamos com o Pavilhão de Aulas Isaías Alves, atualmente em reforma. Ao fundo, temos a imagem do Alto das Pombas, parcialmente encoberta pelo capinzal que cresce prodigiosamente neste terreno. A

19 Dados obtidos no SkyscraperCity: <<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=1198963>>. Acesso em: 28/01/11.

propósito, os contornos das áreas verdes que adornam estas paragens obrigam gastos dispendiosos com o trabalho de podamento, encargos necessários, pois o matagal por vezes serve de esconderijo para os assaltantes.

Voltando ao pavilhão, era composto por 19 salas de aula, divididos em duas alas, e dois pequenos auditórios. Tinha um enorme *hall* de entrada, que era ocupado com *stands* de livros e desembocava em uma espécie de saguão intermediário às duas alas, denominado pátio Raul Seixas (daí o pavilhão também ser conhecido por Pavilhão Raul Seixas). O pátio era ladeado por um conjunto de salas que abrigavam os centros acadêmicos (órgãos de representação política dos estudantes) e saletas onde funcionavam os serviços de reprografia, estas em ângulo reto com uma cantina. Esta área era chamada ironicamente de “senzala”, numa alusão à obra *Casa-grande e Senzala*, do sociólogo pernambucano Gilberto Freyre (2001), originalmente publicada em 1936, talvez pelo fato de ela acumular uma série de problemas estruturais. Salas de aula calorentas, quadros-negros sem giz e apagador, banheiros sem papel higiênico, bebedouros sem água potável eram, em suma, algumas das dificuldades a serem enfrentadas por professores e estudantes (mais adiante veremos outro significado possível para o termo “senzala”). Hoje, este local é ocupado por homens de obras, carrinhos de mão, martelos, picaretas, cimentos, tijolos, arames... Por conta da reforma, os estudantes ficaram sem salas para a organização das suas entidades; a Faculdade, por sua vez, ficou sem cantina.

Próximo a este pavilhão, há um segundo, um pouco mais simplório, nas cores azul e branco. As paredes, em placas de cimento; o piso, acimentado; o telhado, em cimento-amianto. Nele funcionam o Laboratório de Psicologia, o Programa de Pós-Graduação e o Programa de Educação Tutorial (PET), ambos ligados ao curso de Filosofia.

Recentemente, no reitorado do professor Naomar Almeida (2002-2010), foi construída outra edificação com fins escolares, posteriormente denominado Pavilhão de Aulas Professor Thales de Azevedo. O prédio é composto por dois pavimentos, ligados por uma escada e um elevador, tendo entrado em funcionamento no primeiro semestre de 2008. Na ocasião, os estudantes protestaram contra a utilização do local, pois, segundo eles, ele ainda não estava preparado para receber as aulas. Salas calorentas (o calor é um problema crônico nesta unidade), bebedouros e banheiros sem água, elevador sem possibilidade de funcionamento (o sistema elétrico ainda estava passando por um período de adaptação) foram alguns dos problemas que eclodiram na construção

recém-inaugurada. Porém, o que mais inquietava o corpo discente da unidade era a falta de um espaço de sociabilidade, semelhante ao pátio Raul Seixas, disponível para os momentos fugidios entre uma aula e outra. Ficaram, pois, sem ter como cursar a “patilogia”, disciplina frequentada por aqueles que preferem se dedicar ao aprendizado fora dos limites físicos impostos por uma sala de aula. Em virtude de a edificação ser toda gradeada, ela ganhou dos estudantes o seguinte apelido: “Prison Break”, uma referência a um seriado americano que explora o cotidiano de um grupo de presidiários. No decorrer do ano de 2008, ventiladores foram instalados nas salas de aula, deixando a sensação de calor no limite do suportável; a situação dos banheiros e dos bebedouros foi regularizada; e os portadores de deficiências físicas tiveram acesso ao elevador. Entretanto, notáveis rachaduras já podem ser vistas na estrutura da edificação. Convém lembrar que estas instalações não são administradas pela Faculdade de Filosofia. Elas estão sob a responsabilidade da Coordenação Central de Instalações Especiais de Ensino, órgão ligado à administração central da universidade.

Além de salas de aulas e um auditório, existe, no interior do Pavilhão de Aulas Professor Thales de Azevedo, um anexo onde funciona o Centro de Recursos Humanos, um órgão complementar à Faculdade. Dedicada eminentemente à pesquisa, esta instância possui certa autonomia, em relação à administração da unidade, no tocante ao orçamento, à estipulação de planos e metas institucionais distintas dos planos traçados pela Faculdade de Filosofia²⁰.

No contorno da área do Pavilhão Professor Thales de Azevedo, há um prédio na cor salmão escuro, de concreto com janelas de esquadrias de alumínio e vidros com gradil na cor lilás (Marques e colaboradores, 2009). Nesta edificação funciona o Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, outro órgão complementar à Faculdade.

Completando as construções situadas no sopé da unidade, foi inaugurado em 2009 o prédio do Centro Interdisciplinar de Estudos para Desenvolvimento Social (CIEDS). Composto de andar térreo, na cor amarelo claro, a edificação possui onze salas, dois banheiros e um jardim. Nela estão alojados alguns dos grupos de pesquisa da Faculdade.

20 Convém mencionar algumas mudanças na estrutura institucional da universidade. Até o ano de 2008, o Centro de Recursos Humanos era um órgão suplementar, ou seja, possuía capacidade administrativa e financeira próprias. Todavia, no âmbito do Conselho Universitário da UFBA, instância deliberativa máxima da universidade, foi aprovado a resolução 02/08, cuja disposição transformava os órgãos suplementares em complementares, vinculando-os, assim, a uma determinada unidade universitária. No tocante à Faculdade de Filosofia, além do Centro de Recursos Humanos, o Centro de Estudos Afro-Asiáticos e o Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher passaram por esta mudança de status.

Continuando esta descrição, também no sentido Federação-São Lázaro, há um outro acesso à instituição, este sim aberto ao trânsito de veículos. Por esta via, nos deparamos com as árvores de grande porte – coqueiros e mangueiras – que formam, por assim dizer, o bosque da unidade. Pode-se dizer que este bosque é um espaço intermediário entre as edificações acima arroladas e as instalações administrativas da Faculdade. Nos interstícios desta área arborizada localizam-se os espaços destinados ao estacionamento dos veículos automotivos.

Chegando ao alto da colina nos deparamos com o “casarão” da Faculdade, local habitado pelo corpo técnico-burocrático da unidade. Embora a sua arquitetura esbanje traços típicos da era colonial, a construção foi edificada no período republicano, mais precisamente nos anos 1920 (Simões, 1990). As partes frontal e lateral da casa são ornamentadas por arcos em estilo romano, com parapeitos. Na parte frontal, há uma varanda que permite ao observador uma visão panorâmica do entorno local: em primeiro plano, o largo da Igreja de São Lázaro; ao fundo, a confusão de tons suscitada pelo encontro entre o céu e o mar. Tal quadro alegra os olhos. Em verdade, já alegrou bem mais, no tempo em que não havia, na orla marítima da cidade, ossaturas de grandes prédios e complexos hoteleiros. Esta varanda é conhecida entre os frequentadores pela alcunha de “Mirante de São Lázaro”.

As paredes do “casarão” são de tijolo maciço, provavelmente com reboco de argamassa de cal e areia. Ladeando toda a área externa da construção, temos um passeio (calçada) de cimento (Marques e colaboradores, 2009). Amarelo é a cor da edificação, numa tonalidade desgastada, empalidecida pela ação do tempo. As primaveras rechaçaram a pintura, descascando-a em vários pontos da fachada do prédio. Assim, esta casa antiga nos mostra os paradoxos do tempo que, com uma mão, rouba-nos o viço, mas com a outra, dá-nos a imponência, esta qualidade a dignificar as coisas velhas que ainda se sustentam em pé.

Em virtude da sua imponência, materializada em uma arquitetura que nos remete ao passado escravocrata do nosso país, o “casarão” também é conhecido pela denominação de “casa-grande”. Não se sabe ao certo quando foi criado tal apelido; contudo, de acordo com alguns membros mais antigos da instituição, já na época de acomodação na então nova sede da Faculdade de Filosofia, “casa-grande” já era um termo corrente para designar as instalações administrativas da unidade. Era, pois, em contraposição ao local onde são geridos todos os interesses da organização que o Pavilhão de Aulas Isaías Alves era tido por “senzala”. Voltemos à descrição da “casa-

grande”.

O interior do “casarão” é composto por dois pavimentos que formam, nitidamente, duas alas (Simões, 1990). No andar térreo da ala norte temos a sala da direção, a secretaria, a contabilidade, o almoxarifado e o serviço de reprografia (transferido para este local após o início das obras de reforma do Pavilhão de Aulas Isaías Alves); no *hall* de entrada, portaria, sanitários masculino e feminino e a escada para o nível superior; na ala sul, o setor de arquivo, o colegiado e a secretaria unificada do curso de Ciências Sociais e os colegiados dos cursos de Psicologia e Serviço Social (ambos vinculados ao Instituto de Psicologia).

No pavimento superior, ala norte, estão resguardados os departamentos e colegiados de História, Filosofia e Museologia, os Departamentos de Ciência Política e de Sociologia, o Departamento e o Programa de Pós-Graduação de Antropologia e um banheiro unissex. No *hall*, a cozinha e uma sala de refeições, em frente à escadaria. Na ala sul, os programas de pós-graduação de História e de Ciências Sociais e duas salas de professores.

O primeiro andar do “casarão” é o que mais sofre com os períodos de chuvas. Não obstante algumas reformas feitas no telhado da edificação, as águas de março continuam a atormentar professores e funcionários técnico-burocráticos. Nestas ocasiões, plásticos e papelões constituem o arsenal de proteção para os arquivos e os aparelhos eletrônicos da unidade.

A quem percorrer as imediações do “casarão” provavelmente topará com um célebre personagem deste local. Trata-se do cachorro Marrom, uma espécie de mascote da casa, que há 11 anos habita as instalações acadêmicas. Todos na Faculdade sabem de alguma história envolvendo Marrom. A relação afetiva que o nobre cão tem para com os seguranças da instituição é de fazer inveja ao jornalista americano John Gorgan (2006), autor do best seller *Marley & Eu: a vida e o amor ao lado do pior cão do mundo*. Marrom conhece todas as pessoas que aqui circulam. Segundo os seguranças, se algum estranho, ao estabelecer algum contato com eles, fizer qualquer movimento brusco, como, por exemplo, puxar o braço acintosamente, Marrom avança em cima dessa pessoa como se estivesse a proteger o seu amigo. É preciso gritar com Marrom para que ele perceba que se trata de alguém conhecido e não um inimigo.

De vez em quando Marrom apronta das suas. Certo dia, ele saiu das instalações universitárias para ir urinar em pleno jardim de um edifício nobre localizado ao lado da Faculdade. O porteiro não achou nenhuma graça desta “travessura canina” e foi

reclamar com a administração da unidade. Marrom tinha uma companheira que infelizmente faleceu no ano de 2007. Ela era conhecida pelo nome de Catita.

Além de cachorros, os gatos e alguns animais de grande porte tais como cavalos e jegues facilmente podem ser vistos circulando no interior do *campus*. No que se refere aos equinos, eles encontram comida farta por entre a verdejante vegetação da instituição. Cenas inusitadas não deixam de acontecer, como certa vez em que uma égua invadiu uma sala de aula assustando docente e estudantes.

Ao lado do “casarão” temos uma barraquinha de lanches, com mesas e cadeiras ao derredor, propriedade gerida por Dona Eulália. Com o já mencionado fechamento da cantina da Faculdade, esta barraquinha foi alçada ao posto de detentora do monopólio em torno da comercialização dos artigos comestíveis no interior do *campus*. Tal conjuntura possibilitou a expansão do negócio. A quitanda que antes vendia apenas salgados e doces prontos para serem consumidos (o lanche rápido), passou a negociar “marmitas” e “quentinhas” para a hora do almoço.

Ladeando a barraquinha, existe outro pavilhão de aulas, destinado ao curso de Psicologia. Construído no transcorrer do reitorado do professor Gernando Tabacoff (1984-1988), a edificação é constituída por dois pavimentos, pré-moldados. No térreo, cinco salas de aula; no andar superior, outras quatro. Como não poderia deixar de ser, essa construção também possui a sua “nomenclatura informal”, qual seja, “Iguatemi”. Neste caso, parece que o qualificativo não oficial tornou-se mais potente que os desígnios oficiais. É comum vermos em cartazes pregados nos murais espalhados pelo *campus* notícias referentes, por exemplo, à defesa de uma tese a ocorrer na sala tal do “Iguatemi”. Se um desconhecido aportar na Faculdade e pedir alguma informação sobre o serviço de psicologia, provavelmente alguém lhe orientará da seguinte maneira: “Dirija-se ao 'Iguatemi’”.

De acordo com alguns integrantes da instituição, a referência ao primeiro *shopping center* erguido na cidade deveu-se ao fato de o pavilhão ter sido elaborado para ser o “mais moderno” da universidade. Ora, o prédio tido como o mais moderno de Salvador, nos perdidos anos 1980, era o Shopping Iguatemi. A referência também guarda certo tom malicioso, pois, aos olhos dos estudantes dos outros cursos ministrados na casa, o curso de Psicologia seria constituído majoritariamente por “mauricinhos” e “patricinhas”, categorias caricaturalmente tidas como o público-alvo dos *shopping centers*.

Neste processo de heterogeneidade no seio do corpo discente da Faculdade, o

curso de Psicologia apresenta-se como o “outro interno”, ou seja, o “ele” que se diferencia do “nós”. Embora falar sobre uma homogeneidade em torno dos estudantes dos outros cursos da casa seja por demais forçoso, o fato de os discentes do curso de Psicologia serem, em sua maioria, oriundos de um extrato sócio-econômico mais abastado²¹, se formos comparar com os seus co-irmãos, faz com que eles sejam olhados com certo estranhamento. Neste sentido, a separação institucional do curso de Psicologia do restante da Faculdade, com a criação do Instituto de Psicologia, veio apenas confirmar uma separação que já era sentida no plano das interações humanas.

Completando os equipamentos arquitetônicos do *campus*, temos, ao lado do “Iguatemi”, formando um ângulo de 90°, o prédio da biblioteca da Faculdade (Biblioteca Isaías Alves), inaugurado em 1999, no reitorado do professor Heonir Rocha (1999-2002). O edifício é composto por dois pavimentos. No inferior, há uma sala de leitura e duas salas destinadas ao acervo de livros. No superior, há outra sala de leitura, bem como dois sanitários (um masculino; outro, feminino), o Laboratório de Museologia, o Laboratório de Arqueologia, uma sala de digitalização de documentos e uma sala para projeções em audiovisual onde, atualmente, ocorrem as reuniões da Congregação da Faculdade, haja vista ser um dos espaços mais confortáveis da casa. Esta sala possui sistema de refrigeração, um luxo não gozado pela grande maioria das dependências acadêmicas desta unidade.

Ao lado do prédio da biblioteca temos mais um portão de acesso à instituição. Por intermédio de uma ladeira escarpada, esta via de passagem liga o *campus* ao bairro de Ondina, mais precisamente na altura de um complexo de hotéis construído na orla local.

Uma vez encerrada esta descrição mais atinente à estrutura física da Faculdade, agora é hora de nos ocuparmos em detalhar as relações humanas no bojo da instituição. Contudo, falar sobre todo o cotidiano de uma unidade de ensino superior me impõe certas escolhas e certos limites. Assim, darei ênfase às chamadas “relações informais”, ou “ajustamentos secundários”, nos termos de Erwing Goffman (1999), pois muitas vezes a vida é bem melhor compreendida através de suas bordas, das suas margens. Teria sido este, na opinião do antropólogo John Dawsey (2005), o desvio metodológico

21 Dos cursos ministrados no *campus*, o de Psicologia é o mais concorrido. No último processo seletivo, foram mais que 12 candidatos por vaga. Ver dados na página oficial da universidade: <http://www.vestibular.ufba.br/docs/vest2011/relatorio_concorrencia_2011_cpl.pdf>. Geralmente, os cursos mais concorridos da universidade são os mais elitistas, ou seja, possuem um maior número de estudantes oriundos das camadas mais favorecidas da sociedade. A reserva de vagas para afro descendentes pode ser considerada uma tentativa de contornar tal quadro.

operado pelo antropólogo britânico Victor Turner, na medida em que ele saiu da “estrutura” (ou seja, a rede de posições ocupadas pelos indivíduos) tão cara à antropologia inglesa (inspirada em seu autor clássico, Alfred Radcliffe-Brown) para a chamada “antiestrutura” ou espaços liminares (ou indivíduos liminares), isto é, locais (ou pessoas) que furtam-se ou escapam à rede e classificações que normalmente determinam a localização de estados e posições num espaço cultural (Dawsey, 2005; Turner, 1974). Enfim, meu enfoque contemplará os sujeitos transitantes, quer dizer, aqueles indivíduos que podem ser tidos como pertencentes ou não à instituição. Para seguir tal sugestão, o prédio da biblioteca é um bom lugar para se iniciar esta narrativa.

No *hall* de entrada da biblioteca há dois *stands* de livros e um personagem com muitas histórias para contar. Ele bem poderia escrever uma obra sobre a Faculdade, afinal já são 32 anos de vivência neste local. Aqui ele ganha o seu pão. Vendedor de livros é o seu ofício. Ele conhece a todos, mas poucos sabem a sua verdadeira graça. Chamam-no por um apelido, o nome de um psicanalista muito célebre em todo mundo. Aqui ele será chamado apenas de o livreiro.

O livreiro aqui chegou na qualidade de empregado. Trabalhava para a Livraria Fator, quando o proprietário do estabelecimento lhe escalou para tomar conta de um pequeno apêndice da empresa, um box de livros situado nas dependências do Pátio Raul Seixas. Em 1993, com o falecimento de seu empregador, nosso personagem preferiu negociar com a viúva o espólio do empreendimento a receber seus direitos trabalhistas. Assim, tendo resolvido levar adiante a pequena sucursal da livraria, ele foi paulatinamente adquirindo todo o acervo do seu antigo patrão, com os lucros obtidos pelo negócio.

Livros a prazo, livros em duas ou três parcelas, livros a vista. O homem livreiro oferece várias opções aos seus clientes, no tocante à forma de pagamento. Afinal, ele sabe das posses de cada um, das preferências de cada um, das obras mais requisitadas, dos textos mais trabalhados pelos professores, dos autores mais admirados. “Olha, chegou esse livro de Gadamer” – diz ele para a professora que ministra disciplinas sobre hermenêutica filosófica. “Você já viu essa tradução para a obra de Winnicott?” – pergunta ele para a estudante interessada em psicologia da criança. “Fulano, o livro de Lévi-Strauss está em promoção” – avisa ele a um docente lotado no Departamento de Antropologia.

Assim, o livreiro se enraizou de tal maneira em solo acadêmico que poucos atentaram para o quão informal foi a trilha por ele percorrida. De onde viera a

autorização para a manutenção do seu negócio? Tal pergunta um dia teria de ser respondida. Por ora, continuemos a elencar o núcleo que, por assim dizer, sorratamente foi tomando conta da novela.

Entre as árvores copadas que compõem a vegetação do *campus*, vejo um balde de água no chão e um veículo automotivo coberto de espumas. Está em ação o lavador de carros. Semelhante ao livreiro, o lavador de carros também possui a sua clientela fiel. Porém, se esbugalharmos os olhos veremos que ele não apenas lava carros. Ele também é responsável pela organização do estacionamento desses veículos, pois não há demarcação de vagas no perímetro da unidade. Assim, ele auxilia os motoristas a encontrar vagas, bem como os adverte quando ocupam desordenadamente os espaços disponíveis. Ademais, ele também é regularmente solicitado por professores e servidores para carregar objetos – mesas, cadeiras e escrivaninhas –, entre os diversos prédios do *campus*, em troca de um “agrado”. Entretanto, fica a pergunta: quais seriam as circunstâncias que possibilitaram a entrada deste personagem na instituição? Infelizmente, não posso responder esta questão. Quando eu o procurei para melhor conhecer a sua trajetória, o lavador de carros sugeriu que nos encontrássemos em outra oportunidade, que foi repetidamente adiada. Curiosamente, ele fez esta sugestão no momento exato em que soube dos meus interesses de pesquisa – “estou escrevendo um texto sobre a Faculdade”, expliquei. Acredito que ele tenha ficado desconfiado, talvez temendo que as suas informações pudessem produzir provas contra ele mesmo, provas acerca dos vínculos não oficiais entre a sua pessoa e a entidade.

Assim, semelhante ao que foi mostrado, no capítulo anterior, a respeito do Cemitério Campo Santo, o espaço acadêmico também oferece suas potencialidades, no concernente à esfera do trabalho. Nem só de estudantes, professores e funcionários técnico-burocráticos vive uma instituição de ensino superior. Se, em relação à necrópole, tomei de empréstimo a categoria “permeabilidade” para compreender como a população residente nas cercanias da instituição se apropriava da área cemiterial, aqui essa categoria ganha um uso mais ampliado. “Permeabilidade” não diz respeito apenas à dinâmica das relações de vizinhança, quando determinados espaços são facilmente penetrados por quaisquer pessoas, mas também a um conjunto de relações pessoais que tornam possível o acesso a um determinado lugar, acesso este que seria vetado sem este amparo dos laços de solidariedade. No concernente às instituições públicas, o cientista político Eduardo Marques (2003) cunhou o termo “tecido relacional do Estado” para compreender o padrão de interações estabelecido entre as organizações estatais e certos

atores que têm o privilégio de circular em suas malhas. Trazendo esta categoria para os nossos arraiais, fica a pergunta: quais são os substratos do “tecido relacional” da Faculdade de Filosofia? A completa resposta para esta pergunta exigiria a elaboração de uma outra dissertação. Assim, analisarei um exemplo concreto que pode nos ofertar explicações parciais para este questionamento. Vejamos mais de perto.

Certas relações de personalidade permitiram a ocupação de certos espaços destinados à reprografia no âmbito da Faculdade. Contarei esta história a partir do ponto de sua ruptura. Explico. Em 2008 a Procuradoria Jurídica da UFBA encaminhou um comunicado à direção da instituição, exigindo que a situação dos trabalhadores informais fosse legalmente regularizada. O ofício previa, inclusive, a adoção de processos licitatórios para a prestação de serviços.

Em verdade, o assunto referente ao caráter informal de certos “vínculos empregatícios” estabelecidos na instituição era como um fantasma a pairar sob a atmosfera do “casarão”. Sucessivas administrações chamaram a atenção para a necessidade da juridicização destas relações trabalhistas. Porém, coube às instâncias superiores da universidade o oferecimento do *ultimato*. Em verdade, as altas esferas burocráticas da UFBA já haviam se manifestado em outras ocasiões, porém, desta vez, os seus ditames foram seguidos pela gestão da Faculdade. Tão logo assumiu o cargo de direção da unidade, o professor João Carlos Salles procurou encaminhar esta questão. Assim, em 23 de setembro de 2009, após decisão acordada pela Congregação da entidade, a direção expediu uma portaria (04/2009) referente aos “assuntos informais” da corporação.

Quando a decisão coletiva se torna uma urgência, geralmente o procedimento a ser adotado é o seguinte: a Congregação delega a uma comissão, composta por conselheiros da entidade, a elaboração de um relatório de caráter avaliativo, que, posteriormente, será apreciado nas reuniões do fórum pautadas com o fito de se acordar algum consenso em torno da situação pendente. Tais situações englobam tanto as questões relativas à dinâmica interna da unidade (por exemplo, uma sindicância) quanto os assuntos referentes à universidade como um todo (por exemplo, a posição de determinada instância em relação à política de reserva de vagas).

No caso em questão, além das cobranças das instâncias superiores da universidade, certas questões internas precipitaram a torrente dos acontecimentos. Após um longo processo licitatório, o Pavilhão de Aulas de Isaías Alves (ou Pavilhão Raul Seixas) estava com dias contados para o início das obras de sua reforma. Esperava-se

apenas o final do ano letivo de 2009 para o começo de tal empreitada. Porém, certos serviços da unidade eram desempenhados nesta edificação, quais sejam, a alimentação (uma cantina)²², a reprografia e o comércio de livros, estes dois últimos tidos como informais. Era preciso realocá-los e, com a discussão em torno dos assuntos informais, tinha-se a oportunidade de matar dois coelhos com uma cajadada só.

A elaboração do relatório acerca dos serviços informais foi uma boa oportunidade para a Faculdade conhecer a si mesma. Assim, os personagens que agora trago à baila, apesar de serem bastante conhecidos por qualquer participante da instituição, só foram devidamente revelados nesta produção. Eis, para a vossa apreciação, as vidas trazidas a lume pela citada comissão.

O primeiro foi o Severo. O segundo foi o José. A terceira foi a Rosalinda. Em comum, a origem humilde. O destino, porém, reservou caminhos distintos para cada um deles. Senão, vejamos²³.

Severo é natural de Itapetinga, interior do estado da Bahia. Em 1987 ele teve seu primeiro contato com a capital baiana, no período do carnaval. A folia momesca o deixou extasiado. “Quando cheguei eu me apaixonei de cara por essa cidade” – disse ele [diário de campo, 25 de fevereiro de 2011]. Naquela época, Severo era funcionário de uma concessionária automobilística em sua cidade natal. Retornando à Itapetinga, ele não pensava em outra coisa a não ser morar em Salvador. Pôs-se a procurar empregos, a distribuir currículos, até que lhe fizeram uma promessa, qual seja: um cargo na filial da empresa que ele trabalhava localizada na Avenida Bonocô, em Salvador.

Assim, à custa desta promessa, ele resolveu pedir demissão do seu emprego. Em 1988 ele volta a Salvador. Havia economizado dinheiro suficiente para passar as férias na cidade. Hospedou-se na residência estudantil mantida pelo poder público municipal de Itapetinga, situada no bairro da Saúde. A iniciativa atendia pessoas que viessem a morar na capital baiana, com o objetivo de estudar, tanto em instituições de ensino superior, quanto em cursinhos preparatórios para o processo seletivo destas entidades. Todavia, a residência permitia a hospedagem de não estudantes, nos períodos de recesso escolar, conquanto pagassem uma taxa referente à alimentação. Foi utilizando-se deste

22 Como vimos, em virtude do início das obras de reforma do Pavilhão de Aulas Isaías Alves, a Faculdade terminou ficando sem uma cantina.

23 Infelizmente, não consegui localizar o relatório da comissão para os serviços informais da Faculdade de Filosofia. Foram vãos os meus esforços de encontrar o documento nos arquivos da instituição. Contudo, consultei um dos membros da comissão, bem como Severo e o livreiro, de modo a me certificar dos dados apresentados nesta dissertação. Não tive condições de estabelecer contato com José e Rosalinda, em virtude de eles terem deixado de prestar serviços à entidade. Devo esclarecer, todavia, que quaisquer incorreções e/ou insuficiências são de toda a minha responsabilidade.

expediente que Severo conseguiu se hospedar neste local.

Após as férias, surgiu uma vaga estudantil no local. Severo resolveu ocupá-la. Para tanto, ele se matriculou em um cursinho preparatório para o vestibular. Contudo, a promessa de emprego na revendedora de carros não se concretizou e ele foi obrigado a aceitar um cargo de vendedor em uma sapataria. O trabalho não lhe agradava e ele continuava a procurar alternativa, pois não pretendia voltar à sua cidade natal.

Foi então que se aproximou de um conterrâneo seu, também morador da residência estudantil. Em verdade, ele e Edgar já se conheciam “de vista”, mas passaram a ter um maior contato após dividirem o mesmo teto. De acordo com Severo, Edgar é oriundo de uma família tradicional de Itapetinga. Antes dele, seus dois irmãos já haviam morado em Salvador. Um, para cursar Medicina Veterinária; o outro, para cursar Direito. Edgar veio cursar Psicologia.

Quando Edgar chegou à Faculdade de Filosofia, só havia um serviço de reprografia na unidade, diretamente vinculado à administração. Por causa das longas filas e dificuldade de atendimento, os estudantes ligados ao Centro Acadêmico do curso de Psicologia sugeriram ao diretor da unidade, na época o professor Mário Nascimento, a instalação de uma copiadora para atender as demandas do corpo discente. Sabendo desta sugestão, Edgar cogitou a possibilidade de ser o responsável pelo citado serviço e convidou Severo para trabalhar com ele. Edgar já havia conseguido o aval da diretoria da Faculdade, bem como o apoio de seus colegas de curso. Já havia conseguido também, através de seus pais, a quantia de dinheiro necessária para o empreendimento.

Assim, Severo passou a coordenar o serviço, pois Edgar era estudante da instituição e não podia estar sempre presente no estabelecimento. Logo, Severo era quem ficava à frente das copiadoras. Dez anos depois, por conta de problemas familiares – “acho que o pai dele ficou doente”, disse Severo –, Edgar teve de retornar à Itapetinga e transferiu para Severo, como indenização trabalhista, o direito de exploração do serviço [diário de campo, 25 de fevereiro de 2011]. Assim, em 1998, Severo se tornava o proprietário do citado serviço. Vejam que ele teve um destino semelhante ao do livreiro. Ambos chegaram na qualidade de empregados para depois se tornarem donos dos empreendimentos. Ambos se tornaram pessoas íntimas e altamente confiáveis no âmbito da unidade universitária. Vejamos mais de perto.

Entre uma cópia e outra de textos para a leitura, Severo foi lapidando a confiança no coração dos participantes da instituição. Sempre solícito, sempre prestimoso, nosso personagem soube muito bem conquistar a todos pelo fino trato.

Severo costumava ser muito parcimonioso com os seus atos de fala. Parecia que ele trazia uma fita métrica no lugar da língua, pois sempre media cuidadosamente a sua prosa. O que ele poupava com as palavras, ele compensava com o trabalho. Cansou de entregar encomendas antes do prazo estabelecido. Cansou de esticar o expediente para poder dar conta da demanda. Em suma, Severo teve a sapiência de incorporar os códigos de conduta da classe média, que combina boas doses de instrução formal com outros tragos de educação sentimental. Educado e extremamente profissional são dois qualificativos que podem muito bem descrevê-lo.

José era o extremo oposto de Severo. A premissa desta história bem poderia lembrar o velho mote dos irmãos gêmeos com personalidades distintas. Um, de caráter virtuoso; outro, de caráter duvidoso. Porém, a semelhança identitária entre José e Severo se restringia apenas ao terreno trabalhista, não guardando nenhuma afinidade para com a herança sanguínea. Concentremo-nos, pois, na vida de José para melhor compreendê-lo.

A trajetória trabalhista de José foi calcada em ocupações subalternas. Cobrador de ônibus, auxiliar de escritório, caixa de restaurante foram alguns de seus cargos. Em um desses corredores cinzentos da burocracia estatal, ele teve a sorte de encontrar o professor Martiniano, um decano do Departamento de Ciência Política da Faculdade. Encontro providencial. José estava desempregado, sem ter como adquirir o arroz e o feijão para o desjejum de sua família. Sensibilizado com a sua situação, o docente, juntamente com outros colegas de ofício, conseguiu a disponibilização de um espaço físico para a criação de mais uma copiadora na casa. Em 1995, com a cumplicidade do diretor da instituição, José tornou-se um operador de reprodução gráfica.

Entre uma cópia e outra de textos para leitura, José foi colecionando sentimentos de desafeição e rejeição em relação a sua pessoa. Sempre rude, sempre mal humorado, nosso personagem soube muito bem desagradar a todos pelo péssimo trato. José falava demais. Emitia opiniões nada convencionais, tidas como preconceituosas, a respeito de quaisquer assuntos. Não perdia a oportunidade de proferir cantadas às mulheres não acessíveis a ele. Termos chulos e palavras de baixo calão encontravam uma boa morada entre os seus lábios. Cansou de atrasar encomendas que lhe foram demandadas. Cansou de ir trabalhar com as suas vestimentas a exalar a cachaça da noite anterior. Bebidas e mulheres: duas perdições de José. Em suma, contrariamente a Severo, José era a escória que se recusava a sair da escória. Mau educado e péssimo profissional são dois qualificativos que podem muito bem descrevê-lo.

Certa vez, José passara por um enorme constrangimento. Estava nas dependências de uma grande rede de supermercados quando foi apanhado pelos seguranças do local que lhe agrediram fisicamente, pois o confundiram com um ladrão. Depois de muito labutar nas instâncias jurídicas, José conseguiu uma indenização no valor de cem mil reais. Com estes recursos, ele conseguiu equipar de máquinas mais sofisticadas o seu posto de trabalho. Poderia ter ganhado a vida para sempre, mas faltou-lhe instrução para tanto. José gastou todo o seu dinheiro em farras e extravagâncias.

Falta apresentar a nossa terceira personagem, Rosalinda. Mas eis que pouco pudemos saber sobre ela. Sabe-se apenas que, por volta do ano de 2006, ela aqui aportou para ficar à frente da recém-criada copiadora do Centro Acadêmico do curso de Filosofia. Quando a comissão começou a coletar dados para a produção do relatório, Rosalinda simplesmente se recusou a dar o seu depoimento, talvez prevendo que o seu destino não fosse muito promissor.

Nos idos do mês de novembro de 2009 a apreensão tomava conta do clima da Faculdade. Além dos serviços de reprografia, também o homem que vende livros estava passando pelo escrutínio da comissão para os serviços informais da instituição. Todos tinham que apresentar os seus argumentos para convencer a Congregação quanto a necessidade dos seus trabalhos. Porém, dentre eles, José mal conseguia argumentar eficazmente. Não dominava as palavras. As inconvenientes como que lhe escapuliam. As necessárias como que lhe faltavam. Tampouco se sentia à vontade no domínio da escrita. Além de ter sido precariamente alfabetizado, José mal sabia manusear um computador. Desesperado, ele começou a percorrer as salas departamentais do “casarão”, à procura de alguém que o ajudasse. Foi assim que eu o encontrei.

Estava na sala do Departamento de Antropologia, conversando com a secretária, quando José apareceu ofegante, implorando por uma ajuda. Queria que alguém digitasse para ele os dados do seu *curriculum vitae* e a sua carta explicando os motivos para a sua permanência na Faculdade. Nas mal traçadas linhas por ele escritas, as poucas palavras corretamente grafadas nos revelam o quanto nosso personagem era limitado até para falar sobre si mesmo. Uma pena eu não possuir mais os escritos originais. Apenas tenho em mãos a versão por mim editada. Ei-la:

Entrei na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas por intermédio dos professores Dr. Martiniano Sá, Dr. Santiago Côrrea e Dr. Joaquim Sampaio, pois eles se solidarizaram com a minha precária situação financeira. Ainda hoje permaneço com muitas dificuldades neste campo. Para ser mais franco, encontro dificuldades em sustentar a minha família. Por isso, eu gostaria de

ser promovido, porque adoro trabalhar na FFCH/UFBA. Ademais, a minha vida inteira foi passada nas dependências desta Faculdade. Eu lhes garanto que sou um bom profissional [05 de novembro de 2009].

Um dos docentes citados não possuía o título de doutoramento, sequer fora agraciado com o grau de mestre. Mas, o que importa? Até o mais negligente dos estudantes poderia ser considerado um doutor perto de José. Mas eis que, no trecho acima citado, ele acabou escrevendo certo por raciocínios tortos. “Ser promovido” era, àquela altura, o desejo de todos os trabalhadores informais da casa. A ascensão à oficialidade era a “promoção” por eles almejada.

Por um acaso, tive a oportunidade de acompanhar a comissão, em um dia no qual ela estava reunida às voltas com a elaboração do relatório. Eis uma pequena passagem do meu diário de campo:

Em uma modorrenta tarde deste mês fiquei a acompanhar a comissão para a avaliação dos serviços informais da Faculdade. A comissão foi composta pelos professores Otávio (Departamento de Ciência Política) e Maysa (Departamento de Antropologia) e por um estudante do curso de História, Edílson. Estavam, pois, reunidos na sala do Departamento de Antropologia, acordando alguns detalhes acerca da escrita do relatório. Entre uma conversa e outra, professor Otávio questionou: “por que não colocaram [a Congregação] a barraquinha de Dona Eulália? Afinal também ela se configura um serviço informal, pois não houve nenhum processo licitatório para a concessão dos serviços alimentícios aqui na Faculdade”. Edílson lembrou que em uma reunião da entidade alguém levantou esse ponto, bem como lembrou da situação do homem que lava carros, mas a discussão não prosperou. A título de curiosidade, informei que Dona Eulália estava se queixando da presença de uma doceira [que vem a ser mãe de uma estudante do curso de Ciências Sociais], cujos quitutes estavam sendo por ela comercializados nas escadarias de acesso ao Pavilhão Professor Thales de Azevedo. De acordo com Dona Eulália, essa concorrência era desleal, pois a doceira não pagava nenhum imposto à Faculdade [Dona Eulália pagava uma quantia simbólica pela concessão do serviço]. Ao ouvir meu relato, professor Otávio, recordando-se dos escritos do sociólogo e economista italiano Vilfredo Pareto, postulou, com aquele ar de velho sábio que lhe é peculiar: “O mendigo que pede esmola na porta da catedral é uma elite perto do mendigo que pede esmola na rua vicinal”. Ou seja, segundo o docente, Dona Eulália seria uma abençoada perto da pobre vendedora de doces. Teorizando sobre a situação, o professor Otávio ponderou: “Isso é Max Weber puro [um dos clássicos da sociologia], não é? A questão da burocratização das relações sociais... O pior é que não podemos fugir disso”. Em forma de gracejo, o docente sugeriu: “Ao final deste relatório, poderíamos assinar: 'em nome de Weber... Otávio, Maysa e Edílson'. Ou senão: 'saudações weberianas’”. Todos riram das pilhérias do professor [diário de campo, novembro 2009].

Seguindo a sugestão do professor Otávio, pode-se dizer que a Faculdade estava passando por um processo de “desencantamento” de suas relações. De acordo com o sociólogo Antônio Flávio Pierucci (2003), grande estudioso da obra weberiana, o conceito de “desencantamento do mundo”, em Max Weber, refere-se, *grosso modo*, ao processo de racionalização da civilização ocidental moderna. Neste sentido, há que se

evitar certa confusão, qual seja: entender o “desencantamento” nos termos de um estado mental de desilusão pessoal com o mundo (moderno). Assim, em seu sentido estrito, a categoria indica o declínio da magia enquanto explicação causal para os fenômenos cotidianos. Logo, o “desencantamento” literalmente quer dizer: tirar um feitiço, derrubar um tabu, em suma, quebrar o encantamento. Em sua acepção mais ampla, o conceito transcende a esfera religiosa propriamente dita e passa a significar a prevalência das relações sociais fincadas na racionalidade instrumental (aquela que coordena meios previamente estipulados para se alcançar um determinado fim) sobre as demais relações, sejam elas de caráter afetivo, emotivo ou carismático (Pierucci, 2003). Assim sendo, a racionalização das relações de trabalho na Faculdade de Filosofia equivaleria a um “desencantamento” das interações anteriormente estabelecidas; seria, enfim, o enquadramento em bases racionais de um conjunto de associações que foram arregimentadas pelos laços de solidariedade e de afetividade.

Porém, pelo trecho acima citado do meu diário de campo, podemos inferir que essa “racionalização” foi, digamos, seletiva. Dois agentes não foram auscultados pela comissão, a saber, Dona Eulália, e sua barraquinha, e o lavador de carros. Abstenho-me de fazer suposições acerca desta dupla exclusão, pois não possuo elementos suficientes para construir tal explicação. Fiquemos apenas com a constatação. Por si só, ela nos indica que há mais coisas entre o céu e a terra do que sonha a teoria do “desencantamento do mundo”. Para compreender como o processo de burocratização das relações trabalhistas no âmbito da Faculdade não prescindiu de elementos tidos como não racionais descreverei o julgamento levado a cabo pela Congregação, uma vez tendo sido apresentado o relatório da comissão.

Ao fim do ano de 2009, mais precisamente no dia 18 de dezembro, a Congregação se reuniu com o objetivo de apreciar os resultados do trabalho da comissão. Em verdade, os assuntos informais da unidade eram uma pauta coadjuvante do dia. Explico. Nesta oportunidade, a reunião contou com a presença do então reitor da universidade, prof. Naomar Almeida, ali presente com o fito de explicar a posição da administração central da UFBA em relação ao pleito da Faculdade sobre a gestão do Pavilhão de Aulas Isaías Alves. De acordo com resolução apresentada pela reitoria, uma vez concluída as obras de reforma da edificação escolar, ela ficaria sob a responsabilidade da Coordenação Central de Instalações Especiais de Ensino (a exemplo do Pavilhão Professor Thales de Azevedo). Porém, a Faculdade, depois de algumas discussões internas, deliberou pela não transferência da administração do

prédio. As resoluções da unidade foram discutidas no âmbito do Conselho Universitário da UFBA (Consuni²⁴), o qual acordou a gestão compartilhada do pavilhão. Assim, a presença do reitor nesta reunião da Congregação viria ratificar esta posição, ato festejado com palmas pelos presentes no fórum. Após o encerramento da participação do professor Naomar Almeida, o encontro prosseguiu com outros pontos de pauta [diário de campo, 18 de dezembro de 2009].

Uma vez encerrada a discussão acerca dos regimentos internos da Faculdade e da universidade, era chegada a hora de resolver as pendências acerca dos assuntos informais da Faculdade. O relatório apresentado pela comissão combinou dados biográficos sobre os sujeitos investigados com notas etnográficas sobre as circunstâncias que permitiram a presença e a estadia deles em ambiente acadêmico. Por um lado, ele demonstrou o quanto a vida daquelas pessoas estava bordada ao cotidiano da organização, como se elas fossem o pano e a Faculdade, a linha. Por outro, ele revelou a existência de vínculos sancionados por práticas costumeiras a ligar os agentes à instituição, quais sejam, os recibos de pagamento de determinadas quantias pela concessão dos serviços. Havia no relatório breves referências acerca da conduta dos atores examinados, sem, contudo, incidir em julgamentos morais. Todavia, estas poucas informações desempenharam um papel deveras importante para o desfecho desta história.

Após a leitura do relatório, feita pelo professor Otávio, o fórum entrou em processo deliberativo. As cartas começaram a ser jogadas sobre a mesa. Entre uma intervenção e outra, a entidade foi demonstrando as suas preferências. Severo e o homem que vende livros foram tidos como agentes que contribuem para o bem-estar e para a saúde da instituição. Não apenas a boa prestação dos serviços por eles ofertados, mas também certas qualidades morais tais como a prestimosidade e a integridade foram realçadas pelos membros da casa. Sorte distinta teve José. A maioria esmagadora votou pela sua não permanência em ambiente acadêmico. Ele foi considerado uma *persona non grata* para a organização. A sua conduta e os seus “desvios” comportamentais foram tidos como inapropriados a um lugar frequentado por pessoas de bem.

José teve quem o defendesse. A professora Maysa, uma das integrantes da comissão, tentou sensibilizar seus colegas para o sentido daquela decisão, no tocante à vida do sujeito. Expulsá-lo da Faculdade, argumentou ela, seria uma vez mais condená-

24 Mais adiante apresentarei mais alguns detalhes sobre o Consuni.

lo à marginalidade. Em verdade, a docente era uma das poucas pessoas da casa a quem José tinha certo acesso. No dia anterior a este pleito, ele havia lhe telefonado para implorar o seu apoio, pois já estava ciente do clima de animosidade que se instalara em volta de sua pessoa. Foram vãos os esforços da professora Maysa (e do professor Otávio também, para ser justo). Exceto alguns colegas do Departamento de Antropologia, ninguém quis esboçar nenhuma linha argumentativa favorável a José. Pelo contrário, seus defeitos foram ressaltados ainda mais. Dentre eles, um é no mínimo curioso: “contar piadas machistas” foi apontado como um dos “crimes” por ele praticados. Saiba, leitor, que na Faculdade de Filosofia tolera-se muita coisa, desde o funcionário que trabalha meio expediente até o professor que se ausenta durante metade do semestre. Mas tolerar as “piadas machistas” de José era demais para a sensibilidade da organização [diário de campo, 18 de dezembro de 2009].

Assim, por mais marginalizado, desesperançado e trágico que alguém seja, há sempre uma oportunidade de torná-lo ainda mais marginalizado, desesperançado e trágico. José se viu diante desta desventura. Tendo experimentado os frutos proibidos da rudeza e da má educação, ele terminou sendo expulso do paraíso acadêmico. O ostracismo foi o seu destino. Aliás, o isolamento era algo vivenciado por ele todos os dias. José foi a vida que ninguém quis ver. Eis aqui a reprodução das deliberações da Congregação da Faculdade:

Ponto de pauta: situação dos assuntos informais no âmbito da FFCH. O Senhor Diretor passou a palavra ao Prof. Dr. Otávio de Mello e Franco, Presidente da comissão constituída para este fim. O referido professor leu integralmente o relatório referente aos trabalhos informais de reprografia e livraria realizados pelos senhores Severo Costa, José da Silva, Rosalinda Guimarães e do homem que vende livros. Após breve explanação de vários membros, reconheceu-se não haver nos arquivos atuais da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas nenhum documento oficial de vínculo entre a Unidade e os prestadores [apenas os indivíduos portavam alguns documentos]. Entretanto, diante do início da reforma do pavilhão acadêmico Raul Seixas, com previsão de conclusão de 180 dias e diante da necessidade de copiadora, deliberou-se: a) fazer uma consulta à Procuradoria Jurídica da UFBA, sobre a possibilidade, em caráter emergencial, de assinar contrato de prestação de serviço de reprografia; b) diante do parecer da comissão, consultar se há amparo legal para que se proceda contrato apenas com o Sr. Severo, que se encontra na FFCH prestando serviço há bastante tempo e *contra o qual não pairam reparos quer à conduta, quer à qualidade dos serviços prestados*; c) consultar a administração do PASL [Pavilhão de Aulas Professor Thales de Azevedo], sobre a possibilidade, em caráter provisório, de o funcionamento da xérox ser no térreo do Pavilhão de Aulas Isaías Alves. Ato contínuo, foi apresentada moção de louvor à presteza, quantidade e qualidade de informações colhidas pela referida Comissão (Ata Congregação da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 18 de dezembro de 2009, grifos meus).

Na referida ata, não se encontra nenhuma deliberação acerca do livreiro. Porém,

sabe-se que ele foi lotado no saguão de acesso à biblioteca da casa. Severo, por sua vez, em vez de ter sido instalado nas dependências do Pavilhão Professor Thales de Azevedo, terminou sendo alocado em uma sala do pavimento térreo do “casarão” da Faculdade, adquirindo, assim, o monopólio dos serviços de reprografia da unidade. Por seu turno, o Pavilhão de Aulas Isaías Alves, até o presente momento, ainda se encontra em reforma. Por fim, o nome de José ainda figurou na reunião da Congregação do dia 12 de março de 2010, através de uma norma técnica expedida pela Procuradoria Jurídica da UFBA, a qual solicitava, em sua representação, a exploração do serviço de reprografia no âmbito da Faculdade. Não sei ao certo se esta norma técnica foi devidamente apreciada pela entidade. Sei apenas que, após esta referência, José desapareceu oficialmente (e fisicamente também) do cotidiano acadêmico.

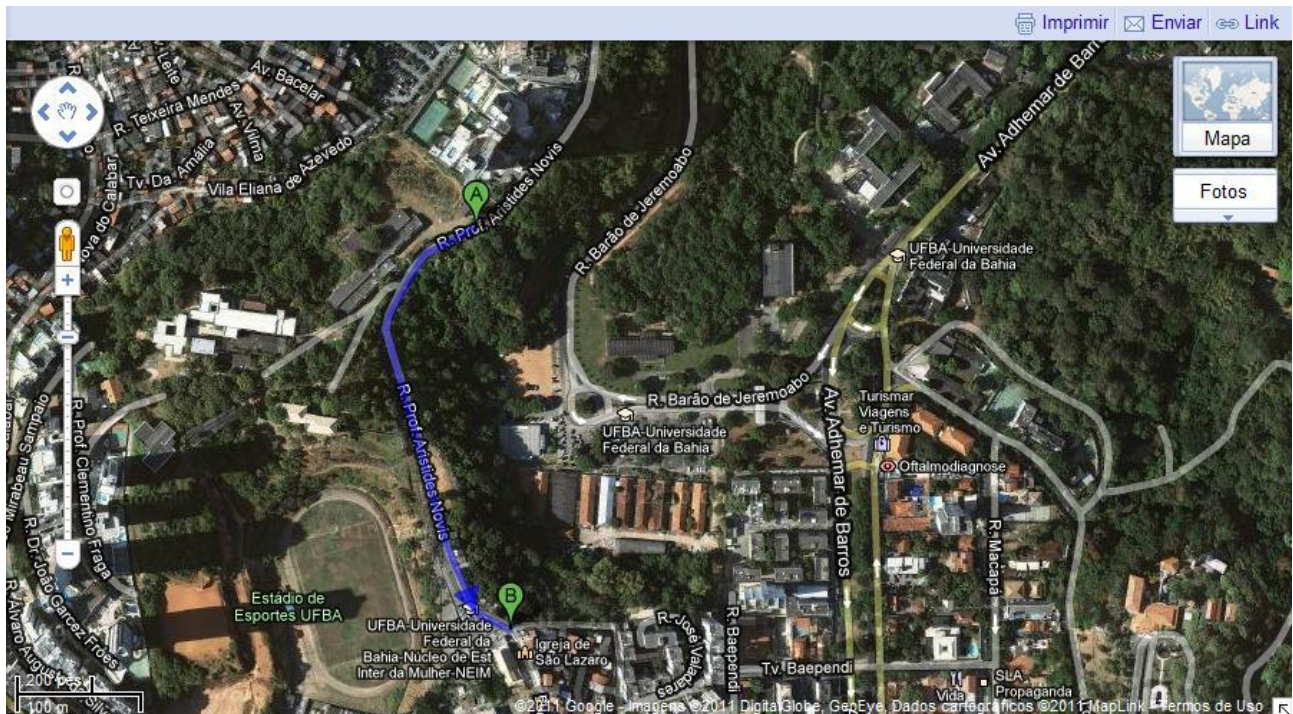
Vê-se, pois, através destas deliberações da Congregação, que houve a manutenção da autonomia relativa de certos setores sociais pouco integrados ao poder centralizado, ao absorvê-las como seus quadros, numa espécie de sucursal da administração pública central. Nas palavras do antropólogo Antônio Carlos de Souza Lima, este processo realçou o papel da burocracia enquanto “nexo articulador/normatizador/codificador entre costumes heterogêneos, constituindo moralidades” (Souza Lima, 2002, p. 17).

Enfim, bem ou mal, a Faculdade de Filosofia parece ter resolvido a questão dos servidores informais que habitavam (e ainda habitam) as dependências da unidade. Todavia, outra presença não oficial suscitou a mobilização dos integrantes da organização, qual seja: a estadia informal de moradores do entorno da instituição em pleno *campus* universitário. Isto é assunto para o próximo capítulo. Antes, porém, quero mostrar ao leitor outra face do bairro de São Lázaro, a saber, o seu circuito mais humilde. Acompanhem-me.

A Faculdade de Filosofia está situada exatamente na zona de intersecção entre o perímetro mais afortunado e a área menos abastada da região. Ladeando o “casarão” temos uma portaria, não resguardada por seguranças, que oferece, ao pedestre, um acesso a essas cercanias menos privilegiadas. O epicentro deste lugar é a Igreja de São Lázaro (ver mapa 03).

A Igreja de São Lázaro possui dois padroeiros, quais sejam, São Roque e São Lázaro (ou, para os adeptos dos cultos afro-brasileiros, Obaluaê e Omulu, respectivamente). As duas entidades estão diretamente ligadas ao universo referente às doenças. Todas as segundas-feiras centenas de pessoas sobem os 14 degraus que levam

à pequena capela para agradecer e fazer pedidos relacionados à saúde e à cura de moléstias. Nestas ocasiões, no cruzeiro da Igreja, algumas baianas dão o conhecido banho de pipoca nas pessoas que frequentam o local. Ao lado do santuário, o espaço que antigamente recebia os enfermos de toda a cidade, o Lazareto, hoje abriga uma agência de fomento à pesquisa científica do estado (a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia).



Mapa 03: Trajeto da Faculdade de Filosofia à Igreja de São Lázaro

Neste local, o padrão residencial muda drasticamente. Os prédios e edifícios resguardados por um sofisticado sistema de segurança foram deixados para trás. Agora vemos casebres e outras moradas mais humildes, entrecortadas por becos, vielas, barrancos e escadarias que oferecem, ao pedestre, um acesso ao bairro de Ondina. Estamos, pois, em uma área povoada por pessoas de baixo poder aquisitivo. Aqui o bairro de São Lázaro passa a se assemelhar ao largo do Alto das Pombas, descrito no capítulo anterior.

Também aqui, no largo da igreja, encontramos os dois bares mais populares do bairro, famosos não apenas pelas bebidas e tira-gostos que comercializam, mas também pela rivalidade estabelecida entre eles. Zilda e Silvinha, proprietárias, respectivamente, dos bares Tenda da Deusa e Boneca Cobiçada, nutrem uma contenda que extrapola a

disputa em torno da clientela. De acordo com a versão contada por Silvinha, as duas já foram bastante amigas. Por volta do ano de 1996, ela resolvera ajudar Zilda que estava passando por sérias dificuldades, emprestando-lhe uma parte do bar Boneca Cobiçada. Quando Zilda já estava reerguida financeiramente, Silvinha achou por bem pedir a sua parte de volta, pois o seu filho já estava grande e ela precisava colocá-lo em uma boa escola. Como resposta, Zilda tocou fogo no bar inteiro, obrigando Silvinha a começar tudo do zero.

Convivendo lado a lado, a inimizade entre as duas transbordou para as mesas dos bares. “Se a cerveja acabar, a gente não pode beber em outro bar, Silvinha fica de mal” – confessou a estudante do curso de Psicologia, Jaqueline Vitoriano (Freire, 2007). Provavelmente, Silvinha não deve ter gostado de ouvir o som de músicas do cancionário popular que, em doze ocasiões no decorrer do ano de 2010, ecoaram do bar rival. Explico. Um grupo musical composto por estudantes do curso de Ciências Sociais fez algumas exposições no quintal de Zilda, com o fito de angariar fundos para a melhoria das instalações do estabelecimento. O grupo chama-se Pirombeira, assim denominado em alusão à “pirambeira”, sinônimo de precipício, formação geográfica do fim de linha do bairro de São Lázaro.

Também nestas mesas de bares o cotidiano de certa Faculdade é deslindado todos os dias. O professor caxias, o funcionário companheiro, os autores bons para serem lidos, as disciplinas difíceis para serem cursadas, são alguns dos assuntos discutidos entre um gole e outro de cerveja. Comemorações em ocasiões de defesa de monografias, o ensopado e o carneiro feitos na hora, ou simplesmente uma alternativa à aula que estava monótona em demasia, são alguns dos motivos a alicerçar a “sociabilidade etílica”. Pode-se dizer, pois, que os botecos de Zilda e Silvinha são um apêndice da Faculdade de Filosofia.

A propósito, completando a área de “extensão” da Faculdade – ou “extensão da minha casa”, como sugere a responsável por uma comunidade virtual dedicada ao bar de Silvinha no Orkut²⁵ – temos a vendinha de Raimundinho, também situada no largo da Igreja de São Lázaro, onde encontramos salgadinhos a preços mais baixos do que nos pontos de venda localizados no interior da instituição. Ademais, Raimundinho é conhecido por ser um exímio conhecedor dos assuntos futebolísticos. Inclusive, no

25

<http://www.orkut.com.br/Main#CommMsgs?cmm=867824&tid=2466304774104719115&kw=extens%C3%A3o>. Acesso: 14 jan. 2011.

concernente à organização do Lazarão (Campeonato de Futebol de São Lázaro) – uma iniciativa dos estudantes da instituição –, altas negociações referentes aos acordos de contratação dos jogadores são conduzidas com a mediação de Raimundinho²⁶.

Os três estabelecimentos acima mencionados também são palcos para uma disputa em torno da “freguesia legítima” do lugar. A presença de discentes de outros cursos da universidade – principalmente aqueles lotados na Escola Politécnica, assim como alguns cursos sediados no *campus* de Ondina, por exemplo, Farmácia, Ciências da Computação, entre outros – é interpretada pelos estudantes da Faculdade de Filosofia como uma poluição, ou melhor, como um desvirtuamento da cena local.

No Orkut, na já citada comunidade virtual dedicada ao bar de Silvinha, que conta com 205 membros, há, entre muitos outros, o seguinte tópico para discussão: “Silvinha: o novo Chuleta???”²⁷. O bar Chuleta é um boteco localizado na Avenida Reitor Miguel Calmon, no Vale do Canela, nas imediações da Faculdade de Direito, da Escola de Administração e da Faculdade de Medicina da Bahia. De acordo com a proponente do tópico, Sayonara Epifânio (estudante da Faculdade de Filosofia), tal comparação se justificaria ante a presença de “mauricinhos” de bermuda florida no joelho, tênis e camiseta regata, que abrem o porta-malas de seus carros, de modo a amplificar o som, obrigando a todos a ouvirem as músicas do pagode baiano. “Uma pena colorida também que eu sinto” – desabafa a estudante²⁸.

Grosso modo, o corpo discente da Faculdade de Filosofia possui um estilo de vida distinto do acima descrito. Ele pode ser classificado na categoria “neo-hippie”, ou seja, pessoas despreocupadas com a forma física e o modo de vestir, geralmente consumidores de maconha; não fazem questão de roupa de marca e vestem “qualquer coisa”, o que significa “roupas artesanais e indianas, sapatilhas de pano chinesas para as moças e sandálias de couro para os rapazes” (Rezende, 2001, p. 173). Tal estilo, marcado pela não ostentação, seria visto como o mais integrado à paisagem local. Se, enquanto consumidores, todos são iguais perante a mesa do bar, no plano da heterogeneidade das camadas médias soteropolitanas, as diferenciações operam no sentido de reafirmar a pertença a um determinado lugar. Neste sentido, os estudantes da

26 Os times são compostos basicamente por estudantes da Faculdade de Filosofia. As regras do campeonato permitem apenas a presença de dois “estrangeiros” em cada agremiação. O Lazarão de 2010 foi disputado por seis times, quais sejam: Popokelve, Everguetos, Os Cavernas, Zildense, Psicoativos e Boneca Cobiçada.

27 <<http://www.orkut.com.br/Main#Community?cmm=867824>>. Acesso: 15/01/2011.

28 <<http://www.orkut.com.br/Main#CommMsgs?cmm=867824&tid=2594549933463933150>>. Acesso: 15/01/2011.

Faculdade de Filosofia se sentem portadores de uma legitimidade, no referente à ocupação destes espaços, que seus colegas de outras unidades universitárias não possuem.

Mas, como se dá a interação entre os estudantes da instituição e os moradores do entorno, quando estes estão no ambiente daqueles? Pretendo discutir este tema no capítulo que está por vir. Também nas próximas páginas farei menções a um elemento intencionalmente negligenciado nesta descrição sobre o cotidiano do bairro de São Lázaro, qual seja, a violência. Mais adiante o leitor compreenderá os motivos para esta minha opção.

Capítulo III

“Pacificando os universitários”: cosmologias do contato no entorno da Faculdade de Filosofia

*Neste capítulo mostrarei como era o cotidiano dos jovens do PAJ no interior da Faculdade de Filosofia. De uma situação de anonimato, o grupo foi paulatinamente emergindo para um estado de visibilidade. Veremos que esta visibilidade foi, por assim dizer, “perversa”, na medida em que ela foi condicionada por episódios de violência ocorridos nas dependências e nas cercanias do campus universitário, a motivar um olhar discriminatório em relação às comunidades do entorno, como se elas fossem responsáveis por este estado de coisas. O “estouro” da violência suscitou vários debates em diversas instâncias da UFBA. Neles estive em jogo uma tentativa de se “pacificar” os universitários. Faço aqui uma alusão à obra organizada pelos antropólogos indigenistas Bruce Albert e Alcida Ramos, *Pacificando o branco: cosmologias do contato no norte-amazônico* (2002). Nas palavras da antropóloga Manuela Carneiro da Cunha (in Albert e Ramos, 2002, p. 07):*

Por várias vezes, em lugares e momentos diferentes, grupos indígenas declararam ter “pacificado os brancos”, arrogando para si a posição de sujeitos e não de vítimas. “Pacificar os brancos” significa várias coisas: situá-los, aos brancos e aos seus objetos, numa visão de mundo, esvaziá-los de sua agressividade, de sua malignidade, de sua letalidade, domesticá-los, em suma; mas também entrar em novas relações com eles e reproduzir-se como sociedade, desta vez não contra, e sim através deles, recrutá-los em suma para sua própria continuidade.

Obviamente, não estou comparando populações urbanas com grupos indígenas, mas utilizo esta obra da antropologia indigenista com o objetivo de seguir sua orientação metodológica, qual seja: inverter o ponto de vista do drama do contato. Se, para os integrantes da UFBA, as comunidades populares necessitam ser beneficiadas por determinadas iniciativas da universidade, como esses moradores interpretam a presença universitária em seus locais de moradia? Em outras palavras: como podemos compreender o modo pelo qual somos compreendidos? Na dinâmica do contato entre universitários e moradores de comunidades populares estiveram em disputa certas

construções em torno do estatuto do Outro, daquele que se contrapõe ao Eu. Se nós criamos as nossas representações acerca deles, eles também criaram as suas próprias categorias para nos enquadrar. Mostrarei isso através da trajetória do próprio Benedito. Com isso, aponto para uma questão antropológica por excelência: a construção da alteridade. Logo, o olhar do “branco” não é visto apenas nas fronteiras do norte-amazônico. Por fim, relatarei os destinos do PAJ (ou ProJovem Adolescente) nas dependências da Faculdade de Filosofia.

A “comunidade” vai à Faculdade

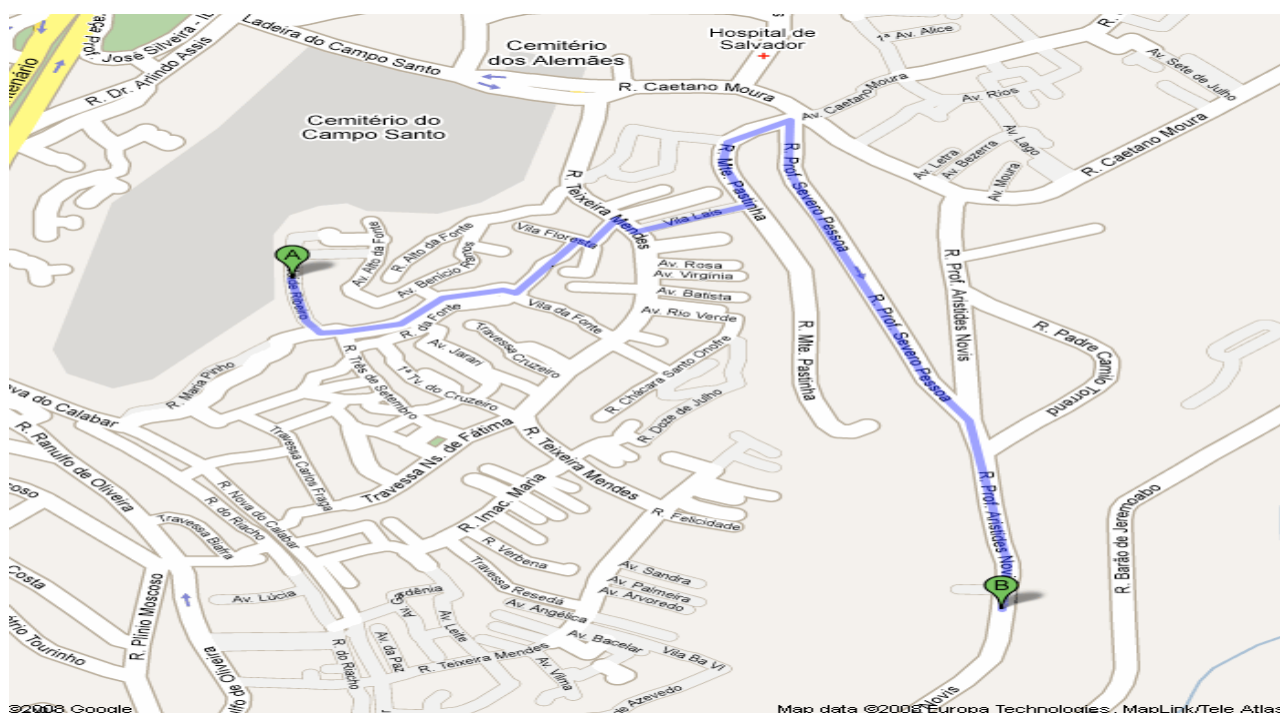
Antes de as atividades começarem, Benedito me chamou para uma conversa. Ele me perguntou se poderia encontrar com a diretora da Faculdade para ter uma conversa séria com ela. Queria saber se o programa ainda era bem-vindo na instituição, pois um segurança o havia intimidado, provavelmente devido à bagunça dos jovens na sala de aula. Neste instante, tive um estalo na mente: “Como nunca pensei nisso antes?”. As palavras de Benedito como que acenderam uma lâmpada em cima da minha cabeça. Sabe aquelas lâmpadas que só aparecem em desenho animado? Pois é, foi exatamente uma daquelas a me iluminar a seguinte reflexão: como são as relações entre os beneficiários do PAJ e a Faculdade de Filosofia? [diário de campo, 26 de março de 2008].

Quando fiz estas anotações em meu diário de campo, eu já estava há quase dois meses acompanhando as atividades do PAJ no âmbito da Faculdade de Filosofia. Neste dia fui obrigado a rever todas as minhas observações, procurando atentar para certas coisas que eu havia negligenciado. Parte delas, já é de conhecimento do leitor. Exatamente nesta oportunidade, Benedito me narrou todos os detalhes acerca da vinda do programa para as dependências da instituição, das suas desavenças com o padre, do lapso de tempo em que o projeto ficou sem espaço físico, do Fatumbi, enfim, de todos os fatos dos bastidores do grupo por ele orientado, fatos estes relatados na introdução desta dissertação. Também por esta ocasião, ele fez um desabafo a respeito das não muito boas relações entre a unidade universitária e a iniciativa social por ele conduzida: “O PAJ não existe. Desde os funcionários mais baixos até aos professores, ninguém nos respeita” – disse ele.

Com o intuito de investigar as razões para esta afirmativa, tomei algumas atitudes. A primeira delas foi rever os meus diários de campo. Esta tarefa de revisão me deixou profundamente desapontado, na medida em que eu fui notando certas ausências. Percebi que não havia nenhum dado sobre as interações entre os jovens e os

participantes da instituição. Da visão dos adolescentes a respeito do cotidiano da unidade, apenas a impressão de um deles: “Que Faculdade chata viu? Parece que os alunos daqui nunca têm aula. E os professores? Aonde eles se escondem. Nunca vi um deles” – disse Jokinha, morador do Calabar [diário de campo, 18 de março de 2008]. Assim, da perspectiva deles, éramos nós – professores, estudantes e funcionários da instituição – os “invisíveis”.

Por alguns dias fiquei lamentando a minha ingerência. Não havia atinado para duas questões importantes, quais sejam, as interações e as visões dos atores acerca de um determinado espaço social. Como tinha apenas dois meses de trabalho de campo, não fiquei exasperado em demasia, pois tempo não me faltaria para completar estas lacunas. Assim, foi tentando preencher esse vácuo (minha segunda atitude) que eu terminei me dando conta do seguinte fato: quase não havia relações entre os jovens do PAJ e os integrantes da instituição. Quando estas existiam, eram para revelar algum ingrediente incômodo deste contato. Para compreender esta afirmativa, irei apresentar a forma pela qual os adolescentes se relacionavam com o lugar em questão.



Mapa 04: Trajeto do Alto das Pombas à Faculdade de Filosofia

Todos os dias, de segunda à sexta-feira, os jovens se dirigiam à Faculdade para

assistir as aulas de educação não formal ministradas por Benedito. No início do semestre, eles não tinham um espaço físico certo, ora se instalando em uma sala, ora em outra; ora estando sob a proteção das sombras das árvores, ora acomodados no “Mirante de São Lázaro”, até que a secretária da direção da instituição resolveu aloca-los na sala 20 do Pavilhão Isaías Alves. Este seria o único tipo de contato com a classe dos funcionários técnico-administrativos da unidade. Alocar salas, bem como reservar materiais didáticos, tais como retroprojeter, Data Show, aparelho de DVD, entre outros, eram, para os jovens, as “únicas” tarefas deste corpo de trabalhadores.

Todos os sujeitos envolvidos no PAJ iam à pé para a Faculdade (ver mapa 04, localizado mais acima). Geralmente, o itinerário, para os beneficiários do programa residentes no bairro do Alto das Pombas²⁹, era o seguinte, no tocante às vias principais: da rua Teixeira Mendes, passando pela Avenida Caetano Moura, até chegar à rua professor Aristides Novis. Todavia, esporadicamente, eles se utilizavam de um expediente: “cortar caminho” pela área de fronteira entre a instituição e os bairros do Alto das Pombas e do Calabar. Este perímetro territorial, que abrange a rua Vila Eliana de Azevedo, é conhecido entre os moradores locais pelo nome de “Pinga” (ver mapa 05). De acordo com Dona Laura, madrinha de Papito, um dos jovens participantes do programa, esta denominação faz referência a existência de uma fonte de água identificada como “Bica de Daniel” (por estar na propriedade deste morador). Por volta das décadas de 1950-1960, a falta de água era um problema crônico para a população residente nestas cercanias. Assim, a “Bica de Daniel” era uma das opções para este contingente populacional, principalmente no que diz respeito às lavadeiras, categoria profissional bastante representativa nos primórdios das “ocupações” desta área, pois muitas mães de família tiravam seu sustento através da lavagem das roupas dos vizinhos mais abastados (bairros da Graça, da Barra e de Ondina). Como a água literalmente vinha em forma de pingos, toda esta extensão territorial ficou conhecida pelo nome de “Pinga”. Atualmente, a fonte já não existe mais. Ignoro, contudo, a data precisa de sua extinção.

29 No tocante ao recrutamento dos jovens, o local de moradia não se configurou como um critério importante para Benedito. A grande maioria dos adolescentes era oriunda do bairro do Alto das Pombas, mas havia “estrangeiros” no ninho. Tratava-se de quatro jovens provenientes de outras paragens: Jokinha, morador do Calabar; Everaldo, da localidade do Binóculo; Wellington, da Roça de Sabina; e Anita, do Engenho Velho de Brotas.



Mapa 05: A área circulado corresponde à região conhecida como “Pinga”

Também por volta desse período, mais precisamente entre os anos de 1956 a 1961, as comunidades circunvizinhas foram institucionalmente abrigadas neste espaço, em virtude da criação da Escola de Aplicação Anísio Teixeira, no terreno que, à época, pertencia ao Centro Regional de Pesquisas Educacionais da Bahia (CRPEBa).

A escola, com seus métodos nada convencionais de ensino, não durou muito tempo³⁰. Todavia, os moradores tiveram um aprendizado a respeito do local que não pôde ser suplantado pelo encerramento da iniciativa. Assim, a Faculdade de Filosofia se estabeleceu em um lugar onde as pessoas, oriundas das comunidades mais carentes da região, já haviam criado certa intimidade. Elas já sabiam como “cortar caminho”, usando as trilhas da Faculdade, de modo a ter um acesso mais rápido entre os bairros da Federação e de Ondina. Já sabiam as épocas de amadurecimento dos frutos das árvores locais. Já sabiam os lugares apropriados para a diversão das crianças e para a realização de prazerosos piqueniques.

Eles não eram os únicos a saber das coisas. Também os moradores mais afortunados dos bairros de Ondina (mais precisamente, da região conhecida como Jardim Apipema) e da Estrada de São Lázaro sabiam como escapar do trânsito caótico

30 Anísio Teixeira apontou a pouca renovação da sociedade como principal causa para o fechamento da escola. Para mais dados sobre a Escola de Aplicação e o seu lugar dentro do Programa de Reconstrução Educacional na Bahia (1952-1964) ver Almeida e Freitas (2006).

da região, utilizando as vias da Faculdade como trilha para seus luxuosos veículos automotivos, transtornando a “bucólica” vida acadêmica local, com suas buzinas e cantadas de pneus. Também eles sabiam o quanto aquele espaço era ideal para o despejo fisiológico dos seus animais de estimação. Também eles sabiam, por fim, como o local era deveras apropriado para a rotina diária de exercícios físicos ao ar livre.

Após esta breve digressão, volto, pois, ao cotidiano dos beneficiários do PAJ nas instalações acadêmicas. Uma vez na Faculdade, eles se dispersavam à espera de Benedito. Uns preferiam esperar na sala (quando esta foi definitivamente alocada). Outros ficavam em um canteiro, sob a proteção da sombra de uma árvore, do estacionamento próximo ao Pavilhão Isafas Alves (nesta época, ainda era permitido estacionar veículos automotivos neste local). Poucas vezes eu vi alguém do PAJ nas dependências do Pátio Raul Seixas, mesmo nos dias em que lá estava acontecendo alguma atividade³¹. Talvez eles não se sentissem à vontade no pátio. Um fato pode ser elucidativo. Geralmente as sextas-feiras eram dedicadas ao lazer. Em uma dessas, na qual tivemos a ausência de Benedito, os jovens ficaram em um impasse: ir ou não ir ao Centro de Esportes da universidade, próximo à Faculdade (tínhamos apenas que, literalmente, descer o barranco para chegar até lá). As meninas reclamavam que sempre programavam jogos de futebol, dos quais elas estariam excluídas. Um dos rapazes lembrou que havia baralho e dominó para elas se distraírem. Porém, uma das moças se recusava a descer para o Centro de Esportes. “Eu vou ficar lá olhando para cara de vocês” – disse.

Eu fiquei brincando com a situação dando sugestões. Perguntei por que eles não jogavam baleado. Ou por que não arrumar um papel e brincar de salada de frutas? Helena afirmou que ninguém trouxe caderno. Outras pessoas entraram no ritmo das sugestões e citaram a brincadeira de esconde-esconde, a picula etc. Chamei-os para a festa do CACISO (Centro Acadêmico de Ciências Sociais) que estava acontecendo no pátio da Faculdade. Anita disse que não iriam porque não foram convidados. Eu tentei convencê-los de que não havia essa história de convite, mas não obtive êxito [diário de campo, 29 de fevereiro de 2008].

Nesse dia terminamos indo mesmo para o Centro de Esportes, onde tudo ocorreu conforme o previsível. Os meninos jogaram bola, enquanto as meninas se distraíram com jogos de cartas e de dominó. Ficamos lá até ao final da tarde, quando veio a chuva e nos dispersou.

31 O Pátio Raul Seixas era muito movimentado. Além do trânsito constante de alunos, funcionários e professores, ele era palco de alguns eventos políticos e festivos dos Diretórios e Centros Acadêmicos, tais como, eleições para as representações estudantis, debates entre as chapas concorrentes, festas lúdicas (geralmente às sextas-feiras), manifestações de cunho político, como a comemoração do Dia do Orgulho Gay, entre outros.

Relatei este fato apenas para ilustrar a não existência de relações de sociabilidade entre os estudantes da instituição e os jovens do PAJ. Estes últimos eram como que “invisíveis” para a grande maioria dos participantes da unidade universitária. Assim, como bem disse Pierre Bourdieu (1999, p. 165), “pode-se ocupar fisicamente um habitat sem habitá-lo propriamente falando”. Certa vez, perguntei para uma das adolescentes do programa se ela gostava de frequentar as instalações da Faculdade. Eis a resposta:

“Se você está se referindo ao espaço físico, eu gosto sim. Só não gosto do fato de os alunos daqui não nos conhecerem, não saberem do nosso trabalho. Sabe, os meninos de Odontologia [uma outra unidade da UFBA] fizeram um trabalho legal conosco na semana de escovação. Nós fomos assistir a apresentação do trabalho deles. Foi ótimo. Eles haviam preparado uma surpresa para nós e nós havíamos preparado uma para eles. No final, todo mundo chorou. Foi muito emocionante”. Vi nos olhos de Anita um anseio por *reconhecimento* [diário de campo, 01 de abril de 2008].

Este trecho nos sugere algumas reflexões. Por um lado, há que se considerar as questões contextuais. Geralmente, são os estudantes da Faculdade de Odontologia que se deslocam até o bairro do Alto das Pombas, com o objetivo de cumprir a carga horária destinada ao estágio odontológico. Assim, provavelmente, caso os jovens do PAJ frequentassem as dependências da citada instituição, eles seriam tão “invisíveis” quanto o eram nas instalações da Faculdade de Filosofia. Por outro, “reconhecimento” é o termo correto para compreender esta situação. De acordo com o filósofo alemão Axel Honneth, há uma diferença básica entre os conceitos de “conhecimento” e “reconhecimento”. Escreve ele:

A diferença entre “conhecer” (*Erkennen*) e “reconhecer” (*Anerkennen*) torna-se mais clara. Se por “conhecimento” de uma pessoa entendemos exprimir sua identificação enquanto indivíduo (identificação que gradualmente pode ser melhorada), por “reconhecimento” entendemos um ato expressivo pelo qual este conhecimento está confirmado pelo sentido positivo de uma afirmação. Contrariamente ao conhecimento, que é um ato cognitivo não público o reconhecimento depende de meios de comunicação que exprimem o fato de que outra pessoa é considerada como detentora de um “valor” social (Honneth apud Cardoso de Oliveira, 2006, p. 31, grifos do autor).

Baseando-me na leitura do antropólogo Roberto Cardoso de Oliveira (2006), existiria, na obra de Honneth, uma esfera de reconhecimento que transcende tanto a dinâmica das relações afetivas cultivadas pelos grupos primários (família, parentesco, amizade etc.), quanto a própria órbita do direito, das regras normativas de convivência social, qual seja: o reconhecimento da pessoa enquanto ente moral. “Neste sentido, a manifestação mais geral desse reconhecimento seria expresso como *respeito*” (Cardoso de Oliveira, 2006, p. 33, grifos do autor).

No que se refere aos participantes do PAJ, essa dimensão do *respeito* transcende este fato mais imediato da estadia deles em uma instituição de ensino superior. No meu trabalho de conclusão de curso já havia chamado a atenção para a forma pela qual os indivíduos concebem o seu engajamento em um determinado projeto de inclusão social. Mais que uma atitude racional de um sujeito que quer se livrar de certas amarras sociais (a superação da pobreza, das discriminações sociais, entre outras), os atores consideram as suas ações sob o ponto de vista moral, isto é, como algo que precisa ser reconhecido por outrem (Carade, 2009).

Voltando à descrição acerca da vivência dos adolescentes no bojo da Faculdade, pode-se dizer que a maioria dos estudantes, professores e funcionários da organização desconhecia esta presença. Entretanto, aqueles que se mantinham atentos em relação aos acontecimentos da unidade explicitaram certa animosidade em face desta aparição, justificada principalmente pelo barulho produzido pelos jovens. Aqui me refiro basicamente ao livreiro (apresentado no capítulo anterior) e a Seu Pedro, funcionário da casa (hoje aposentado), uma espécie de zelador do Pavilhão Isaías Alves. Além deles, só os seguranças da instituição travavam algum tipo de contato com os beneficiários do PAJ.

De acordo com Seu Pedro, não raro alguns professores reclamavam, através dele, da indisciplina dos adolescentes. Certo dia ocorreu uma situação de enfrentamento, situação esta frequentemente lembrada pelos participantes do PAJ. Incomodada com o barulho causado pelos jovens, uma docente do então Departamento de Psicologia invadiu a sala onde eles estavam realizando as suas atividades, exigindo silêncio, pois estava havendo, no recinto ao lado, a defesa de uma tese de doutoramento, cujo andamento estava sendo prejudicado. Conforme relato de Benedito, eles a receberam com um lacônico e irônico “boa tarde”, e, após uma breve discussão, solicitaram a sua retirada do local, com a seguinte frase: “Nos respeite porque nós pagamos impostos, logo somos nós quem pagamos o seu salário” [diário de campo, 26 de março de 2008].

Recordando-se deste episódio, Seu Pedro afirmou que a referida professora teria saído da sala furiosa, acusando os jovens de desrespeito para com a sua pessoa. Ainda segundo ele, outro professor também havia se indisposto de maneira acintosa para com a presença dos jovens do PAJ. Este docente – “que sempre ministra aulas com um projetor” (complementou ele, aos risos) – terminou por acusá-lo, responsabilizando-o pelo comportamento dos adolescentes. “O pior é que sobra para mim. Os professores

pedem para eu resolver o problema. Eu vou lá e tento acalmar eles” [diário de campo, 18 de julho de 2008]. Todavia, segundo o livreiro, os adolescentes davam motivos para as reclamações.

Você precisa ver como é o jeito que eles saem daqui. Parece um *carnaval*. (...) Se eles estão em uma sala, chega um professor, aí eles têm de sair; e então eles ficam de sala em sala e acabam fazendo barulho. Na minha opinião, a diretora deveria chegar e dizer para eles 'aqui é o lugar de vocês' e parar com esse sobe e desce. Falta um pouco de organização. (...) Geralmente, o pessoal, tanto alunos, quanto professores, reclama da zoadá e da sujeira que eles deixam nas salas. O rapaz que orienta eles [referindo-se a Benedito] deveria educá-los melhor. Você sabe não é, pessoas como Maysa e Olívia [duas docentes conceituadas da unidade] sempre reclamam. Às vezes o pessoal está em prova. É assim mesmo... Ainda assim, acho interessante a presença deles aqui. Acho bom mesmo. Só falta mais organização” – disse [diário de campo, 28 de julho de 2008, grifos meus].

Alguns detalhes desta trama precisam ser explicitados. No capítulo anterior, havia mencionado a existência de *stands* de livros no saguão de entrada do Pavilhão Isaías Alves. Era o lugar onde o livreiro estava instalado antes do início das obras de reforma do referido prédio escolar. Trafegando, pois, pelo rol de acesso ao principal espaço de sociabilidade dos estudantes, muitas vezes cabia a ele a tarefa informal de lhes apresentar a instituição. Era ele, principalmente, quem auxiliava os *calouros* a encontrar as diversas instâncias da unidade, bem como situá-los dentro do próprio edifício acadêmico, na medida em que o quadro de alocação das salas e dos horários das disciplinas era localizado exatamente em frente ao seu balcão de serviço. De alguma forma, também era este o papel de Seu Pedro, enquanto “zelador” do pavilhão de aulas: ser um pólo de comunicação entre as diversas esferas da instituição. Assim, eles detinham certo conhecimento acerca do cotidiano da unidade, mas um conhecimento vindo, por assim dizer, das fontes “subterrâneas” da instituição, quais sejam: os mexericos, as intrigas, os boatos.

Se lembrarmos que esta edificação escolar era chamada de “senzala”, em oposição às instalações administrativas da Faculdade, tidas como a “casa-grande”, era como se o livreiro e Seu Pedro soubessem dos acontecimentos ignorados pela alta burocracia. Todavia, esses fatos eram por eles interpretados sob o ponto de vista da “casa-grande”, ou seja, sob a ótica da disciplina e da organização, dos comportamentos que seriam bem-vindos ou não em uma unidade universitária. Isto, talvez, explique as opiniões do livreiro, acima reproduzidas, sobre a presença dos jovens do PAJ na Faculdade, na medida em que, tanto ele, quanto Seu Pedro, eram, por assim dizer, os “olhos” da instituição no contexto do Pavilhão de Aulas Isaías Alves.

Tanto é assim que, para sustentar a sua visão, o livreiro se referiu aos nomes de duas docentes bastante respeitadas no âmbito da instituição: as professoras Maysa (a mesma que integrou a comissão para os assuntos informais da unidade) e Olívia (docente lotada no Departamento de Sociologia). Todavia, cinco dias após ele ter me dado o seu depoimento, tive a oportunidade de conversar com a professora Maysa. Estávamos saindo da Faculdade e nesse dia, excepcionalmente, a professora resolveu não solicitar um táxi, preferindo caminhar para “estirar as pernas e perder uns quilinhos”. Aproveitei a ocasião para sondá-la a respeito dos comentários feitos pelo livreiro. Tal não foi a minha surpresa quando a docente afirmou desconhecer a presença de jovens moradores do Alto das Pombas (e adjacências) ligados a um projeto de política pública nas dependências da instituição. De acordo com ela, as suas reclamações acerca do barulho não eram dirigidas a um grupo específico, mas às perturbações sonoras de uma maneira geral, pois elas atrapalham o bom andamento das atividades pedagógicas. “Fico perplexa com a quantidade de coisas que acontecem por aqui sem ninguém saber” – disse ela [diário de campo, 03 de agosto de 2008].

Diante do exposto, pode-se afirmar ter havido certo estranhamento, por parte de alguns integrantes da instituição, em relação ao comportamento “estrondoso”³² dos jovens do PAJ. Assim, não houve uma compreensão acerca do sentido da produção de sons como forma de sociabilidade dos indivíduos (Collins, 2007). A quem teve a oportunidade de acompanhar as atividades pedagógicas do programa, como eu tive, perceberia que o barulho produzido pelos sujeitos era suscitado pelo próprio envolvimento deles nas dinâmicas propostas por Benedito tais como gincanas, brincadeiras lúdicas e motivacionais³³, que serviam para o fortalecimento dos laços entre o grupo. Não era, pois, indício de indisciplina e desorganização. Assim sendo, pode-se dizer que eles não se enquadravam na “disciplina” do lugar, pensada no termos de Foucault (1977), quais sejam, de distribuição dos indivíduos no espaço, de estabelecimento de mecanismos de controle de suas atividades e de programação da evolução dos processos que articulam coletivamente as atividades individuais, através de mecanismos coercitivos tais como a vigilância, as sanções e os exames.

32 Uso o termo no sentido utilizado pelo antropólogo Jocélio Teles dos Santos (1997), quando este estudou a reação de estranhamento da elite branca baiana que não estava acostumada a ouvir os sons dos atabaques e urucongos dos africanos, qualificando os sons e os “alaridos” produzidos pelos batuques e sambas negros de *divertimentos estrondosos*. A analogia é pertinente, na medida em que, também um professor da Faculdade, ao se referir às diversas vezes em que teve de pedir silêncio aos jovens, assim disse: “cansei de me chatear com os *alaridos* produzidos por aqueles adolescentes”.

33 Para ficar apenas em um exemplo, posso citar o “Soletando”, um quadro de um programa televisivo, adaptado por Benedito, cujo objetivo era estimular a boa aprendizagem da grafia correta das palavras.

Ignorados por quase todos, considerados como “indisciplinados” pela parcela restante, o grupo formado pelos jovens do PAJ foi paulatinamente emergindo de uma situação de invisibilidade para uma “visibilidade perversa”. De acordo com a socióloga Mione Apolinario Sales (2004), a visibilidade enquanto uma condição humana, política e social entra em contraste com aquela que é conquistada pelos jovens pobres na esfera pública, em especial os autores de ato infracional. Por um lado, temos a invisibilidade do sofrimento e da dor por que passam crianças e adolescentes em suas áreas de moradia e sociabilidade, notadamente as privações materiais, culturais e, por vezes, afetivas às quais estão submetidos. Por outro, temos uma visibilidade intensificada pelo preconceito e medo da violência, amparados tão somente em características físicas, sociais e geográficas, tidas como reveladoras da periculosidade de seus portadores. Trata-se, portanto, de uma “visibilidade perversa” (Sales, 2004).

Além do simples barulho produzido pelos jovens, eventos do cotidiano urbano da cidade de Salvador contribuíram para a visibilidade do grupo no âmbito da Faculdade, quais sejam: assaltos e roubos praticados nas cercanias e dependências da instituição. Tal como ocorreu com o Cemitério Campo Santo (refiro-me ao assassinato do jovem Fábio, apresentado no 1º capítulo), também aqui os episódios de violência despertaram a unidade para a discussão acerca do relacionamento para com as comunidades do seu entorno. Um debate, pois, motivado por uma “visibilidade perversa” dessa vizinhança, tida como *locus* do perigo e das ameaças contra a convivência social. Assim, o próximo item desta narrativa apresentará uma crônica policial da Faculdade de Filosofia.

A Faculdade de Filosofia: uma crônica policial

À Comunidade São Lázaro

Considerando a vulnerabilidade em que se encontra a FFCH, e ante os fatos recentes de furto no interior e nas circunvizinhanças do Campus, a Egrégia Congregação da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, reunida no dia 08 de agosto último, deliberou:

- a) pelo cercamento de todo o perímetro da Faculdade, de forma a impedir ou dificultar o livre e inconveniente trânsito, sobretudo de pessoas que se dirigem à FFCH para praticar furtos e roubos;
- b) por estabelecer que a FFCH terá apenas duas vias de entrada de veículos e pessoas, quais sejam, o portão principal de São Lázaro e o portão que dá acesso ao Bairro de Ondina, devendo ser fechadas TODAS as demais entradas, de forma a permitir um maior grau de segurança para todos aqueles que frequentam a FFCH com interesses lícitos;

- c) pela instalação de câmeras de vigilância nos portões e em espaços internos da FFCH;
- d) por estabelecer o controle de entrada e saída de pessoas dos prédios administrativos;
- e) por instituir o Cartão de Controle de Veículos, nos portões de entrada e saída, que deverão estar sempre guardados pela vigilância;
- f) por promover a atualização dos vigilantes, com o respaldo da Comissão de Segurança da UFBA e o apoio do [então] Departamento de Psicologia;
- g) por tomar conhecimento dos termos dos contratos referentes à vigilância e à portaria, visando à fiscalização dessas atividades;
- h) por solicitar o reforço da segurança, com o aumento do número de vigilantes e de porteiros;
- i) pela implementação do paisagismo de segurança em toda a área da FFCH, permitindo uma melhor e mais eficaz visualização do terreno;
- j) pela implementação do Projeto de Iluminação da FFCH;
- l) pelo requerimento à Polícia Militar para uma mais eficaz e corriqueira vigilância nas áreas exteriores à Faculdade, de forma a inibir a prática dos crimes de furto e de roubo que ocorrem no interior e na circunvizinhança da Faculdade, vitimando professores, estudantes e funcionários, assim como pessoas que visitam a FFCH;
- m) pela manutenção do Cartão Programa³⁴;
- n) por realizar sessão do Fórum de Segurança da FFCH;
- o) por realizar uma sessão aberta da Congregação, onde serão apresentadas as medidas aprovadas.

Em seguida foram listadas as medidas que deverão ser tomadas em médio prazo, como a necessidade de desenvolvimento de extensão junto às comunidades vizinhas, a realização de eventos no interior das dependências da FFCH e o apoio à realização do Projeto Agente Jovem (FFCH) e Projeto Viver³⁵ (NEIM).

Nas medidas a serem implementadas a longo prazo, foram aprovadas a construção de uma rua ligando São Lázaro a Ondina, num traçado que se situa entre a FFCH e o bairro do Calabar, garantido a circulação de pessoas para os dois espaços acima mencionados, e a instalação de um gradil no perímetro da FFCH, de forma a consumir a medida acima anunciada. Foi deliberado, ainda, que será realizada uma série de discussões sobre o consumo de substâncias psicoativas nas dependências da FFCH. Sobre a presença de animais errantes, foi deliberado que, para os animais de grande porte será chamada a Polícia Florestal, e para os de pequeno porte, como gatos e cães, serão acionados os grupos de proteção animal. A FFCH vai propor, ainda, junto às autoridades competentes e associações, uma campanha sobre a posse responsável de animais [Ata Congregação da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 08 de agosto de 2008, grifos meus].

Quando a Congregação da Faculdade se reuniu e acordou os pontos acima listados, a instituição passava por um período tenso, decorrente de alguns episódios de violência verificados em suas áreas interna e externa. Para a melhor compreensão do leitor, descreverei os fatos, conforme eles foram apresentados pela imprensa local.

Maio de 2008. Dois ladrões tentaram roubar uma estudante nas imediações do estacionamento que ladeia o Pavilhão Isaías Alves, quando passava pelo local um

34 Tratava-se de um acordo com a Polícia Militar no qual previa o estabelecimento de rondas policiais no entorno do *campus* universitário.

35 Ligado à Secretaria de Segurança Pública da Bahia, este projeto atende crianças e adolescentes que tenham sido vítimas de abuso sexual. Mais informações em: <<http://www.neim.ufba.br>>.

policial civil. Ele reagiu e atirou nos assaltantes. Ambos conseguiram fugir pelo o matagal limítrofe ao bairro do Alto das Pombas (a área conhecida como “Pinga”), embora um deles tenha sido atingido na altura da perna (Torreão, 2008). Um mês após este incidente, um episódio mais grave repercutiu em toda a região.

10 de junho de 2008. Por volta das 23:30 da noite de uma terça-feira, quatro pessoas foram mortas e duas ficaram feridas nos bairros do Alto das Pombas e do Calabar, após um confronto entre facções rivais que disputavam a liderança do comércio de armas e entorpecentes na cidade. Além desta rivalidade, os motivos para a contenda giravam em torno de uma dívida no valor de 35 mil reais que Averaldo Ferreira da Silva Filho, conhecido como Averalzinho, então líder do Alto das Pombas, havia contraído com o negociante conhecido como Lobão, que dominava os locais de venda de substâncias psicoativas no bairro do Garcia (Cirino, 2008a). Na quinta-feira, dia 12 de junho, assombrados com o estouro da violência na região, a Escola Politécnica e a Faculdade de Filosofia suspenderam as suas atividades acadêmicas, após denúncias de que os autores desta chacina poderiam voltar a agir (Santana e colaboradores, 2008).

No mês seguinte, um novo evento. Às 15 horas de uma terça-feira, 29 de julho de 2008, o professor então chefe do Departamento de História, Antônio Luigi Negro, estacionava seu veículo na área localizada nas imediações do prédio administrativo da Faculdade. O intervalo de quinze minutos, período de tempo em que ele se dirigiu à sala departamental para resgatar alguns documentos, foi o bastante para a sucessão de um fato, qual seja: o roubo do seu carro. “Quando entrei, cumprimentei os seguranças, que estavam em baixo de uma árvore. Ao voltar, após quinze minutos, não achei o carro, nem eles [os seguranças] estavam mais lá”, relatou o docente (Vieira, 2008, p. 12).

Mal haviam sido deliberados os pontos acerca da política de segurança a ser adotada pela instituição (refiro-me às medidas que foram aprovadas em agosto de 2008, reproduzidas no início deste item), um novo evento alterou a rotina da Faculdade. No dia 21 de setembro, um domingo, os vigilantes da entidade encontraram uma mulher morta, alvejada por um tiro no rosto, na área traseira ao prédio administrativo da unidade. Entre os pertences da vítima, foram encontradas dez pedras de crack. O homicida teria tido acesso ao *campus* através de um buraco na cerca que ladeia toda a área da organização. A posição oficial da UFBA, representada pelo então vice-reitor professor Francisco Mesquita, sustentou que o caso era “alheio à rotina acadêmica”, uma vez que o crime ocorreu fora do período de funcionamento da entidade. Ademais, afirmou o docente, a vítima não era estudante da universidade (Cirino, 2008c).

Esta violência não estaria restringida apenas à área universitária. Os estabelecimentos localizados no fim de linha do bairro de São Lázaro (apresentados no capítulo anterior) também estavam sendo palco para as ocorrências policiais. “Recentemente fizeram um arrastão aqui e no bar ao lado. Levaram mais de vinte [telefones] celulares. A freguesia sumiu’ – reclamou Silvinha, proprietária do bar Boneca Cobiçada” (Vieira, 2008, p. 12). Ainda de acordo com Silvinha, nem os fiéis que seguem semanalmente para as missas na Igreja de São Lázaro estavam sendo poupados. Como se a Faculdade fosse o foco de toda essa turbulência, a repórter do jornal *A Tarde*, Amélia Vieira (2008, p. 12), pontificou: “A violência do campus da UFBA de São Lázaro tem extrapolado os limites da instituição”. Ironicamente, aqui a instituição deixa de ser uma vítima para ser a algoz de seu entorno. Ou seja, o discurso jornalístico que se esmera em estigmatizar os bairros populares, tratando-os como sendo eminentemente desestruturados e violentos, agora é endereçado à Faculdade. Tudo se passa como se ela fosse, para o restante da UFBA, o “outro” perigoso, ocupando uma posição homóloga à dos bairros do Alto das Pombas e do Calabar, estes vistos enquanto *locus* da periculosidade pelos seus vizinhos afortunados de Ondina, da Graça e de São Lázaro.

Tais fatos foram correntemente noticiados pelos veículos da imprensa local. Neles, foi desnudada toda a situação do *campus* da Faculdade de Filosofia. Estudantes, professores e funcionários foram ouvidos e relataram as suas exasperações diante do cotidiano da unidade. Na voz deles, casos de furtos e roubos alternavam-se com a listagem dos problemas estruturais da corporação. Mato nos arredores, cercas arrombadas, segurança precária, prédios com vidros quebrados, infiltrações e rachaduras foram apontados como indícios do estado de abandono das instalações acadêmicas.

Também nestas matérias, a circulação de pessoas não integrantes da instituição foi apontada como uma das principais causas para a violência no lugar. “A Faculdade fica supervulnerável, entra quem quiser. Não há controle de segurança nenhum” – disse Julini Araújo, aluna do curso de Psicologia (Torreão, 2008, p. 08). Pamela Pitágoras, também estudante do curso de Psicologia, afirmou não se sentir segura na Faculdade porque “famílias catando mangas, grupos de homens sem camisa, não estudantes entrando nas salas, gente fazendo *cooper* com cachorro são cenas comuns de se ver por aqui” (Rebouças, 2008, p. 08). Esse estado de medo motivaria certo *modus operandi* local. Segundo Michel Rocha, membro do Centro Acadêmico de Museologia, “as aulas

só vão até às 17 horas porque é perigoso passar desse horário. Já houve casos de traficantes entrarem aqui ou assaltantes invadirem salas de aula para roubar” (Torreão, 2008, p. 08). Um dos vigilantes da entidade, que preferiu manter seu nome em sigilo, acusou os próprios estudantes pelo grande número de ocorrências policiais verificados no local, pois eles levam pessoas estranhas para consumir maconha dentro do *campus* universitário. “Fazem isso porque sabem que aqui não entra polícia e a gente não pode fazer nada” – disse ele (Torreão, 2008, p. 08). Por seu turno, o professor Francisco Mesquita afirmou resignadamente: “São Lázaro é área de circulação também, não podemos proibir a passagem de ninguém. O que estamos fazendo é aumentar a segurança ali, com mais iluminação e vigilância eletrônica” (Cirino, 2008c).

De certa forma, o professor Francisco Mesquita tinha razão. O tráfego de pessoas no interior do *campus* da Faculdade de Filosofia era um fato, não cabendo maiores lamentações acerca da sua vigência. De acordo com os docentes e funcionários mais antigos, sempre houve o trânsito livre de pessoas no âmbito da unidade. Fui sondar em dois sujeitos que ocupam posições distintas na hierarquia, mas com quase o mesmo tempo de participação na entidade, suas opiniões sobre este assunto. São eles o livreiro (já apresentado no capítulo anterior) e o professor João Carlos Salles, atual diretor da unidade. O primeiro chegou em 1978. Sua história já é de conhecimento do leitor. Assim, farei uma breve apresentação do segundo personagem.

Natural da cidade de Cachoeira (Recôncavo Baiano), o professor João Carlos aportou na cidade de Salvador no ano de 1975. Em 1979, ele teve o primeiro contato com o *campus* da Faculdade de Filosofia. Era, pois, aluno do curso de Economia da UFBA, mas o clima acolhedor da unidade dedicada à filosofia e às ciências humanas fez com que ele alterasse as suas predileções. Fortemente engajado em movimentos de esquerda que, àquela época, travavam uma luta contra o regime ditatorial implantado no país, o jovem estudante encontrou no *campus* de São Lázaro um ambiente mais libertário, receptivo e tranquilo para as discussões políticas. Nos assentos do Pátio Raul Seixas (nessa época, ele não possuía esta denominação), docentes e discentes da unidade se entregavam ao diálogo e às reflexões sobre diversos assuntos. Tal debate de ideias não era visto no interior da Faculdade de Economia, onde estudantes e professores estavam como que apartados uns dos outros. Estes foram os motivos pelos quais decidiu migrar para o curso de Filosofia. A sua entrada neste curso coincidiu com a aurora dos anos de 1980.

De acordo com o professor João Carlos, desde essa época, já havia um trânsito

livre de pessoas dentro das dependências da instituição, sem, contudo, haver qualquer indício de periculosidade a respeito desta ocorrência. Em suas palavras:

Confesso que a sensação de insegurança aumentou depois. Não se via como uma grande ameaça, a instituição era bem permeável nesse aspecto... Tinha as frutas, as mangas... Pelo menos eu nunca percebi hostilidade em boa parte dos professores. Alguns preferiam um espaço mais fechado, um gabinete; outros se revoltavam com a porosidade desse entorno; e tinha outros que não se importavam. O pessoal de Filosofia não via isso como um problema. Isso se agravou ao longo dos anos com o aumento da própria violência da cidade de Salvador. A partir daí tornou-se ameaçadora, mas antes não era visto dessa forma [Entrevista, 27 de outubro de 2010].

Na ótica do livreiro, ao contrário, tal circulação de pessoas deveria ter sido sempre proibida. “Isso aqui sempre foi um lugar de trânsito livre. Tem gente que entra aqui e a gente não sabe quem é. Tem gente que vem fumar a sua maconha... O povo vem em grupinho com sacos para arrancar mangas. Acho que poderia proibir isso. Enquanto não fechar, vai continuar essa bagunça” [Entrevista, 06 de dezembro de 2010]. Talvez, tal opinião extremada pode ser explicada por um determinado fato, qual seja: o livreiro também foi vítima dos atos de violência. Seu carro foi roubado quando estava estacionado nas dependências da Faculdade [Ata Congregação da Faculdade de Filosofia, 09 de março de 2009].

Vê-se, diante destas declarações, que, com o passar do tempo, o não impedimento ao tráfego de pessoas não vinculadas à UFBA passou a se constituir em um “problema social”, nos termos do sociólogo francês Remi Lenoir (1998), isto é: foi preciso certo “trabalho social” para se constituir um determinado estado como sendo reconhecida e legitimamente “problemático”.

Curiosamente, talvez, se a Faculdade fosse reformada de acordo com os preceitos do livreiro, provavelmente ele teria sido uma das primeiras vítimas. Explico. Caso a instituição fosse totalmente fechada, seriam muito remotas as suas chances de se estabelecer em suas instalações. Suas opiniões me fazem lembrar Américo Pisca-Pisca, o célebre personagem dos contos infantis do escritor Monteiro Lobato, que tinha manias de pôr defeito em tudo, achando estar o mundo totalmente povoado de asneiras. Diz ele:

Pois então?! Aqui mesmo, neste pomar, tens a prova disso. Aí está uma jabuticabeira enorme, sustentando frutas pequeninas, e lá adiante uma colossal abóbora, presa ao caule duma planta rasteira. Não era lógico que fosse justamente o contrário? Se as coisas tivessem de ser organizadas por mim, eu trocava as bolas, passando as jabuticabas para a aboboreira e as abóboras para a jabuticabeira. Não achas que tenho razão? (Lobato, 1964, p. 60).

E assim divagando, como que pisca-piscando, Américo Pisca-Pisca caiu em um profundo estado de sono, à sombra da jabuticabeira. De repente, no melhor da soneca,

eis que uma jabuticaba cai estatelada bem em cima de seu nariz. Meditando sobre o caso, ele concluiu: “pois não é que, se o mundo fosse arranjado por mim, a primeira vítima teria sido eu? Eu Américo Pisca-Pisca, morto pela abóbora, por mim posta em lugar da jabuticaba? Hum!... Deixemos de reformas. Fique tudo como está, que está muito bem” (Lobato, 1964, p. 61).

Para finalizar esse espectro de opiniões, cabe mencionar algumas reflexões de Benedito. Segundo ele, o aumento do número de ocorrências policiais não justificava qualquer restrição ao acesso de moradores da vizinhança da instituição à área do *campus*, pois esta área há muito tempo faz parte da vida daquelas pessoas. “A gente ia para lá, a gente ia brincar, a gente ia pegar cajá, pegava manga, já era uma coisa de convívio, era como se fosse um 'quintal' da nossa comunidade. E a universidade entende que a gente é o 'quintal' deles. Um 'quintal' que eles queriam acabar e transformar em um parquinho” – disse ele [Entrevista, 21 de abril de 2010]. Aqui estamos a sair de uma crônica policial para adentrar em uma crônica política.

Da crônica policial à crônica política

Carta aberta à comunidade acadêmica da Universidade Federal da Bahia

Nos últimos dias toda a comunidade acadêmica da UFBA vem intensamente discutindo as questões de segurança do campus universitário, tendo como foco o São Lázaro e o Paf de Ondina [Pavilhão de Aulas da Federação, uma das instalações especiais de ensino]. Entendemos que é salutar tal discussão, mas a mesma não está dissociada da realidade enfrentada por toda a cidade de Salvador.

Também nos últimos meses vários jovens foram dizimados em nossa cidade, todos negros, pobres e moradores das áreas periféricas, dentre elas a própria comunidade do Alto das Pombas, vizinha da FFCH.

Em junho choramos pela morte de quatro jovens, vítimas de disputas de tráfico de drogas que foram violentamente assassinados.

Tal ação nos leva a refletir sobre qual violência estamos discutindo? Se a da omissão da Universidade que ao mesmo tempo em que tão próxima é tão distante dos problemas sociais que a circundam ou da mídia de excessos que sempre aguarda uma tragédia para discutir algum problema que de certa é relevante para sua classe social, ou para angariar mais fundos para manutenção desse modelo de reprodução de injustiças sociais?

Sempre convivemos harmonicamente com a universidade, principalmente pelo fato da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas se confundirem (sic) com nosso espaço geográfico.

Mantivemos ao longo de vários anos a nossa autonomia, mas sempre com visão crítica sobre o papel social da mesma e principalmente questionando o *modelo laboratório* que a mesma sempre adotou nos processos de diálogo com a comunidade.

Pensando assim pedimos que ao discutir o problema da violência na UFBA, não seja somente considerado o prisma de quem supostamente ela atinge de

imediatamente, mas compreenda que cobrir de muros, gradearem as unidades educativas e principalmente colocar pessoas despreparadas para fazer a suporta segurança de nada adiantará para tal finalidade.

Conclamamos pelo bom senso de compreender que tal problema ultrapassa os espaços da UFBA e que se faz necessária uma discussão mais apurada com as Comunidades entorno dos Campi.

Esperamos que os professores, funcionários e estudantes que são os protagonistas desta discussão, possam entender que tal problema social não se resolverá numa redoma, tão pouco num grupo seletivo de pessoas que se reúnem para a busca de soluções de momentos-crise, mas tomando medidas que ultrapassem as formas tradicionais, ampliando a relação da UFBA com a comunidade, não limitando-se a ações pontuais no semestre, *à pesquisa-laboratório com a comunidade ou a antiga compreensão de que não sabemos o que realmente queremos e que não somos capazes de construir como parceiros*, um novo modelo de UFBA, que seja verdadeiramente inclusiva, de qualidade e pública para todos [Carta Comunidade do Alto das Pombas, 25 de agosto de 2008, grifos meus].

Esta carta foi escrita por Benedito. Na qualidade de presidente da associação de moradores do Alto das Pombas, o seu objetivo era demarcar a posição oficial da entidade, face aos rumos do debate que estava sendo travado acerca da questão da segurança no bojo da universidade. A essa altura dos acontecimentos, esta discussão já havia extrapolado os limites da Faculdade de Filosofia, tendo se direcionado, pois, para outras esferas da UFBA. Explicarei como se deu esse processo.

Paralelamente aos eventos ocorridos nas dependências e cercanias da Faculdade de Filosofia, outro caso de violência, agora envolvendo outra instância da UFBA, repercutiu nos principais meios de comunicação da cidade. Por volta das 10:30 da manhã de uma terça-feira, dia 19 de agosto de 2008, uma estudante do curso de Dança foi violentada por um homem armado em pleno *campus* de Ondina (local onde estão situadas as unidades especiais de ensino, quais sejam, os Pavilhões de Aula da Federação I, II e III). A garota estava se dirigindo para a aula por um atalho que liga o Instituto de Letras à Escola de Dança, quando foi surpreendida pelo sujeito. De acordo com o depoimento da vítima, ela teria sido abordada para um assalto, mas como não tinha objetos de valor, tampouco alguma quantia de dinheiro, terminou sofrendo atos de abuso sexual (Cirino, 2008b). Tal fato motivou vários protestos contra a administração central da UFBA. Estudantes, munidos de um carro de som, ocuparam o prédio da Reitoria, no bairro do Canela, exigindo justiça e segurança. O assunto foi parar nas rodas do Consuni, o Conselho Universitário. Cabe explicar as prerrogativas e a composição desta entidade.

O Consuni é o órgão colegiado legislador mais poderoso de uma universidade. Nele são traçados todas as diretrizes pedagógicas, políticas e administrativas da

instituição federal. Esta autarquia é composta pelos seguintes conselheiros: Reitor (presidente) e vice-reitor; todos os pró-reitores (de Planejamento e Orçamento; de Administração Central; de Desenvolvimento de Pessoas; e de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil); todos os diretores das unidades universitárias; dois representantes do corpo docente; quatro representantes do corpo técnico-administrativo; dois representantes da comunidade baiana; e a representação estudantil, na forma da lei (Universidade Federal da Bahia, 2010).

Foi exatamente em uma reunião do Consuni (ocorrida no mês de agosto de 2008) que o movimento estudantil da UFBA teve conhecimento das declarações de Benedito. Como ele não tinha direito à voz na entidade, pois não fazia parte do corpo de conselheiros, um dos representantes da comunidade baiana presente ao fórum foi o responsável pela leitura da carta. Imediatamente, Benedito se tornou uma figura bastante requisitada nas mais diversas assembleias estudantis que, àquela altura, eclodiam nos mais diversos espaços universitários.

Faculdade de Arquitetura, Faculdade de Direito, Faculdade de Educação... Benedito começou a percorrer várias unidades universitárias, tendo como pauta as relações entre a universidade e as comunidades populares. Não apenas o corpo discente da UFBA estava por trás destas incursões. Conforme relato de Benedito, alguns docentes tinham interesse em explorar o conteúdo das suas opiniões (sintetizadas na carta reproduzida no início deste tópico), em especial àqueles que se colocavam no pólo de oposição ao reitorado da instituição federal, então comandado pelo professor Naomar Almeida [Entrevista, 21 de abril de 2010]. Assim, mesmo quando a universidade se abriu para a discussão sobre o seu relacionamento para com os extratos mais carentes da sociedade, isto se deu a partir dos próprios interesses da organização. Em outras palavras, este debate terminou sendo enquadrado nos termos das disputas internas à própria entidade, no que se refere ao apoio ou ao repúdio às políticas pedagógicas, políticas e administrativas implantadas pelo reitorado.

Em verdade, por conta da sua militância partidária, Benedito já conhecia alguns estudantes da universidade. Habitado às rodas do Partido dos Trabalhadores (PT), nosso líder comunitário conheceu alguns assessores da vereadora Marta Rodrigues (PT-BA), que também eram alunos da UFBA e militavam no movimento estudantil da instituição federal. Já na introdução desta dissertação, eu havia chamado a atenção para a influência da esfera político-partidária no tocante à trajetória de Benedito, na medida em que ela foi deveras importante para a implementação do PAJ no bairro do Alto das

Pombas. Aqui, novamente ela aparece como um formidável ingrediente para esta trama.

Nas eleições municipais de 2008, Benedito resolveu apoiar e angariar votos para a então candidata à câmara dos vereadores Marta Rodrigues. A vereadora também era uma das representantes da comunidade baiana no âmbito do Consuni. Ou melhor, conforme me explicou Benedito, ela estava na suplência, mas como a titular – “uma menina do Movimento dos Sem Terra”, disse ele [Entrevista, 21 de abril de 2010] – nunca comparecia ao fórum, Marta Rodrigues terminou protagonizando a representação. Logo, a conexão entre episódios de violência ocorridos no *campus* universitário e contatos de Benedito oriundos da esfera político-partidária explicam a visibilidade, ainda que “perversa”, alcançada pela questão do relacionamento entre as instituições públicas de ensino superior e as comunidades carentes.

Também os estudantes da Faculdade de Filosofia tiveram conhecimento da carta emitida pela associação de moradores do bairro do Alto das Pombas. Em face deste documento e dos pontos acordados pela Congregação da unidade, no tocante à política de segurança a ser adotada pela corporação, o movimento estudantil da Faculdade também resolveu publicar o seu libelo. Ei-lo:

Carta de Reposta à Comunidade São Lázaro

No último dia 19 de agosto do mesmo, um lamentável incidente ocorreu dentro da nossa UFBA (Universidade Federal da Bahia). Uma estudante foi estuprada nas proximidades da Faculdade de Dança da UFBA [em verdade, o nome é Escola de Dança]. O ocorrido denota-nos duas questões primeiras: 1) a opressão histórica de violência contra a mulher, fruto de uma sociedade racista que insiste em perpetuar esta prática odiosa; e 2) o descaso, também histórico, da UFBA com a segurança dos indivíduos (estudantes, funcionários, professores e demais transeuntes), que na realidade é o desprezo do Estado Brasileiro para com as Universidades Públicas, assim como, da responsabilidade, das duas gestões da atual Reitoria representada pelo “Magnífico” Reitor Naomar Monteiro de Almeida Filho.

Parecendo antecipar os fatos a “Egrégia” Congregação da FFCH (Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas), reunida no último dia 08 de agosto do mesmo, deliberou uma série de pontos – questionáveis – sobre a situação da violência na e no entorno da FFCH, num documento intitulado “À COMUNIDADE SÃO LÁZARO”. Poder-se-ia dar o crédito à Congregação por estar discutindo o assunto. Todavia, nos parece muito estranho que uma congregação – estância (sic) deliberativa de extrema importância da FFCH – tenha sido marcada para antes das aulas, quase que impedindo a participação estudantil.

Mas esta não é a questão central que queremos trazer à tona. O documento que trata das deliberações da “Egrégia” Congregação da FFCH deixa bastante nítido que esta compactua com a segregação sócio-racial que existe na sociedade brasileira. A isto chamamos *Racismo Institucional*. O documento trata em uma de suas partes do “*cercamento* de todo o perímetro da Faculdade, de forma a impedir ou dificultar o livre e *inconveniente* trânsito, sobretudo de pessoas que se dirigem à FFCH para praticar furtos e roubos”.

A primeira vista pode parecer normal o texto do documento, mas duas

perguntas podem e devem serem feitas. Quem são esses *inconvenientes*? E quem é a comunidade São Lázaro, a quem é direcionado o documento? A primeira o próprio responde, quando diz das medidas a serem implementadas no longo prazo: “construção de uma rua ligando São Lázaro a Ondina, num traçado que se situa entre a FFCH e o bairro do *Calabar* (...), e a instalação de um gradil no perímetro da FFCH. À segunda fica como um exercício para nossa reflexão.

Porém não poderíamos deixar de citar, também, um documento intitulado “Carta Aberta a Comunidade Acadêmica da Universidade Federal da Bahia” - de autoria da Associação de Moradores do Auto das Pombas. Este documento, em uma das suas partes, diz: “Sempre convivemos harmonicamente com a Universidade, principalmente pelo fato da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas se confundirem com o nosso espaço geográfico. É de nosso entendimento que o trecho retirado desta Carta diz a verdade. Os moradores das Comunidades do Calabar, do Auto das Pombas (sic) e de São Lázaro (comunidade ao lado da Igreja de São Lázaro) sempre incluíram o espaço geográfico onde se situa a FFCH como o seu local de reprodução da vida cotidiana. Além disso a Universidade Pública tem a função social de ser o local privilegiado para a produção dos saberes e dos espaços de sociabilização. Por isso mesmo, a Universidade é de todas e todos. Sendo incabível o termo “cercamento”, tanto material como simbólico. Por tudo repudiamos a “Egrégia” Congregação da FFCH por suas deliberações no último dia 08 de agosto do mesmo. Na prática, essas medidas não resolveram [resolveriam, seria o correto] o problema da violência e sim construíram mais barreira à entrada daqueles que são excluídos dos espaços importantes da nossa sociedade, como é o caso da UFBA [Assembléia Geral dos Estudantes do Curso de Ciências Sociais, 25 de setembro de 2008].

Este documento foi apresentado em uma reunião intitulada “Assembléia Geral dos Estudantes do Curso de Ciências Sociais”, realizada no dia 25 de setembro de 2008, no auditório do Pavilhão Isaías Alves. O fórum foi presidido por quatro membros do Centro Acadêmico de Ciências Sociais e contou com a presença de cerca de cinquenta alunos. Nele, os estudantes repercutiram as medidas adotadas pela Congregação da unidade, tentando estabelecer novas propostas no concernente à política de segurança da entidade. Explorarei o caleidoscópio de ideias, frases soltas e opiniões proferidas neste evento.

O tom da assembléia foi de indignação. Os estudantes reclamaram que a supracitada reunião da Congregação foi marcada em cima da hora, inviabilizando a participação do corpo discente da entidade. “Tomaram atitudes sem consultar os estudantes” – foi a opinião corrente. Dentre estas atitudes, as mais questionadas foram o paisagismo de segurança, a instalação de câmeras, a contratação de novos vigilantes e o cercamento do perímetro da unidade. “Cortar as árvores foi um ato insano. Vamos recorrer ao IBAMA [Instituto Brasileiro do Meio Ambiente]” – disse um estudante, referindo-se a algumas árvores que foram derrubadas para ampliar a visibilidade em torno da área do *campus*. “Câmera é vigilância ideológica, é vigiar e punir – sustentou um dos membros do Centro Acadêmico de Ciências Sociais, numa alusão aos estudos

do filósofo Michel Foucault. “No jornal tinha dizendo que havia aqui cerca de vinte câmeras. Eu não sabia disso” – alegou uma outra componente da organização estudantil. “Olha, por si só o aumento do número de seguranças não adiantará muita coisa. Tem de haver preparação. “Tem gente com armas sem saber o que fazer com elas” – ponderou um outro estudante [diário de campo, 25 de setembro de 2008].

No que se refere à questão do cercamento da área do *campus*, os estudantes foram veementemente contra esta possibilidade, na medida em que ela significaria uma maior segregação das comunidades vizinhas à instituição. Em vez de adotar esta estratégia separatista, a unidade universitária deveria estimular um maior diálogo com este extrato populacional. Para tanto, os alunos levantaram a proposta de criação de um colégio de aplicação, nos moldes da iniciativa concretizada por Anísio Teixeira na década de 1950, que, por um lado, atenderia esta população, e, por outro, serviria de laboratório para a atuação dos licenciados dos cursos da área de humanidades.

Argumentando em favor desta sugestão, um dos membros do Centro Acadêmico de Ciências Sociais explicou: “o colégio aplicação é também uma proposta de diminuir o crime, de unir a UFBA com a comunidade”. Outro estudante retrucou: “Acho preconceito dizer que o crime vem de lá”. Como resposta, lhe foi garantido que a iniciativa garantiria uma perspectiva para os licenciados de cursos tais como Ciências Sociais, História, Filosofia, entre outros, que por vezes ficam pensando no mercado de trabalho, sem encontrar uma chance de desenvolver as habilidades e os conhecimentos aprendidos durante o período de estudos na universidade [diário de campo, 25 de setembro de 2008].

Encontrei na opinião do professor Francisco Mesquita, então vice-reitor da UFBA, uma visão semelhante à apresentada pelo citado componente do Centro Acadêmico de Ciências Sociais. Na ótica de um dos representantes oficiais da universidade, alguns *campi* universitários eram mais propícios de serem acometidos por atos de violência do que outros. Em suas palavras:

A área mais crítica é o entorno de São Lázaro, *acredito que por causa da proximidade com comunidades violentas*. No entanto, a Ufba já tem uma proposta de trabalhar junto com as comunidades. Um trabalho de educação realizados pela Pró-Reitoria de Extensão e pelo Fórum Comunitário de Combate à Violência (FCCV)³⁶ (Cirino, 2008c, p. 4, grifos meus).

Assim, como que diluída entre os membros das altas esferas da universidade

36 Ligado à Pró-Reitoria de Extensão da UFBA, o Fórum Comunitário de Combate à Violência (FCCV) é uma instância permanente de aglutinação de esforços, vontades e recursos (públicos e privados), tendo por objetivo o controle e o combate à violência. Mais informações: <<http://www.fccv.ufba.br>>.

(representada pelas deliberações da Congregação da Faculdade de Filosofia e pela opinião do vice-reitor da UFBA) e dos movimentos de representação estudantil (representado pela assembléia dos estudantes do curso de Ciências Sociais), há uma visão recorrente a respeito das relações entre as instituições públicas de ensino superior e as comunidades populares, quando estas últimas estão muito próximas geograficamente das primeiras, qual seja: a necessidade do desenvolvimento de políticas de “boa vizinhança”. Uso o termo “recorrente” com o intuito de indicar a existência de outras posições no conjunto da instituição, como podemos ver na opinião do estudante do curso de Ciências Sociais, quando ele afirmou achar “preconceito dizer que o crime vem de lá”. Outras pessoas pensam exatamente igual a ele. Cabem aqui algumas explicações.

Não importa para esta análise avaliar o que é ou quais seriam os padrões normativos para uma “extensão comunitária”, afinal de contas aqui as instituições não estão sendo auscultadas a partir de suas finalidades (Abélès, 1995). Importa, isto sim, demonstrar quais os sentidos dados a este termo, compreender como ele foi ressignificado pela trama política e pelo devir histórico que, por assim dizer, enredam uma organização.

Neste sentido, a equação formada por três elementos, quais sejam, a proximidade geográfica entre uma unidade universitária e alguns extratos sócio-econômicos desprivilegiados da sociedade, a ocorrência de episódios de violência na área do *campus* da entidade e a visão e representação de certos atores que vivenciaram este período histórico teve um resultado prático, cabe reafirmar: conceber a atividade de “extensão comunitária” como uma espécie de política de “boa vizinhança”. Logo, a “extensão” é vista como um antídoto para a “tensão” provocada pela proximidade geográfica com extratos desprivilegiados da sociedade.

Há, aqui, a criação de um *poder tutelar*, nos termos do antropólogo Antônio Carlos de Souza Lima (1995). De acordo com ele, por *poder tutelar* entende-se:

[uma] forma de ação para governo sobre espaços (geográficos, sociais, simbólicos), que atua através da delimitação de populações destinatárias de um tipo de intervenção “pedagógica” rumo à capacidade de autocondução moral e política plena como integrantes de uma comunidade política. (Souza Lima apud Ramos, 2003, p. 34).

Souza Lima cunhou este termo em seu estudo sobre o Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais (SPI/ILTN), no qual ele objetivou compreender a formação do Estado no Brasil a partir da “relação de conquista” entre

seus empreendedores e as populações indígenas do país (Souza Lima, 1995). Criado em 1910, o SPILTN foi transformado em Serviço de Proteção ao Índio (SPI), em 1918, sendo extinto em 1967. A partir da documentação deste órgão, o autor verificou o exercício de uma forma de governo dos índios, qual seja, o *poder tutelar*. Este poder não pode ser confundido com outras formas de governança. O *poder tutelar* é tido pelo antropólogo como uma forma reelaborada da “guerra de conquista” (categoria retirada dos escritos do filósofo húngaro Tzvetan Todorov), na medida em que ele envolve a fixação dos conquistadores nas terras conquistadas, a redefinição dos territórios conquistados, a promoção de rupturas e alianças no bojo das populações conquistadas, objetivos financeiros e empresa cognitiva (Souza Lima, 1995). Mas, o que tudo isso tem a nos dizer?

Dessa definição de *poder tutelar* é possível extrair alguns ingredientes para a compreensão das visões e representações dos agentes pertencentes à universidade no tocante ao contexto desta pesquisa. O primeiro deles consiste no fato de que aqueles que são tidos como objetos dessa espécie de poder são enquadrados como extratos populacionais com caracteres distintos e aos quais deveriam recair tratamentos específicos. Neste sentido, termos como *índios*, *menores infratores*, *favelados*, entre outros, são mobilizados como uma forma de categorizar e identificar estes indivíduos, destacando-lhes do restante da população através de características genéricas de conteúdo desviante. Logo, o exercício do *poder tutelar* não envolve apenas um disciplinamento dos corpos, mas também a fundação de uma hierarquia.

Assim, quando se diz que é preciso o desenvolvimento de projetos de “extensão comunitária” nas áreas situadas no entorno da UFBA (na vizinhança da Faculdade de Filosofia, em particular), está-se criando aí uma relação de autoridade, uma “relação de conquista”. Ironicamente, ao se incentivar o maior diálogo entre as comunidades populares e a universidade, houve neste processo a estipulação de uma barreira entre “nós”, os universitários, aqueles que podem intervir, e “eles”, os moradores dessas comunidades, aqueles aos quais se dirigem as nossas ações. A questão a ser resolvida neste contato é o problema da violência que assola as cercanias e as dependências do *campus* universitário. Assim, a ação dos agentes oficialmente ligados à instituição acaba por se confundir com uma ação policiaisca, na tentativa de criar “um grande cerco de paz”³⁷. Em outras palavras, a ideia é suprimir a periculosidade que emana dos rincões

37 Este é o título do livro de Antônio Carlos de Souza Lima, retirado de um discurso proferido pelo Marechal Rondon, um dos grandes idealizadores do Serviço de Proteção ao Índio (SPI).

mais pauperizados da cidade. Logo, há aqui um processo de constituição do Outro, ou melhor, de incorporação daquele que aparece como diferente de Mim. E isto não se restringe apenas aos universitários. Veremos mais adiante que também os moradores das comunidades da vizinhança da Faculdade tentaram nos incorporar ao seu arcabouço cultural. Por isto a utilização do termo “cosmologia” no título deste capítulo: as dimensões histórica e política deste contato são ordenadas a partir de visões de mundo, de categorias de pensamento, de suposições a respeito do Outro. Por ora, voltemos ao *poder tutelar*.

Utilizando-se das contribuições de Souza Lima (1995), fugimos do binômio destruição/resistência – o primeiro seria a ação dos universitários; o segundo, a reação das comunidades populares – para chegar a certa dimensão do poder, qual seja, aquela que o identifica como o exercício de uma guerra prolongada, que envolve o assenhoreamento/assujeitamento do outro (neste caso, os moradores dessas comunidades). No decorrer de minha pesquisa percebi que não se tratava exatamente de uma “guerra prolongada”, mas de um “litígio”, isto é, de uma situação permanente de antagonismo.

Mais uma vez quero chamar a atenção para a perspectiva teórica aqui adotada. Quando uma instituição é interpretada como sendo um processo em ação (Turner, 2006), pode-se perceber como aparatos burocráticos com prerrogativas, finalidades e *modus operandi* distintos – neste caso, uma entidade pública de ensino superior e um órgão destinado à proteção do índio – podem se utilizar de estratégias semelhantes para construir a sua autoridade. Isto porque, em verdade, estas estratégias não estão cristalizadas ou sedimentadas nas instituições, mas como que as ultrapassam e as superam.

Neste sentido, todo o questionamento acerca das prerrogativas de uma instituição se faz a partir de um pano de fundo histórico. Nos casos aqui investigados vimos que tanto a Faculdade de Filosofia (uma organização de caráter público) quanto o Cemitério Campo Santo (uma entidade de caráter privado) tiveram as suas “funções sociais” questionadas à luz de episódios que suscitaram certa comoção social. No primeiro caso, a discussão em torno da questão da segurança do campus universitário colocou em xeque o caráter democrático e o compromisso social da universidade. No segundo, a morte do jovem Fábio trouxe à tona a responsabilidade da Santa Casa de Misericórdia no que diz respeito à questão fundiária na cidade de Salvador.

Recapitulando tudo que já foi dito, vimos que a presença do PAJ nas

dependências da Faculdade de Filosofia se deu a partir da iniciativa de Benedito. Assim, ela não foi uma ação oficial da unidade. Em relação ao contato com a vizinhança, vimos que ele se restringiu à esfera do lazer, através da bebida e do futebol, na área que circunda a Igreja de São Lázaro, situado no bairro homônimo ao santuário religioso. Com a explosão da violência na área do *campus* universitário, as relações entre a UFBA e as comunidades populares situadas em seu entorno geográfico foram colocadas como pauta do dia. Vimos que Benedito teve muitos argumentos em defesa de sua gente. Dentre eles, podem-se destacar as históricas relações entre os dois pólos. Como se deram estas relações? Onde a Faculdade de Filosofia entra nesta gênese histórica? Para responder tais questões, farei uma análise de alguns detalhes da própria trajetória de Benedito. Veremos que existem muitas intersecções entre ela e a história recente da UFBA. Os dados apresentados a seguir foram coletados em duas entrevistas com Benedito [a primeira foi realizada em 11 de outubro de 2008; a segunda, em 21 de abril de 2010], bem como em minhas observações etnográficas.

Benedito: um bacharel sem diploma

Em 1991, a Fundação Kellogg para a América Latina e o Caribe lançou o Projeto UNI (Uma Nova Iniciativa), tendo por objetivo o delineamento de mudanças na formação dos profissionais de saúde, visando adequá-la às necessidades dos usuários dos serviços públicos de saúde, bem como na forma de participação social nesta arena. Para tanto, o projeto tinha como principal estratégia o estabelecimento de parcerias entre universidades, comunidades e serviços de saúde (Kisil e Chaves apud Costa, 1999). Em 1992, quinze universidades tiveram seus projetos contemplados pela iniciativa e se engajaram no programa. Em 1995, mais seis se juntaram ao grupo, entre elas, a Universidade Federal da Bahia (Schommer, 2005).

A área de atuação do Projeto UNI-Bahia foi o distrito sanitário Barra-Rio Vermelho³⁸, um dos mais populosos da cidade de Salvador, onde estão localizados os *campus* e prédios administrativos da UFBA. Também neste distrito estão situados os bairros do Alto das Pombas, do Calabar e da Roça da Sabina, os entrepostos desafortunados da região, que se constituíram em público-alvo da iniciativa, tendo-se

38 Denominação dada pela Secretaria de Saúde do município de Salvador como forma de mapear e controlar os dados epidemiológicos da população, bem como de promover ações de saúde.

em vista a enorme carência dos moradores, notadamente no que diz respeito aos serviços básicos de saúde.

Em verdade, esses arrabaldes da cidade já se enquadravam, desde a década de 80, nos chamados Distritos Docentes Assistenciais, programa criado pelo Ministério da Educação, em nível nacional, que visava conferir às universidades um caráter acelerador de mudanças. Neste quesito, a inserção na prática de saúde foi concebida como uma forma de melhorar a qualidade de vida da população, em troca de uma melhor qualificação profissional dos estudantes (Paim, 1994). Em 16 de outubro de 1991, foi celebrado um convênio entre a UFBA, a Associação Brasileira de Odontologia e a Secretaria de Saúde do Estado da Bahia, tendo por objetivo a prestação de assistência odontológica ambulatorial à comunidade do distrito sanitário Barra-Rio Vermelho através de disciplinas de estágio. Desta forma, ao se estabelecer, o Projeto UNI-Bahia agregou estes profissionais que já atuavam nesta região. O conhecimento prévio sobre o lugar orientou o enfoque da ação: era a violência o principal inimigo da saúde pública destas comunidades (Costa, 1999).

Durante a sua vigência, o UNI congregou os diversos cursos de saúde da UFBA – Medicina, Medicina Veterinária, Nutrição, Farmácia e Odontologia – e um curso da área de humanidades, o curso de Psicologia, sendo capitaneados pela Escola de Enfermagem. Tal iniciativa foi responsável pela “conquista” (Souza Lima, 1995) definitiva deste território por parte da UFBA. Através dela, diversas reuniões ocorreram no Alto das Pombas e no Calabar, bem como foram ministrados cursos de educação em saúde. Nestas ocasiões, dentre os moradores mais atuantes, destacava-se a figura de Benedito. Assim se deu o seu encontro com a UFBA, em 1998.

Naquela época, ele era um jovem aproximando-se dos seus vinte anos, cuja imaturidade não conseguia ocultar o precoce aprendizado no âmbito do ativismo social. A vida política de Benedito começara muito cedo. Eu poderia era dizer que foi no tempo em que a fé lhe crescia virulenta na infância, tornando-o o mais fervoroso que qualquer outro em sua casa, eu poderia dizer com segurança, não fosse o medo de adentrar no terreno das especulações acerca do seu agenciamento religioso. Investigando, pois, os tremores e a volúpia de sua devoção, eu o vejo acordando às cinco da manhã para comungar na primeira missa, deixando-se distrair pela penumbra que brotava na aurora, a revelar o que de fato o movia: era o desejo de mimetizar a bem-aventurança do irmão mais velho. Ao seguir os seus passos, Benedito rumou em direção ao grupo de jovens da Igreja, denominado Núcleo da Perseverança Jovem.

O menino que entrava na Igreja afoito feito um balão logo, logo iria voar para bem longe. Já aos 12 anos de idade, a vida lhe deu uma grande dádiva: Benedito foi um dos adolescentes escolhidos a recepcionar o Papa João Paulo II, em sua visita a Salvador, em 1991. Tocou nas mãos suaves do pontífice e sentiu que Deus estava do seu lado, e era um deus que ele podia pegar com as mãos e enredar em seu pescoço, qual fosse uma medalha... Eu poderia era dizer que o ascetismo religioso o levara ao engajamento no mundo, eu poderia dizer com segurança, ainda que a ascese intramundana, cultivada no famoso adágio protestante “trabalhe pela maior glória divina”, não tenha sido a válvula propulsora de suas ações. Sua paróquia era católica e a dimensão social da Igreja despertou as suas atenções prematuramente. Ele abraçou, pois, o trabalho em prol da maior glória de sua comunidade.

Passou a prestar serviços beneficentes em uma creche; aprendeu a cozinhar; aprendeu a limpar os ambientes domésticos; lapidou em seu corpo a disciplina do trabalho. Seis anos de afazeres comunitários o credenciaram a um posto no Liceu de Artes e Ofícios da Bahia. Por sua vez, a experiência no Liceu o levou aos seus voos mais longínquos: um intercâmbio de um mês na Alemanha. No périplo foi sumindo o menininho prestimoso, cioso dos dogmas religiosos, enquanto se tecia o grande líder comunitário que ele viria a ser. A religião era uma roupa emprestada do irmão. Não lhe caía bem. Assim que pôde, vestiu-se de outra coisa. Em sua volta, Benedito encontrou as condições necessárias para a troca de figurino. Ao chegar no bairro do Alto das Pombas, ele se deparou com os estudantes, os pesquisadores e professores da UFBA a desenvolver as atividades do Projeto UNI-Bahia.

Na ótica dos líderes comunitários do Alto das Pombas, esse projeto teria mudado sobremaneira a forma pelas quais se davam as relações entre a universidade e a comunidade. Antes dele, esta população era tratada tão somente como um “objeto de pesquisa”, uma “receptora” das ações dos profissionais e dos estudantes das áreas de saúde e de educação, ou seja, a comunidade como um “laboratório” para as ações dos universitários. Entretanto, também os moradores estavam mudando, na medida em que eles não estavam mais dispostos a serem “cobaias” de determinadas intervenções. Eles queriam uma participação mais ativa na organização e planejamento das iniciativas (Fagundes, 2003). Esta dupla mudança é bem sintetizada pela fala de um dos líderes comunitários do Alto das Pombas, cuja identidade a Doutora em Educação, Norma Carapiá Fagundes, manteve em sigilo:

Eu acho que dois pontos foram essenciais na mudança que hoje existe nas

relações entre a universidade e a comunidade do Alto das Pombas. O primeiro foi uma mudança da própria comunidade, uma reação diante da atitude da universidade de desenvolver trabalhos sem nenhum envolvimento da comunidade. O segundo eu acho que foi o surgimento do Projeto UNI, que começou a discutir entre o corpo docente da universidade, uma mudança de atitude e esta mudança, aqueles professores que eram bem sensíveis, puderam aproveitar bem a “deixa” e fizeram com que a atuação deles dentro das comunidades pudesse ser diferenciada e não apenas os meninos [os estudantes] irem lá, pensando apenas numa atividade para ter uma nota. Eu acho que esta atitude mudou. Tem alguns alunos que você percebe que eles não incorporaram bem este novo jeito de ser, de atuar na comunidade, mas tem turmas que são excelentes, vestem mesmo a camisa, fazem um trabalho que você consegue ver claramente o produto. Eu tive a oportunidade de trabalhar durante dois anos com cinco alunos de medicina; durante este tempo eles participaram praticamente de todas as ações que a gente tinha na comunidade, fosse à noite, fim de semana, eles estavam sempre disponíveis para estar acompanhando. Isto mostra a sensibilidade de muitos alunos para a proposta. Eu acho que muitos professores não entendem muito isto. A gente tem muitos outros cursos que vão em um semestre, atuam, fazem uma atividade, porque têm que fazer uma atividade comunitária e não aparecem mais (Líder comunitário do Alto das Pombas, *in* Fagundes, 2003, p. 101).

Também alguns professores da universidade sentiram a necessidade de se criar novas formas de relacionamento com a comunidade, pois sem estas adaptações o trabalho poderia ser dificultado ou até mesmo inviabilizado. Nas palavras de um deles:

As comunidades que a gente trabalha são organizadas politicamente, são comunidades que não aceitam como eles mesmos dizem: “nós não aceitamos mais sermos cobaias, sermos campo de estudo, queremos ter um retorno disto aí, a gente quer participar, a gente quer ter um retorno para a comunidade”. A gente chega no Alto das Pombas, no Calabar, encontra aquela coisa bem organizada, se você não souber como tratá-los, se você não souber como conversar, se você não tiver um vínculo, tanto de você para com eles, como deles para você, a coisa não anda. Várias vezes a gente ouve em reuniões de avaliação do Projeto UNI, as pessoas dizerem que gostam muito da gente, ou outras vezes dizerem abertamente que tal curso está indo lá para enrolar, eles realmente jogam na cara (Docente da Faculdade de Odontologia *in* Fagundes, 2003, p. 102).

Vê-se, pois, que com o tempo a universidade e as comunidades foram aprimorando e aparando as arestas das relações. Na medida em que a instituição foi ficando mais presente, e aí o marco é realmente o Projeto UNI, foi necessário desenvolver certa reciprocidade em torno destes contatos, ou seja, os trabalhos passaram a ser feitos em troca de alguma coisa. Houve, assim, uma “pacificação” da universidade, ou seja, uma tentativa de mostrar aos universitários que também os moradores das comunidades populares podem se constituir como agentes criativos nos processos de produção de conhecimento. Ao serem desafiadas pela realidade do contato, elas se abriram para a reflexividade cultural. Vendo-se como “objetos de pesquisa”, começaram a desenvolver estratégias para aprender com o Outro, os universitários, sem perder, contudo, a autonomia.

E aqui se compreende a visão que o Outro tem do Outro, isto é, a visão que a comunidade (o Outro tradicional) tem de Nós (universitários, o Outro na lógica deles). Da perspectiva deles, os violentos somos nós, na medida em que invadimos o seu cotidiano para realizar as nossas pesquisas, na medida em que não contribuimos positivamente para a melhoria do estado de coisas, ou seja, por não nos mostrarmos ativos no tocante à superação das desigualdades sociais. Por isto, temos de ser “pacificados”, isto é, temos de ser realinhados pela lógica cultural deles.

No que se refere à trajetória de Benedito, de certa forma a universidade completou aquilo que a Igreja iniciara: a sua formação política. Foi assim que ele teve contato com a abordagem da saúde coletiva; com os pressupostos da pedagogia da autonomia; com as obras de Anísio Teixeira e de Paulo Freire, autores que ainda hoje ele sabe soletrar de cor. Saber teórico devidamente amalgamado com a ação prática. Certa feita, no bojo do próprio Projeto UNI, ele se fantasiou de mosquito da dengue e perambulou pelos quatro cantos da cidade, através das linhas de transporte público, a conscientizar os cidadãos a respeito dos riscos da doença e as melhores formas de prevenção. Se a universidade soube tirar proveito da carreira pregressa de agenciamento político de Benedito, ele, por seu turno, também soube tirar proveito dos conhecimentos que eram produzidos em cercanias universitárias. Reciprocidade melhor, não há.

Assim, Benedito tornou-se um, por assim dizer, *bacharel sem diploma*. O seu engajamento no Projeto UNI produziu ressonâncias para além do término do próprio programa, ocorrido no ano de 2000. Ele passou a ser convidado para diversas atividades realizadas no âmbito da universidade. Na Escola de Administração, deu palestra sobre poder local e a experiência do bairro do Alto das Pombas. Na Faculdade de Educação, falou sobre a proposta de universidade comunitária. Na Faculdade de Odontologia, participou de diversas bancas de exame dos trabalhos confeccionados por estudantes engajados em propostas de extensão em comunidades. Por falar nelas, Benedito também participou de algumas, tais quais às levadas a cabo pelo Departamento de Medicina Preventiva da Faculdade de Medicina da Bahia. Enfim, definitivamente, quando aportou na Faculdade de Filosofia, com os adolescentes do PAJ, ele sabia muito bem onde estava pisando. Bateu nas portas da entidade em busca de respaldo político; saiu com a mala cheia de ideias, como vimos nas primeiras páginas desta dissertação.

Se, do ponto de vista da instituição, a presença de Benedito e seu grupo de jovens era sentida como sendo uma “invasão solerte”, tendo-se em vista o seu caráter de informalidade, na ótica dele, ele estava por “pacificar” a entidade, isto é, ele estava por

demonstrar que também a comunidade tem um poder de iniciativa, tem seus interesses próprios e que pode sim utilizar-se das vias da organização para a sua reprodução social.

Entretanto, curiosamente, não fosse o PAJ e o Fatumbi, Benedito não teria tido nenhum contato com a sua vizinha, a Faculdade de Filosofia. De acordo com ele, a instituição só existe porque “o pessoal gosta de manga, de cajá, tem tudo isso lá e o pessoal gosta. Porque eles ainda não desmataram, assim o pessoal continua usando. É só por causa disso” [Entrevista, 21 de abril de 2010].

De fato, Benedito tinha certa razão. Entre os anos de 2008 e 2009, fui à Pró-Reitoria de Extensão, com o objetivo de fazer um levantamento de todos os trabalhos feitos pela UFBA na área do entorno da Faculdade de Filosofia. Dentre projetos de extensão e cursos de programas institucionais tais como o “UFBA em Campo” e o “Atividade Curricular em Comunidade” (ACC)³⁹, notei a limitada presença institucional da unidade dedicada à filosofia e às ciências humanas. Dentre as vinte e seis intervenções da universidade, apenas duas tiveram como proponente a Faculdade de Filosofia, através do então Departamento de Psicologia. Um detalhe: estas duas ações foram desenvolvidas no âmbito do Projeto UNI. Nas tabelas apresentadas a seguir veremos que é maciça a presença de cursos das áreas de educação, saúde e artes.

Tabela 01: Projetos dos programas UFBA em Campo e ACC (Atividade Curricular em Comunidade) realizados no entorno da Faculdade de Filosofia

Ano de realização ⁴⁰	Título do projeto	Unidade responsável	Público-alvo ⁴¹
2006	Caiu na dança	Escola de Dança	Bairro do Calabar
2001	Odontologia em campo: desenvolvimento de ações preventivo-promocionais em saúde bucal no bairro do Calabar, Salvador, Bahia	Faculdade de Odontologia	Bairro do Calabar
2001	Atividades educativas para crianças e jovens no meio	Faculdade de Educação	Bairro do Calabar

39 Em 1997, no reitorado do professor Felipe Serpa, deu-se início ao Programa UFBA em Campo, vinculado à Pró-Reitoria de Extensão, tendo por objetivo o estímulo à maior interação entre a universidade e a sociedade. Em 2003, ele passou por algumas mudanças, passando a se chamar Atividade Curricular em Comunidade (ACC). Esta se caracteriza como um componente curricular optativo, oferecido para todos os cursos, com carga de 68 horas e 4 créditos. Mais informações: <<http://www.extensao.ufba.br>>.

40 Ano de início das atividades. Algumas delas tiveram continuação por mais de um período letivo; outras não.

41 Optei pela nomenclatura “público-alvo”, pois não necessariamente as atividades dos projetos eram realizadas no local de residência dos moradores a serem beneficiados pelas iniciativas.

	urbano		
1998	Lazer cidadão: uma ação comunitária	Faculdade de Educação	Moradores das comunidades adjacentes ao Centro de Esportes da Ufba em Ondina
2003	Teatro-educação	Faculdade de Educação	Bairros do Calabar, Itinga, Marechal Rondon, Plataforma e Alto do Peru, além da comunidade do Vale do Capão na Chapada Diamantina (BA)
2002	Direito ambiental da fauna	Faculdade de Direito	Bairro de São Lázaro
1999	Raízes da terra	Faculdade de Farmácia	Bairros do Alto das Pombas e Mussurunga
2001	Griot Kaiodê: construindo história com alegria	Escola de Teatro	Bairros do Alto das pombas e do Pelourinho
2002	Oficina de criação literária	Instituto de Letras	Bairros de Nova Sussuarana, Alto das Pombas e Alagados
2001	Redução de danos entre pessoas que usam drogas	Faculdade de Medicina da Bahia	Bairros dos distritos sanitários Barra-Rio Vermelho, São Caetano-Valéria, Cabula-Beiru, Subúrbio Ferroviário e Itapagipe
2007	Promoção da alimentação saudável: oficinas de técnica dietética	Escola de Nutrição	Bairros do Alto das Pombas e da Liberdade

Tabela 02: Projetos de Extensão realizados nas cercanias da Faculdade de Filosofia

Ano de realização	Título do projeto	Unidade responsável	Público-alvo
2000	Escolinha de iniciação ao basquetebol	Faculdade de Educação	Bairro do Alto das Pombas
1995	Projeto Alto das Pombas [iniciativa ligada ao Projeto Uma Nova Iniciativa]	Faculdade de Medicina	Bairro do Alto das Pombas
1996	Enfermagem da Ufba: junto à comunidade	Escola de Enfermagem	Bairros do distrito sanitário Barra-Rio Vermelho
1997	Capacitação dos companheiros de saúde	Faculdade de Odontologia	Bairro do Alto das Pombas
1997	Oficinas de sensibilização em dança para a comunidade do Calabar	Escola de Dança	Bairro do Calabar
1997	Ações educativas na comunidade	Escola de Enfermagem	Bairro do Alto das Pombas
1998	Uma experiência de atenção à	Faculdade de Filosofia	Bairro do Alto das Pombas

	saúde psíquica do adolescente [iniciativa ligada ao Projeto Uma Nova Iniciativa]	e Ciências Humanas	
1997	Programa de (in)formação para a saúde do adolescente [também ligado ao Projeto Uma Nova Iniciativa]	Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas	Bairro do Alto das Pombas
2005	Promoção de saúde em pré-escolares	Faculdade de Odontologia	Bairros de Nova Esperança e Calabar
2006	Amigos da saúde: multiplicadores em saúde bucal	Faculdade de Odontologia	Bairro do Alto das Pombas
2006	Treinamento de habilidades para agentes de saúde do bairro do Calabar	Escola de Dança	Bairro do Calabar
2002	Gravidez na adolescência no bairro do Alto das Pombas	Faculdade de Medicina da Bahia	Bairro do Alto das Pombas
2003	Saúde e qualidade de vida das mulheres adultas do Alto das Pombas	Faculdade de Medicina da Bahia	Bairro do Alto das Pombas
2002	Doenças sexualmente transmissíveis na adolescência do bairro do Alto das Pombas	Faculdade de Medicina da Bahia	Bairro do Alto das Pombas
2002	Adolescência e sexualidade no bairro do Alto das Pombas	Faculdade de Medicina da Bahia	Bairro do Alto das Pombas

Algumas reflexões precisam ser feitas. Pode-se dizer que a presença institucional da Faculdade de Filosofia foi bastante limitada, no que diz respeito à área do seu entorno geográfico. Ela se limitou tão somente a algumas investidas esporádicas, investidas estas concretizadas em trabalhos monográficos e dissertativos tais como o da antropóloga Clarice Mota (2001), sobre o movimento de Renovação Carismática no âmbito da paróquia católica do bairro do Alto das Pombas, o da socióloga Patrícia Portela Souza (2005), sobre as políticas sociais e as práticas dos jovens desse mesmo bairro, e a minha própria pesquisa, que já é de conhecimento do leitor. O atual diretor da instituição, o professor João Carlos Salles, reconheceu esta quase ausência: “Não somos tão engajados assim. A relação com o entorno continua sendo secundária. Nossa Faculdade é de pesquisa e não de extensão” – disse ele [Entrevista, 27 de outubro de 2010].

Dito isto, pode-se também dizer que as críticas endereçadas à universidade de uma maneira geral, a saber, aquelas que condenam o “modelo laboratório” por ela adotada em seu contato com as comunidades populares, bem como a superação deste modelo, via Projeto UNI, quando estas comunidades deixaram de ser meros “objetos de

pesquisa”, não podem ser creditadas à Faculdade de Filosofia. Ou seja, tanto a condenação da universidade, quanto a sua redenção, pouco dizem a respeito das relações entre esta unidade universitária e a sua vizinhança.

Assim, utilizando-me das contribuições do antropólogo Alban Bensa (1998), nas avaliações das interações entre os universitários e as comunidades populares há que se evitar certo argumento metonímico, qual seja, o de identificar as partes como sendo o todo. Neste sentido, as relações mantidas entre uma unidade universitária e uma dada parcela da sociedade não podem ser concebidas como a relação entre a universidade e a sociedade. Essa visão unificada do mundo social é quebrada quando são adotadas as variações de escala. Com isso, Bensa (1998) quer dizer que, no concernente à análise dos fenômenos sociais, há que se respeitar os diferentes contextos em que eles são produzidos. Neste sentido, verifica-se, então, a existência de múltiplas formas de interação entre a UFBA e as comunidades situadas em seu entorno geográfico. As relações mantidas pela Faculdade de Odontologia, por exemplo, são de natureza distinta daquelas mantidas pela Faculdade de Filosofia. Enfim, há que se evitar os riscos das generalizações e das comparações descontextualizadas. Fatos semelhantes podem ter significados distintos na tessitura de cada trama.

Para concluir esse capítulo, farei um breve relato sobre como a questão da presença do PAJ nas dependências da Faculdade de Filosofia foi conduzida nos últimos dois anos (2009-2010). Já no meio de 2008 o programa passa por mudanças institucionais e passa a se chamar ProJovem Adolescente. Findado o ano de 2008, período de turbulências no âmbito da unidade (motivadas pelos episódios de violência), as discussões acerca das relações entre a instituição e a sua vizinhança tornaram-se mais rarefeitas. Ainda assim, elas realçaram algumas dimensões do *poder tutelar* (Souza Lima, 1995). Para iniciar esta narrativa, voltarei aos pontos acordados pela Congregação da unidade em agosto de 2008, pois cabem alguns comentários sobre a implementação de algumas medidas. Feito isto, veremos que, por um capricho do destino, depois de várias lutas no plano político o PAJ, ou melhor, o ProJovem Adolescente terminou sendo suspenso, por motivos alheios à Faculdade de Filosofia.

Quando os “novos” personagens saem de cena

Prezada Diretora Lina Aras

Gostaria de entender o motivo do fechamento da passagem do estacionamento do estacionamento da FFCH, no sentido Ondina-São Lázaro. Sempre utilizei aquela passagem, pois, como muitas pessoas que frequentam ou estudam na FFCH, moro em Ondina e na maioria das vezes que me dirijo à Faculdade, subo por Ondina e passo com o carro para uma vaga mais próxima ao prédio onde tenho aula. Tentei passar ontem e havia algo impedindo a passagem e ninguém sabia dar explicações. Não sei se isso é uma decisão de vocês. Seja como for, solicito que repensem a questão, porque inclusive, tenho um sobrinho com deficiência que passou agora no vestibular e não faz sentido que eu pare o carro no estacionamento do lado Ondina e ele tenha que atravessar de moletas (sic) toda aquela área.

Certa de que o bom senso (sic) prevalecerá, agradeço antecipadamente e aguardo contato.

Obrigada⁴² [Webmail da Faculdade de Filosofia, 17 de fevereiro de 2009].

Pelo conteúdo do *e-mail* apresentado logo acima, vê-se que não apenas os moradores desafortunados do entorno da Faculdade tinham o que reclamar. As deliberações da Congregação da unidade também alteraram a rotina de certo contingente populacional mais abastado que reside nas cercanias da instituição. Todavia, nem todas as medidas acordadas pela entidade foram implementadas. Como exemplos posso citar o controle de entrada e saída de pessoas dos prédios administrativos e a estipulação do cartão de estacionamento para veículos.

No tocante à circulação de veículos entre os bairros de São Lázaro e Ondina, por intermédio das vias da instituição, tal tráfego foi impedido cerca de cinco meses após as decisões acordadas pela corporação, devido à realização de obras de reforma nos prédios escolares da unidade. Em longo prazo, estava previsto a criação de uma rua atando São Lázaro à Ondina, através de um traçado situado na área limítrofe entre a Faculdade e os bairros do Alto das Pombas e do Calabar (a área conhecida como “Pinga”). Todavia, esta medida ultrapassa os limites da jurisdição da entidade, necessitando, pois, de um acordo entre os moradores destes lugares com o poder público municipal. Dito isto, concentrar-me-ei agora nos destinos do ProJovem Adolescente no âmbito da organização.

Durante todo o ano de 2009 as atividades do ProJovem Adolescente foram alocadas na sala 26, localizada junto às instalações do Programa de Pós-Graduação em

42 A resposta da diretora da Faculdade foi a seguinte: “Senhora, a direção da FFCH compreende a sua situação, entretanto, a passagem estava aberta, APENAS, durante o período de realização das obras nessa Unidade de Ensino. A circulação de veículos entre Ondina e a Federação, via FFCH, é prejudicial à comunidade acadêmica desta Unidade. Sobre a necessidade especial do seu sobrinho, assim que começarem as aulas, tomaremos as medidas cabíveis que o assunto requer. Diante do exposto, lamento não poder modificar tal situação” [Webmail da Faculdade de Filosofia, 17 de fevereiro de 2009].

Filosofia (ambos situados no segundo pavilhão de aulas – pintado em azul e branco – apresentado no segundo capítulo desta dissertação). Porém, tendo-se em vista a eminente reforma do Pavilhão Isaías Alves, começou a ser incentivada no bojo da Congregação uma discussão sobre a ocupação dos espaços físicos da unidade. Com a previsão das obras do prédio escolar, o PAJ ficou sem garantias no tocante à permanência do programa nas dependências da entidade, pois a sala 26 já havia sido prometida ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia.

A discussão em torno da alocação das instalações da unidade foi precipitada ante os interesses de alguns grupos de pesquisa da entidade. Estavam em jogo algumas salas do Centro Interdisciplinar de Estudos para o Desenvolvimento Social (CIEDS). Assim, mais uma comissão foi constituída, com o objetivo de refletir sobre a questão. Não relatarei todos os meandros desse processo; apenas atinarei para os desdobramentos práticos.

Já na reunião da Congregação ocorrida no dia 09 de março de 2009, uma das conselheiras da entidade, a professora Leona Belém (então chefe do Departamento de Antropologia), questionou se havia garantia de permanência do ProJovem Adolescente no interior da unidade universitária, sem obter, contudo, uma resposta concreta. No dia 01 de junho de 2009, em um novo encontro do órgão, a diretora da instituição leu a ata referente ao dia 09 de março. Quando ela leu o trecho referente aos questionamentos da professora Leona Belém, houve o seguinte diálogo:

“Quem é o professor responsável?” – perguntou a professora Suzane Alves (Departamento de Ciência Política). “Benedito” – respondi, pensando que ela estava por perguntar sobre quem era o orientador social do projeto. A diretora explicou que não tinha um professor da unidade responsável pelo programa. A docente retrucou: “Como assim? Não tem nenhum *padrinho*? Então não deveria estar aqui” [diário de campo, 01 de junho de 2009, grifos meus].

Vê-se, na fala desta professora, mais uma manifestação do *poder tutelar*, na medida em que, em sua visão, sem a proteção de um membro da instituição, um “padrinho”, o grupo de jovens não tinha condições de ser totalmente incorporado pela entidade.

Paralelamente a esta discussão, outro “poder informal” (Abélès, 1995) solicitava o reconhecimento da instituição. Na reunião do dia 28 de maio de 2009, a diretora leu um ofício encaminhado pela Associação Educacional Salva Dor – uma creche localizada nas proximidades da Igreja de São Lázaro e que atende os moradores humildes da região –, no qual havia a seguinte solicitação: uso da área arborizada nas proximidades do “Casarão” para as atividades de recreação das crianças nos horários de

09 às 10 horas da manhã (de segunda à sexta-feira) e de 13:30 e 15 horas da tarde (de segunda à quinta-feira). Após a apresentação deste pleito, houve certo silêncio no recinto. “Eles já utilizam informalmente” – disse a diretora. “Não se preocupem, pois não vamos nos responsabilizar por qualquer acidente” – prosseguiu ela. A diretora talvez desconhecesse alguns aspectos concernentes ao Direito Administrativo. Do ponto de vista jurídico, há casos em que a instituição pode ser responsabilizada por dano ou dolo, o que se configura em *responsabilidade subjetiva*. Esta, segundo a interpretação do jurista Celso Antônio Bandeira de Mello (2009), só pode ocorrer na hipótese de culpa anônima, da organização e do funcionamento do serviço, quando ele não opera conforme o devido, atingindo os seus usuários ou os nele interessados. Expliquemos a partir de casos concretos. Caso uma criança estivesse correndo e viesse a se machucar logo após um tropeço, este fato não poderia ser debitado na conta da entidade. Porém, se esta criança sentasse em um banco de cimento e este viesse a ceder, incorrendo-lhe em alguns machucados, a Faculdade poderia ser acionada juridicamente, caso fosse constatado a sua ingerência no tocante à manutenção dos seus equipamentos físicos.

Retornando à descrição da cena, sem emitir qualquer palavra, os representantes aceitaram a solicitação da creche comunitária através de acenos com a cabeça em sinal de concordância. Mais uma vez, a exemplo do PAJ, os moradores do entorno tomavam a iniciativa no que diz respeito ao estreitamento dos laços para com a unidade universitária.

Voltando aos destinos do ProJovem Adolescente, no dia 23 de julho de 2009 a Congregação se reuniu com o objetivo de decretar o veredicto acerca da questão da realocação dos espaços físicos da unidade. À essa altura dos acontecimentos, já havia começado o processo licitatório para as obras de reforma do Pavilhão Isaías Alves. Como já era esperado, a sala 26 ficou sob os auspícios do Programa de Pós-Graduação em Filosofia. Sem opção, o ProJovem Adolescente terminou sendo abrigado em uma sala do prédio que estava para ser reformado, enquanto as obras não começavam.

Em 21 de agosto de 2009, o professor João Carlos Salles tomou acento no cargo de direção da Faculdade. Sabendo de todos os problemas vivenciados pela instituição, ele proferiu as seguintes palavras, em seu discurso de posse a respeito da área do *campus* da entidade: “a área da Faculdade a torna, sozinha, um campus significativo, com entorno certamente rico, mas igualmente tenso. São conhecidos os problemas de segurança, de limpeza, de iluminação e paisagismo” (Salles, 2009, p. 429). Assim, tudo se passa como se o entorno e a entidade constituíssem um “corpo orgânico”, donde as

moléstias de um tivessem o poder de atingir o outro e vice-versa.

De acordo com o atual diretor, teríamos que ultrapassar o discurso policial (o de considerar as comunidades do entorno enquanto *locus* da periculosidade), na medida em que se torna necessário o incremento das relações com a vizinhança. E aqui surge outro sentido para o termo “extensão comunitária”, pois, segundo ele, há que se desenvolver várias ações de extensão, mas não quaisquer ações. Esclarece ele:

(...) a extensão entre nós não se reduz a um “utilitarismo”, uma relação unilateral, a tornar a comunidade uma fonte de dados de pesquisa, sem o cuidado de sequer fornecer-lhe, posteriormente, o diagnóstico ou os resultados do trabalho. Ao contrário, lembrando Manoel José de Carvalho, procuramos “trocas” condicionadas, uma forma mesmo de parceria, na qual a comunidade se afirma como uma detentora de saberes que, voluntária e controladamente, apresenta aos acadêmicos (Salles, 2009, p. 433).

Vejam que esta elaboração feita pelo professor é em si mesma um fruto do processo de “pacificação”, de “domesticação” da universidade, na medida em que reconhece as comunidades como interlocutoras no processo de aquisição do conhecimento. A “extensão comunitária” aparece aqui como o agente capaz de conciliar as contradições de toda a trama, de tentar equilibrar os antagonismos entre a academia e o saber popular.

Por ironia do destino, quando houve esta maior conscientização a respeito do desenvolvimento de uma maior interlocução com as áreas que circundam a Faculdade, o ProJovem Adolescente terminou sendo esvaziado, ou seja, os “novos” personagens saíram de cena⁴³. Para compreender o colapso do programa é preciso voltar novamente ao ano de 2008. A transformação de PAJ em ProJovem Adolescente trouxe consequências negativas para a proteção da juventude no tocante ao núcleo do Alto das Pombas.

Em meados de julho de 2008, algumas mudanças de cunho institucional alteraram os destinos do PAJ. Com a reestruturação do conjunto de programas que compõem a política de proteção social para a juventude, o PAJ foi incorporado ao Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária (ProJovem). Originalmente, o ProJovem foi implantado em 2005, tendo por objetivo a inclusão social de jovens de 18 a 24 anos, visando a integração entre o aumento da escolaridade, a qualificação profissional e a participação sociopolítica.

Assim, após amplo processo de avaliação, o ProJovem se reorganizou e ampliou

43 Faço um trocadilho com o livro do sociólogo Eder Sader “Quando novos personagens entraram em cena” (2001). Nele, o autor trata do alvorecer dos movimentos sociais no bojo das classes trabalhadoras urbanas da cidade de São Paulo.

o seu raio de atuação. De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social, o programa transformou-se em uma ação unificada para a juventude, com a participação de várias instâncias ministeriais, destinado aos jovens egressos de outros programas sociais, como, por exemplo, o Bolsa Família e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, ou em estado de “vulnerabilidade social”. O ProJovem original transformou-se em ProJovem Urbano. Outras três modalidades do programa foram criadas: o ProJovem Campo (reorganização do programa Saberes da Terra, tendo por objetivo o acesso e a permanência dos jovens agricultores no sistema educacional) e o ProJovem Trabalhador (unificação dos programas Consórcio Social da Juventude, Juventude Cidadã e Escola de Fábrica, visando a preparação dos jovens ao mercado de trabalho) – todos endereçados a jovens acima de dezoito anos de idade – e o ProJovem Adolescente, reformulação do Programa Agente Jovem, destinado aos jovens de 15 a 17 anos de idade (Brasil, 2008).

Desta feita, em julho de 2008, o PAJ do Alto das Pombas, como dos demais núcleos do programa presentes em todo o país, passa a operar com a nova nomenclatura. A conversão para ProJovem Adolescente trouxe consigo uma certa mudança no perfil dos beneficiários. Eram cerca de 60 jovens, distribuídos em uma turma matutina e outra vespertina, que, comparados à turma, cujas atividades registrei em caderno de campo e analisei na etnografia de final de curso, apresentavam um perfil socioeconômico menos saudável, para me utilizar do jargão dos economistas.

Aos olhos dos veteranos, os novos beneficiários nada mais eram do que “o pessoal da baixada do Alto das Pombas e adjacências”. A frequência de contatos diários entre Benedito e os adolescentes foi reduzida drasticamente. O programa que antes consumia as tardes inteiras dos dias úteis da semana passou a ocupar duas horas diárias de três dias semanais (de segunda à quarta-feira). Benedito também perdeu o controle em torno da remuneração dos jovens. Como o ProJovem é atrelado ao Bolsa Família, outro programa de transferência de renda estipulado pelo governo federal, as mães dos adolescentes passaram a gerenciar o recebimento do benefício. Esta mudança no desenho institucional do projeto fez com que, paulatinamente, Benedito fosse perdendo o interesse para com os destinos do programa.

Em algumas ocasiões, ele transferiu para um dos adolescentes a tarefa de conduzir as atividades pedagógicas do ProJovem. Com o tempo, estas substituições passaram a ser, cada vez mais, corriqueiras, talvez pelo fato de ter havido algumas mudanças no horizonte político de Benedito. Este saiu fortalecido das últimas eleições

municipais. A candidata ao poder legislativo municipal por ele apoiada, Marta Rodrigues (PT-BA), conseguiu se eleger. Já no alvorecer do ano de 2009, Benedito foi indicado a um cargo no gabinete da sua vereadora. No mês de maio do mesmo ano, o deputado Nelson Pelegrino (PT-BA) assumiu a Secretaria de Justiça do Estado da Bahia. Tal ascensão também beneficiou Benedito, pois a vereadora Marta Rodrigues ganhou status político justamente através do mecenato do deputado Nelson Pelegrino. Resultado: mais um cargo político acumulado por Benedito. Enquanto isso, as duas turmas do ProJovem estavam minguando. Em outubro de 2009, apenas dois adolescentes frequentavam o turno vespertino do programa, o que obrigou o cancelamento prematuro do ano letivo do projeto.

De certa forma, o colapso do programa foi providencial para a Faculdade. Em 2010, com o início das obras de reforma do Pavilhão Isaías Alves, não haveria lugar disponível para a alocação do grupo de jovens. Com esta reforma, a discussão em torno das relações entre a instituição e a vizinhança foi posta, por assim dizer, numa espécie de banho-maria. Explico. De acordo com o diretor da unidade, está previsto a criação de um núcleo de extensão nas dependências da entidade. Porém, é preciso esperar o término das obras no referido prédio escolar. Por ora, resta-nos apenas o exercício da espera!

Considerações finais

Geralmente, este é o momento em que, alicerçado nos resultados, recapitula-se sinteticamente a pesquisa, a partir da ideia matriz, defendendo, relativizando ou rechaçando o argumento inicial, de modo a encerrar o trabalho. Embora saiba destes ditames da pesquisa científica, peço a indulgência do leitor para mais uma história. Com ela, espero poder costurar todos os fios soltos desta trama. Voltemos, pois, aos meus diários de campo.

27 de setembro de 2008. Às 11 horas eu chegava ao largo do Alto das Pombas. Ao redor da pracinha e em frente ao posto de saúde estavam arrumadas algumas mesas, nas quais os moradores da comunidade estavam sendo atendidos em suas demandas. Havia a mesa dos funcionários do posto de saúde. Eram enfermeiras, médicos, que estavam prestando alguns serviços, tais como exame de glicemia, medição da pressão arterial, anamnese médica, exames clínicos, entre outros.

O atendimento odontológico estava sendo realizado no âmbito da Unidade de Saúde da Família. Do lado de fora, estavam enfileiradas várias mesas de atendimento: a da Limpurb (órgão responsável pela limpeza urbana da cidade de Salvador), a da Associação dos moradores, a do Fórum Comunitário de Combate à Violência (FCCV), a do ProJovem Adolescente, a do DETRAN (Departamento Estadual de Trânsito) e a da Faculdade de Medicina da Bahia (FAMEB). Ao lado do posto de saúde, havia uma casa onde estava sendo feito o atendimento de caráter estético: manicure, pedicure, massagens e entrelaçamento de cabelos. Na fachada do posto, estava pregada uma faixa com os nomes do evento – *Feira de Saúde do Alto das Pombas: saúde, paz e cidadania* – e das agremiações organizadoras: o Grupo de Mulheres do Alto das Pombas (organização civil do bairro com cerca de quatro décadas de existência) e a Sociedade São Salvador (a associação de moradores local).

Resolvi me acomodar em uma das cadeiras enfileiradas de frente para a mesa de atendimento da FAMEB. Pus-me, então, a observar a interação entre os moradores e os profissionais de saúde. Estes últimos, em verdade, eram estudantes vinculados ao PET (Programa de Educação Tutorial) do Departamento de Medicina Preventiva da FAMEB. Eram três estudantes do sexo feminino. A primeira preenchia a ficha de cadastramento

dos pacientes; a segunda aferia a pressão arterial; e a terceira ocupava-se com as medidas antropométricas de peso e altura das pessoas.

Uma das atendidas foi Dona Maristela – uma das fundadoras do Grupo de Mulheres. Ela ouviu da estudante a seguinte sentença: “olha Dona Maristela, a senhora está com o peso bom para a sua altura, mas a pressão está muito alta. É para a senhora se cuidar”. Não pude ouvir a resposta dada pela liderança comunitária. Acredito que tenha sido algo referente a situações estressantes, pois a estudante respondeu: “então a senhora evite estas emoções fortes e fique mais em repouso”.

Medir o peso e a altura dos pacientes era um trabalho árduo. E eles se desfaziam das sandálias ou dos sapatos. E a estudante por vezes mais parecia um cabide, segurando sacos, bolsas, documentos, terços religiosos. Algumas pessoas mais meticulosas tiravam até os óculos antes de subir na balança. A estudante sorria amarelo. Mal sabia o que a aguardava. As crianças adoravam colocar o pé na balança. Em um determinado momento, as disputas em torno de “quem seria pesado primeiro” geraram um princípio de tumulto. As estudantes tiveram que sossegar os ânimos infantis. E foi exatamente de uma criança a “pérola” do dia.

Um menino, na faixa dos cinco ou seis anos de idade, que carregava consigo um carrinho de brinquedo, estava muito agitado. A balança não podia ficar vazia que ele subia e mexia nos medidores, imitando ao seu modo a estudante, numa clara demonstração do que o antropólogo francês Marcel Mauss (1974), no ensaio denominado *As técnicas corporais*, define como “imitação prestigiosa”. Mas a estudante não entendia desta maneira e na tentativa de desviar a atenção do menino, o chamou para que as suas medidas antropométricas fossem verificadas. Foi então que o menino entabulou com ela um diálogo. Com o brinquedo a ocultar uma das faces do rosto, ele disse: “vem cá não tem gente assim de vocês não?” – apontando para as rodinhas pretas do seu carrinho. A estudante respondeu: “como assim, não entendi”? Ele insistiu: “só tem gente de vocês assim”? – tocando o seu dedo na pele do braço da estudante, que deixava à mostra as veias azuis. A estudante respondeu: “ah, se só tem médico branco e não *moreno* (o menino balançou a cabeça em sinal positivo)? Tem sim. Tem de todas as cores, *basta estudar*”. Se a estudante já era branca, ela ficou incolor com a pergunta do menino. Deu um sorriso sem graça, de quem não tinha o que dizer e encerrou a conversa. Deu as costas ao pequeno interlocutor e foi cuidar de outras coisas [diário de campo, 27 de setembro de 2008, grifos meus].

Este episódio nos sugere uma análise de síntese dos argumentos trabalhados

nesta dissertação. Vamos por partes. Primeiramente, vemos aqui o despertar da *consciência de classe*, ou seja, a conscientização acerca das desigualdades sociais que imperam em uma sociedade. Este é, talvez, um dos efeitos suscitados pela presença de universitários nas comunidades populares, um efeito muitas vezes não perceptível à luz desta presença. Foi com este suporte cultural que Benedito bateu na porta da Faculdade de Filosofia duas vezes em busca não apenas de respaldo político, mas também da conquista de um espaço que deveria servir à coletividade. Ora, se até uma criança percebeu as cadeias que a prendem, por que ele não as perceberia?

Por outro lado, vê-se aqui o quão foi limitada a participação da Faculdade de Filosofia em todo esse processo. As suas interações com a sua vizinhança estiveram cativas das iniciativas destas últimas e de um padrão informal de sociabilidade baseado em laços cultivados na esfera do lazer, a saber, a bebida e o futebol. Assim, se fôssemos analisar a presença da instituição a partir das categorias que fazem parte do seu vocabulário, quais sejam, o ensino, a pesquisa e a extensão, a única conclusão que poderíamos chegar era a não existência desta presença. A Feira de Saúde do Alto das Pombas parcialmente descrita mais acima revela o quanto esta participação universitária tem se limitado à área de saúde, numa interface com os cursos de educação. Logo, tanto as críticas, quanto as reabilitações que historicamente têm sido feitas a respeito do papel da UFBA como um todo no tocante as comunidades situadas em seu entorno geográfico pouco nos dizem a respeito das relações entre a Faculdade de Filosofia e os bairros do Alto das Pombas, do Calabar e da Roça da Sabina. Assim, por que não intentar um padrão distinto de interações que ultrapasse tanto o “modelo laboratório” (a comunidade como “objeto de pesquisa”) quanto o modelo da reciprocidade pragmática (“fazer um pesquisa em troca de alguma coisa”, como, por exemplo, a apresentação dos resultados para as populações atingidas pelas iniciativas)? Um bom começo seria a tarefa da escuta, isto é, ouvir as demandas destes contingentes populacionais e não simplesmente realizar pesquisas que dizem respeito aos nossos próprios interesses, ainda que elas sejam úteis e legítimas.

Vimos também que o termo “invasões solertes” pode, metaforicamente, explicar como são vistas as populações pobres que residem em uma área de vizinhança nobre da cidade. Embora tenham ocupado legitimamente estes espaços, tudo se passa como se essas pessoas fossem “invasoras”, ou seja, que não deveriam estar nestes lugares. Para os moradores mais abastados destas cercanias, esta presença é vista como uma mácula para estes locais, núcleos de onde emanam todos os tipos de perigos e perversões

urbanas.

No contexto da Faculdade de Filosofia, “invasões solertes” denota a presença de uma classe baixa que começava a ocupar os espaços universitários logo após a reforma do ensino, de 1968. Os “indesejáveis” daquela época eram justamente estes indivíduos que estavam alheios ao sistema hierárquico da instituição. Hoje em dia, os “indesejáveis” passaram a ser os contingentes populacionais residentes no entorno geográfico da entidade. Ora vistos como indivíduos que precisam ser tutelados, ora como refratários à sociabilidade, porque cúmplices da violência que assola o cotidiano local, da presença destes moradores nas dependências da unidade, via PAJ e ProJovem Adolescente, conclui-se que eles não se enquadravam nos padrões de disciplina vigentes no local. Ou seja, para a instituição cumprir a sua “função social” de abertura para a participação coletiva é necessário que essa coletividade seja “disciplinada”, seja “moralizada”.

Vimos que dentre os poderes informais que se enraizaram nas sendas da Faculdade de Filosofia, a instituição conseguiu colocar um termo de resolução no tocante aos servidores informais, incorrendo, contudo, em certos julgamentos de cunho moral, a ordenar vidas em pólos inexoráveis de ruína (o desfecho da história de José) e de exaltação (o final feliz do livreiro e de Severo). Em relação a este último, o seu contrato com a entidade extrapolou os 180 dias, em caráter de urgência, que havia sido estipulado pela Congregação da unidade. Não sei informar os pormenores jurídicos desta questão. Sei apenas que ele continua à frente do único serviço de reprografia atualmente existente.

A expulsão de José e os incômodos suscitados pela presença dos jovens do PAJ nos revelam que eles não se enquadraram nos padrões de disciplina locais, o que nos mostra os limites estabelecidos pela instituição no concernente à assimilação dos contingentes populacionais que oficialmente não fazem parte dos seus quadros organizacionais. Se pudéssemos saber mais detalhes acerca da vida de José, talvez encontrássemos mais afinidades entre os adolescentes do PAJ e ele que à primeira vista não poderíamos supor. Fico a pensar que José já foi igual a eles em algum dia. Eles, por sua vez, podem ser um José futuramente.

Por fim, cabem algumas reflexões acerca do papel das instituições. Vimos que tanto a Faculdade de Filosofia quanto o Cemitério Campo Santo tiveram as suas “funções sociais” questionadas à luz de certos eventos traumáticos. No primeiro caso, a irrupção da violência na área do *campus* universitário; no segundo, o assassinato do

jovem Fábio. Com isso, posso afirmar que as finalidades das instituições, quaisquer que elas sejam, são reinterpretadas e ressignificadas de acordo com os problemas históricos que surgem no horizonte das sociedades. Logo, as práticas e representações de uma instituição não estão nelas cristalizadas. Estão presas, isto sim, numa malha histórica. Nos dediquemos uma vez mais ao exercício da imaginação. E se no lugar de uma unidade universitária existisse uma espécie de abatedouro estatal? No lugar de professores e estudantes, teríamos trabalhadores fortes e robustos ocupados com o abate, o processamento e o armazenamento de produtos de origem animal. Permanecendo os dados de caráter contextual, quais sejam, área onde residem extratos socioeconômicos de perfil bastante distintos, onde esporadicamente eclodem episódios de violência que são justificados pela proximidade com os núcleos menos favorecidos da sociedade, provavelmente estes núcleos, com o objetivo de fazer frente ao preconceito e à discriminação que vivenciam cotidianamente, questionariam a “função social” da produção de alimentos. Como resposta, a administração do abatedouro estipularia, nos termos de uma “política de boa vizinhança”, a distribuição gratuita de alimentos, aproveitando-se das sobras deixadas pelo processo industrial.

Com este exercício, quero afirmar que as instituições, concebidas como um processo, estão sempre em formação. No título desta dissertação, utilizei o termo “vizinhança” como sinônimo para o entorno geográfico da Faculdade de Filosofia. Todavia, se formos nos apegar ao sentido sociológico do termo (que denota a existência de relações positivas de ajuda mútua e laços de comunhão), talvez seja mais apropriado dizer que este entorno tem se constituído tão somente como um “vizinho”, ou seja, divide conosco um mesmo espaço físico, sem, contudo, constituir relações de troca e compartilhamento de *ethos* e interesses mais imediatos. De minha parte, gostaria de testemunhar a emergência de relações de “vizinhança”, nos sentidos geográfico e sociológico do termo.

Referências

ABÉLÈS, Marc. Pour une anthropologie des institutions, *L'Homme*, Paris, v. 35, n. 135, p. 65-85, 1995.

ALBERT, Bruce; RAMOS, Alcida (Orgs.). *Pacificando o branco: cosmologias do contato no norte-amazônico*. São Paulo: Editora Unesp; Imprensa Oficial do Estado, 2002.

ALMEIDA, Ivan de. Um Davi entre os Golias, *O Pombo Correio*, Comunidade, v. 1, n. 2, fev. 2009.

ALMEIDA, Paulo Henrique de. A economia de Salvador e a formação de sua região metropolitana. In: PEREIRA, Gilberto Corso; CARVALHO, Inaiá (Orgs.). *Como anda Salvador e sua região metropolitana*. 2 ed. Salvador: UDUFBA, 2008. p. 13-52.

ALMEIDA, Stela Borges; FREITAS, Joseania Miranda. Programa de reconstrução educacional na Bahia: Anísio Teixeira (1952-1964). In: ARAÚJO, Marta de & BRZEZINSKI, Iria (Orgs.). *Anísio Teixeira na direção do INEP: programa para a reconstrução da nação brasileira (1952-1964)*. Brasília: INEP, 2006.

ALMEIDA, Ronaldo; D'ANDREA, Tiarajú; LUCCA, Daniel de. Situações periféricas: etnografia comparada de pobrezas urbanas, *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 82, p. 108-130, nov. 2008.

ALONSO, Angela. *Joaquim Nabuco: os salões e as ruas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. (Coleção Perfis Brasileiros. Coordenação: Elio Gaspari e Lilia M. Schwarcz).

ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos de Estado*. 2 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

ARANTES, Rafael de Aguiar; CARVALHO, Inaiá. Os condomínios residenciais fechados na região metropolitana de Salvador, *Bahia Análise & Dados*, Salvador, v. 19, n. 3, p. 735-746, out./dez. 2009.

ARAÚJO, Ubiratan Castro de (Org.). *Salvador era assim: memórias da cidade*. Salvador: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 1999.

BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. *Curso de Direito Administrativo*. 26 ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2009.

BENSA, Alban. Da micro-história a uma antropologia crítica. In: REVEL, Jacques (Org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998. p. 39-76.

BORGES, Eduardo José Santos. “*Modernidade negociada*”, cinema, autonomia política e vanguarda cultural no contexto do desenvolvimentismo baiano (1956-1964). 2003. 144 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003.

BRASIL. *Dispõe sobre as Normas e Diretrizes do Projeto Programa Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano*. Brasília: Ministério da Previdência e Ass. Social, 2008. Disponível em: <http://www.compadres.org.br/page_legislacao/portarias_doc/>. Acesso em: 26/05/2008.

_____. *Projeto pedagógico ProJovem Urbano*. Brasília: 2008. Disponível em: <http://www.projovemurbano.gov.br/userfiles/file/SET%202008_%20PPI%20FINAL.pdf>. Acesso em: 17 out. 2010.

BOURDIEU, Pierre. A representação política: elementos para uma teoria do campo político. In: _____. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. p. 163-207.

_____. Efeitos de lugar. In: BOURDIEU, Pierre (Org.). *A miséria do mundo*. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 159-166.

CALDEIRA, Teresa. *Cidade de muros*. São Paulo: EDUSP, 2001.

CAPRARA, Andrea. Médico ferido: Omolu nos labirintos da doença. In: ALVES, Paulo César; RABELO, Miriam Cristina. *Antropologia da saúde: explorando identidades, traçando fronteiras*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1998. p. 123-138.

CARADE, Hildon Oliveira Santiago. “*Relações incômodas*”: a dinâmica política social e interpessoal em torno do PAJ (Programa Agente Jovem). 2009. 82 f. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais com concentração em Antropologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. Identidade étnica e a moral do reconhecimento. In: _____. *Caminhos da identidade: ensaios sobre etnicidade e multiculturalismo*. São Paulo: Editora Unesp; Brasília: Paralelo 15, 2006. cap. 1, p. 19-57.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. Apresentação. In: ALBERT, Bruce; RAMOS, Alcida (Orgs.). *Pacificando o branco: cosmologias do contato no norte-amazônico*. São Paulo: Editora Unesp; Imprensa Oficial do Estado, 2002. p. 07-08.

CARVALHO, Inaiá; PEREIRA, Gilberto Corso. As “cidades” de Salvador. In: PEREIRA, Gilberto Corso; CARVALHO, Inaiá (Orgs.). *Como anda Salvador e sua região metropolitana*. 2 ed. Salvador: UDUFBA, 2008. p. 81-107.

CARVALHO, Maria Rosário Gonçalves de. *Gênese e desenvolvimento da Faculdade de Filosofia*. Salvador: FFCH, 2008. (Projeto de Pesquisa).

CAVALCANTE, Maria Luiza do Patrocínio. *Jovens – seus trajetos e projetos – e a juventude saudável construída no seu imaginário: um desafio às instituições sócio-educativas*. 2007. 186 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação,

Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano*. 2 v. Petrópolis: Vozes, 2003.

CIRINO, Helga. Nova chacina deixa 4 mortos no Alto das Pombas, *A Tarde*, Salvador, 2008. Disponível em: <<http://www.atarde.com.br/cidades/noticia.jsf?id=900900>>. Acesso: 02 fev. 2011. (2008a)

_____. Estudantes protestam após violência sexual na Ufba, *A Tarde*, Salvador, 2008. Disponível em: <<http://www.atarde.com.br/cidades/noticia.jsf?id=938407>>. Acesso: 03 fev. 2011. (2008b)

_____. “A Ufba também é uma vítima” (Entrevista com o vice-reitor da Ufba, professor Francisco Mesquita), *A Tarde*, Salvador, p. 04, 23 set. 2008. (2008c)

COLLINS, John. The sounds of tradition: arbitrariness and agency in a brazilian heritage center, *Ethnos*, London, v. 72, n. 3, p. 383-407, 2007.

CONCEIÇÃO, Fernando. *Cala a boca Calabar: a luta política dos favelados*. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

COSTA, Heloniza. A problemática da violência como experiência de ensinar em saúde, *Interface – Comunicação, Saúde, Educação*, Botucatu, v. 3, n. 5, p. 63-74, 1999.

COSTA, Iraneidson Santos. *A Bahia já deu régua e compasso: o saber médico-legal e a questão racial na Bahia, 1890-1940*. 1997. 327 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1997.

COSTA, Paulo Segundo da. *Campo Santo: resumo histórico*. Salvador: Contexto & Arte, 2003.

CRAVINO, María Cristina et al. Sociabilidad e micropolítica em un barrio bajo planes. In: ANDRENACCI, Luciano (Org.). *Cuestión social y política em el Grand Buenos Aires*. La Plata: Universidad Nacional de General Sarmiento, 2002. p. 57-79.

DAMATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. 6 ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997. [1979].

DAWSEY, John. O teatro dos bóias-frias: repensando a antropologia da performance, *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v, 11, n. 24, p. 15-34, jul./dez. 2005.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. *A Faculdade de Filosofia, um sonho que se faz realidade*, Salvador, p. 3, 14 jun. 1941.

DOUGLAS, Mary. *Como as instituições pensam*. São Paulo: EDUSP, 1998.

DURKHEIM, Émile. *Da divisão social do trabalho*. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das*

relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

FAGUNDES, Norma Carapiá. *Em busca de uma universidade outra: a inclusão de “novos” espaços de aprendizagem na formação de profissionais de saúde*. 2003. 231 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003.

FARDON, Richard. *Mary Douglas: an intellectual biography*. London: Routledge, 1999.

FAUSTO, Boris. *A Revolução de 30: historiografia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FERREIRA, Edemir Brasil. *A multidão rouba a cena: o quebra-quebra em Salvador (1981)*. 2008. 118 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

FREIRE, Dandara. Silvinha. *Soteropolitanos*, Salvador, 5 abr. 2007. Disponível em: <<http://soteropolitanosdafederacao.wordpress.com/2007/04/05/silvinha/>>. Acesso em: 20 jan. 2011.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e Senzala*. Rio de Janeiro: Record, 2001. [1936].

HOBBSBAWN, Eric. A invenção das tradições. In: HOBBSBAWN, Eric & RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. 6 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. introdução, p. 09-23.

FIGUEIREDO, Angela. *Novas elites de cor: estudo sobre os profissionais liberais negros de Salvador*. São Paulo: Annablume/ Sociedade Brasileira de Instrução/ Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2002.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes, 1977.

GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. 6 ed. São Paulo: Perspectiva, 1999 [1961].

GOMES, Pepeu; GALVÃO. O petróleo é nosso. Intérprete: Novos Baianos. In: NOVOS BAIANOS. *Praga de baiano*. Rio de Janeiro: Tapeçar, p1977. 1 CD (ca. 32 min 21 s). Faixa 5. Remasterizado em digital.

GORDILHO SOUZA, Ângela. *Invasões e intervenções públicas: uma política de atribuição espacial em Salvador*. 1990. 305 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1990.

_____. Regularização fundiária na nova política municipal de habitação de interesse social em Salvador, *VeraCidade*, Salvador, v. 2, n. 2, 2007. Disponível em: <http://www.veracidade.salvador.ba.gov.br/v2/images/veracidade/pdf/Artigo_Regularizacao_Fundiaria.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2011.

GROGAN, John. *Marley & Eu: a vida e o amor ao lado do pior cão do mundo*. Rio de Janeiro: Prestígio, 2006.

HAMMERSLEY, Martyn; ATKINSON, Paul. *Ethnography: principles and practices*. 2 ed. London; New York Routledge, 1995.

IPAC Inventário de proteção do acervo cultural da Bahia: Secretaria de Cultura e Turismo, 1986. 1 CD-ROM.

KAFKA, Franz. *O processo*. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. [1925].

KARTZMAN, Rubén (Coord.). *Activos y estructuras de oportunidades: estudios sobre las raíces de la vulnerabilidad em el Uruguay*. Montevideo: Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo (PNUD) y Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), 1999.

KRAYCHETE, Elsa Sousa. Bancos e crédito no desenvolvimento recente da Bahia, *Caderno CRH*, Salvador, v. 22, n. 55, p. 77-96, jan./abr. 2009.

KULICK, Don. Introduction. In: KULICK, Don; WILLSON, Margaret (Eds.). *Taboo: sex, identity, and erotic subjectivity in the anthropological fieldwork*. New York; London: Routledge, 1995. p. 01-28.

LANDES, Ruth. *A cidade das mulheres*. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002. [1947].

LENOIR, Remi. Objeto sociológico e problema social. In: CHAMPAGNE, Patrick et al. *Iniciação à prática sociológica*. Petrópolis: Vozes, 1996. p. 59-106.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *Totemismo hoje*. São Paulo: Abril Cultural, 1976.

LOBATO, Monteiro. O reformador do mundo. In: ESPINHEIRA, Ariosto. *Infância brasileira para a quarta série primária*. 187 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1964. p. 60-61.

PAIM, Jairnilson Silva. Condições de vida, violências e extermínio. In: PEREIRA, Gilberto Corso; CARVALHO, Inaiá (Orgs.). *Como anda Salvador e sua região metropolitana*. 2 ed. Salvador: UDFBA, 2008. p. 157-171.

MACHADO, Suza. Federação ainda conserva o seu lado rural. *Jornal A Tarde*, Salvador, p. 05, 06 dez. 1988.

MANISCO, Lucia. *Monografia incompleta*. Salvador: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2005. (inédito).

MARQUES, Cileide et al. *Contribuição para identificação dos principais agentes e mecanismos de degradação em edificações observados no casarão de São Lázaro*. Salvador: FFCH, 2009. (Projeto de Pesquisa).

MARQUES, Eduardo. *Redes sociais, instituições e atores políticos no governo da cidade de São Paulo*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2003.

MARTIN, Mike W. Institution. In: AUDI, Robert. *The Cambridge Dictionary of Philosophy*. 2 ed. New York: Cambridge University Press, 1995. p. 438.

MARX, Karl. *O Dezoito Brumário de Louis Bonaparte*. São Paulo: Centauro, 2006 [1852].

MATTOSO MATTEDI, Maria Raquel. *As invasões em Salvador: uma alternativa habitacional*. 1979. 325 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1979.

MAUSS, Marcel. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: EPU, 1974.

MOTA, Clarice Santos. *Dons e terapia na Renovação Carismática Católica: uma etnografia*. 2001. 68 f. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais com concentração em Antropologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2001.

MOSSE, David. Anti-social anthropology? Objectivity, objection, and the ethnography of public policy and professional communities, *Journal of the Royal Anthropological Institute*, London, v. 12, p. 935-956, 2006.

NASCIMENTO, Ana Amélia Vieira. *Dez freguesias da cidade do Salvador: aspectos sociais e urbanos do século XIX*. Salvador: EDUFBA, 2007.

NUNES, João Arriscado. Com mal ou com bem, aos teus te além: as solidariedades primárias e os limites da Sociedade-Providência, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Lisboa, n. 42, p. 05-25, maio 1995.

O ESTADO DA BAHIA. *Será uma realidade a Faculdade de Filosofia da Bahia*, Salvador, p. 02, 14 jun. 1941.

O IMPARCIAL. *Para ingressar nas Faculdades de Filosofia*, Salvador, p. 04, 15 jun. 1941.

O LEITOR. Direção: Stephen Daldry. Produção: Scott Rudin; Harvey Weinstein. Intérpretes: Ralph Fiennes, David Kross, Jeanette Hain, Kate Winslet e outros. Roteiro: David Hare. Música: Nico Muhly. Berlim; Los Angeles: The Weinstein Company, c2008. 1 DVD (124 min), widescreen, color. Produzido por The Weinstein Company. Baseado no romance “Der Vorleser” de Bernhard Schlink.

OLIVEIRA, Francisco de. Salvador: os exilados da opulência. In: SOUZA, Guaraci Adeodato & FARIA, Vilmar (Orgs.). *Bahia de todos os pobres*. Petrópolis: Vozes, 1980. prefácio, p. 09-21.

PAIM, Jairnilson. *Recursos humanos em saúde no Brasil: problemas crônicos e desafios agudos*. São Paulo: EDUSP, 1994.

PANG, Eul-Soo. *Coronelismo e oligarquias: 1889-1934 – A Bahia na primeira república brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

PASSOS, Elizete Silva. *Palcos e platéias: as representações de gênero na Faculdade de Filosofia*. Salvador: UFBA, Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, 1999.

PIERSON, Donald. *Branços e pretos na Bahia*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1945.

PIERUCCI, Antônio Flávio. *O desencantamento do mundo: todos os passos de um conceito*. São Paulo: Editora 34, 2003.

RAMOS, Jair de Souza. O poder de domar do fraco: construção de autoridade pública e técnicas de poder tutelar nas políticas de imigração e colonização do serviço de povoamento do solo nacional, do Brasil, *Horizontes Antropológicos*, v. 9, n. 19, p. 15-47, jul. 2003.

REBOUÇAS, Danile. Segurança: uma questão a resolver, *A Tarde*, p. 08, 16 nov. 2008.

REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

REZENDE, Claudia Barcellos. Os limites da sociabilidade: “cariocas” e “nordestinos” na Feira de São Cristóvão, *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 28, p. 167-181, 2001.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. Proximidade territorial e distância social: reflexões sobre o efeito do lugar a partir de um enclave urbano, *Revista VeraCidade (publicação online)*, Salvador/Rio de Janeiro, v. 3, n. 3, maio 2008. Disponível em: <<http://www.veracidade.salvador.ba.gov.br/v3/images/veracidade/pdf/artigo9.pdf>>. Acesso em: 22 dez. 2010.

RISÉRIO, Antônio. *Uma história da cidade da Bahia*. 2 ed. Rio de Janeiro: Versal, 2004.

ROCHA, Ana Luiza de Carvalho & ECKERT, Cornélia. O antropólogo na figura do narrador. In: _____. *O tempo e a cidade*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2005. cap. 2, p. 33-56.

RUONAVAARA, Hannu; KUOVO, Antti. Neighbour relations in contemporary society: a survey of ideas and a blueprint for a framework for investigation. In: HOUSING PEOLPE CONFERENCE, 2009, Glasgow. *Anais eletrônicos...* Glasgow: ISA Housing Assets (United Kingdom of England), 2009. Disponível em: <http://www.gla.ac.uk/media/media_132362_en.pdf>. Acesso em: 01 fev. 2011.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo, 1970-1980*. 4 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

SALES, Mione Apolinario. *(In)Visibilidade Perversa: adolescentes infratores como metáfora da violência*. 2004. 262 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

SANTOS, Jocélio Teles dos. Divertimentos estrondosos: batuques e sambas no século XIX. In: SANSONE, Lívio; SANTOS, Jocélio Teles. (Orgs.). *Ritmos em trânsito: sócio-antropologia da música baiana*. São Paulo: Dynamis Editorial; Salvador: Programa A Cor da Bahia e Projeto S.A.M.B.A., 1997. p. 17-38.

SANTOS, Milton. *O centro da cidade do Salvador: estudo de geografia urbana*. Salvador: Publicações da Universidade da Bahia, 1959.

SANTANA, Eder Luís et al. Ricos e pobres têm em comum o medo de ser a próxima vítima, *A Tarde*, Salvador, p. 04, 14 jun. 2008.

SASSIER, Philippe. *Du bon usage des pauvres: histoire d'un thème politique, XVIe-XXe. siècle*. Paris: Fayard, 1990.

SAYAD, Abdelmalek. *Un nanterre algérien, terre de bidonvilles*. Paris: Éditions Autrement, 1995.

SCHOMMER, Paula Chies. *Comunidades de prática e articulação de saberes na relação entre universidade e sociedade*. 2005. 313 f. Tese (Doutorado em Administração de Empresas) – Escola de Administração de Empresas, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2005.

SILVA, Ana Cláudia Cruz da. *Agenciamentos coletivos, territórios existenciais e capturas: uma etnografia de movimentos negros em Ilhéus*. 2004. 472 f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional, Rio de Janeiro, 2004.

SILVA, Vanessa Magalhães da. *No embalo das redes: cultura, intelectualidade, política e sociabilidades na Bahia (1941-1950)*. 2010. 256 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.

SIMÕES, Ruy. *A Faculdade de Filosofia e sua identidade perdida*. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1990.

SOUZA, Guaraci Adeodato. Urbanização e fluxos migratórios para Salvador. In: In: SOUZA, Guaraci Adeodato; FARIA, Vilmar (Orgs.). *Bahia de todos os pobres*. Petrópolis: Vozes, 1980. p. 103-128.

SOUZA, Patrícia Portela. *Entre o discurso das políticas sociais e as práticas de jovens em um bairro popular de Salvador: o caso do Alto das Pombas*. 2005. 113 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, 2005.

SOUZA LIMA, Antônio Carlos de. *Um grande cerco de paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1995.

_____. Sobre gestar e gerir a desigualdade: pontos de investigação e diálogo. In: SOUZA LIMA, Antônio Carlos (Org.). *Gestar e gerir: estudos para uma antropologia*

da administração pública no Brasil. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002. Introdução, p. 11-22.

TORREÃO, Luisa. Filosofia da Ufba está insegura, *A Tarde*, Salvador, p. 08, 7 jun. 2008.

TURNER, Bryan S. Institution(s). In: TURNER, Bryan S. (Ed.). *The Cambridge Dictionary of Sociology*. New York: Cambridge University Press, 2006.

TURNER, Victor. *O processo ritual: estrutura e antiestrutura*. Petrópolis: Vozes, 1974.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. *Estatuto & Regimento Geral*. Salvador: Cian Gráfica & Editora, 2010.

VALLADARES, Lícia do Prado. A visita do Robert Park ao Brasil, o “homem marginal” e a Bahia como laboratório, *Caderno CRH*, Salvador, v. 23, n. 58, p. 35-49, jan./abr. 2010.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. Pobreza urbana e a formação de bairros populares em Salvador na longa duração, *GEOUSP – Espaço e Tempo*, São Paulo, n. 20, p. 19-30, 2006.

VELHO, Gilberto. *Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*. 7 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

VIEIRA, Amélia. Violência assusta no campus de São Lázaro, *A Tarde*, Salvador, p. 12, 10 ago. 2008.

WANDERLEY, Saulo. A Bahia é terra boa. Ela lá e eu cá... *Dynamite Online*, São Paulo, 21 fev. 2009. Disponível em: <<http://dynamite.terra.com.br/blog/play/post.cfm/a-bahia-e-terra-boa-ela-la-e-eu-ca>>. Acesso em: 07 fev. 2011.